

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)**

GUILHERME DE AQUINO SILVA

**ESTRABÃO E O DOMÍNIO ROMANO SOBRE A IBÉRIA:
UM ESTUDO À LUZ DOS CONCEITOS DE ISOTOPIA E
HETEROTOPIA (27 a.C. - 23 d.C.)**

VITÓRIA

2021

GUILHERME DE AQUINO SILVA

**ESTRABÃO E O DOMÍNIO ROMANO SOBRE A IBÉRIA:
UM ESTUDO À LUZ DOS CONCEITOS DE ISOTOPIA E
HETEROTOPIA (27 a.C. - 23 d.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva.

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S586e Silva, Guilherme de Aquino, 1997-
Estrabão e o domínio romano sobre a Ibéria : um estudo à luz dos conceitos de isotopia e heterotopia (27 a.C. - 23 d.C.) / Guilherme de Aquino Silva. - 2021.
274 f. : il.

Orientador: Gilvan Ventura da Silva.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Roma. 2. Geografia histórica. 3. Espaço. 4. Romanização. 5. Estrabão. 6. Ibéria. I. Silva, Gilvan Ventura da. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

GUILHERME DE AQUINO SILVA

**ESTRABÃO E O DOMÍNIO ROMANO SOBRE A IBÉRIA: UM ESTUDO À LUZ
DOS CONCEITOS DE ISOTOPIA E HETEROTOPIA (27 a.C. - 23 d.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 25 de junho de 2021.

Comissão examinadora:

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva
Universidade Federal de Santa Maria
Membro Externo

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

Profa. Dra. Érica Christyane Moraes da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

Profa. Dra. Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro suplente

Profa. Dra. Hariadne da Penha Soares
Secretaria de Estado da Educação/ES
Membro suplente

Aos meus pais, Alarico e Josiléia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva (Ufes), pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa sob sua orientação. Grande parte daquilo que aprendi no campo da pesquisa em História devo ao meu orientador, que sempre esteve disposto a ensinar por meio dos diálogos individuais, das reuniões do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES) e das disciplinas ministradas. A orientação que recebi durante o mestrado tornou a tarefa de pesquisa mais prazerosa, pois sabia que estava empreendendo um trabalho sério, que me proporcionaria um crescimento profissional e contribuiria com o avanço das pesquisas em História.

Outros professores também fizeram parte da minha trajetória de pesquisa e colaboraram com o trabalho aqui apresentado. Portanto, agradeço aos Professores Doutores Belchior Monteiro Lima Neto (Ufes) e Érica Christyane Morais da Silva (Ufes), que acompanharam de perto o desenvolvimento desta pesquisa, participando, na condição de examinadores, tanto na banca de qualificação, quanto na banca de defesa de dissertação. Em ambas as ocasiões, os apontamentos dos professores foram cruciais para que eu pudesse aprimorar o texto.

Professores de outras instituições também se disponibilizaram a ler nossos textos e contribuir com os resultados da pesquisa. Nesse sentido, sou grato à Professora Doutora Sílvia Márcia Alves Siqueira (Universidade Estadual do Ceará) que, de forma muito gentil, analisou o projeto de mestrado e participou do seminário de pesquisa. Também agradeço à Professora Doutora Semíramis Corsi Silva (Universidade Federal de Santa Maria), por ter aceitado o convite para compor a banca de defesa de dissertação e cooperar com aprimoramento de nossos estudos.

Não poderia deixar de agradecer à Universidade Federal do Espírito Santo, ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/Ufes) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes), que me apoiaram na jornada acadêmica.

Também sou grato a todos os meus familiares, que torceram para que este sonho se realizasse, em especial aos meus pais, Alarico e Josiléia. Com muito carinho, agradeço ao Matheus Bertoldi, que compartilhou de todos os momentos de angústia e felicidade característicos da vida de um pesquisador. Por fim, agradeço a todos os meus amigos, pelos bons conselhos e por me proporcionarem momentos de tranquilidade.

RESUMO

A *Geografia*, de Estrabão, auxilia-nos a compreender os processos de conquista, que levaram à consolidação do Império Romano, bem como a entender as interações culturais entre romanos e grupos autóctones, fenômeno que conhecemos como romanização. No Livro III da *Geografia*, Estrabão representa o espaço físico, biológico e cultural da Ibéria, gerando uma polarização entre as regiões sul e leste, consideradas como isotopias, e o Norte, tratado como uma heterotopia. Mediante a *Análise de Conteúdo*, método desenvolvido por Laurence Bardin, verificamos que Estrabão se vale de diversas características para formular uma visão que conecta os povos do sul e leste da Ibéria à identidade romana, ao mesmo tempo em que evidencia a alteridade dos povos setentrionais. Tal visão dicotomizada, para nós, nada mais é do que uma estratégia de Estrabão para justificar a conquista romana do norte da Ibéria, visando à transformação daquele espaço de acordo com os padrões culturais greco-romanos. Essa modificação seria alcançada sobretudo por meio da introdução de um modelo urbano de tipo romano em substituição aos modelos pré-romanos, os quais Estrabão nomeia de forma generalizada como aldeias. Diante disso, conduzimos a presente pesquisa com base em um conjunto de conceitos norteadores, a saber: império/imperialismo, romanização, representação, identidade/alteridade, espaço, para além dos nossos conceitos principais, isotopia e heterotopia.

Palavras-chave: Espaço. Isotopia e heterotopia. Império Romano. Ibéria. Estrabão.

ABSTRACT

Strabo's *Geography* helps us to understand the processes of conquest that led to the consolidation of the Roman Empire, as well as to understand the cultural interactions between Romans and indigenous peoples, a phenomenon we know as Romanization. In Book III of *Geography*, Strabo represents the physical, biological and cultural space of Iberia, generating a polarization between the south and east regions, considered as isotopies, and the north, treated as a heterotopy. In this way, through *Content Analysis*, a method developed by Laurence Bardin, we found that Strabo uses several characteristics to formulate a vision that connects the peoples of southern and eastern Iberia to Roman identity, while also showing the otherness of northern peoples. Such a dichotomized view, for us, is nothing more than Strabo's strategy to justify the Roman conquest of northern Iberia, while exposing a purpose of transforming that space according to Greco-Roman cultural standards. Such modification would be achieved mainly through the introduction of a Roman type urban model replacing the pre-Roman models, which Strabo names in a generalized way as tribes. That said, we conducted this research based on a set of guiding concepts, namely: empire/imperialism, romanization, representation, identity/alterity, space, in addition to our main concepts, isotopia and heterotopia.

Keywords: Space. Isotopia and heterotopia. Roman Empire. Iberia. Strabo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sistema defensivo do Castro de Carvalhelhos, Boticas, Portugal.....	120
Figura 2 – Castro de Sabrosa.....	121
Figura 3 – Citânia de Briteiros	123
Figura 4 – Vista aérea do <i>oppidum</i> de Numância.....	140
Figura 5 – O cerco de Cipião à Numância	142
Figura 6 – A influência do clima sobre o modo de vida das sociedades, segundo Estrabão	183
Figura 7 – Estátua do guerreiro de São Julião	209

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – A oikoumene segundo Estrabão	76
Mapa 2 – A Europa segundo Estrabão	78
Mapa 3 – Assentamentos fenícios na Ibéria	110
Mapa 4 – Assentamentos gregos na Ibéria	113
Mapa 5 – O domínio cartaginês e romano anterior à Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.)	127
Mapa 6 – Campanhas romanas no norte da Ibéria.....	154
Mapa 7 – Divisão conventual da Ibéria no Principado.....	165
Mapa 8 – Os quatro lados da Ibéria segundo Estrabão.....	172
Mapa 9 – Cidades do interior da Turdetânia	228
Mapa 10 – Cidades do sul da Turdetânia.....	229
Mapa 11 – Cidades do sul da Ibéria localizadas nos estuários	229
Mapa 12 – Cidades do sul e do leste da Ibéria	231

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aspectos naturais da Ibéria	42
Quadro 2 – Aspectos etnográficos da Ibéria	43
Quadro 3 – Sinopse dos livros e dos conteúdos da <i>Geografia</i>	73
Quadro 4 – Divisões jurídico-administrativas da Ibéria no Principado	164

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
ESTRABÃO E O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NA ANTIGUIDADE.....	47
O que sabemos sobre Estrabão?.....	47
Uma família influente	53
A formação cultural de Estrabão.....	58
Um autor entre a História e a Geografia	64
A organização dos conteúdos da <i>Geografia</i>	73
Estrabão e a tradição geográfica grega	79
Recepção e transmissão da <i>Geografia</i>	89
O IMPERIALISMO ROMANO E A IBÉRIA.....	107
O sul e o leste da Península na fase pré-romana.....	107
O norte da Península na fase pré-romana	116
A Ibéria no contexto das Guerras Púnicas	124
A conquista da Celtibéria e da Lusitânia (sécs. II-I a.C.)	136
A Ibéria durante as Guerras Civis (séc. I a.C.)	147
As Guerras Cantábricas e a consolidação da conquista.....	152
Integração e romanização sob o Principado de Augusto	158
A IBÉRIA ENTRE ISOTOPIAS E HETEROTOPIAS.....	170
A configuração do território peninsular	170
Estrabão e a dinâmica da polarização espacial	178
Civilização e barbárie nas terras da Ibéria	195
A importância do fator urbano na <i>Geografia</i>	222
CONCLUSÃO.....	235
REFERÊNCIAS.....	244
Documentação primária impressa.....	244
Obras de referência	245
Bibliografia instrumental	246
Obras de apoio	249

APÊNDICES	262
APÊNDICE A – Complexo categorial acerca dos aspectos naturais da Ibéria	262
APÊNDICE B – Complexo categorial acerca dos aspectos etnográficos da Ibéria	265
APÊNDICE C – Autores citados por Estrabão no Livro III.....	272

INTRODUÇÃO

Investigamos, por meio desta dissertação, a maneira pela qual Estrabão, no Livro III de sua obra *Geografia*, representa o território da Ibéria,¹ no contexto de consolidação do Império Romano² e de romanização.³ Verificamos que o autor efetua uma polarização entre os territórios do Norte e aqueles localizados na costa sul e leste da Península, de modo que, enquanto estes são vistos como agradáveis, férteis, ricos e habitados por grupos humanos civilizados, o Norte é considerado um espaço inóspito, infértil, frio, isolado e ocupado por um conjunto de povos bárbaros. Nesse sentido, apresentamos uma análise detalhada do Livro III da *Geografia*, evidenciando os aspectos que tornam a costa sul e leste da Ibéria uma isotopia, ao mesmo tempo em que demonstramos a caracterização do norte da Península como uma heterotopia. Por fim, propomos algumas explicações para esse processo de diferenciação entre os dois espaços supracitados.

Antes de tudo, devemos estar cientes de que Estrabão não é o criador da visão que divide o mundo entre grupos bárbaros e civilizados, ou entre espaços isotópicos e heterotópicos. Na

¹ Utilizamos o termo Ibéria (do grego, *Ιβηρία*), pois é a maneira pela qual Estrabão se reporta ao território da Península Ibérica na *Geografia*. Vale ressaltar que o termo empregado pelos romanos para a região é Hispânia. Estrabão afirma que o termo Ibéria foi usado pelos gregos mais antigos para se referirem ao território a oeste do rio Ródano e do istmo formado pelos golfos galáticos. Contudo, os contemporâneos de Estrabão, sobretudo os romanos, utilizam os Pirineus e o rio Ebro como fronteiras que demarcam o território ibérico, empregando tanto Ibéria quanto Hispânia para se reportarem a este espaço (Strabo, *Geographia*, III, IV, 19). Acerca da origem dos termos Ibéria e Hispânia, sugerimos a consulta de Blázquez Martínez (1974, p. 29-31), Schulten (1920, p. 7-8) e Carvalho (2010, p. 12).

² O termo “império” pode ser usado para designar uma forma de governo, tal como foi durante o Principado romano, ou, ainda, como o domínio que um Estado exerce sobre outros. Ao tratarmos da consolidação do Império Romano, reportamo-nos a um período longo, que se inicia no século III a.C., quando Roma se lança na prática imperialista, e termina durante o governo de Augusto (27 a.C.-14 d.C.), no momento em que Roma alcança sua maior extensão em termos territoriais.

³ Romanização é um conceito empregado na caracterização de um processo iniciado logo após a dominação de um determinado território por Roma, momento no qual ocorreram trocas culturais e foram forjadas identidades híbridas, mediante as quais se expressam, ao mesmo tempo, características culturais romanas e autóctones. Adiante, trataremos desse conceito com mais detalhes.

condição de homem grego versado na *paideia*,⁴ o filósofo teve contato com diversas fontes de autores gregos que lhe antecederam, como Homero, Políbio, Heródoto e Posidônio, por meio das quais assimilou informações sobre a *oikoumene*⁵ e se apropriou da ideia de que o *modus vivendi* grego era o civilizado, ao mesmo tempo que notou a existência do “outro”, ou seja, daquele que não compartilhava dos mesmos atributos que definiam a identidade grega (MARQUES, 2018, p. 95). O não-grego, assim, é caracterizado nas fontes antigas como bárbaro, selvagem e incivilizado.⁶ Tal concepção foi perpetuada por gerações, sendo reproduzida também pelos romanos, herdeiros das tradições culturais gregas.

Sendo assim, para o trabalho aqui desenvolvido, foi necessário situar o pensamento de Estrabão dentro de uma matriz greco-romana, uma vez que o autor é proveniente do Ponto, um antigo reino helenístico, anexado por Roma pouco tempo antes de seu nascimento. Portanto, Estrabão está situado na intersecção entre o mundo grego e o romano. Acreditamos, dessa forma, que ele se veja como integrante do Império Romano, compartilhando uma cultura híbrida, que podemos denominar como greco-romana. Isso é evidente na própria maneira como o autor representa o Império, de modo que podemos inseri-lo no grupo de autores que escrevem em língua grega, mas se posicionam a favor do Império Romano, exaltando suas práticas culturais e políticas.

⁴ Esse termo se refere ao conjunto de saberes, usos e costumes que formavam a base da educação do cidadão greco-romano, dentre os quais se encontram a escrita, a leitura e a arte clássica (PREUS, 2007, p. 297).

⁵ O termo *oikoumene* pode ser entendido como o mundo conhecido pelos gregos e romanos na Antiguidade. Está relacionado às pretensões imperialistas dos romanos, que buscavam expandir seu império por todo mundo habitado, formando uma espécie de *imperium sine fine* (HIDALGO DE LA VEGA, 2005, p. 273; LIMA NETO, 2011, p. 69-70).

⁶ Dandrow (2017, p. 114) afirma que as obras de Homero, muito utilizadas por Estrabão, serviram como base para moldar a identidade grega, ao mesmo tempo em que transmitiram uma série de estereótipos etno-culturais, *topoi*, além de temas e estruturas que influenciaram a maneira pela qual os gregos se viam e representavam os outros povos.

Estrabão viveu na transição entre os séculos I a.C. e I d.C., ou seja, num momento em que Roma buscava consolidar suas fronteiras, submetendo povos e empreendendo a integração dos novos territórios à sua estrutura econômica, política e cultural. Como o autor vivenciou este processo, nos legou importantes informações em sua *Geografia*, sobretudo acerca dos anos iniciais do Principado, durante os governos de Augusto (27 a.C. a 14 d.C.) e parte do governo de Tibério (14 a 37).⁷

Portanto, como recorte temporal, optamos por utilizar as datas que marcam o contexto no qual Estrabão escreveu sua obra, a saber, o ano de 27 a.C., considerado o início do Principado de Augusto, e o ano de 23 d.C., já durante o governo de Tibério, pois, como veremos, é provável que o autor tenha falecido naquele ano. Muito embora as duas datas sirvam como base para a discussão de nosso objeto de estudo,⁸ justificamos que algumas digressões temporais foram necessárias, para a explicação de fenômenos políticos e culturais que influenciaram diretamente na constituição do espaço ibérico, tal como se encontrava no início do Principado.

Desse modo, no que tange ao recorte temporal adotado, tomamos como base o contexto de escrita do Livro III. Conforme demonstraremos adiante, Estrabão busca informar seu público-alvo acerca da situação da Ibéria, no início do Principado. Apesar de a fonte nos conceder dados sobre acontecimentos remotos ligados à história da Ibéria, nosso olhar se volta principalmente ao período em que Augusto e Tibério governavam o Império, tendo em vista que, naquele contexto, ocorreu uma mobilização por parte dos imperadores com o intuito de anexar a região norte da Ibéria. Ademais, se trata do momento da história da Península em que Estrabão forja uma polarização entre dois espaços distintos, sendo um romanizado e o outro

⁷ Estrabão viveu apenas durante um período do governo de Tibério, pois tudo indica que ele tenha morrido por volta do ano 23 d.C.

⁸ Como dissemos, nosso objetivo é analisar a constituição, por Estrabão, de espaços isotópicos e heterotópicos na Ibéria, no contexto do Principado.

não. Acreditamos, assim, que tal dicotomia esteja diretamente ligada às pretensões imperialistas romanas de consolidação da conquista das áreas setentrionais da Ibéria.

À vista disso, a obra *Geografia*, de Estrabão, é de imenso valor para aqueles que se debruçam sobre o estudo do conhecimento geográfico na Antiguidade. Por outro lado, ela também é valiosa para os que buscam dados sobre o processo imperialista romano, pois fornece informações acerca dos contatos culturais que as conquistas romanas suscitaram. Isto posto, nos dois primeiros livros da obra, o autor apresenta as linhas gerais que definiam o conhecimento geográfico na Antiguidade, revelando seus principais métodos e teorias. Do Livro III ao XVII, empreende a descrição dos territórios dominados por Roma, tendo como aspectos norteadores as características físicas, biológicas, culturais e históricas das regiões que compunham a *oikoumene*.

A primeira região a ser descrita por Estrabão é a Ibéria, cujo espaço era ocupado, no século III a.C., quando teve início a conquista romana, por uma vasta quantidade de povos, sendo marcada, portanto, pela diversidade cultural. Assim continuou sendo durante boa parte da República e do Principado. Tal diversidade cultural da Ibéria pré-romana pode ser evidenciada pelos diferentes modos como os autóctones se comportaram diante da presença romana. Nas zonas próximas ao Mediterrâneo, sobretudo na parte meridional, denominada Turdetânia, os romanos conseguiram fazer alianças com os povos locais com certa facilidade. A reação pacífica desses povos em relação à presença romana foi motivada pelo fato de as regiões da costa mediterrânica terem sido ocupadas durante um longo período de tempo pelos fenícios, gregos e cartagineses. Por isso, para tais populações, as trocas comerciais e as alianças com outras potências faziam parte do seu cotidiano, sendo os romanos, portanto, considerados apenas novos agentes de um contato com o qual tais populações estavam acostumadas.

Por outro lado, o norte da Ibéria foi conquistado e romanizado de forma lenta e gradual. Os povos locais demonstraram uma resistência permanente aos romanos entre os anos de 218 e 19 a.C. De fato, a consolidação da conquista do norte da Ibéria ocorreu somente entre 29 e 19 a.C., quando Augusto empreendeu campanhas militares àquela região, com o intuito de pacificá-la. Nas chamadas Guerras Cantábricas, Roma derrotou os cântabros, ástures e galaicos, povos ibéricos que ainda se mantinham avessos à dominação romana. Ademais, é preciso acrescentar, mesmo após a submissão total da Península, o processo de romanização não foi imediato nem homogêneo em todas as regiões.

Foi no período das campanhas empreendidas por Augusto, no norte da Ibéria, que Estrabão escreveu acerca do espaço e dos povos que habitavam esta região do Império, até então pouco conhecida. Como membro da elite greco-romana, é notável a exaltação que o autor faz a Augusto pelas campanhas ao Norte, pois, para ele, a presença militar na região significava o início de uma nova fase da história da Ibéria, na qual a barbárie dos habitantes das tribos setentrionais seria derrotada pela civilização, cujo modelo era Roma. Ao mesmo tempo, as campanhas militares eram importantes, na visão de Estrabão, pois o Império se veria unificado, pelo menos em termos políticos, ainda que, para ele, o ideal fosse a transformação completa do espaço cultural dos povos do Norte, a exemplo do que havia ocorrido com os povos da área meridional.

Isto posto, mediante a leitura do Livro III da *Geografia*, buscamos responder a algumas questões, a saber: o quê Estrabão entendia por espaço isotópico e heterotópico? Como ele enxergava o território da Ibéria à luz dessa dicotomia? Qual a relação existente entre essa visão de mundo e o processo de conquista romana da Ibéria?

Sendo assim, como primeira hipótese, acreditamos que o discurso de Estrabão tinha por finalidade propagar aos membros da elite greco-romana o ideal de civilização representado por

eles. O autor se preocupa em destacar a superioridade dos costumes greco-romanos, em detrimento da cultura local, defendendo a total submissão da Ibéria a Roma. Com isso, justifica a modificação do espaço material e das práticas culturais das *nationes* ibéricas, sobretudo as do Norte, tendo como referência a civilização greco-romana, em particular no tocante à formação urbana.

Nossa segunda hipótese se volta para os espaços urbanos da Ibéria, pois partimos do pressuposto de que Estrabão representa a Península tendo como eixo principal a vida urbana. O autor dispõe de aspectos materiais e simbólicos para forjar uma polarização entre o Norte e as regiões sul e leste da Península, de modo que o Norte é considerado um ambiente degradado e selvagem, uma heterotopia, enquanto o Sul e o Leste são elevados à categoria de espaços aprazíveis e civilizados, uma isotopia. Portanto, o principal fator que distingue povos bárbaros e civilizados é a existência ou não da realidade urbana. Desse modo, afirmamos que o *modus vivendi* romano é colocado por Estrabão como modelo para o desenvolvimento civilizacional dos povos ibéricos, tendo em vista que os romanos viviam em cidades, um espaço com grandes diferenças materiais e culturais em relação às formações urbanas pré-romanas do norte da Ibéria. Assim, o autor justifica a conquista do Norte e a modificação do espaço urbano por meio da construção de *civitates*, ou seja, de cidades de estilo romano.

Nossa pesquisa dialoga com trabalhos que merecem nossa atenção, apesar de termos encontrado poucos estudos específicos que tratam do tema que nos propusemos a estudar: a história da Ibéria por meio de uma leitura da *Geografia*, de Estrabão. Em consonância com o tema, efetuamos a divisão do balanço historiográfico em dois eixos. O primeiro versa sobre a Ibéria no contexto da romanização, fenômeno que teve início no ano de 218 a.C., quando Roma adentrou o território. Todavia, centramos nossas análises sobre os primeiros anos do Principado,

devido ao nosso recorte temporal. O segundo eixo, por seu turno, é dedicado à vida e obra de Estrabão. Não pretendemos, contudo, realizar um inventário exaustivo, de modo que faremos referência apenas àquelas obras que julgamos, no momento, mais importantes.

A presença romana na Península Ibérica, como mencionamos, teve início em 218 a.C., com o desembarque de tropas na cidade de *Emporion* (atual Ampúrias, na Espanha). A princípio, não se tratava de uma ocupação efetiva do território, pois Roma buscava apenas a defesa contra os cartagineses. No entanto, os romanos ocuparam a Península Ibérica por muitos anos, tendo o território sido completamente conquistado apenas no governo de Augusto. Desse modo, a romanização da Ibéria foi um processo de longa duração e, devido a esse fator, por mais que saibamos muito sobre o fenômeno, graças aos avanços das pesquisas em História e em Arqueologia, ainda há bastante para se estudar.

Uma das obras sobre a Ibéria romana que mais se destaca é, sem dúvidas, *Portugal romano*, de Jorge de Alarcão, publicada em 1974. Esse livro é de extrema importância para o trabalho que ora realizamos, visto que traz vasta informação sobre a presença romana na Península Ibérica, tendo como ênfase o atual território de Portugal. Nele, o autor aborda temas que vão, desde os primórdios da ocupação romana, até o ano de 585 d.C., quando o Reino Suevo foi conquistado por Leovigildo, rei dos visigodos.

Alarcão inicia a obra referindo-se ao processo de conquista da Península pelos romanos. O território da Ibéria, como sabemos, foi palco de intensas batalhas entre romanos e autóctones e, na obra supracitada, é feita uma abordagem detalhada das guerras lusitanas. Contudo, *Portugal Romano* não se restringe apenas à descrição dos principais eventos políticos da Ibéria romana. Assim, no segundo capítulo, Alarcão apresenta uma lista das mais importantes vias romanas que se encontravam no atual território português, bem como das cidades ou localidades menores pelas quais essas vias passavam. Já no terceiro capítulo, o autor discorre sobre a vida

rural de Portugal no contexto da romanização, com suas *villae* e *vici*, pequenos aglomerados do interior que estavam ligados às práticas agrícolas e comerciais. Em *Portugal romano*, Alarcão também nos informa acerca da economia da Ibéria, que era impulsionada, principalmente, pelo grande potencial em minerais que a região proporcionava. Entre os minerais mais importantes encontrados naquele território, estavam o ouro, a prata, o cobre, além do chumbo, do estanho e do ferro. Alarcão indica a localização de várias minas, bem como nos mostra os principais métodos locais de exploração mineira. Nos dois últimos capítulos de *Portugal Romano*, o autor trata, respectivamente, da religião e da arte na Ibéria romana. No que tange ao primeiro tema, escreve acerca do culto imperial, dos cultos nativos, bem como dos cultos aos deuses do panteão latino e às divindades orientais, além de abordar aspectos do processo de cristianização. Sobre a arte, Alarcão nos fornece uma gama de conhecimentos acerca da arquitetura romana presente na Ibéria, como templos, circos e banhos públicos, além da produção de mosaicos, retratos e representações de divindades. Ele finaliza seu livro tratando da arte funerária, com suas estelas e sarcófagos.

Destacamos, também, uma obra de José María Blázquez Martínez, publicada em dois volumes, entre 1974 e 1975, cujo título é *Ciclos y temas de la Historia de España: la Romanización*. Blázquez é uma das maiores autoridades acadêmicas no campo de estudos acerca da romanização da Ibéria. Nos volumes supracitados, o autor apresenta um panorama geral e muito rico em detalhes sobre a Ibéria romana, desde a chegada dos romanos, em 218 a.C., até a Antiguidade Tardia. No primeiro volume, encontramos informações sobre o processo de conquista da Ibéria, desde as disputas entre Roma e Cartago, no século III a.C., até o último período da conquista, as Guerras Cantábricas (de 29 a.C. a 19 a.C.), durante o governo de Augusto. O segundo volume, por sua vez, trata de diversos assuntos, sendo que o mais importante, para nosso trabalho, está ligado à romanização da Ibéria. Para Blázquez (1975, p. 19-20), fatores como a presença do exército romano na Península, a criação de centros urbanos,

a concessão da cidadania, a administração romana, a construção de vias, o uso do latim como língua oficial, o comércio, a presença de homens provenientes dos povos locais no exército romano e o influxo dos administradores romanos sobre os povos indígenas foram cruciais para a difusão da cultura romana pelo território ibérico.

Dando prosseguimento à apresentação dos livros sobre a história da Ibéria romana, temos a obra *Historia de la Hispania Romana: la Península Ibérica desde 218 a.C. hasta el siglo V*, de Antonio Tovar e José María Blázquez Martínez (1975). Trata-se de um livro importante para nossa pesquisa, tendo em vista que nos forneceu gama de informações sobre o processo de conquista da Península, abordando as principais guerras travadas entre romanos e autóctones. Nessa obra, os autores ainda tratam da economia e da sociedade ibérica durante a República e o início do Principado.

Apesar de todas as contribuições das obras citadas acima, notamos que seus autores tinham como objetivo demonstrar a presença romana no território de seus países de origem, a saber, Portugal e Espanha. Portanto, não analisaram a Ibéria como um todo, deixando as fronteiras nacionais contemporâneas interferirem nos estudos acerca da romanização da Península. Além disso, eles deram pouco crédito à atuação dos autóctones como agentes do processo de romanização, ressaltando os aspectos culturais romanos que foram encontrados no território ibérico por meio dos vestígios arqueológicos. Sendo assim, nessas obras, os autores enxergam a romanização como a absorção dos aspectos culturais romanos pelos nativos, mas não demonstram em que medida esses últimos tiveram protagonismo.

Richardson (1986), por sua vez, na obra intitulada *Hispaniae: Spain and the development of Roman imperialism (218-82 BC)*, apresenta a história da Península Ibérica romana com foco nas questões políticas e militares, ou seja, o autor enfatiza o processo de conquista e ocupação do território ibérico pelos romanos. Além de abordar os conflitos entre

nativos e romanos, Richardson também se volta para as questões administrativas das províncias ibéricas.

O domínio romano em Portugal, outra obra de Alarcão (1988), engloba vários aspectos associados à romanização da Ibéria. Como o próprio autor expõe, no prefácio, *O domínio romano em Portugal* tem a mesma temática que *Portugal Romano*, livro publicado pela primeira vez em 1973, porém conta com um conteúdo mais extenso, em face dos dados e conclusões acerca da presença romana na Ibéria (ALARCÃO, 1988, p. 9). Dentre os assuntos do livro que mais nos interessam, para além da história política e econômica da Ibéria romana, encontra-se um amplo conjunto de informações sobre a maneira como os romanos atuaram no espaço da Península, reorganizando-o em unidades administrativas, desde as mais amplas, as províncias, até as menores, como as *civitates*, *vici* e *castella*.

Em 1997, Carlos Fabião publicou o texto *O passado Proto-Histórico e Romano*, que faz parte do primeiro volume da obra *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso. Indispensável para nosso trabalho, o texto apresenta diversos aspectos da cultura pré-romana dos grupos que habitavam a Ibéria e das relações que eles mantiveram, durante muito tempo, com estrangeiros, como os fenícios e gregos. O autor nos fornece o que há de mais recente no campo da pesquisa acerca da romanização da Ibéria, trabalhando na intersecção entre História e Arqueologia, uma vez que sua narrativa aborda os acontecimentos históricos, com o auxílio não apenas de documentos textuais, mas também de fontes arqueológicas, o que enriquece a compreensão do fenômeno.

A obra *The romanization of Central Spain: complexity, diversity and change in a provincial hinterland*, de Leonard Curchin (2004), fornece uma ampla visão sobre o processo de romanização da Península Ibérica, em especial no tocante à região da Ibéria central. O autor se dedica a diversos temas, entre os quais a transformação do espaço ibérico na época romana,

quando ocorreu a construção de cidades de estilo romano em substituição às aglomerações urbanas locais. Curchin (2004) também apresenta elementos sobre a integração da Ibéria central à economia romana, além de tratar das transformações no âmbito da religião, da língua e dos costumes das sociedades locais.

Passamos agora a discutir as principais referências, no que tange a vida e obra de Estrabão. O primeiro texto que merece nossa atenção é a introdução da versão bilíngue (grego e inglês) da *Geografia*, publicada pela Loeb Classical Library, em 1917. O autor, Horace Leonard Jones, trata da vida e obra de Estrabão, indicando que o geógrafo pertencia a uma família da elite do Ponto, que estava muito ligada à corte daquele reino, o que influenciou sua trajetória política e militar. As riquezas acumuladas pela família de Estrabão possibilitaram que ele tivesse uma educação refinada, sendo instruído pelos melhores professores da época, além de lhe proporcionarem viagens pelo Mediterrâneo (JONES, 1917, p. 11-14).

A coleção da Biblioteca Clássica Gredos (1991-2015) contém 6 volumes, com tradução, para o espanhol, de todos os dezessete livros da *Geografia*. García Blanco (1991, p. 7-187), no volume I da coleção, escreve uma extensa introdução na qual aborda vida e obra de Estrabão de forma detalhada. Já no volume II, a introdução do Livro III fica a cargo de Maria José Meana Cubero (1992, p. 9-29), que volta a tratar da vida e obra de Estrabão, com enfoque na produção do Livro III da *Geografia*.

Destacamos também o trabalho de Daniela Dueck (2000), denominado *Strabo of Amasia: a Greek Man of Letters in Augustan Rome*. O livro dispõe de vasta informação sobre vida e obra de Estrabão. Dueck inicia suas discussões apresentando a biografia do geógrafo de Amásia, sua trajetória educacional e as viagens que ele fez pelo Mediterrâneo. Em seguida, a autora analisa a tradição literária grega, à qual Estrabão pertencia. Segundo ela, o período e o local de nascimento do autor, bem como a educação que ele recebeu, influenciaram o seu modo

de perceber o mundo. Ademais, destaca que Estrabão pertencia a uma tradição literária grega, cujas raízes remontavam a autores como Homero e Políbio (DUECK, 2000, p. 31). Por fim, a autora ainda faz uma relação entre o pensamento de Estrabão e a política imperial romana.

Outra obra organizada por Daniela Dueck, em colaboração com Hugh Lindsay e Sarah Potheary, é *Strabo's Cultural Geography: the making of a kolossourgia*, publicada em 2005. Nela, vários autores tratam de temas relacionados a Estrabão. Por exemplo, a relação entre ele e outros autores gregos, tais como Homero. Há também diversas análises sobre a concepção que Estrabão tem das regiões mediterrânicas dominadas pelos romanos.

Um dos trabalhos mais recentes sobre Estrabão é a obra *The Routledge Companion to Strabo*. Editada por Daniela Dueck (2017), é composta por textos de diversos pesquisadores que se debruçam sobre a obra de Estrabão. No capítulo 6, denominado *Strabo and Iberia*, Benedict J. Lowe faz uma análise do Livro III da *Geografia*, por meio da qual procura destacar a influência do ambiente intelectual de Estrabão na forma de o autor representar o espaço da Península Ibérica (LOWE, 2017, p. 69).

Em âmbito nacional, os trabalhos que tratam da *Geografia*, de maneira específica, são escassos. Porém, esse é um campo de estudos que está em vias de crescimento, o que é demonstrado por meio de produções recentes, que tratamos de indicar adiante. Destacamos, em primeiro lugar, a dissertação de Mestrado de Fabiana de Mello Zuliani (1999), denominada *Passado e presente em Estrabão: as estruturas espaço-temporais da "Geografia" e suas relações com o Império Romano*. A autora tem como objetivo apresentar a maneira como Estrabão se relaciona com o Império Romano, por meio de um discurso enaltecido das práticas imperialistas. Zuliani também situa a obra de Estrabão na fronteira entre História e Geografia, visto que, nesse tratado geográfico, é possível observarmos não apenas uma descrição do espaço, mas, além disso, uma série de elementos temporais.

No artigo *Estrabão e a enunciação de uma “estrutura de atitudes e referência da cultura imperial”*, de Norma Musco Mendes (2003), encontramos uma abordagem que visa a demonstrar a maneira pela qual Estrabão descreve os costumes dos povos que viviam na Ibéria, tratando-os ora como civilizados, ora como bárbaros. Mendes enfatiza o olhar de Estrabão sobre o corpo, estrutura que é levada em consideração por ele na sua classificação entre um mundo romano e outro não-romano. Nesse sentido, o corpo sofreria interferência direta no processo de interação cultural entre romanos e grupos locais, o que é evidenciado pelo uso da toga, veste típica de um cidadão romano que os ibéricos passaram a vestir após receberem a cidadania romana.

Contamos, ainda, com a dissertação de Mestrado de Bruno dos Santos Silva (2013), intitulada *Estrabão e as províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre a Geografia e o Império Romano*. Nela, o autor analisa os Livros III e IV da *Geografia*, buscando compreender os mecanismos utilizados por Estrabão na descrição das regiões da Ibéria e da Gália, fazendo uma comparação entre os dois territórios. Para tanto, utiliza como metodologia a análise estrutural, em conjunto com a análise quantitativa (SILVA, 2013, p. 80, 104). A partir da criação de gráficos, nos quais é inserido o número de linhas utilizado por Estrabão para descrever cada região, Silva aponta uma polarização entre litoral e interior, nos Livros III e IV da *Geografia*. Acreditamos, no entanto, que a polarização criada por Estrabão, no caso ibérico, vincula-se a uma dicotomia entre regiões não-romanizadas ou em vias de romanização e regiões já romanizadas. Isso se justifica pelo fato de alguns territórios banhados pelo Atlântico, mesmo estando próximos à costa, serem considerados locais onde habitavam bárbaros, caso da região dos galaicos, dos ástures e dos cântabros. Esses grupos tinham seu próprio modo de vida, diferente do dos romanos, por isso são considerados bárbaros. Por essa lógica, é a adesão ou não à cultura greco-romana que influencia a maneira como determinado grupo é descrito por Estrabão.

A publicação brasileira mais recente acerca do tema é um artigo de Susana da Hora Marques, que, aliás, é uma das tradutoras da nova versão do Livro III da *Geografia* em língua portuguesa lançada pela Universidade de Coimbra, em 2016. Em *Representações de alteridade em Estrabão: a dicotomia bárbaro/civilizado no Livro III da "Geografia"*, publicado em 2018, pela revista *Phoênix*, a autora nos fornece uma gama de informações importantes, que tratamos de incorporar em nosso texto. Concordamos com a autora quando afirma que Estrabão, por meio da *Geografia*, está interessado em apresentar uma "Europa" multicultural que, segundo ele, necessitava da intervenção romana para a pacificação e para o desenvolvimento civilizacional (MARQUES, 2018, p. 97). Seguimos tal perspectiva, pois sustentamos que o Livro III da *Geografia* serviu, ou pelo menos seu autor assim o julgava, como uma espécie de manual geoetnográfico, visando ao domínio e exploração do território da Ibéria pelos conquistadores romanos.

O texto de Marques, apesar de não ser exaustivo ao analisar o conteúdo do Livro III, é importante para nossa pesquisa, pois aborda algumas características do discurso de Estrabão, sobretudo no tocante à dicotomia entre bárbaros (povos do Norte) e civilizados (povos da costa mediterrânea). Nossa dissertação traz algumas novidades com relação ao artigo de Marques, como uma análise sistemática da fonte, que pudemos empreender mediante a construção de dois complexos categoriais abrangentes. Além disso, a utilização dos conceitos de isotopia e heterotopia nos permitiu analisar a *Geografia* mediante uma perspectiva focada tanto no espaço físico, quanto no espaço cultural, enfatizando a polarização entre as regiões da Ibéria. Dessa forma, demonstramos o objetivo prático que Estrabão buscou alcançar, ao criar essa polarização, que nada mais é do que a conquista da região norte e a transformação do seu espaço, do mesmo modo como ocorreu na região sul, que já se encontrava sob domínio dos romanos e compartilhava com eles uma identidade semelhante.

Como podemos notar, são escassas as obras específicas sobre nosso objeto de pesquisa. Sendo assim, pretendemos, com este trabalho, contribuir com a historiografia mediante uma leitura da *Geografia* que visa não apenas a apresentar a maneira como Estrabão representa as regiões e grupos humanos da Ibéria, no contexto da conquista romana e romanização, mas também a demonstrar que a polarização entre as regiões ibéricas, construída por Estrabão, atendia à lógica de dominação romana.

Portanto, nossa dissertação se justifica pela originalidade do tema analisado, ou seja, a polarização realizada por Estrabão entre a região norte, tida como uma heterotopia, e as regiões sul e leste, consideradas isotopias. É preciso destacar que não encontramos pesquisas por meio das quais se pretendeu fazer uma análise sistemática do Livro III, tal como empreendemos. Diante da escassez de uma bibliografia específica sobre um objeto tão particular, visamos a preencher algumas lacunas na historiografia. Ao mesmo tempo em que nos debruçamos sobre a história da Península Ibérica, no contexto do Principado, contribuímos também para o esclarecimento de temas acerca da obra *Geografia*, de Estrabão.

Mediante o auxílio dos conceitos de isotopia e heterotopia, verificamos como Estrabão efetua uma dicotomia entre as regiões ibéricas. A partir dos dados coletados, buscamos pensar sobre o que levou o autor a representar a Ibéria dessa forma. Tudo leva a crer que a *Geografia* foi escrita com o intuito de fornecer, a Roma, informações que seriam importantes para a conquista, bem como para a transformação do espaço ibérico, tendo em vista que Estrabão considerava o *modus vivendi* greco-romano como um modelo, em especial no tocante à vida urbana.

Por fim, buscamos o aporte teórico de outras ciências, para além da História, a exemplo da Geografia, o que nos permitiu compreender os aspectos físicos do território ibérico, além de ter nos auxiliado no fornecimento de conceitos importantes, como o de espaço. Também

procuramos apoio na Antropologia, visto que trabalhamos com o fenômeno de contato entre grupos humanos culturalmente distintos e, nesse caso, os estudos antropológicos se mostram úteis do ponto de vista teórico. Finalmente, o diálogo constante com os trabalhos arqueológicos nos coloca em contato com o que é pesquisado no âmbito da Arqueologia pré-romana e romana da Península Ibérica, no Brasil ou no exterior, com especial atenção para os trabalhos realizados em universidades espanholas e portuguesas.

Nossa pesquisa vincula-se à área de concentração História Social das Relações Políticas e à linha de pesquisa Representações e Ideias Políticas, por meio do projeto-base do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, denominado *Paisagens urbanas e rurais no Mundo Clássico: a construção do espaço entre a política e a cultura*. Isto posto, partimos de alguns aspectos teóricos para a análise do nosso objeto de pesquisa, de modo que mobilizamos conceitos como império, imperialismo, romanização, representação, identidade/alteridade, espaço e isotopia/heterotopia.

Nosso objeto de pesquisa está relacionado ao contexto de consolidação do Império Romano, seja em termos territoriais, mediante as conquistas empreendidas por Roma, seja em termos políticos, com a instauração do sistema político do Principado. O imperialismo romano foi um processo de longa duração, que teve início durante a República (de 509 a 27 a.C.) e esgotamento progressivo no Principado (de 27 a.C. a 235 d.C.), quando o Império alcançou seu ápice em termos territoriais e consolidou suas fronteiras. Existem diversas vertentes de interpretação acerca do imperialismo romano. Uma delas o considera apenas do ponto de vista defensivo, como se Roma agisse sempre em resposta a agressões externas. Tal afirmação, no entanto, é incompleta, visto que parte de um viés meramente político, abandonando com isso os fatores econômicos. Da mesma forma, não é recomendável explicar o imperialismo romano

evocando-se apenas causas econômicas. Portanto, o mais conveniente seria considerar a expansão romana a partir de suas causas tanto políticas quanto econômicas, para além das questões de natureza simbólica e cultural (GUARINELLO, 1987, p. 38-40; 43). À vista disso, cabe-nos demonstrar as linhas gerais dos conceitos de império e imperialismo, que utilizamos na análise do nosso objeto de pesquisa.

De acordo com Guarinello (2014, p. 118), há uma diferença entre os conceitos de império e imperialismo. Enquanto este está relacionado à ação de domínio, seja político, econômico ou cultural, que um Estado exerce sobre outros, um império é o Estado em si. A partir dessas premissas, recorreremos à definição de Cartier (1989) acerca dos conceitos de império e imperialismo. Segundo o autor, todo império surge da conquista militar e da integração do grupo vencido à estrutura sociopolítica do grupo vencedor. Nesse sentido, a conquista é uma condição necessária para a constituição dos impérios. A dominação pode ser seguida da substituição ou, ainda, da discriminação do *modus vivendi* dos vencidos pelas práticas culturais dos vencedores, mas isso não é uma condição para a manutenção de um império. No tocante ao fator econômico, podemos dizer que a dominação imperial atua no sentido de concentrar a riqueza econômica nos centros políticos do império. Por fim, outra característica dos impérios é que eles buscam estabelecer uma soberania universal.

Guarinello (1987, p. 10, 12) e Cartier (1989) enfatizam a relação entre imperialismo e guerra, tendo em vista que a dominação que um Estado exerce sobre outro se inicia nas esferas política e militar. Desse modo, procuramos entender como Roma lançou-se na conquista militar de algumas regiões, muitas até então desconhecidas pelos romanos, e, a partir do domínio desses espaços, consolidou seu império. Conforme nosso recorte espacial, visamos a compreender como ocorreu o processo de integração da Ibéria ao *dominium mundi* romano. Veremos que a conquista da Ibéria, com raras exceções, foi empreendida pelas ações militares

dos governadores romanos, visto que os povos locais, principalmente os do norte da Península, resistiram à presença romana durante séculos. Tal resistência aos romanos moldou o pensamento dos conquistadores em relação aos povos locais. Sendo assim, podemos dizer que Estrabão é porta-voz da visão romana sobre os “outros”, num contexto de guerras pelo domínio do território ibérico.

A questão econômica é uma das faces do imperialismo. Guarinello (1987, p. 11) assinala que o centro do império, no nosso caso, Roma, atuava no sentido de acumular as riquezas provenientes de uma periferia submetida e explorada. Por esse motivo, verificamos a presença de muitos elementos relacionados à obtenção de riquezas naturais e ao comércio, no Livro III da *Geografia*. Assim, afirmamos que o tratado geográfico de Estrabão é um verdadeiro manual de exploração do território, pois indica os potenciais econômicos de cada região da Ibéria, com especial atenção para os recursos minerais, de onde provinha a maior parte da riqueza acumulada por Roma.

A terceira característica basilar do imperialismo são as questões de ordem cultural. Roma, ao conquistar um território, transformava os aspectos culturais ali presentes, ao mesmo tempo em que recebia influências culturais, moldando seu próprio *modus vivendi* para se adequar àquele determinado espaço. Denominamos esse processo de trocas culturais entre romanos e não-romanos como romanização, conceito que necessita de uma abordagem mais detalhada visando a evitar equívocos, como o que cometeram os pesquisadores dos séculos XIX e XX, ao pensarem numa cultura romana homogênea sendo absorvida pelos diferentes povos conquistados por Roma.

O processo de romanização caminha lado a lado com a prática imperialista, uma vez que as conquistas territoriais empreendidas por Roma tiveram como consequência o contato desta sociedade com uma enorme gama de grupos humanos, cada um detendo suas próprias

práticas culturais, o que gerou um ambiente de constantes trocas. Assim ocorreu com o território ibérico, que, antes da conquista romana, era ocupado por um conjunto de *nationes*, cada uma vivendo à sua maneira. Denominamos estes povos como pré-romanos, pois ainda não haviam entrado em contato com a cultura romana, de modo que não podemos enquadrá-los entre os povos em vias de romanização. Estrabão nos revela algumas características do *modus vivendi* pré-romano, informações que devemos ter muita cautela ao manusearmos, pois, como veremos, o relato do autor se encontra permeado de um pensamento que estigmatiza a cultura local em detrimento da cultura romana.

Outrossim, ao fazermos uso do conceito de romanização, temos que adotar uma série de cuidados, uma vez que esse conceito possui uma longa trajetória, no decorrer da qual foi revisitado de forma constante pela historiografia, o que modificou bastante o seu significado. Conforme Funari e Grillo (2014, p. 214) nos indicam, o termo romanização é fruto de uma preocupação do mundo moderno, ou seja, ele sintetiza um modelo interpretativo que nós criamos para compreender os desdobramentos do contato entre romanos e não-romanos. Desse modo, é importante ressaltar que não foram os romanos os responsáveis pela formulação do pensamento acerca do processo. Além disso, o próprio conceito de romanização precisa ser contextualizado, tendo em vista que seu significado mudou para atender às necessidades do período histórico no qual esteve inserido. À vista disso, Mantas (2013, p. 10) afirma que o passado romano, sobretudo no tocante aos processos de imperialismo e romanização, tem sido julgado à luz de uma dicotomia que o classifica ora como positivo, ora como negativo, sendo a classificação, por sua vez, fruto da influência de determinado contexto político ou de certa concepção sobre o pensamento histórico. Isso é evidente no caso do conceito de romanização, marcado por diversas interferências contextuais.

Nesse sentido, podemos dividir a história do conceito de romanização em, pelo menos, três fases distintas. A primeira é caracterizada por um viés colonialista. A segunda fase foi cunhada no período de descolonização dos países africanos e asiáticos. E, por fim, temos a assim denominada visão pós-colonial, que atua no sentido de romper com os paradigmas das propostas anteriores.

De acordo com Patrick Le Roux (2004, p. 287), o conceito de romanização surgiu na Europa, na primeira metade do século XIX, antes mesmo dos trabalhos de Theodor Mommsen e Francis Haverfield serem publicados e darem ao conceito ampla visibilidade. Esses dois pesquisadores foram influenciados pela época na qual viveram, a saber, a do imperialismo europeu. É possível observar, por meio de seus textos, uma hierarquização entre romanos e não-romanos, de modo que Roma era vista como detentora da civilização, enquanto os povos não-romanos eram considerados selvagens. Tal visão era uma reprodução, desprovida de crítica, do discurso presente nas fontes clássicas (SORIA, 2013, p. 711). De fato, autores antigos, como Estrabão, acreditavam que Roma estava empenhada numa missão civilizadora e, por isso, benéfica aos povos submetidos. Pelo olhar dele e de seus pares, ser romano era o mesmo que ser próspero, ao passo que o não-romano era uma forma de vida menos sofisticada. Outra questão importante a ser pensada é exposta por Abreu e Souza (2004, p. 206), autor que chama nossa atenção para o discurso unilateral das fontes clássicas, que difundem apenas a experiência do dominador diante das populações submetidas, o que de certa forma, é problemático.

Essa perspectiva a respeito dos contatos culturais entre romanos e povos locais foi amplamente reproduzida nas obras dos autores dos séculos XIX e XX, de acordo com as questões políticas de sua época. Claude Lepelley (2016, p. 421-422) salienta que alguns estudiosos consideravam os europeus herdeiros dos romanos, sociedade que, para eles,

conquistou e civilizou o mundo.⁹ Dessa forma, tanto o imperialismo romano quanto o europeu eram caracterizados como positivos por um conjunto de estudiosos (MENDES, 1999, p. 311).¹⁰ Sendo assim, os europeus enxergavam a si mesmos como civilizados, impondo à cultura local das áreas conquistadas um caráter bárbaro, o que serviu como justificativa moral para a submissão dos povos africanos e asiáticos (SORIA, 2013, p. 712). Ademais, os próprios políticos encontravam, nos textos antigos, um discurso legitimador de suas práticas e viam esses escritos como verdadeiros manuais de como proceder à conquista, visando a consolidar um império igual ou maior do que aquele construído pelos romanos (GARRAFFONI, 2008, p. 141, 143-144; MENDES, 1999, p. 311). Esse é o caso de Mussolini, que divulgou a imagem da Itália como herdeira do Império Romano, o que serviu de base ideológica para a defesa das práticas nacionalistas e autoritárias do fascismo (LEPELLEY, 2016, p. 422; GIARDINA, 2008).

Do ponto de vista do paradigma colonialista, a romanização é, pois, interpretada como um processo no qual Roma legou sua cultura aos povos dominados, e estes a absorveram de forma passiva, sem filtros, nem resistências. Assim, a cultura romana seguia uma via de mão única, que partia do centro do Império em direção às províncias, nunca o contrário. Dessa forma, pensava-se que a cultura local não era um agente do processo, pois não era capaz de interferir nos rumos da cultura romana, que se apresentava como homogênea em todas as regiões do Império. Os pesquisadores do período colonialista justificaram essa visão, inclusive, mediante os vestígios arqueológicos encontrados nos lugares dominados por Roma, muitos deles conectados aos cânones artísticos e arquitetônicos latinos, o que os levava a crer em uma unidade cultural para todo o Império Romano (LEPELLEY, 2016, p. 422).

⁹ Lepelley (2016, p. 421) cita alguns exemplos de estudiosos ligados ao contexto de imperialismo europeu (sécs. XIX e XX), como é o caso do latinista Gaston Boissier, do arqueólogo Paul Gauckler e do historiador René Cagnat, ambos defensores de uma visão que colocava os europeus como herdeiros diretos dos romanos, no que tange a sua missão de conquistar territórios e de civilizar o “outro”.

¹⁰ Mendes (1999, p. 311) indica como exemplos de estudiosos que defendiam um viés colonialista o historiador alemão Theodor Mommsen e o historiador inglês Francis Haverfield.

A partir da década de 1970, no contexto em que os países africanos e asiáticos lutavam por sua independência em relação às metrópoles europeias, surgiu, no âmbito acadêmico, sobretudo na África, um movimento de pesquisadores que buscaram refletir sobre o processo de romanização, tecendo críticas à maneira de se pensar até então. Tal perspectiva, conhecida como descolonizada, não apenas enfatizou temas como a resistência dos autóctones ao domínio romano, bem como procurou iluminar os aspectos culturais locais (LIMA NETO, 2015, p. 105-106).

Ambas as propostas citadas acima são problemáticas, uma vez que estão condicionadas a um viés ideológico que, ora enfatiza a ação romana sobre territórios dominados, ora ressalta o protagonismo das culturas locais, desprezando, dessa maneira, uma abordagem dos acontecimentos com imparcialidade, algo tão caro aos historiadores.

Embora continuemos a utilizar o termo em nossa pesquisa, por ausência de um conceito melhor, foi necessário dar novo significado a ele (ABREU E SOUZA, 2004, p. 202; LIMA NETO, 2011, p. 79; 2015; p. 106). Nesse sentido, muito nos auxiliou a perspectiva historiográfica pós-colonialista, que refez a compreensão sobre a dinâmica do imperialismo, seja o romano ou o europeu, a partir da década de 1960 (HINGLEY, 2010, p. 73; MENDES, 2008, p. 39-40; SILVA, 2013, p. 15-18).

Como afirmam Funari e Garraffoni (2018, p. 250), o modo como se pensava a helenização e a romanização passou a ser revisto, nessa época, devido à influência de movimentos sociais e intelectuais que tinham como objetivo romper com os paradigmas normativos do período colonial e nacionalista. Os autores asseguram que, com base no pensamento pós-colonial, as sociedades antigas e modernas “[...] passaram a ser vistas como realidades heterogêneas, conflitivas e diversas, contendo relações e interações sociais fluidas [...]”. Ainda no tocante ao paradigma pós-colonial, destacamos a contribuição das ideias de

Edward Said,¹¹ que moldaram o pensamento posterior acerca da dinâmica do imperialismo, como nos indica Norma Musco Mendes (1999, p. 307-308; 2010, p. 7).

Nessa fase revisionista, a Arqueologia também foi crucial, pois, mediante os vestígios materiais, tornaram-se visíveis as especificidades da romanização em cada região do Império Romano. Como afirma Soria (2013, p. 712), os estudos sobre o processo de romanização têm sido cada vez mais direcionados para o âmbito local, já que cada região do Império possuía suas especificidades culturais e, portanto, comportou-se de maneira distinta diante do contato com Roma. À vista disso, uma questão relevante na análise da romanização é formulada por Garraffoni (2008, p. 139), autora que nos convida a ter cuidado com o tratamento das fontes escritas, tendo em vista que elas podem ou não ser fidedignas à realidade que buscam representar. Assim, sempre que possível, faz-se necessário o emprego de fontes materiais, que se mostram menos influenciadas por um discurso pró-romano do que grande parte dos textos antigos. A cultura material é, portanto, uma saída que os historiadores pós-colonialistas encontraram para ficarem cada vez mais próximos da realidade local. Mediante o cruzamento de dados textuais e arqueológicos, chegou-se à conclusão de que o fenômeno da romanização é muito mais complexo do que pensavam os estudiosos do período colonial.

Isto posto, com base em Hingley (2010, p. 41), concebemos a romanização como um processo no qual prevaleceram trocas culturais em ambos os sentidos, do centro do Império para as regiões periféricas e vice-versa. Dessa forma, concordamos com Mendes (1999, p. 307), autora que propõe o afastamento “[...] da ideia de romanização como uma transferência unilateral de cultura ou como um processo generalizado e homogêneo ocorrendo entre dois sistemas culturais autônomos, um romano e outro indígena [...]”.

¹¹ Destacamos as obras *O Orientalismo*, publicada pela primeira vez em 1978, e *Cultura e imperialismo*, lançada em 1993. Todavia, consultamos a versão de *O orientalismo* publicada em 1990, e a edição de *Cultura e imperialismo*, lançada em 2011, ambas pela Companhia das Letras.

Além disso, buscamos demonstrar o protagonismo dos povos locais, ao absorverem ou não determinados traços da cultura romana, desconstruindo a visão que considera os nativos submissos a uma imposição cultural por parte de Roma. Nesse sentido, enfatizamos a diversidade cultural existente no âmbito do Império Romano, com especial atenção para o caso do território ibérico. Para tanto, baseamo-nos nas reflexões de Greg Woolf (1998), Richard Hingley (2005) e David Mattingly (2010), autores que ensinam ser preciso ampliar a escala de observação para compreender os desdobramentos da romanização em âmbito local, pois cada sociedade se posicionou de uma maneira diferente diante da cultura romana, gerando culturas híbridas, que estão longe de ter um caráter homogêneo, como outrora se supôs. Sendo assim, “[...] a principal preocupação da teoria pós-colonial é descentralizar Roma e explorar as múltiplas e divergentes experiências ocorridas no Império Romano” (MENDES, 1999, p. 313). Com base nisso, para a análise do território ibérico no contexto da romanização, fizemos uso de elementos da cultura material e enfatizamos os complexos processos de trocas culturais e resistências, explicando a romanização da Ibéria à luz dos pressupostos pós-coloniais.

Destarte, seguimos os parâmetros da Nova História Cultural, tendo como base, sobretudo, os trabalhos de Roger Chartier.¹² Para definir esse campo da História, Chartier (2002, p. 16-17), afirma que “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler [...]”. Sendo assim, compreendemos a *Geografia*, de Estrabão, como veículo de determinada representação, pois ela expressa a forma de o autor investir de sentido seu mundo, reproduzindo, por sua vez, a visão do grupo ao qual pertence. Assim, não cabe a nós, no presente, julgarmos as afirmações de Estrabão, mas, antes, devemos

¹² Destacamos, dentre as obras do autor, o livro *A História Cultural: entre práticas e representações*, e o artigo *O mundo como representação*, este último traduzido para o português e publicado no Brasil, em 1991. Mediante esses textos, Chartier indica o surgimento de uma História Cultural do Social, bem como explica sua concepção acerca das representações sociais.

procurar entender a maneira como sua identidade greco-romana se expressa no texto. A respeito disso, Chartier (2002, p. 17) afirma que representações sociais “[...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. Portanto, foi necessário identificar a qual grupo social Estrabão pertencia para discernir os motivos pelos quais ele forjou uma representação do espaço físico e cultural ibérico. Partimos do pressuposto de que o texto não é neutro, uma vez que se encontra eivado de influências provenientes do grupo ao qual o autor pertencia, a saber, a elite greco-romana. Do mesmo modo, o situamos o autor no seu contexto histórico, tomando como referência o período no qual viveu e por quais espaços circulou. Outra questão que abordamos, com o auxílio do conceito de representação, é a relação de Estrabão com a elite política do Império Romano, que, de certa forma, influenciou sua representação dos espaços conquistados por Roma.

Compreendemos o Livro III da *Geografia* como um discurso que visava promover a conquista da Ibéria por Roma e a transformação de seu espaço físico e cultural, tendo como referência o *modus vivendi* romano. Portanto, não é possível desvincular o discurso de Estrabão da expansão imperialista romana, iniciada no século III a.C. e perpetuada até o Principado. Sendo assim, corroboramos Chartier (2002, p. 17), no sentido de que os discursos produzem estratégias e práticas, cuja conexão, em âmbito material, é explícita, tendo em vista que Estrabão, ao representar o espaço ibérico, indica as ações que deveriam ser tomadas pelos governantes romanos, a fim de garantir a submissão dos povos nativos e a imposição da cultura romana sobre eles, de modo a transformar não apenas suas práticas culturais, como também o espaço físico que os cercava.

Vinculados ao conceito de representação, estão os conceitos de identidade e alteridade, visto que, como afirma Silva (2004, p. 15), “[...] a fixação de identidades é um processo que

depende sempre da maneira pela qual um determinado grupo concebe, interpreta ou representa o seu mundo [...]”. Dito isso, com base em Woodward (2007, p. 8-9), definimos identidade como o modo de viver singular que caracteriza determinado conjunto de indivíduos. Para Woodward, o processo de definição de identidade é marcado pela diferença, ou seja, os grupos sociais se diferenciam de acordo com sua forma de ser no mundo, de se relacionar com o ambiente em que vivem e de conceber o seu próprio espaço vivencial. Nesse sentido, a identidade é relacional, pois se estabelece a partir da relação entre o “eu” e os “outros” (SILVA, 2004, p. 20).

Ao mesmo tempo, ao afirmar uma identidade do “eu”, define-se para ela uma alteridade, uma vez que, como afirma Silva (2004, p. 23), uma determinada identidade social, quando concebida, define normas de conduta para seus membros. Assim, tudo aquilo que não faz parte das regras estabelecidas pelo grupo é considerado como estranho, desviante, não adequado, ou seja, a alteridade propriamente dita.

Desse modo, ao representar a Ibéria, Estrabão expõe os elementos que constituem sua própria identidade, a greco-romana,¹³ frente à alteridade de determinadas sociedades locais, que não haviam absorvido ainda as práticas culturais greco-romanas e que, por isso, eram consideradas menos avançadas, sempre ligadas à barbárie. Portanto, é a partir do choque entre a identidade e a alteridade que Estrabão constrói uma dicotomia entre o Norte e as regiões sul e leste da Península. Enquanto estas últimas são consideradas como o espaço do “eu”, onde se

¹³ Concordamos com Norma Musco Mendes (2001, p. 27), no sentido de que há um conjunto de objetos da cultura material, bem como testemunhos escritos, por meio dos quais verificamos uma cultura oficial ou “cultura imperial”. Trata-se dos usos e costumes, religião, arquitetura, língua, direito, entre outras coisas, que definem o que é ser romano, ou seja, são os atributos da identidade romana propriamente dita. Portanto, para ser considerado romano, um indivíduo ou grupo deveria compartilhar dessas características, caso contrário, seria enquadrado na categoria do “outro”, da alteridade. Contudo, não acreditamos numa identidade única para todo o Império Romano, pois, como dissemos, cada povo que entrou em contato com os romanos interagiu de maneira diferente, o que gerou um Império marcado pela diversidade cultural.

expressa uma identidade greco-romana, no Norte, constatamos um conjunto de usos e costumes que demonstram a maneira de ser do “outro”, ou seja, a alteridade propriamente dita. Sendo assim, mediante a leitura da fonte, verificamos como Estrabão representa sua identidade e, ao mesmo tempo, define os elementos que constituem a alteridade ibérica. Por conseguinte, percebemos o quanto a definição da alteridade é importante para Estrabão, como uma estratégia visando ao domínio do norte da Ibéria por Roma, tendo em vista que os espaços romanizados do Sul e do Leste são considerados como modelos a serem adotados, também, pelas demais áreas da Península.

Nesse contexto de construção de identidades e alteridades, o espaço se apresenta como uma categoria importante a ser pensada, até porque, como afirma Navarro (2007, p. 3), o espaço é uma das dimensões essenciais da vida humana. Segundo Martina Löw (2013, p. 17), com o surgimento de um mundo globalizado, sobretudo a partir da década de 1970, rompeu-se a noção tradicional de espaço, adotando-se uma nova abordagem, que busca entender esse conceito, diante da nova configuração do mundo pós-globalização, num movimento conhecido como *spatial turn*, que significa “virada espacial”, o que revela uma mudança na forma de pensar o espaço e sua relação com a sociedade. Nesse sentido, Löw afirma que “[...] o espaço é não apenas um contêiner ou uma realidade apriorística da natureza; diferentemente, ele precisa ser pensado e investigado como condição e resultado de processos sociais [...]”. Sendo assim, o espaço não deve ser visto simplesmente como um local físico, no qual as relações sociais ocorrem, mas antes, devemos entender que ele próprio interfere nas relações sociais e, ao mesmo tempo, sofre o impacto da ação humana. Do ponto de vista historiográfico, o espaço é, da mesma forma que o tempo, uma categoria que não pode estar ausente da análise histórica, visto que todos os processos sociais ocorrem em determinado espaço. Dessa maneira, o espaço pode ser considerado como a materialidade física ou, ainda, como um campo que é gerado por meio das relações sociais, que podemos chamar de espaço simbólico (BARROS, 2017, p. 15-

16). Destarte, quando nos referimos ao espaço da Ibéria, englobamos tanto os aspectos físicos, quanto as práticas culturais dos povos que ocupavam aquele território.

Por fim, tivemos como foco analisar a produção de isotopias e heterotopias, dois conceitos bastante úteis quando se trata da problemática espacial. Para Lefebvre (1999, p. 45, 120), o lugar ou *topos* é formado por um conjunto de características físicas e simbólicas e é ocupado por indivíduos que se reconhecem como semelhantes. Tudo que define e se assemelha a esse lugar entra na categoria que o autor denomina como isotopia. Nesse sentido, isotopia é um conceito utilizado para se referir a “lugares mesmos”. Assim como há lugares semelhantes, existem também lugares diferentes, onde se encontra o “outro”, a alteridade, com suas características próprias. Para tais lugares, utilizamos o termo heterotopia. Dessa forma, os conceitos de isotopia e heterotopia foram empregados com o objetivo de esclarecer os espaços que são considerados por Estrabão como lugares mesmos, logo, isotópicos, e os que são enxergados como lugares outros, portanto, heterotópicos. A *Geografia* nos oferece meios para realizar essa análise, uma vez que Estrabão se vale de uma série de características físicas e culturais para operar uma diferenciação entre o Norte e as regiões sul e leste da Península Ibérica, de modo que o Norte é visto como uma heterotopia e o Sul e o Leste como uma isotopia. Além disso, Estrabão tem a civilização romana como modelo para determinar o que são isotopias e heterotopias, ou seja, são incluídos na categoria de isotopias os espaços semelhantes a Roma, que tendem a uma maior assimilação da cultura romana, enquanto na categoria das heterotopias temos os espaços não romanizados, que também podemos chamar de pré-romanos.

Em relação ao método utilizado para analisar o Livro III da *Geografia*, aplicamos a *Análise de Conteúdo*, tal como concebida por Laurence Bardin. Conforme nos indica Silva (2015, p. 136), o método de análise das fontes deve satisfazer às necessidades da pesquisa,

auxiliando o pesquisador a alcançar seus objetivos e comprovar suas hipóteses. Optamos, assim, pela *Análise de Conteúdo*, pois tal método nos permite evidenciar com mais clareza o objeto da pesquisa, que é a polarização realizada por Estrabão entre o Norte e as regiões sul e leste da Ibéria. Conforme veremos adiante, por meio das unidades de registro que compõem o complexo categorial, obtivemos uma visão geral do Livro III da *Geografia* que nos permitiu constatar a existência de uma distinção entre espaços isotópicos e heterotópicos, o que atende, dessa forma, aos nossos objetivos e hipóteses.

Segundo Bardin (2011, p. 124), a *Análise de Conteúdo* se divide em três fases: a pré-análise, a exploração do material, e a última delas, que consiste no tratamento dos dados obtidos, na inferência e na interpretação. Como resultado, obtém-se um texto que, no nosso caso, é de caráter historiográfico.

A pré-análise é a fase inicial da pesquisa, que se concretiza na construção de um plano de análise, ou seja, de um projeto de investigação da fonte textual. Tem por objetivo a organização e sistematização da pesquisa, visando a alcançar dados concretos e confiáveis. Essa fase possui três objetivos principais, a saber: a escolha das fontes a serem analisadas, a formulação de hipóteses e objetivos, e a elaboração de indicadores que darão suporte à interpretação final (BARDIN, 2011, p. 124).

Tal como indicado por Bardin (2011, p. 126), realizamos a “leitura flutuante” do Livro III da *Geografia*. Logo na primeira leitura, notamos que Estrabão realiza uma diferenciação entre o Norte e as regiões sul e leste da Ibéria, com base em vários aspectos, como o solo, o clima, a alimentação, os usos e costumes, entre outros aspectos. Nesse momento, formulamos as duas hipóteses já citadas nesta introdução, bem como mobilizamos alguns conceitos norteadores, que nos auxiliaram na investigação do nosso objeto de pesquisa. Em seguida,

elencamos diversos índices e indicadores, para a comprovação das hipóteses, conforme mostraremos adiante, por meio dos complexos categoriais.

Na fase da “leitura flutuante”, também delimitamos o nosso *corpus* documental, que é composto apenas pelos quatro primeiros capítulos do Livro III da *Geografia*. Isso porque o quinto capítulo é voltado para as ilhas localizadas na costa da Ibéria. Como nosso objetivo é analisar a polarização existente no território peninsular, não faria sentido incluir, na análise, o capítulo que versa sobre as ilhas. A partir da leitura da fonte, com base nos índices revelados, formulamos diversos indicadores que nortearam a fase de exploração do material (BARDIN, 2011, p. 126, 130).

A segunda etapa da *Análise de Conteúdo* é a exploração do material, que deve ser realizada mediante as operações elencadas na pré-análise. É nesse ponto que se realiza a codificação, procedimento no qual retiramos os dados brutos da fonte e os sistematizamos, de maneira que eles possam ser representativos em relação ao conjunto do texto. Há várias formas de empreender a codificação, dentre elas a que utilizamos, denominada categorização. Na categorização, adotamos a prática de recorte na composição das unidades de registro, por meio da qual extraímos os elementos da documentação que são importantes e os reunimos em unidades de registro, as quais, agrupadas, formam um complexo categorial que tem por objetivo orientar a análise do texto (BARDIN, 2011, p. 131, 133).

Tendo em vista essas diretrizes metodológicas, e buscando uma melhor organização dos dados, criamos dois complexos categoriais. O primeiro complexo trata, de maneira específica, dos aspectos naturais da Ibéria, enquanto o segundo visa à análise dos aspectos etnográficos. Essa divisão entre aspectos naturais e culturais segue a própria lógica do texto de Estrabão, visto que são esses os eixos principais que o autor toma como base para realizar a sua descrição da *oikoumene*. Além disso, dividimos o complexo em duas colunas, sendo uma para o sul e

leste da Península e a outra para a região norte. Dessa maneira, podemos visualizar melhor o contraste entre as duas regiões.

Quadro 1 – Aspectos naturais da Ibéria

ESTRABÃO. <i>Geografia</i>. Livro III.			
Referências	Aspectos naturais	Espaço	
		Sul e Leste	Norte
	Solo		
	Recursos hídricos		
	Clima		
	Relevo		
	Minerais		
	Flora		
	Fauna		

Fonte: autoria própria

Nesse primeiro complexo categorial, incluímos todos os elementos ligados à natureza local. O primeiro aspecto, o solo, serviu para nos indicar quais espaços são próprios ou impróprios para a agricultura que, por sua vez, é essencial para o sustento da população. Da mesma forma, os recursos hídricos, ou seja, a presença de água, seja para consumo ou para navegação, também são abordados por meio do complexo. O clima é outro aspecto que influencia diretamente na vida local, visto que climas severos, seja pelo calor ou pelo frio, são considerados inadequados por Estrabão, condicionando as práticas culturais de determinada sociedade. O relevo também é abordado no complexo, tendo em vista que o geógrafo localiza, na Ibéria, ambientes de planície, que são contrapostos às zonas montanhosas. A presença de minerais, por seu turno, está diretamente ligada à riqueza de uma região, já que os minerais

serviam, de acordo com a lógica de Estrabão, para a cunhagem de moedas e para a produção de artigos de luxo.

Finalizada a parte que trata dos aspectos físicos, voltamos nosso olhar para as características biológicas da Ibéria, ou seja, a constituição da fauna e da flora locais. Tais aspectos também estão relacionados, de certa forma, com a subsistência das populações, pois os animais e plantas que Estrabão destaca são aqueles produzidos para a subsistência e, no caso de produção em excesso, eles eram exportados, de modo que contribuía para a economia local. A seguir, apresentamos nosso segundo complexo categorial, que trata dos aspectos etnográficos da Ibéria.

Quadro 2 – Aspectos etnográficos da Ibéria

(continua)

ESTRABÃO. <i>Geografia</i>. Livro III.			
Referências	Aspectos etnográficos	Espaço	
		Sul e Leste	Norte
	Distribuição da população		
	Agricultura		
	Mineração		
	Práticas comerciais		
	Navegação		
	Técnicas e práticas militares		
	Educação, língua e escrita		
	Religião		
	Alimentação		
	Fisionomia		
	Roupas e acessórios		

Quadro 2 – Aspectos etnográficos da Ibéria

(conclusão)

ESTRABÃO. <i>Geografia</i> . Livro III.			
Referências	Aspectos etnográficos	Espaço	
		Sul e Leste	Norte
	Usos e costumes diversos: o banho, a maneira de dormir, o casamento e a coragem.		

Fonte: autoria própria

O segundo quadro foi utilizado para analisarmos as características etnográficas da Ibéria. Mediante o primeiro tema, a distribuição da população, verificamos a maneira pela qual Estrabão representa os espaços pouco habitados e aqueles com maior densidade populacional. Em seguida, tratamos de um aspecto central da análise, que é a descrição dos aspectos urbanos da Ibéria. Segundo o autor, a presença ou ausência de cidades é um ponto crucial para a diferenciação entre povos bárbaros e civilizados. Além disso, Estrabão emprega a disposição dos povos ibéricos em cultivar alimentos e se dedicar à mineração para promover a dicotomia entre as regiões da Ibéria. Por conseguinte, cultivar o solo e praticar a mineração são ações ligadas às práticas comerciais, que, por sua vez, revelam as alianças entre romanos e autóctones. Todos esses pontos interconectados fazem com que um espaço seja tido como isotópico ou heterotópico. Dessa maneira, o *status* de uma população pode mudar, dependendo do nível de seu contato com Roma, sobretudo no tocante às práticas comerciais.

Outrossim, as técnicas de navegação também são um tema importante na diferenciação entre os espaços, pois elas proporcionam o contato cultural, o fluxo de produtos comercializáveis e, conseqüentemente, a produção de riqueza. Outro tema do Livro III que analisamos é a disposição ou não dos povos ibéricos para a guerra, bem como suas técnicas e instrumentos militares, o que serve para distinguir se são selvagens ou não. Também constam,

no nosso segundo complexo, os aspectos relacionados à educação, à língua e à escrita, assim como os aspectos religiosos, já que Estrabão se debruça sobre os cultos e rituais de diversas populações ibéricas sob o viés da diferenciação entre barbárie e civilização. Da mesma forma, verificamos que os aspectos fisionômicos, como a barba e o cabelo, são contemplados na descrição de Estrabão. Ademais, o autor descreve a maneira como os povos da Ibéria se vestiam, daí a importância de nos atermos à indumentária. Já a alimentação é considerada por nós num sentido duplo, pois tratamos tanto dos alimentos que os ibéricos utilizavam em suas refeições, quanto das cerimônias realizadas por eles durante o ato da alimentação. Por fim, discutimos a forma como Estrabão aborda os diversos usos e costumes dos ibéricos, que revelam, para ele, um caráter bárbaro ou civilizado da população.

A partir dos dados coletados da fonte, passamos então à terceira e última etapa da *Análise de Conteúdo*, que é a do cruzamento dos dados obtidos com os conceitos norteadores, a fim de responder aos nossos objetivos e comprovar nossas hipóteses. Por meio desses dados podemos propor algumas conclusões, o que faremos no terceiro capítulo e nas considerações finais (BARDIN, 2011, p. 131).

Nossa dissertação se divide em três capítulos. O primeiro, cujo título é *Estrabão e o conhecimento geográfico na Antiguidade*, apresenta elementos ligados a vida e obra de Estrabão. Quando e onde nasceu, a participação de sua família na política do Reino do Ponto e sua formação cultural são algumas questões a serem respondidas por meio do capítulo. Ademais, abordamos elementos ligados à produção intelectual de Estrabão, fazendo uma análise de suas duas obras, *Comentários Históricos* e *Geografia*. Por fim, nos debruçamos sobre o processo de produção, transmissão e recepção da obra *Geografia*.

No capítulo *O imperialismo romano e a Ibéria*, analisamos a expansão romana para o Ocidente, no contexto da Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), quando os romanos anexaram o território ibérico ao seu domínio. Apresentamos as fases da conquista romana da Ibéria, processo que se estendeu por cerca de dois séculos, além de destacarmos algumas transformações no espaço físico e simbólico das sociedades pré-romanas, quando integradas ao mundo romano, fenômeno estudado mediante a perspectiva da romanização.

No terceiro capítulo, denominado *O espaço ibérico entre isotopias e heterotopias*, trabalhamos de forma detalhada os dados recolhidos da fonte. Em primeiro lugar, demonstramos a maneira pela qual Estrabão enxerga o espaço ibérico em termos gerais: dimensões, marcos fronteiriços e grupos populacionais que ocupavam a Península. Em seguida, analisamos a construção de espaços isotópicos e heterotópicos por Estrabão, tendo como base tanto as características naturais, quanto etnográficas da Península.

ESTRABÃO E O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NA ANTIGUIDADE

O que sabemos sobre Estrabão?

Tudo o que sabemos sobre Estrabão é proveniente de seus próprios textos. As informações biográficas contidas na *Geografia*, são, portanto, aquilo que o próprio autor pretendeu revelar sobre si. Desse modo, há muitas lacunas a serem preenchidas no tocante à vida do autor, diante da escassez de dados que nos legou. Uma saída para conhecermos melhor vida e obra de Estrabão seriam as referências colhidas em autores contemporâneos. Contudo, Estrabão foi pouco conhecido em sua época, ou, pelo menos, os autores, por algum motivo que não conhecemos, decidiram não o citar em suas obras.

Os dados biográficos fornecidos por Estrabão se encontram dispersos pela *Geografia*. Isso porque, como sabemos, não era seu objetivo escrever uma autobiografia, na qual os eventos de sua vida estivessem todos sistematizados. Entretanto, talvez como uma forma de se promover diante da elite greco-romana, Estrabão inseriu, em *Geografia*, dados sobre sua família, ao tratar de regiões como a ilha de Creta e o reino do Ponto, pois, como veremos adiante, a família de Estrabão teve grande importância política e militar no Oriente. Ademais, boa parte das informações sobre o autor são incompletas, o que acaba gerando debates entre os pesquisadores, sobretudo no caso da data de nascimento e também da data e local de composição da *Geografia* (DUECK, 2000, p. 1). Nesse sentido, cabe a nós consultar a obra com o propósito de saber um pouco mais acerca da vida de Estrabão, além de nos inteirarmos sobre o que se tem produzido recentemente a respeito do autor.

Começemos, então, explicando o substantivo próprio “Estrabão”, proveniente do grego *Στράβων*. É curioso o fato de o nome do autor não ser citado sequer uma única vez na *Geografia* (CLARKE, 1997, p. 98), tendo em vista que todo o texto é marcado pelo uso da terceira pessoa do plural, um marcador de impessoalidade, recurso estilístico que Estrabão toma de empréstimo

a autores que lhe precederam, como Políbio (DESERTO; MARQUES, 2016, p. 15). Porém, identificamos que o autor da *Geografia* se chama Estrabão por meio das referências posteriores que são feitas a ele. Desse modo, é pelo nome Estrabão que o geógrafo é referenciado por autores antigos e nos manuscritos. Entre esses autores e fontes, contam-se Plutarco (séc. I-II), que, em sua obra *Vidas Paralelas*, indica Estrabão como filósofo e autor de um trabalho historiográfico;¹⁴ a *Suda* (séc. X), que atribui a Estrabão de Amásia a autoria de uma obra geográfica composta por dezessete livros; além dos manuscritos medievais intitulados “Geografia de Estrabão” (DUECK, 2000, p. 7).

É provável que “Estrabão” esteja diretamente ligado à condição física do autor, tendo em vista que o termo significava, tanto para os gregos, quanto para os romanos, o desalinhamento do globo ocular (POTHECARY, 1999, p. 691-692).¹⁵ Além disso, não temos informações suficientes para afirmar se esse nome lhe foi dado por sua família desde o nascimento ou se trata-se da maneira pela qual o autor passou a ser chamado após adquirir a cidadania romana (DESERTO; MARQUES, 2016, p. 15).¹⁶

Embora seja difícil detectarmos os marcos temporais da vida de Estrabão, sabemos que ele viveu na transição entre os séculos I a.C. e I d.C. De acordo com Dueck (2000, p. 1), na *Suda*, Estrabão é citado como um autor que viveu “na época de Tibério”, imperador que governou Roma entre os anos 14 e 34. Porém, tal informação é muito vaga, o que torna necessária a realização de mais pesquisas visando precisar as datas de nascimento e morte do autor. Como Estrabão não indica sua data de nascimento na *Geografia*, e tendo em vista que

¹⁴ Plutarco (*Lucullus*, 28.7).

¹⁵ Daí deriva o termo estrabismo, utilizado nos dias atuais, cujo sinônimo é vesguice. Segundo Daniela Dueck (2000, p. 7), a utilização de cognomes era muito comum entre os membros da elite romana do período republicano. Tais cognomes se referiam, principalmente, a aspectos físicos, em especial àqueles que demonstravam alguma deficiência evidente, como no caso de Estrabão.

¹⁶ Para informações detalhadas sobre as hipóteses referentes à origem do nome Estrabão, consultar Dueck (2000, p. 7-8).

nenhum autor contemporâneo fornece detalhes quanto a isso, torna-se difícil a fixação desses marcos temporais. Sendo assim, a data de nascimento de Estrabão, em especial, tem sido motivo de controvérsia entre os pesquisadores que se debruçam sobre sua biografia, os quais, nas entrelinhas da *Geografia*, buscam detectar o contexto exato no qual o autor viveu (AUJAC; LASSERRE, 1969, p. vii).

Benedict Niese foi um dos primeiros estudiosos que se dedicaram a desvendar a data de nascimento de Estrabão, argumentando ser possível identificá-la por meio dos marcadores cronológicos utilizados na *Geografia*.¹⁷ Para Niese, quando Estrabão afirma que algum evento histórico ocorreu “em meu tempo”, ele estaria se referindo a um fato que aconteceu após o seu nascimento. Do mesmo modo, Estrabão utilizaria a expressão “um pouco antes do meu tempo” para indicar eventos que ocorreram antes do seu nascimento. Com isso, Niese acredita que Estrabão cria, na *Geografia*, uma divisão temporal entre eventos que ocorreram antes do seu nascimento e eventos posteriores ao seu nascimento (SILVA, 2013, p. 53-54).¹⁸

Niese, então, concebeu um método para detectar a data de nascimento de Estrabão, que consistia, a princípio, em estabelecer o evento mais recente que Estrabão afirmava ter ocorrido “um pouco antes de meu tempo”, a saber, a reorganização política da Paflagônia, empreendida por Pompeu, na primeira metade de 64 a.C. Niese também observou que o evento mais antigo para o qual Estrabão utiliza a expressão “em meu tempo” é a reorganização do sistema político da Galácia, realizada igualmente por Pompeu, entre 63 e 62 a.C. Dessa maneira, dispondo de

¹⁷ Benedict Niese trata dessa questão nos artigos *Beiträge zur Biographie Strabos*, de 1878, e *Straboniana*, de 1883.

¹⁸ Jones (1960, p. xiv) e Lasserre (1969, p. viii) concordam com a ideia proposta por Niese. Entretanto, suas obras foram lançadas antes da publicação do artigo de Sarah Pothecary (1997), no qual a autora defende uma nova proposta sobre o assunto.

datas exatas para tais eventos, e recorrendo a outras fontes, Niese concluiu que Estrabão teria nascido entre 64 e 63/62 a.C. (DUECK, 2000, p. 1-2).¹⁹

Mais de um século após a publicação dos artigos de Niese, Sarah Pothecary (1997), no entanto, defendeu uma hipótese diferente. Assim como Niese, Pothecary interpreta os marcadores temporais presentes na obra de Estrabão, indicando-nos uma data aproximada para o nascimento do autor. Porém, ao contrário do que Niese acredita, para Pothecary, as expressões temporais não são utilizadas pelo autor tendo sua data de nascimento como referência. A autora defende que, na verdade, Estrabão toma como base os eventos históricos importantes que marcaram a região do Ponto, como é o caso da ruptura política causada pela conquista romana daquela região, em 66 a.C., e a posterior reorganização administrativa do território que pertencia ao antigo reino de Mitrídates, entre os anos 65 e 63 a.C. Dessa forma, Pothecary acredita que a expressão “em nosso tempo” se refere à época posterior à conquista romana, ao passo que a expressão “um pouco antes do nosso tempo”, alude à fase anterior à conquista romana, quando Mitrídates ainda reinava sobre o Ponto. Para defender sua hipótese, Pothecary questiona o fato de Estrabão se valer da sua própria data de nascimento como indicador de um contexto de eventos importantes, já que isso pressupõe que seus leitores deveriam saber quando ele teria nascido.²⁰ Assim, Pothecary acredita ser mais viável admitirmos que os marcadores temporais da *Geografia* fundamentam-se na conquista romana do Ponto, fato do qual a maioria do público deveria estar ciente.²¹ Apesar de recusar a explicação de Niese para os marcadores

¹⁹ Acerca do mesmo assunto, consultar Pothecary (1997, p. 235, 238).

²⁰ Este argumento também se fortalece no caso da expressão “no tempo dos meus pais”, utilizada na *Geografia*. Neste caso, Estrabão indica o período de governo de Mitrídates, no qual seus pais viveram, e não o tempo de vida biológico de seus pais. Caso contrário, teríamos que assumir que todos os leitores da *Geografia* sabiam a data de nascimento e morte dos pais de Estrabão (POTHECARY, 1997, p. 244).

²¹ Interessante notar que, assim como Estrabão toma de empréstimo ao texto de Políbio a utilização da terceira pessoa do plural, como expusemos no início deste capítulo, ele também se vale de uma estratégia do mesmo autor no que tange ao emprego de determinados marcadores temporais, os quais não se referem à data de nascimento em si, mas, sim, a acontecimentos históricos contemporâneos (POTHECARY, 1997, p. 245-246).

temporais da *Geografia*, Potheary propõe uma data de nascimento para Estrabão relativamente próxima daquela indicada por Niese, a saber, algum momento entre os anos 65 e 50 a.C.²²

Quanto à data da morte de Estrabão, é consenso entre os pesquisadores que o autor tenha morrido por volta de 23 d.C., tendo em vista que remontam a este ano os últimos eventos descritos na *Geografia*, a saber: a morte de Juba II, rei da Mauritânia e da Líbia, e a posterior ascensão de seu filho, Ptolomeu, ao trono.²³ Sendo assim, cremos que Estrabão estaria vivo quando tais mudanças políticas ocorreram na Líbia, tendo morrido logo em seguida, já que o autor não inclui novos dados em sua obra (DUECK, 2000, p. 2). Ademais, caso adotemos 64/63 a.C. como ano de seu nascimento, Estrabão teria falecido com mais de 85 anos.

A cidade natal de Estrabão é Amásia, no Ponto, localizada na atual República da Turquia. Sabemos que o autor nasceu nessa cidade, pois a ela se refere como “minha pátria” ou, então, “nossa cidade” (Str., *Geo.*, XII, III, 15, 39). Apesar de sabermos o local de nascimento de Estrabão, não temos notícia de onde ele teria passado seus últimos dias de vida. Uma das hipóteses mais prováveis é a de que Estrabão tenha morrido na sua cidade natal, como nos indica Zuliani (1999, p. 14-15). Jones (1960, p. xxi), por sua vez, aprofunda essa questão, propondo que Estrabão tenha vivido seus últimos anos em Amásia, tendo em vista que a distância dos grandes centros pode ser uma das explicações para a ausência de informações sobre acontecimentos políticos recentes do Império, na *Geografia*. Entretanto, como indica Dueck (2000, p. 2-3), Roma e Nápoles podem ser consideradas como cidades onde Estrabão teria vivido até sua morte.

²² Outras datas ainda são propostas. Por exemplo, Tozer (1893, p. 2) afirma que a data de nascimento de Estrabão está situada entre 68 e 54 a.C. Aujac e Lasserre (1969, p. viii), por sua vez, afirmam que P. Meyer, autor que publicou uma edição da *Geografia*, no século XIX, também propõe o ano de 68 a.C. para a data de nascimento de Estrabão. Os autores ainda propõem 67/66 a.C. ou 66-60 a.C. Contudo, Aujac e Lasserre preferem confiar nos argumentos de Benedict Niese.

²³ Ver Estrabão (*Geo.*, XVII, III, 7) para mais detalhes sobre as mudanças que ocorreram no governo da Líbia, após a morte de Juba II.

Antes da época helenística, Amásia, assim como toda a região do Ponto, faziam parte de uma satrapia do Império Persa, administrada pela elite da cidade de Cio. Após a conquista da satrapia por Antígono, no século IV a.C., a elite de Cio fugiu em direção à Paflagônia, onde seu líder, Mitrídates III,²⁴ fundou, em 281 a.C., o Reino do Ponto, inaugurando uma dinastia que governou a região até a conquista romana (DUECK, 2000, p. 3). Entre 281 e 183 a.C., o Ponto foi administrado a partir da cidade de Amásia. Alguns dos reis que o governaram foram enterrados ali, como o próprio Estrabão nos indica na *Geografia* (Str., *Geo.*, XII, III, 39).²⁵ Porém, em 183 a.C., a cidade deixou de ser a capital do reino, que passou a ser administrado a partir de Sinope, por decisão de Farnaces I (GARCÍA BLANCO, 1992, p. 15).²⁶

Vejamos, a seguir, um trecho no qual Estrabão descreve Amásia:

Minha cidade está situada em um grande vale profundo, através do qual flui o rio Íris. Tanto pela previsão humana, quanto pela natureza, é uma cidade admiravelmente concebida, porque pode, ao mesmo tempo, proporcionar a vantagem de uma cidade, como de uma fortaleza, pois consiste em uma rocha alta e escarpada cortada sobre o rio [...] (Str., *Geo.*, XII, III, 39).²⁷

Entre 89 e 63 a.C., Roma e o Reino do Ponto guerrearam pelo domínio do território e pela influência política no Oriente. Ao todo, ocorreram três guerras entre Roma e o Ponto, conhecidas como Guerras Mitridáticas. No final da terceira e última Guerra Mitridática, em 63 a.C., o exército de Mitrídates Eupator foi derrotado e o território pântico passou, então, a fazer parte do Império Romano. Sendo assim, Estrabão nasceu no período em que o Ponto já se encontrava sob domínio romano, o que justifica sua filiação à causa política de Roma. Em outras palavras, Estrabão se via como membro do Império, não apenas compartilhando os valores da cultura greco-romana, mas também participando da vida política de Roma, num momento de

²⁴ Também conhecido de Mitrídates I Ctistes.

²⁵ Acerca das tumbas dos reis encontradas em Amásia, ver Fleischer (2009).

²⁶ Estrabão (*Geo.*, XII, III, 11) descreve a cidade de Sinope, localizada na costa do Mar Negro, informando que ela foi, durante muito tempo, autônoma, mas acabou sendo submetida por Farnaces I, mantendo-se sob controle dos reis do Ponto até Mitrídates Eupator, o último rei pântico. Em seguida, Sinope foi anexada ao Império Romano.

²⁷ Todas as traduções presentes nesta dissertação são de responsabilidade do autor.

consolidação da unidade imperial, com a criação do sistema político do Principado e o advento da *Pax Romana*.

Uma família influente

Outra questão à qual devemos nos ater se refere à posição política e militar da família de Estrabão, tanto durante a época do Reino do Ponto quanto após a sua anexação ao *dominium mundi* romano.²⁸ Quanto a isso, os Livros X, XI e XII da *Geografia*, nos quais Estrabão descreve, dentre outras regiões, a ilha de Creta e o Ponto, são fundamentais para a investigação sobre os seus familiares, tendo em vista que alguns membros da família materna do autor desempenharam um papel relevante no governo dessas regiões.²⁹ Quando Estrabão trata dos acontecimentos políticos e militares do Ponto, ele insere, na narrativa, dados sobre seus familiares, que eram agentes políticos ativos, sobretudo à época de Mitrídates Evergetes (150-120 a.C.) e de Mitrídates Eupator (120-63 a.C.).

O mais antigo ascendente de Estrabão mencionado na *Geografia* é seu trisavô por via materna, de nome Dorilau, conhecido como “o Tático”. O cognome de Dorilau nos indica que se tratava de alguém que detinha uma função importante no exército do Ponto, uma vez que teria obtido reconhecimento popular devido à eficiência das táticas militares que empregava contra os inimigos de sua pátria (Str., *Geo.*, XII, III, 33). Ao descrever a ilha de Creta, em especial a cidade de Cnossos, na qual viveu Dorilau, Estrabão menciona que seu trisavô era general e amigo de Mitrídates Evergetes. Dentre suas obrigações para com o Reino do Ponto

²⁸ Segundo Jones (1960, p. xiv), a família de Estrabão pode ser considerada de linhagem mista, com ascendentes gregos e asiáticos. Todavia, no tocante à língua, cultura e educação, Estrabão era completamente grego.

²⁹ Além da *Geografia*, há alguns autores antigos que nos fornecem informações sobre os familiares de Estrabão, embora não indiquem a relação desses parentes com Estrabão. É o caso de Apiano (*Guerra Mitridática*, 17; 49); Plutarco (*Lucullus*, 17.3 e *Sulla*, 20.2-3) e Memnon, cuja obra chegou aos dias atuais fragmentada (*FGrH* 434 F 1). Tais autores citam as atividades militares desempenhadas por Dorilau, o jovem, no Reino do Ponto, mas não mostram o parentesco desse general com Estrabão, apesar de sabermos que os dois são parentes (DUECK, 2000, p. 6-7).

estava a de recrutar mercenários da ilha de Creta, da Grécia e da Trácia para compor as fileiras do exército pântico.³⁰ Estrabão relata também que Dorilau se encontrava na ilha de Creta na ocasião da guerra civil entre as cidade de Cnossos e Gortina.³¹ Por ter lutado nesta guerra como general e pelo fato de, rapidamente, ter controlado a situação, Dorilau teria obtido grandes honras e recompensas.³² Porém, Dorilau decidiu abandonar a vida militar e permanecer residindo em Cnossos após receber a notícia de que Mitrídates Evergetes havia sido assassinado, em 120 a.C., na capital do Ponto, Sinope, vítima de uma conspiração arquitetada por seus próprios amigos.³³ Na ocasião, o governo do Ponto passou para as mãos da rainha Laódice³⁴ e de seus filhos, sendo que um deles, Mitrídates Eupator, tornou-se herdeiro do trono com apenas onze anos de idade (Str., *Geo.*, X, IV, 10).

Dando continuidade à descrição de sua genealogia, Estrabão afirma que seu trisavô, Dorilau, gerou três filhos com uma macedônia chamada Estérope. Deles, dois eram homens, Lágetas e Estratarcas, e um era mulher, cujo nome não é citado. Lágetas veio a ser, precisamente, o bisavô de Estrabão. Acerca de Estratarcas, irmão de seu bisavô, Estrabão afirma tê-lo conhecido quando este já tinha uma idade bastante avançada (Str., *Geo.*, X, IV, 10).³⁵

O irmão de Dorilau, Filetero, também é citado na *Geografia*. Ele possuía um filho, cujo nome também era Dorilau. A partir daqui, é preciso termos bastante atenção para não confundirmos os familiares de Estrabão, tendo em vista que dois deles portavam o mesmo nome. Nesse sentido, quando mencionamos Dorilau, o Tático, estamos indicando o trisavô de

³⁰ Dueck (2000, p. 5) afirma que este recrutamento teria ocorrido no ano de 121 a.C.

³¹ Segundo Aujac e Lasserre (1969, p. x), Dorilau foi nomeado como general pelo povo de Cnossos na luta contra Gortina.

³² Estrabão não nos informa quais teriam sido essas recompensas.

³³ A partir do ano 120 a.C., conforme nos indicam Aujac e Lasserre (1969, p. xi).

³⁴ Laódice era filha do rei selêucida Antíoco IV Epifânio.

³⁵ Nesse ponto, discordamos de Zuliani (1999, p. 11), pois a autora afirma que Estrabão havia conhecido seu bisavô, Lágetas. Na verdade, Estrabão conheceu o irmão de seu bisavô, Estratarcas (Str., *Geo.*, X, IV, 10).

Estrabão, ao passo que quando citamos Dorilau, o Jovem, nos referimos ao sobrinho do trisavô de Estrabão. Dito isso, Estrabão nos informa que Dorilau, o Jovem, cresceu e foi educado junto com Mitrídates Eupator, que anos mais tarde se tornaria rei do Ponto.³⁶ A relação próxima entre Dorilau e Mitrídates rendeu muitos benefícios à família de Estrabão. Em primeiro lugar, porque o rei do Ponto concedeu a Dorilau altas honrarias, além de permitir que ele trouxesse seus parentes exilados em Cnossos para compartilhar dos benefícios da corte, no Ponto. Nessa ocasião, os filhos de Lágetas, bisavô de Estrabão,³⁷ dentre os quais se encontrava a avó materna de Estrabão, cujo nome não é citado pelo neto, seguiram para o Ponto (Str., *Geo.*, X, IV, 10).

Dorilau, o Jovem, também recebeu de Mitrídates Eupator o sacerdócio da cidade de Comana, consagrado à deusa Ma. Estrabão afirma que duas vezes ao ano havia uma cerimônia na qual a imagem da deusa era levada em procissão pela cidade. O sacerdote de Ma portava um diadema, sendo tido como a figura mais importante do reino após o rei (Str., *Geo.*, XII, III, 32-33). Isso nos indica, mais uma vez, a maneira pela qual Dorilau, o Jovem, foi honrado pelo rei do Ponto e como isso proporcionou que os familiares de Estrabão ocupassem uma posição de destaque naquela sociedade.

De fato, enquanto Dorilau manteve-se alinhado ao rei, toda a sua família se beneficiou de privilégios. Contudo, de acordo com Estrabão, durante as campanhas dos romanos contra Mitrídates Eupator, Dorilau acabou se posicionando a favor dos invasores, com o intuito de receber, em troca, o governo do Ponto. No entanto, os romanos foram derrotados nas campanhas, razão pela qual Dorilau e seus familiares perderam a confiança de Mitrídates, bem como sua fortuna (Str., *Geo.*, X, IV, 10).

³⁶ De acordo com Dueck (2000, p. 5), ele havia sido adotado pelo rei Mitrídates Evergetes e criado juntamente com Mitrídates Eupator.

³⁷ Tanto o bisavô de Estrabão, Lágetas, quanto seu trisavô, Dorilau, já haviam falecido quando a família foi transferida de Cnossos para a corte de Mitrídates Eupator (Str., *Geo.*, X, IV, 10).

Segundo Estrabão, após o infortúnio ocorrido com Dorilau, o Jovem, sua família voltou a se destacar na política do Ponto mediante a atuação de seu tio-avô, Moafernes,³⁸ que ganhou visibilidade sob o governo de Mitrídates Eupator. Moafernes foi enviado por Mitrídates para administrar o importante território da Cólquida, controlado pelo Reino do Ponto (Str., *Geo.*, XI, II, 18). Ademais, Estrabão menciona que Moafernes manteve-se ao lado do rei o tempo todo, sofrendo as consequências dessa decisão após os romanos conquistarem o Ponto, em 64 a.C. (Str., *Geo.*, XII, III, 33).³⁹

Já o avô materno de Estrabão, cujo nome não é indicado na *Geografia*,⁴⁰ também alcançou glória militar por ocasião da guerra entre Mitrídates e o general romano Lúculo. A princípio, o avô de Estrabão se posicionou a favor de Mitrídates, ocupando uma posição de comando no exército do Ponto. Contudo, ele rompeu com o soberano quando este determinou a execução de seu primo, Tíbio, e do filho deste, Teófilo.⁴¹ Outro fato que levou o avô de Estrabão a se posicionar a favor de Roma foi a situação desfavorável na qual Mitrídates se encontrava na guerra contra Lúculo. Desse modo, após obter garantias por parte do general

³⁸ Moafernes era irmão do avô materno de Estrabão.

³⁹ Estrabão não nos fornece detalhes sobre tais consequências, mas presumimos que tenham atingido, sobretudo, as riquezas e a atuação política da família na nova ordem de governo que se estabeleceu após a conquista romana.

⁴⁰ Esse indivíduo tem gerado algumas discussões entre os pesquisadores. Por exemplo, Jones (1960, p. xiii) afirma que ele era o avô paterno de Estrabão, que se chamava Aeniates. Apesar de não afirmar que se tratava do avô paterno de Estrabão, Lasserre (1969, p. xii) também afirma que o nome do avô de Estrabão era Aeniates. Zuliani (1999, p. 12), por sua vez, concorda com a hipótese de que Aeniates seria o avô paterno de Estrabão. Contudo, pelo fato de a *Geografia* não fornecer informações acerca da família paterna de Estrabão (CLARKE, 1997, p. 99), preferimos acreditar que, na verdade, Estrabão descreve seu avô materno, que é citado como um grande general do Ponto (Str., *Geo.*, XII, III, 33). Desde o início do trecho, Estrabão mostra as ações políticas de seus parentes pelo lado materno. Logo, não haveria motivo para ele, repentinamente, começar a falar de seu avô paterno. Como dissemos, não dispomos de informações sobre a família paterna de Estrabão, talvez pelo fato de ela não ter se destacado na política local, tal como ocorreu com os parentes da linhagem materna do autor.

⁴¹ Importante notar essa cisão que ocorreu na família de Estrabão no tocante à política do Ponto. Enquanto o avô de Estrabão rompeu os laços com Mitrídates e apoiou os romanos, seu irmão se manteve fiel ao rei do Ponto. Sendo assim, qualquer que fosse o lado vencedor da guerra, haveria um representante da família de Estrabão, o que talvez preservasse o *status* da família.

romano, o avô de Estrabão lhe entregou quinze fortalezas do Ponto, favorecendo, assim, o inimigo (Str., *Geo.*, XII, III, 33).

As transformações políticas que ocorreram no Reino do Ponto após a conquista romana afetaram bastante a família de Estrabão, que até então gozava de grande destaque na corte de Mitrídates. Isso porque o avô de Estrabão, mesmo tendo apoiado os romanos na guerra, ao auxiliar Lúculo, enfrentou problemas para receber o que lhe fora prometido pelo general. O Senado não confirmou tais promessas, visto que Pompeu, o vencedor da guerra contra Mitrídates, considerava todos os que apoiaram Lúculo como inimigos devido à rivalidade existente entre ambos (DUECK, 2000, p. 6; POTHECARY, 1997, p. 236).⁴²

Acreditamos, no entanto, que, mesmo diante desses reveses, pelo fato de o avô de Estrabão ter se posicionado a favor dos romanos, a família manteve seu *status* ou, pelo menos, seu patrimônio, o que talvez não tivesse ocorrido caso o avô de Estrabão se mantivesse fiel a Mitrídates. Desse modo, sob o domínio de Roma, a família de Estrabão continuou sendo uma das mais ricas do Ponto,⁴³ tendo em vista que o autor dispunha de muitas riquezas, o que lhe

⁴² Jones (1960, p. xiii-xiv) nos indica que havia uma grande rivalidade entre Lúculo e Pompeu, que interferia diretamente nas decisões tomadas pelo Senado. Como dissemos, o avô de Estrabão tomou a decisão de apoiar Lúculo nas campanhas contra Mitrídates, visando manter seu *status* privilegiado dentro da nova ordem política que se estabeleceria, caso os romanos vencessem. Porém, Lúculo acabou sendo substituído por Pompeu na Guerra Mitridática. Por sua vez, Pompeu decidiu que todos os que haviam se colocado ao lado de Lúculo, mesmo que tivessem exercido um papel favorável a Roma, seriam considerados seus inimigos. Quando Pompeu venceu a guerra e retornou à Roma com todas as honras merecidas, buscou influenciar na decisão do Senado com relação à política do Oriente. Lúculo havia prometido aos seus aliados diversos benefícios, mas não conseguiu derrotar Mitrídates e manter o domínio romano sobre o Ponto. Pompeu, pelo contrário, derrotou o exército pôntico e anexou o território do Ponto ao Império, o que lhe dava grande credibilidade em detrimento de Lúculo. Com isso, Pompeu argumentou, no Senado, que somente ele, o grande vencedor, e não Lúculo, deveria conceder honras e distribuir os despojos da guerra para seus aliados. Assim, o Senado decidiu atender à solicitação de Pompeu, que promoveu a reorganização política dos territórios orientais recém-anexados por Roma, concedendo benefícios apenas a seus aliados. Dessa maneira, Estrabão (*Geo.*, XII, III, 33) nos informa que seu avô se viu prejudicado devido à rivalidade existente entre Lúculo e Pompeu.

⁴³ Aujac e Lasserre (1969, p. xii) afirmam que a família de Estrabão encontrava-se em total ruína após a conquista romana do Ponto. É evidente que o prestígio recebido nos tempos do Reino do Ponto não se manteve após os romanos conquistarem aquela região. Como vimos, mesmo que o avô de Estrabão tenha se posicionado no lado romano da guerra, Pompeu se recusou a honrá-lo ou presentear-lo. Todavia, devemos relativizar a informação passada pelos autores supracitados, pois nos dá a impressão de que

possibilitou transitar facilmente em meio à elite greco-romana, além de receber uma educação esmerada. A riqueza familiar lhe permitiu ainda empreender muitas viagens pelo Império e dedicar-se exclusivamente às atividades intelectuais (JONES, 1960, p. xiv).

Apesar de mencionar alguns parentes pelo lado materno, Estrabão não cita os nomes de seus avós e pais (POTHECARY, 1999, p. 692). Além disso, curiosamente, não nos informa sobre o ramo paterno de sua família (CLARKE, 1997, p. 99). A respeito da ausência de informações sobre o pai de Estrabão e sua família, Daniela Dueck (2000, p. 6) formula duas explicações possíveis. Segundo a autora, é provável que a família paterna de Estrabão não seja citada devido à ausência de membros ilustres ou, ainda, por pertencer a uma categoria social menos elevada. De fato, já que Estrabão tem, como um de seus objetivos, descrever, na *Geografia*, a situação política em que o Ponto se encontrava, não havia motivo para citar os familiares que não tivessem uma relação direta com o governo local.

A formação cultural de Estrabão

No tocante à formação educacional de Estrabão, concordamos com Deserto e Marques (2016, p. 14) no sentido de que ele é:

[...] Um autor de língua grega, educado no mundo grego, profundamente embebido na cultura, na literatura e na filosofia gregas, mas que, ao mesmo tempo, se ajusta, de forma harmoniosa, ao crescente poder e influência de um Império que vai já ocupando a maior parte do mundo conhecido, e que ele elogia e exalta [...].

Após a anexação do Ponto por Roma e a consequente perda de espaço político e militar da família de Estrabão, restou ao autor dedicar-se à carreira literária. Estudando com os mais importantes professores da época e visitando os maiores centros culturais do Império Romano,

Estrabão havia perdido tudo e vivia na miséria. Pelo contrário, a própria trajetória de Estrabão, que trataremos no próximo tópico, indica que ele era dono de muitas riquezas e de espaço junto à elite romana. Sendo assim, o que se pode afirmar acerca das perdas da família de Estrabão é com relação apenas ao papel desempenhado na vida política e nas questões militares do Ponto, que já não era mais como nos tempos de Mitrídates.

Estrabão se destacou pelo conhecimento que dispunha do vasto império em consolidação. Nesse sentido, ele se colocou à disposição da elite romana, visando a obter um lugar de prestígio dentro da nova ordem, o que conseguiu por meio de suas obras, caracterizadas pelo tom elogioso do domínio de Roma sobre o *orbis terrarum* e pela busca por suprir as necessidades dos romanos em relação ao conhecimento do mundo recentemente conquistado. Ao mesmo tempo em que buscava servir e agradar à elite romana, Estrabão aproveitava para lembrar os grandes feitos de sua família, mostrando, assim, aos seus leitores, o quanto era uma personagem ilustre (AUJAC; LASSERRE, 1969, p. xii-xiii).

Como de costume no caso dos homens da elite, Estrabão foi instruído na *paideia*, ou seja, no conjunto de saberes, usos e costumes que formavam a base da educação do cidadão greco-romano, dentre os quais se encontram a escrita, a leitura e o domínio dos textos clássicos (PREUS, 2007, p. 297). Conforme Ventura da Silva (2013, p. 2) nos indica, a educação greco-romana ocorria em três etapas. Na primeira delas, os alunos, com seis ou sete anos de idade, frequentavam a escola do *gramatistes* ou *magister institutor litterarum*, para serem instruídos na leitura e na escrita, além de iniciarem os estudos gramaticais. Com cerca de dez anos, passavam para uma nova etapa, na qual, sob a orientação de um *grammaticus*, aprendiam as normas gramaticais mediante a leitura dos textos clássicos. Além disso, dedicavam-se à aritmética e à geometria, bem como à mitologia, visto que esta última era essencial para a cultura greco-romana e base da poesia e da História. Após essa etapa, somente aqueles que possuíam condições financeiras suficientes poderiam ingressar no ensino superior, seguindo para a escola dos *rhetores*, *oratores* ou *sophistes*. O foco desse nível educacional residia no estudo da gramática e da retórica, unindo-se assim a arte da escrita com a maneira mais adequada de se falar em público. Por fim, os alunos que se interessassem por abraçar o magistério deveriam aprofundar seus conhecimentos em Filosofia.

Estrabão, infelizmente, não informa, na *Geografia*, de maneira organizada, os passos que trilhou no tocante à sua educação. Contudo, sabemos que ele passou por todas as etapas acima descritas e seguiu a carreira de filósofo, dedicando-se especialmente à pesquisa nas áreas de História e Geografia. Sabemos que Estrabão era filósofo pelo fato de ele mesmo se definir como tal. Para o autor, somente aos filósofos seria permitido escrever um tratado geográfico, por serem vários os conhecimentos necessários ao sucesso da empreitada (Str., *Geo.*, I, I, 1). Ademais, é possível obter informações sobre a trajetória educacional de Estrabão mediante os trechos da *Geografia* nos quais o autor cita o nome de seus professores, assunto que trataremos a seguir.

Estrabão deu continuidade aos estudos, deslocando-se da sua cidade natal para Nisa, um importante centro cultural da época, localizado na Ásia Menor,⁴⁴ que reunia um grande número de estudiosos,⁴⁵ além de contar com um vasto acervo de livros, com destaque para o ensino das obras homéricas, o que pode explicar a grande admiração de Estrabão pelo poeta (DUECK, 2000, p. 8-9). Em Nisa, Estrabão estudou, ainda jovem, com Aristodemo, já de idade avançada.⁴⁶ Aristodemo era uma figura influente como professor, tendo em vista que havia sido tutor de gramática dos filhos de Pompeu, em Roma. Além disso, era docente em duas cidades,

⁴⁴ Jones (1960, p. xiv-xv) lança duas hipóteses acerca da ida de Estrabão para Nisa. A primeira delas é que talvez os pais de Estrabão tenham se mudado para Nisa devido à difícil situação que a família enfrentou após Pompeu tê-los considerado inimigos. A segunda hipótese é a de que Estrabão tenha sido enviado para estudar em Nisa antes mesmo da queda de Mitrídates. Jones argumenta que, neste caso, é possível que algum parente de Estrabão, como Teófilo, por exemplo, estivesse ocupando um cargo importante na cidade de Trales, nas proximidades de Nisa. Contudo, carecemos de informações que comprovem estas afirmações.

⁴⁵ Estrabão nos informa acerca da presença, em Nisa, de importantes intelectuais. Ele cita Apolônio, um renomado filósofo estoíco. Além deste, cita também Menecrates, que foi aluno de Aristarco e é considerado por Estrabão como o maior discípulo de Panécio. Menecrates, que era pai de Aristodemo, um dos professores de Estrabão, também é considerado uma figura de destaque. Segundo Estrabão, Aristodemo possuía um irmão chamado Sótrato, o qual, assim como Aristodemo, era professor de gramática. Por fim, Estrabão nos indica que tanto seu professor, Aristodemo, quanto o primo dele, que também se chamava Aristodemo, foram tutores dos filhos de Pompeu Magno (Str., *Geo.*, XIV, I, 48).

⁴⁶ García Blanco (1991, p. 9) aponta que possivelmente Aristodemo era parente de Posidônio, autor que influenciou bastante a composição da *Geografia*.

Rodes e Nisa, nas quais ensinava retórica pela manhã e gramática pela tarde (Str., *Geo.*, XIV, I, 48). Além de Nisa, Estrabão também se refere a Selêucia, Amiso e Sídon como importantes centros culturais de onde provinham vários dos seus professores e colegas.

Ao descrever a cidade de Selêucia, Estrabão nos indica que dela saíram filósofos importantes ligados à escola peripatética,⁴⁷ tais como Ateneu e Xenarco.⁴⁸ Este último foi professor de Estrabão, tendo lecionado nas cidades de Alexandria, Atenas e Roma. O aluno afirma que Xenarco desfrutava de uma amizade com Ário Dídimos, tutor de Augusto, além do fato de ser amigo de César, o que lhe proporcionou grande visibilidade (Str., *Geo.*, XIV, V, 4). De acordo com García Blanco (1991, p. 9), como Estrabão não esteve em Atenas, é provável que ele tenha frequentado a escola de Xenarco nas cidades de Roma e Alexandria.

Amiso também é descrita por Estrabão como uma cidade da qual muitos homens letrados eram provenientes. Dentre eles, Estrabão cita os matemáticos Demétrio, filho de Rateno; Dionisodoro; além de Tirânio, do qual foi aluno (Str., *Geo.*, XII, III, 16).⁴⁹ Tal como Aristodemo, Tirânio também atuou como tutor de membros do alto escalão da política romana, como Marco e Quinto, filhos de Cícero (JONES, 1960, p. xv).

Estrabão também destaca a riqueza artística e científica de Sídon,⁵⁰ cidade fenícia conhecida na Antiguidade pelas atividades comerciais e de navegação que desempenhava. Tais

⁴⁷ Segundo Marcondes (2001, p. 69), a escola peripatética recebe este nome pelo fato de Aristóteles ministrar suas aulas em caminhadas com seus discípulos. Assim, o termo peripatéticos, do grego *περιπατητικός*, que significa literalmente aqueles que caminham, é utilizado para designar os adeptos do pensamento de Aristóteles.

⁴⁸ Estrabão (*Geo.*, XIV, V, 4) afirma que Ateneu se lançou na política, tornando-se demagogo na região de Selêucia. Todavia, ao se tornar amigo de Lúcio Licínio Murena, acabou sendo capturado, suspeito de estar envolvido na traição que este perpetrara contra César. Porém, foi absolvido da acusação e solto tempos depois.

⁴⁹ Após ser discípulo de Dionísio Trácio, em Rodes, Tirânio retornou para sua cidade natal, Amiso (GARCÍA BLANCO, 1991, p. 9). Segundo Jones (1960, p. xv), Tirânio foi levado por Lúculo, como prisioneiro, a Roma, em 66 a.C., fato que nos leva a crer que Estrabão tenha estudado com Tirânio na capital do Império. Além disso, Jones acredita que Tirânio tenha instruído Estrabão sobretudo na Geografia, uma vez que ele é descrito por Cícero como um grande geógrafo.

⁵⁰ A cidade leva o mesmo nome atualmente e está localizada na costa do Líbano.

atividades, segundo o autor, favoreceram o conhecimento dos sidônios no campo da Astronomia e da Aritmética,⁵¹ de modo que os gregos devem aos fenícios o conhecimento proveniente dessas duas áreas.⁵² De acordo com Estrabão, na época em que viveu, Sídon era um importante polo científico, do qual saíram filósofos como Diodoto e o irmão deste, Boeto, de quem Estrabão diz ter sido companheiro de estudo da filosofia de Aristóteles (Str., *Geo.*, XVI, II, 24).

Como foi possível observar até aqui, Estrabão pôde frequentar as escolas dos melhores professores de sua época, seja na sua cidade natal ou em outros centros culturais do Império, como Roma e Alexandria. Além disso, frequentou as melhores bibliotecas do Império, onde se encontravam depositadas algumas obras que cita na *Geografia*. Por fim, Estrabão se dedicou inteiramente à vida de filósofo, o que só foi possível graças ao patrimônio da sua família, tendo em vista que, no Império, o custo de uma formação educacional completa era alto.

As viagens de Estrabão pelo mundo mediterrâneo também contribuíram bastante para a sua formação cultural e intelectual. No tocante aos locais que visitou, Estrabão nos indica o itinerário de suas viagens na *Geografia*. No trecho reproduzido a seguir, enumera, de maneira geral, os territórios onde esteve, apontando, inclusive, para sua superioridade em relação aos demais geógrafos,⁵³ tendo em vista que, segundo ele, conseguiu recolher dados *in loco* de um número maior de lugares:

⁵¹ Estrabão denomina como sidônios os habitantes de Sídon.

⁵² Para Estrabão (*Geo.*, XVI, II, 24), os gregos obtiveram dos fenícios o conhecimento sobre a Astronomia e a Aritmética, ao passo que os egípcios lhes legaram o conhecimento sobre a Geometria, ciência que inventaram a partir da prática de medição das terras de cultivo às margens do rio Nilo.

⁵³ Estrabão salienta a importância das práticas imperialistas para o conhecimento geográfico, visto que, na medida em que as conquistas avançam, elas proporcionam aos geógrafos dados sobre lugares pouco conhecidos. Desse modo, ele destaca a contribuição das conquistas de Alexandre para a geografia helenística e, no tocante ao período mais recente à época em que viveu, cita os benefícios proporcionados pelas conquistas romanas, partas e pônticas (Str., *Geo.*, I, II, 1). Estrabão ainda afirma que se torna difícil para o geógrafo obter dados sobre todo o orbe habitado, tendo em vista que o poder não se encontra unificado, o que impede, assim, que os geógrafos alcancem informações acerca de determinados locais. Isso nos mostra a dificuldade que um geógrafo tinha de circular por locais estranhos ou inimigos de sua

Visitamos, de Oriente a Ocidente, desde a Armênia até a Tirrenia, em frente à Sardenha, e de norte a sul, desde o Euxino até os limites da Etiópia; de todos os demais autores que escreveram sobre a geografia, não se pode encontrar um que, viajando, haja percorrido maiores distâncias que as mencionadas, sendo que os que tratam mais abundantemente das regiões ocidentais, não abarcam tanto quanto a nós no Leste, e os que fizeram o contrário ficam atrás de nós nos países ocidentais; e o mesmo sucede com os países meridionais ou setentrionais (Str., *Geo.*, II, V, 11).

De fato, Estrabão viajou bastante pelo Mediterrâneo, o que lhe permitiu vangloriar-se em detrimento de outros geógrafos, como descrito acima. Contudo, ele não visitou as regiões ocidentais, restringindo-se à zona oriental, sobretudo o Egito e a Ásia Menor. Esta última, por ter sido a região de nascimento de Estrabão, foi certamente a que mais ficou conhecida, o que pode ser comprovado pela riqueza de detalhes com a qual a descreve.

Estrabão visitou Roma, pela primeira vez, em 44 a.C., quando tinha entre 19 e 20 anos de idade.⁵⁴ Sua segunda viagem a Roma ocorreu em 35 a.C., momento no qual contava com aproximadamente 29 anos de idade. Ele possuía entre 32 e 33 anos quando esteve na capital do Império pela terceira vez, em 31 a.C. A quarta viagem de Estrabão a Roma ocorreu em 29 a.C., quando o autor estava com 34 ou 35 anos (JONES, 1960, p. xix-xx). Nessa viagem, atravessou o mar Egeu, indo da Ásia Menor a Corinto, com uma parada na ilha de Gíaros, antes de chegar à *Urbs* (DESERTO; MARQUES, 2016, p. 14).⁵⁵ Por volta de 7 a.C., esteve em Roma mais uma vez na capital, na que pode ter sido sua última viagem à capital, quando tinha entre 56 e 57 anos

pátria, bem como o impedimento do contato com pessoas desses lugares, as quais, em contextos de paz, poderiam fornecer dados (Str., *Geo.*, I, I, 16). Então, podemos afirmar que Estrabão é um geógrafo privilegiado por ter vivido num momento em que um vasto território estava submetido ao poder centralizador de Roma. Por esse motivo, ele pôde transitar por uma extensa área, além de obter notícias das mais diversas regiões da *oikoumene*, uma vez que o Império Romano assegurou amplas redes de conexões territoriais.

⁵⁴ Isso se adotamos a proposta de Niese para o ano de nascimento, que teria ocorrido em 64 ou 63 a.C. Caso utilizemos a tese de Pothecary, a qual afirma que Estrabão nasceu entre 64 e 50 a.C., teríamos que considerar que Estrabão visitou Roma pela primeira vez com a idade entre 6 e 20 anos.

⁵⁵ Segundo Estrabão (*Geo.*, X, V, 3), quando esteve na ilha de Gíaros, local onde fez uma parada antes de chegar a Roma, conheceu uma pequena aldeia habitada por pescadores. Lá, foi conduzido por um pescador, o mesmo que havia sido escolhido como porta-voz da comunidade para levar demandas locais a Augusto, no momento em que este fez uma estadia em Corinto antes de seguir a Roma para celebrar o triunfo da Batalha do Ácio. O pescador foi enviado, sobretudo para solicitar a redução de impostos pagos pela população de Gíaros, a qual era muito pobre, segundo Estrabão.

de idade (JONES, 1960, p. xxi). Roma, na condição de centro político, cultural e econômico do Império, recebia estudantes e pesquisadores de diversas partes da *oikoumene*, a exemplo de Estrabão, que buscavam naquela cidade não apenas a proximidade com a elite política, mas também trocar informações entre si. Além disso, com suas viagens a Roma, Estrabão recolhia dados recentes de outras partes do Império, uma vez que a cidade possuía um enorme fluxo de pessoas provenientes de diversos lugares do orbe habitado, fossem elas membros do exército romano, comerciantes ou imigrantes.

Estrabão também conhecia bastante o Egito, já que havia participado de uma expedição militar pelo rio Nilo, entre 25 e 24 a.C., ocasião na qual acompanhou seu amigo, Élio Galo, governador do Egito. Nessa viagem, visitou grande parte do território egípcio, seguindo pelo Nilo até a cidade de Syene (Assuã), na fronteira com a Abissínia. No momento em que Estrabão viajou pelo Egito, tinha aproximadamente 39 anos, mas permaneceu em Alexandria por cerca de cinco anos. Podemos deduzir que sua estadia na capital egípcia foi decisiva para que pudesse escrever suas obras *Comentários Históricos* e *Geografia*, tendo em vista que Alexandria dispunha de um dos maiores acervos de obras gregas sob a guarda de sua famosa biblioteca (JONES, 1960, p. xx-xxi).

Um autor entre a História e a Geografia

Ao longo da vida, Estrabão se dedicou a dois projetos de grande envergadura: a redação de *Comentários Históricos* e *Geografia*. Como os títulos já anunciam, a primeira é dedicada a questões históricas, enquanto que a segunda possui um teor etnogeográfico. Abordaremos, a seguir, o conteúdo de ambas e o público-alvo ao qual se dirigiam.

A primeira obra escrita por Estrabão, *Comentários Históricos*, é composta por quarenta e sete livros. Clarke (1999, p. 194) afirma que o autor, ao redigi-la, tinha como propósito fazer uma compilação de fatos históricos que serviriam de continuação às *Histórias*, de Políbio (séc.

III-II a.C.).⁵⁶ Desse modo, ao que tudo indica, tal obra seria rica em informação sobre o final da República e o início do Principado. Entretanto, infelizmente, restam-nos apenas dezenove pequenos fragmentos dos *Comentários Históricos*, o que nos impossibilita um conhecimento mais aprofundado sobre ela (DESERTO; MARQUES, 2016, p. 16). Quanto à recepção do texto, poucos autores antigos são atestados como leitores, dentre os quais podemos citar Flávio Josefo (séc. I), Plutarco (séc. I-II) e Tertuliano (séc. II-III) (ZULIANI, 1999, p. 8).

Mesmo não dispondo de muitos dados sobre a obra *Comentários Históricos* de Estrabão, sabemos que o autor tinha como objetivo, por meio dela, compilar informações de natureza política para subsidiar as estratégias governamentais. Em outras palavras, Estrabão teria elaborado uma espécie de manual contendo os principais acontecimentos políticos, que serviriam de exemplos práticos para os governantes de sua época. Ao mesmo tempo, tal manual interessaria aos homens versados na *paideia*, ou seja, a todos aqueles que dispusessem de cultura literária, mesmo sem pretensão de seguir a carreira política. É o que o próprio Estrabão nos indica, no seguinte trecho de *Geografia*, ao falar do público-alvo de suas duas obras:

Em suma, este meu livro deve ser útil de maneira geral – tanto para os *πολιτικὸν*, quanto para o público em geral – como foi minha obra histórica. Na presente obra, como na outra, considero *πολιτικὸν* não o homem que é totalmente sem instrução, mas, sim, aquele que realizou as etapas de estudos usuais para os homens livres ou os estudantes de Filosofia. O homem que não pensa na virtude e na sabedoria prática, e naquilo que foi escrito acerca disso, não seria capaz de formar uma opinião válida, seja para criticar ou elogiar, nem sequer julgar questões históricas que merecem ser registradas neste tratado (Str., *Geo.*, I, I, 22).⁵⁷

Estrabão dá continuidade a esse assunto no próximo trecho em destaque, por meio do qual expõe a importância de suas obras como fontes de informação, tanto para a educação dos gregos e romanos, quanto para a vida política, em termos práticos. Além disso, verificamos,

⁵⁶ De acordo com Zuliani (1999, p. 13), Políbio teria compilado informações referentes até o ano de 144 a.C., mesma data que Estrabão teria utilizado como ponto de partida para sua obra histórica.

⁵⁷ O termo grego *πολιτικὸν* foi traduzido por Jones, na sua versão da *Geografia*, como *statesman*, ou seja, homens de Estado, categoria na qual podemos inserir todos aqueles ligados ao governo do Império Romano, como o imperador, os senadores ou, ainda, os membros do exército.

neste trecho, mais uma menção ao público-alvo de seus textos, que se confunde com os próprios protagonistas das narrativas, pois, do mesmo modo que os assuntos abordados tratavam do cotidiano da elite greco-romana, eles eram destinados a ela, como forma de instruí-la e, ao mesmo tempo, enaltecê-la:

Esta é a razão pela qual nós, após termos escrito alguns *Comentários Históricos* úteis, como supomos, para a filosofia ética e política, tivemos a ideia de adicionar a eles também o presente trabalho. É, com efeito, de mesmas características, e se dirige ao mesmo tipo de homem, sobretudo aos que ocupam postos eminentes. Ademais, da mesma maneira que ali só se menciona o relativo aos homens brilhantes e suas vidas, e, em contrapartida, deixa-se de lado o insignificante e de pouca fama, também aqui é preciso colocar à margem o insignificante e sem brilho, e, por outro lado, estender-se ao prestigioso, ao importante e àquele ao qual o prático é de fácil recordação e gratificante [...] (Str., *Geo.*, I, I, 23).

De certa maneira, mesmo que saibamos os propósitos de Estrabão ao escrever suas duas obras, o fato de *Comentários Históricos* não ter sido preservada significa uma grande perda, em virtude das muitas informações relevantes contidas nos seus quarenta e sete livros que não chegaram aos nossos dias. A perda da obra nos impossibilita saber com exatidão quais eram os temas que Estrabão julgava importantes para a constituição do conhecimento histórico, tal como ele faz no caso do conhecimento geográfico (DESERTO; MARQUES, 2016, p. 16).

Após dissertar a respeito dos acontecimentos históricos importantes de sua época, Estrabão se debruçou sobre as características do espaço físico e cultural do Império, com o mesmo propósito de seus *Comentários Históricos*, ou seja, fornecer dados para uso da elite romana. O resultado desses estudos foi sua *Geografia*, repartida em dezessete livros. Ao contrário de sua obra histórica, a *Geografia* foi conservada por inteiro, tendo apenas algumas lacunas na altura do Livro VII, conforme assinala Silva (2011, p. 8). Sendo uma das poucas obras antigas de cunho geográfico que foram preservadas, a *Geografia* se tornou um texto de referência nas discussões acerca do espaço e das identidades no Mundo Antigo (CORTIJO CEREZO, 2002, p. 120).

Não temos certeza da data de composição da *Geografia*, pois Estrabão não informa o ano em que iniciou seu trabalho, nem o ano em que o publicou. Contudo, por meio dos marcadores temporais presentes na obra, podemos formular algumas conclusões. Sabemos, por exemplo, que *Geografia* foi escrita após a publicação de *Comentários Históricos*. Além disso, o Livro III contém dados que dizem respeito ao governo de Tibério,⁵⁸ o que nos induz a supor que a obra tenha sido publicada por volta de 17 ou 18 (CHURRUCA ARELLANO, 2008, p. 276-277).

Nos primeiros livros da *Geografia*, Estrabão nos informa acerca dos objetivos gerais do conhecimento geográfico e, de maneira específica, aponta-nos quais eram suas intenções ao escrever um tratado geográfico. Em primeiro lugar, notamos uma preocupação constante do autor com os assuntos de natureza política, o que se torna evidente quando afirma que o conhecimento geográfico, em sua maior parte, é dedicado à exposição de assuntos políticos (Str., *Geo.*, I, I, 16). Em outro momento, Estrabão destaca que suas obras se dirigiam aos homens letrados e àqueles que conduziam exércitos, o que demonstra uma preocupação do autor com as questões político-militares (Str., *Geo.*, I, I, 21). Acerca da importância do conhecimento geográfico para a vida política e militar, afirma:

[...] o espaço das nossas ações é precisamente a terra e o mar em que vivemos; pequeno espaço o das pequenas ações, grande [espaço] o das grandes [ações], e maior que nenhum outro o da totalidade deles, que precisamente chamamos de orbe habitado, de sorte que este viria a ser o espaço das ações mais importantes; os maiores condutores de exércitos são aqueles que têm poder para mandar sobre Terra e mar, reunindo povos e cidades em um único poder e administração política. Dessa forma, é evidente que a geografia está toda orientada às ações próprias do governo, pois dispõe continentes e mares, uns dentro e outros fora do orbe habitado [...] (Str., *Geo.*, I, I, 16).

Estrabão continua a tratar da vinculação do conhecimento geográfico com a política, assinalando que os governantes podem gerenciar melhor os territórios sob o seu domínio caso

⁵⁸ Estrabão (*Geo.*, III, III, 8) indica que Tibério, imperador que sucedeu a Augusto, estabeleceu um corpo de três legiões na Ibéria, conforme havia sido indicado por este.

estejam cientes da extensão deles, bem como a qual distância se encontram de outros lugares e quais características físicas e culturais distinguem uma região da outra (Str., *Geo.*, I, I, 16). Esse talvez seja um dos aspectos mais importantes do conhecimento geográfico: o de situar o homem no espaço. Unindo informações sobre o céu, a Terra e o mar, os geógrafos antigos tinham a intenção de localizar e, com isso, auxiliar os governantes, pois o conhecimento do espaço tornava mais fácil o governo, a administração e a exploração do meio. Estrabão nos indica, no excerto abaixo, a importância de se conhecer bem o espaço para os homens da Antiguidade:

[...] Os poetas, ao menos, apresentam como os mais prudentes dentre os heróis aqueles que mais se ausentaram de sua terra e mais caminharam errantes por toda a parte, pois situam, no topo dos méritos, ver cidades de muitos povos e conhecer sua maneira de pensar [...] (Str., *Geo.*, I, I, 16).

Para completar seu argumento, Estrabão cita alguns exemplos históricos de campanhas militares que não foram bem sucedidas devido à falta de conhecimento geográfico. Da mesma forma, indica expedições frutíferas, porque os generais dispunham de boa experiência e estavam familiarizados com o espaço no qual se moviam (Str., *Geo.*, I, I, 17).

Em *Geografia*, é evidente o propósito de Estrabão em escrever uma obra que atendesse às necessidades dos governantes, sobretudo no que se referia a questões de cunho prático, como a administração do território, a exploração de riquezas, a realização de empreendimentos comerciais e de viagens, entre outras atitudes que demandavam certo conhecimento do espaço. Isso fica ainda mais visível no trecho abaixo, no qual Estrabão faz uma comparação entre a Geografia e a Filosofia. Para o autor, ambas as áreas do conhecimento tratam de assuntos de natureza política. No entanto, a Geografia possui um caráter estratégico e prático:

[...] se a filosofia política gira em sua maior parte em torno dos governantes, e se gira também, por sua vez, a geografia em torno das necessidades próprias do governo, esta última apresenta certa superioridade a este respeito. Mas esta superioridade tem projeção prática (Str., *Geo.*, I, I, 18).

Outrossim, Estrabão nos indica os assuntos geográficos que são de interesse dos agentes políticos. Segundo o autor, o conhecimento geográfico abrange não apenas temas de natureza

prática, tendo em vista que há questões de natureza teórica que os geógrafos devem enfrentar, sobretudo no tocante à matemática e à física. Por outro lado, o conhecimento geográfico também comporta informações históricas e mitológicas. Contudo, Estrabão deixa claro que seu principal objetivo é contribuir com os governantes do Império. Logo, tudo aquilo que é tratado na *Geografia*, desde os dados mitológicos às questões astronômicas, visa a atender à necessidade que os administradores possuíam de saber mais acerca do território sob seu controle (Str., *Geo.*, I, I, 19).

Para Estrabão, não era recomendável que o homem culto desconhecesse a Astronomia, pois precisava dominar, por exemplo, a disposição dos astros, a posição da Terra e os diversos fenômenos astronômicos que ocorriam em diferentes regiões do Planeta. Todavia, era desnecessário aprofundar-se muito nisso, tarefa que caberia apenas àqueles que se dedicassem à Filosofia. Estrabão explica que a aquisição de conhecimento demanda muito tempo livre, o que nem sempre o governante possuía, pois se ocupava também de questões políticas. Desse modo, o autor faz um recorte de temas para atender aos anseios das autoridades imperiais, que necessitavam apenas de conhecimentos básicos de Geografia, sobretudo daqueles de cunho prático, não sendo necessário conhecer os detalhes da disciplina (Str., *Geo.*, I, I, 21).

A Geografia, segundo Estrabão, era um campo que exigia um diálogo constante com outras áreas do conhecimento. Baseando-se no que Hiparco escreveu em sua obra *Contra Eratóstenes*, o autor sugere que os geógrafos tenham ciência dos conteúdos da Astronomia, pois, para ele “[...] é impossível possuir a informação geográfica conveniente se não se detém a capacidade de discernimento sobre os corpos e fenômenos celestes e sobre as observações de eclipses [...]” (Str., *Geo.*, I, I, 12).

Ademais, a Geografia depende, em grande medida, da Astronomia, sobretudo quando se trata da localização de determinados pontos no orbe habitado, ou quando se pretende medir

as distâncias entre os locais. Por mais que, na visão de Estrabão, o conhecimento astronômico seja essencial para os geógrafos, o autor busca relativizar o tratamento de questões muito específicas da Astronomia em sua obra, justificando que sua intenção é apresentar dados que sejam de fácil compreensão e de aplicação imediata para os governantes. Segundo Estrabão, os homens ligados ao governo precisam sim conhecer os fenômenos astronômicos, para conseguirem enxergar as diferenças entre cada região da *oikoumene*, sem que haja a necessidade, no entanto, de um aprofundamento rigoroso nessas questões (Str., *Geo.*, I, I, 14).

Embora a Geografia dependa da Astronomia, esta não é a única área do conhecimento com a qual dialoga. Isso porque a Geografia também se baseia na Geometria, por meio da qual é possível “[...] expor formas e dimensões, distâncias e direções, calores e frios, e, em uma palavra, o caráter da atmosfera ambiente [...]” (Str., *Geo.*, I, I, 13). Além disso, para que o geógrafo possa realizar uma descrição regional, ele necessita se fundamentar em postulados físicos e matemáticos (Str., *Geo.*, II, V, 1). Na realidade, Estrabão interconecta as ciências matemáticas, afirmando que “[...] o geógrafo deve confiar, no que se refere aos princípios, nos geômetras, que mediram a Terra inteira, e estes, por sua vez, nos astrônomos, e estes nos físicos” (Str., *Geo.*, II, V, 2).

Do mesmo modo, Estrabão destaca a importância do geógrafo se dedicar não apenas ao estudo dos fenômenos celestes, mas buscar informações relativas a tudo que há na Terra e no mar, como animais e plantas, apontando o que é benéfico ou nocivo aos seres humanos (Str., *Geo.*, I, I, 16). Por esse motivo, notamos, em várias passagens da *Geografia*, referências às características botânicas de cada região, bem como aos aspectos ligados à fauna terrestre ou marinha. Dessa forma, Estrabão não centra seu tratado nas questões de ordem matemática e astronômica, dando muito mais ênfase à descrição do espaço físico e etnográfico das regiões, o

que enquadra sua obra na categoria de uma geografia descritiva (CHURRUCA ARELLANO, 2008, p. 280).

É possível observar também uma preocupação do autor no tocante às questões etnográficas. A Etnografia surgiu na Grécia como resposta ao contato dos gregos com uma plethora de povos. Nas obras gregas, como no caso de Homero ou Estrabão, verificamos a todo instante a presença de dados etnográficos, que se referem à organização de determinada sociedade, seus usos e costumes, fisionomia da população, entre outros elementos. Nessas descrições, é comum os autores indicarem uma relação direta entre as práticas culturais de uma sociedade e o espaço no qual habitavam, ou seja, eles acreditavam que as condições geoclimáticas influenciavam diretamente a organização social (CHURRUCA ARELLANO, 2008, p. 291). Ainda no tocante à descrição etnográfica, no caso da *Geografia*, observamos que Estrabão considerava como civilizados apenas os povos que haviam assimilado o *modus vivendi* greco-romano, ao passo que a distância cultural em relação a esse *modus vivendi* é concebida como um sinal de barbarismo. Nesse sentido, o discurso apresentado na *Geografia* tem como base a cultura greco-romana, pois é com referência nela que Estrabão classifica os povos como civilizados ou bárbaros.

É uma prática comum de Estrabão inserir, em sua obra, informações mitológicas e históricas, que servem como verdadeiros guias às ações dos governantes. Tanto eventos que realmente aconteceram quanto dados ficcionais, que narram a trajetória de deuses e heróis, possuem, na *Geografia*, uma função didático-pedagógica. Em primeiro lugar, Estrabão defende a utilização de mitos nas obras geográficas, pois as narrativas mitológicas fazem parte da educação dos gregos desde a infância. O autor tem ciência de que os mitos não são realidade, mas sim ficção, muito embora tratem, em alguns momentos, de questões do cotidiano, daí sua importância para a educação do homem grego. Estrabão advoga que, por abordarem um

universo fantástico por meio de um texto lúdico, os mitos são prazerosos, o que facilita o aprendizado. Para ele, na medida em que o homem cresce, deve-se diminuir o conteúdo ficcional que lhe é ensinado, passando a tratar de coisas concretas, sem excluir, no entanto, todos os conteúdos mitológicos, já que mesmo o homem adulto tem predileção pela mitologia. Além disso, os mitos veiculam tanto informações agradáveis quanto desagradáveis, sendo úteis quando se pretende apenas deleitar a plateia ou, ainda, quando o objetivo é causar medo. Ambos os procedimentos são considerados por ele recursos educativos (Str., *Geo.*, I, II, 8).

Estrabão defende o método de Homero, ao mesclar a descrição da realidade com dados ficcionais, o que, como dissemos anteriormente, possui um caráter pedagógico. Desse modo, ao tratar das obras homéricas, afirma que: “assim foi precisamente como, recorrendo à tradição do que foi a Guerra de Tróia, a adornou com criações míticas, e igualmente fez com as andanças de Odisseu [...]” (Str., *Geo.*, I, II, 9). Nesse sentido, Estrabão admite o uso de informações mitológicas quando estas possuem ligação direta com o mundo real, sendo de interesse do homem letrado que, ao mesmo tempo em que lê um texto agradável, aprende sobre o mundo em que vive.

Por mais que os temas ligados à História sejam tratados em *Comentários Históricos*, Estrabão se refere a eles também na *Geografia*. O imperialismo romano, por exemplo, é um assunto histórico muito citado, visto que o autor viveu no período em que Roma conquistou diversos territórios, como a Ibéria. Assim, Estrabão destaca a maneira pela qual os territórios foram anexados ao Império e transformados de acordo com a lógica romana. No Livro III, que é o foco de análise da nossa pesquisa, há diversas referências aos acontecimentos históricos da República e do Principado, sobretudo no que tange às Guerras Civis e às campanhas de conquista do território. O trecho abaixo é um exemplo da forma como Estrabão combina as

informações geográficas com aquelas de caráter historiográfico, e trata, de maneira específica, do contexto das Guerras Civis em Roma, que tiveram ampla repercussão no território ibérico:

Depois dessas [cidades] vêm Itálica e Ilipa, junto ao Bétis, Ástigis, a alguma distância, e também Carmo e Obulco, e ainda aquelas em que os filhos de Pompeio foram vencidos, Munda, Atégua, Urso, Túcis, Úlia e Égua, todas elas não longe de Córdoba. De certa forma, Munda tornou-se a capital desta região. Munda dista mil e quatrocentos estádios de Carteia, para onde fugiu Gneu depois de ser derrotado; em seguida, tendo navegado dali e desembarcado numa região montanhosa sobranceira ao mar, foi morto. O seu irmão Sexto, porém, que saiu com vida de Córdoba e combateu durante pouco tempo entre os íberos, mais tarde sublevou a Sicília; depois, banido dali para a Ásia, foi capturado pelos soldados de Antônio e perdeu a vida em Mileto [...] (Str., *Geo.*, III, II, 2).

A organização dos conteúdos da *Geografia*

No tocante à estrutura da *Geografia*, verificamos que a obra está dividida em dezessete livros. Os dois primeiros livros são conhecidos como prolegômenos e constituem uma espécie de introdução ao conhecimento geográfico, pois tratam de algumas questões teóricas pertinentes a esse campo de conhecimento. Do livro III ao XVII, Estrabão empreende um amplo estudo de geografia regional, abordando, em sua descrição, cada espaço do mundo conhecido. Dito isso, apresentamos abaixo um quadro sinóptico que mostra os conteúdos abordados por Estrabão em cada livro da *Geografia*.

Quadro 3 – Sinopse dos livros e dos conteúdos da *Geografia*

(continua)

Volume	Livro	Conteúdos
I	I	Introdução contendo aspectos gerais sobre a <i>Geografia</i> , tais como os objetivos da obra e o público-alvo. Estrabão tece considerações acerca da tradição geográfica grega.
	II	Diálogo entre a Geografia e outras áreas do conhecimento, como a Física, a Astronomia e a Geometria; Observações gerais sobre a <i>oikoumene</i> ; Fontes utilizadas; Breve introdução sobre o mar Mediterrâneo e os territórios do orbe habitado.

Quadro 3 – Sinopse dos livros e dos conteúdos da *Geografia*

(conclusão)

Volume	Livro	Conteúdos
II	III	Península Ibérica
	IV	Gália, Britânia e Alpes
	V	Península Itálica
III	VI	Sul da Península Itálica e Sicília
	VII	Norte e leste europeu, Europa central, além de alguns fragmentos sobre a Trácia e a Macedônia
IV	VIII	Macedônia e Grécia
	IX	Atenas, Beócia e Tessália
V	X	Ilhas Eólias, Creta e outras ilhas
	XI	Ásia Menor, incluindo o Cáucaso e a Armênia
	XII	Continuação sobre a Ásia Menor: Capadócia, Galácia, Bitínia, Lícia, Panfília, Cilícia, entre outras regiões
VI	XIII	Continuação sobre a Ásia Menor: região a frente do Mar de Mármara, Lesbos e Troia
	XIV	Continuação sobre a Ásia Menor: Jônia, Icária, Samos, Quios, Rodes, Lícia, Panfília, Cilícia e Chipre
VII	XV	Índia e Pérsia
	XVI	Assíria, Babilônia, Mesopotâmia, Síria, Fenícia, Palestina e Arábia
VIII	XVII	Egito, Etiópia e Líbia

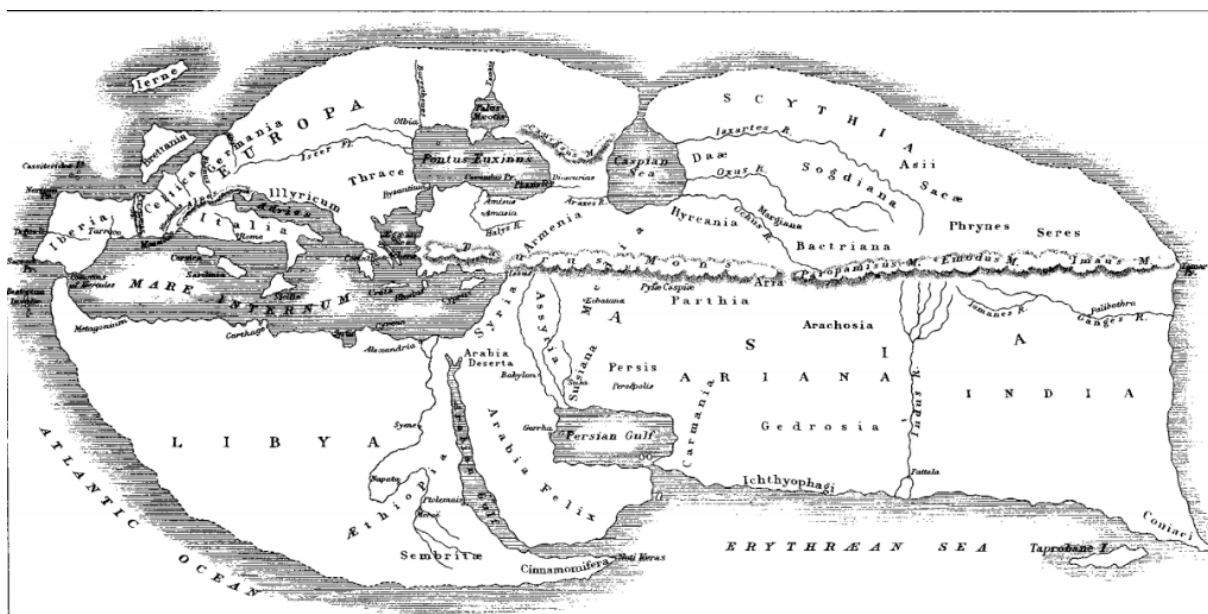
Fonte: autoria própria⁵⁹⁵⁹ Com base na coleção da Loeb Classical Library.

Conforme o quadro apresentado, observamos que Estrabão faz, em sua obra, uma compilação de dados sobre toda a *oikoumene*. Sendo assim, uma característica da *Geografia* é seu caráter macroscópico, pois o autor não ilumina os detalhes de determinada região, mas os aspectos gerais que definem cada território. Com isso, visa a auxiliar os governantes, por meio de uma descrição topográfica abrangente, porém, ao mesmo tempo sintética e sistemática, de todo o território dominado por Roma. Estrabão se volta para a totalidade do orbe habitado, pois ele almejava que seu trabalho tivesse um uso extenso, ao contrário do que, como condena, faziam os autores de trabalhos geográficos específicos, as chamadas corografias, que se caracterizavam pela descrição exaustiva de determinado espaço (Str., *Geo.*, I, I, 16, 23). No trecho a seguir, Estrabão explica seu objetivo de enfatizar o geral em lugar do detalhe:

[...] Da mesma maneira que, no caso das estátuas colossais, não buscamos a precisão de cada detalhe, mas focamos no todo, para ver se a aparência geral está correta, assim deve ser considerada a presente obra; porque esta é uma obra colossal, que explica as coisas em sua grandeza e em seu conjunto, exceto quando um detalhe ou outro interesse ao homem ansioso pelo conhecimento e aquele voltado para a ação (Str., *Geo.*, I, I, 23).

Com base no relato de Estrabão acerca da *oikoumene*, foi possível elaborar um mapa, que se encontra reproduzido a seguir (Mapa 1). Por meio dele, visualizamos como o autor imaginava a disposição dos territórios controlados pelos romanos em torno do Mediterrâneo.

Mapa 1 – A *oikoumene* segundo Estrabão



Fonte: Potheary (2005, p. 172).

Com base no mapa e no quadro que apresentamos acima, verificamos que Estrabão toma o Mediterrâneo como principal referência física para elaborar sua obra. De acordo com González Ponce (2016, p. 142), a forma como Estrabão divide sua *Geografia*, orientando-se pela costa do Mediterrâneo, descrevendo cada região em sentido horário, desde a Ibéria até a Líbia, é uma herança da geografia grega que, por sua vez, é baseada na descrição da *oikoumene* feita pelos viajantes das épocas clássica e helenística. Tal tradição é denominada periplografia e pode ser exemplificada mediante obras como as de Hecateu (VI-V a.C.) e Pseudo-Cílix (séc. IV-III a.C.). Na *Geografia*, notamos uma referência direta de Estrabão a essa tradição. Apesar de o autor ter uma opinião negativa acerca das obras periplográficas, ele não deixou de consultar esses trabalhos e pode ter incorporado alguns deles em seu tratado. Sobre a crítica de Estrabão aos periplógrafos, temos:

[...] E assim, também os que se ocupam em escrever os chamados portulanos e périplos fazem uma observação incompleta, ao não adicionar tudo quanto, procedente do âmbito das matemáticas e dos corpos e fenômenos celestes, conviria incluir [...] (Str., *Geo.*, I, I, 21).

Tal crítica se fundamenta no fato de os periplógrafos não incluírem, em seus trabalhos, dados sobre os fenômenos astronômicos, físicos e matemáticos pertinentes ao conhecimento geográfico. Contudo, não podemos minimizar a importância dos périplos como fonte de informação para Estrabão. Nesses termos, González Ponce (2016, p. 142, 144) afirma que a *Geografia* é a principal depositária de informações concernentes a obras periplográficas, já que muitas delas, hoje, estão perdidas. Ademais, a influência dessa tradição sobre a obra de Estrabão é evidente, sobretudo na forma como o autor ordena a descrição da *oikoumene*. Observamos que, tal como nos périplos, Estrabão inicia sua descrição pelo território da Ibéria, seguindo pela costa do Mediterrâneo, em sentido horário, passando por todas as regiões às margens desse mar, até chegar ao território da Líbia, última região descrita, concluindo-se assim a compilação de dados geográficos referentes a todo o mundo conhecido à época.

Acreditamos que Estrabão inicia sua descrição pelo território ibérico, tendo em vista que, de acordo com os pressupostos geográficos greco-romanos, era nessa região que o Mediterrâneo iniciava, abrindo caminho até chegar a sua extremidade mais oriental, a saber, o mar que banhava a região da Cólquida. É, portanto, tomando o Mediterrâneo como referência, no sentido Ocidente-Oriente, que o autor descreve o próprio mar, bem como a terra por ele banhada (Str., *Geo.*, II, V, 25-26).

Segundo Estrabão, a *oikoumene* encontrava-se dividida em três grandes áreas. Partindo da região das Colunas de Hércules, em direção ao interior do Mediterrâneo, a Europa se situava à esquerda, enquanto a Líbia estava localizada à direita e, por fim, a Ásia se encontrava no ponto mais oriental, fazendo divisa com a Europa pelo norte e com a Líbia pelo sul (Str., *Geo.*, II, V 26). No trecho abaixo, Estrabão justifica o fato de iniciar sua descrição pela Europa, tecendo comentários em tom elogioso a esta região.

Iniciamos pela Europa, porque tem uma forma muito diversa e é a mais favorável para a superioridade dos homens e dos regimes políticos, e a que

comparação às regiões mais próximas das Penínsulas Itálica e Balcânica, ou mesmo das regiões orientais, por onde Estrabão transitou bastante.

O Livro III da *Geografia*, no qual o autor descreve a Ibéria, divide-se em cinco capítulos. O primeiro capítulo é uma introdução concernente a aspectos gerais da Ibéria, na qual estão incluídas a localização, a dimensão, as distâncias, entre outros dados mais gerais. Além disso, são apresentadas algumas informações a respeito da Turdetânia, região localizada no extremo sul da Ibéria. No segundo capítulo, Estrabão se debruça somente sobre o território da Turdetânia, numa descrição detalhada das suas características físicas, biológicas e culturais. No terceiro capítulo, descreve as costas oeste e norte da Ibéria, onde se situam a Lusitânia, as Astúrias e a Cantábria. Em seguida, no quarto capítulo, o autor detalha as características da costa leste da Ibéria, bem como da região central da Península. Por fim, no quinto e último capítulo, trata das ilhas banhadas pelo Mediterrâneo, que se encontram nas proximidades da Ibéria.

Estrabão e a tradição geográfica grega

Sabemos que Estrabão pôde conhecer muitas localidades do Império Romano por meio de viagens, que foram de grande importância para a composição de suas obras. Porém, não visitou todas as regiões da *oikoumene*. Assim sendo, como obteve informações sobre os locais onde nunca esteve pessoalmente, como no caso da Ibéria? Nesses casos, Estrabão se valeu de testemunhos orais, como os de comerciantes e membros do exército, além do trabalho de autores que o antecederam (Str., *Geo.*, II, V, 11).

De fato, as informações correntes sobre a Península Ibérica recolhidas por outros geógrafos foram captadas por intermédio das fontes escritas. Mas, como explicar a descrição

dos eventos contemporâneos a Estrabão,⁶⁰ ainda mais quando se trata de um território tão longínquo como a Ibéria? O próprio autor nos fornece a resposta por meio do seguinte trecho:

Na maioria das vezes [...] é com dados orais que compomos a forma e o tamanho, e demais características naturais, qualidade e quantidade, da mesma maneira que a inteligência compõe os conceitos a partir dos sentidos [...]. Assim também atuam os estudiosos, que se fiando, como se tratassem de órgãos sensoriais, nos testemunhos oculares em lugares aos quais a fortuna os levou em suas viagens, cada um em diferentes partes da Terra, compõem em um só esquema o aspecto da terra habitada em seu conjunto. Porque os generais fazem tudo pessoalmente, mas não estão presentes em todas as partes, sendo que a maioria de seus êxitos os devem a outros, confiando em mensageiros e distribuindo as ordens adequadas segundo o que ouvem. Quem crê que só sabem os que tenham visto, suprime o critério do ouvido, que é muito mais importante para a ciência que o olho (Str., *Geo.*, II, V, 11).

Mediante o excerto acima, observamos que Estrabão concede especial atenção às fontes orais, no que tange à sua utilidade para o conhecimento geográfico, afirmando, inclusive, que elas são mais importantes se comparadas às fontes escritas. Concordamos com Deserto e Marques (2016, p. 21), no sentido de que, talvez, esse trecho revele uma estratégia empregada por Estrabão para legitimar sua obra diante do fato de que ele não visitou grande parte das regiões sobre as quais se propôs a escrever. Assim, defendendo as fontes orais, o autor se defenderia de antemão das críticas que porventura viesse a receber de outros geógrafos, pois grande parte das informações que compõem sua obra provém de relatos orais.

Acreditamos que Estrabão tenha reproduzido, de modo fidedigno, as informações recebidas, colhidas em depoimentos de autoridades do governo romano, bem como aquelas provenientes de combatentes do exército.⁶¹ Não podemos, contudo, crer que tais fontes, por

⁶⁰ Entre esses eventos estão as campanhas de Augusto e Tibério na Ibéria, das quais Estrabão trata de maneira bastante resumida, pois os dados históricos detalhados devem constar em sua obra histórica. Apesar disso, notamos que Estrabão dispunha de informações atualizadas sobre movimentações militares romanas no território da Ibéria, o que ele só poderia saber mediante os relatos orais (Str., *Geo.*, III, III, 8).

⁶¹ Vemos isso, por exemplo, quando Estrabão afirma que o formato da Líbia se parece com a pele de uma pantera, pois estava marcada por povoados dispersos, os oásis, ao redor dos quais a terra era sem água e deserta. Estrabão aponta que foi o próprio governador da Líbia, Cneu Calpúrnio Pisão, quem confirmou essa informação. Sendo assim, os membros do governo romano, com os quais Estrabão mantinha contato direto, eram fontes de informações confiáveis para o autor (Str., *Geo.*, II, V, 33).

serem oficiais, seriam menos afetadas por caracteres ideológicos. Pelo contrário, aqueles que estiveram na Ibéria por ocasião das guerras de conquista da região norte certamente trouxeram informações eivadas de preconceitos e estereótipos acerca dos povos submetidos, bem como glorificaram as ações militares romanas, das quais eles próprios participaram. Estrabão nos dá indícios da parcialidade dos relatos que escolheu, ao indicar que:

[...] Posidônio afirma que Marco Marcelo recolheu na Celtibéria um tributo de seiscentos talentos, o que levava a concluir que os celtíberos eram muitos e bem fornecidos de riquezas, embora habitassem uma região bastante pobre. Mas quando Políbio diz que Tibério Graco destruiu trezentas das cidades deles, Posidônio, brincando com isso, afirma que o homem queria era cair nas boas graças de Graco, ao chamar cidades às torres de defesa, tal como acontecia nos cortejos triunfais. E talvez isto que ele diz não seja assim tão incrível: de fato, tanto os generais como os historiadores se deixam levar facilmente por este tipo de mentira, embelezando as ações, e, também por isso, aqueles que afirmam que as cidades dos íberos são mais de mil, parecem-me chegar a um tal número porque chamam de cidades as aldeias [...] (Str., *Geo.*, III, IV, 13).

O trecho acima revela o olhar crítico de Estrabão para com as informações recolhidas por meios oficiais. No entanto, é certo que o autor se valeu bastante dessas fontes, pois não deixa de fazer menção aos eventos políticos e militares ocorridos na Ibéria. Por outro lado, é possível que Estrabão tenha também obtido informações atualizadas sobre a Península por meio de navegantes, em particular, dos comerciantes. Isso pode ser confirmado mediante um trecho do Livro III da *Geografia*, no qual afirma que “[...] os ártabros têm numerosas cidades concentradas no golfo que os navegantes que frequentam estes lugares designam como porto dos ártabros [...]” (Str., *Geo.*, III, III, 5). Vejamos, a seguir, um outro trecho que reforça o emprego de informações provenientes de comerciantes por Estrabão:

[...] E os romanos recentemente invadiram a *Arabia Felix* com um exército que mandava nosso amigo e companheiro Élio Galo, e comerciantes de Alexandria já navegam com frotas pelo Nilo e pelo Golfo Árábico até a Índia, por isso nós conhecemos muito mais estes países que nossos predecessores [...] (Str., *Geo.*, II, V, 12).

Estrabão afirma que o conhecimento adquirido acerca da *Arabia Felix* se deve ao fato de essa região ter sido conquistada pelos romanos, o que favoreceu o fluxo comercial e,

consequentemente, melhorou as condições para a coleta de dados sobre a região. Para além das fontes orais, das quais acabamos de tratar, Estrabão também utilizou fontes escritas, muitas delas sequer mencionadas no texto da *Geografia*, já que os escritores antigos não consideravam uma obrigação citar suas fontes. Importa ressaltar que, mesmo quando Estrabão cita um autor, isso não significa que ele tenha tido acesso direto à obra, pois era costume, na Antiguidade, o emprego de informações de segunda mão, sem, contudo, indicar a fonte intermediária (CHURRUCA ARELLANO, 2008, p. 305-306).

Dentre os gêneros textuais que Estrabão utilizou na composição da *Geografia*, encontram-se os périplos e portulanos, obras voltadas para a descrição do litoral de determinada região, nas quais são enumerados os acidentes geográficos, os portos, os refúgios para os navegantes, as dificuldades enfrentadas na navegação, as distâncias entre os locais, além de outras informações de cunho prático, necessárias aos navegantes. Afora os périplos e portulanos, os itinerários de viagem também podem ter sido utilizados por Estrabão. Esses textos se caracterizam por serem descrições de caminhos e lugares, cumprindo, assim, um papel relevante na realização dos deslocamentos de particulares, no movimento das tropas e no transporte de mercadorias (CHURRUCA ARELLANO, 2008, p. 308, 310).

Algumas fontes textuais consultadas por Estrabão são evidentes, já que ele cita seus autores. Quanto a isso, registramos, por meio de um quadro (APÊNDICE C), em ordem alfabética, o nome dos autores mencionados textualmente no Livro III da *Geografia*, bem como o assunto por eles tratado. O quadro não pretende ser exaustivo, pois inserimos nele apenas os autores que Estrabão cita nominalmente, embora ele tenha consultado outros, que não referencia de maneira direta.

Acerca das referências implícitas, reproduzimos o trecho a seguir, no qual o autor se refere genericamente a “historiadores”, sem que estes tenham seu nome revelado:

“[...] afirmam os historiadores que César veio de Roma até Obulco, e ao acampamento aí situado, em vinte e sete dias, na ocasião em que se preparava para lançar a guerra na região à volta de Munda” (Str., *Geo.*, III, IV, 9). De acordo com Deserto e Marques (2016, p. 73, n. 278), ao falar de “historiadores”, Estrabão estaria se referindo, por exemplo, a Asínio Polião (76 a.C.-4 d.C.), autor latino de uma obra denominada *Historiae*, que englobava o período entre 60 e 42 a.C.

Um dos problemas que os pesquisadores da obra de Estrabão encontram, principalmente no que tange à recepção da *Geografia* na Antiguidade, é a ausência de referências diretas. Isso porque, como dissemos, não havia, no Mundo Antigo, a obrigatoriedade de se indicarem as fontes empregadas na composição de um texto, ao contrário do que observamos hoje (NICOLAI, 2017, p. 310). Estrabão, na verdade, menciona os autores apenas quando isso lhe convém, com o propósito de conferir autoridade ao texto mediante a indicação de autores e obras conceituadas à época. Sendo assim, é muito provável que, em vários trechos do Livro III, ele oculte sua fonte, de maneira intencional ou não. Nesse caso, somente uma investigação rigorosa, além de sua comparação com os excertos de obras anteriores poderia solucionar, embora parcialmente, o dilema.

O quadro (APÊNDICE C) revela, entre outras coisas, uma tendência de Estrabão a adotar apenas autores gregos para descrever a Ibéria. A hipótese de que ele tenha utilizado fontes latinas não é descartada (DESERTO; MARQUES, 2016, p. 26), entretanto, não há nenhum autor latino entre aqueles citados diretamente por Estrabão no Livro III. De fato, caso haja alguma obra latina entre as fontes consultadas por Estrabão para escrever o Livro III, isso está oculto no texto. Tomando por base *Geografia* como um todo, verificamos que ele preferia os autores gregos, pois tinha muitas reservas para com os latinos, conforme a passagem a seguir:

É certo que alguns afirmam estar este território dividido em quatro partes, como já dissemos, enquanto outros falam em cinco.⁶² Não é possível, neste assunto, mostrar uma grande precisão, por causa das mudanças ocorridas e da falta de renome destes lugares. De fato, é nos territórios bem conhecidos e bem reputados que se conhecem as migrações, tal como as divisões do território, as mudanças dos nomes e qualquer outra coisa semelhante que exista. São assuntos que estão sempre a ser repetidos por muitos, principalmente pelos gregos, que se tornaram, de todos, os que mais falam sobre estas coisas. Mas, no que diz respeito aos territórios bárbaros, afastados, pequenos e dispersos, as referências existentes não são seguras nem abundantes – e quanto mais distantes estão dos gregos, mais aumenta o desconhecimento. Pelo seu lado, os historiadores romanos imitam os gregos, mas não vão muito mais longe. De fato, aquilo que dizem, traduzem-no dos gregos e não mostram muita vontade de saber. Assim, sempre que no trabalho [dos gregos] há um vazio de informação, não é muito o que é completado [pelos romanos], pelo menos no que respeita aos nomes, já que, quanto aos mais conhecidos, são, na grande maioria, nomes gregos [...] (Str., *Geo.*, III, IV, 19).

Sendo assim, o pensamento que estrutura a obra de Estrabão é de matriz grega, já que, como vimos, o autor era um crítico dos latinos no que dizia respeito à qualidade do seu trabalho intelectual (AUJAC; LASSERRE, 1969, p. xv). Tendo em vista essa consideração, faz-se necessário expor as características da tradição geográfica grega à qual Estrabão se filia e que é expressa por meio das fontes que consultou para compor sua obra.

Por mais que Estrabão atribua maior valor às informações de cunho prático, ele não ignora as questões teóricas da Geografia antiga. Nesse sentido, os dois primeiros livros da *Geografia*, classificados como prolegômenos, constituem uma espécie de introdução ao conhecimento geográfico. Neles, Estrabão se posiciona no conjunto dos geógrafos antigos, abordando questões teóricas pertinentes à Geografia (GARCÍA RAMÓN, 1991, p. 195). Por meio dos prolegômenos, torna-se evidente sua filiação de Estrabão a determinada corrente da Geografia antiga, ao mesmo tempo em que verificamos diversas críticas a autores que o antecederam.

⁶² Notamos, aqui, mais uma referência da qual não conseguimos identificar a fonte, pois Estrabão não cita de onde retirou a informação. O território ao qual Estrabão se refere é a Ibéria.

De início, Estrabão estabelece uma conexão entre a Geografia e a Filosofia. O autor considera a Geografia uma atividade própria dos filósofos, devido à complexidade desse campo do conhecimento. Outrossim, Estrabão nos indica que os primeiros homens que se dedicaram à Geografia foram os filósofos, dentre os quais Homero (VIII a.C.), Anaximandro (VII-VI a.C.), Hecateu (VI-V a.C.), Demócrito (V-IV a.C.), Eudoxo (V-IV a.C.), Dicearco (IV-III a.C.), Éforo (V-IV a.C.), Eratóstenes (III-II a.C.), Políbio (III-II a.C.) e Posidônio (II-I a.C.) (Str., *Geo.*, I, I, 1). Pelo fato de esses nomes aparecerem logo nas primeiras linhas da *Geografia*, podemos considerar que são eles os mais importantes geógrafos da Antiguidade, na opinião de nosso autor.

Segundo Estrabão, somente os filósofos poderiam se dedicar às questões de caráter geográfico, pois a Geografia seria constituída por uma multiplicidade de conhecimentos, fazendo-se compreensível somente àqueles que fixassem sua atenção nas coisas divinas e humanas, atitude própria da Filosofia.⁶³ Estrabão afirma que o conhecimento geográfico é polifacético, voltando-se, por um lado, para os assuntos políticos e para as práticas de governo e, por outro, para o conhecimento dos corpos e fenômenos celestes e daquilo que há na terra e no mar, como animais, plantas, frutos e tudo o que é passível de observação. Sendo assim, Estrabão defende que a Geografia, por sua vinculação com a Filosofia, seria matéria de um mesmo tipo de homem, a saber, daquele que se ocupa da arte de viver e da busca da felicidade (Str., *Geo.*, I, I, 1).⁶⁴

⁶³ Hatzimichali (2017, p. 9) aponta que a Filosofia está presente na *Geografia* de Estrabão de diversas maneiras. Em primeiro lugar, porque Estrabão nos indica que a Geografia é uma disciplina filosófica. Em seguida, porque podemos verificar no texto de Estrabão influências do estoicismo, uma escola filosófica antiga. Por fim, a *Geografia* é uma importante fonte histórica acerca da Filosofia, pois nos indica dados sobre filósofos antigos e seus pensamentos.

⁶⁴ Concordamos com Hatzimichali (2017, p. 10) que a Geografia não é um campo do conhecimento análogo à Filosofia, nem é uma ciência que toma de empréstimo da Filosofia as teorias de que necessita, mas, antes, a Geografia pode ser considerada como uma das muitas facetas de um filósofo.

A partir do segundo capítulo do Livro I da *Geografia*, Estrabão aborda, de maneira mais enfática, as questões teóricas da Geografia, tratando de diversos temas, com que ora ele concorda, ou que, ora, critica. De acordo com o autor, é seu intuito fazer correções a determinados equívocos cometidos por seus antecessores, muito embora também consinta com muitos aspectos ligados à tradição geográfica antiga (Str., *Geo.*, I, II, 1).

Estrabão julgava necessário, em seu tempo, empreender a compilação de novos dados geográficos, já que dispunha de informações recentes às quais os geógrafos anteriores não haviam tido acesso, principalmente por motivos geopolíticos. Sendo assim, seu trabalho visa, sobretudo, a uma atualização do campo da Geografia, fornecendo dados que se tornaram disponíveis graças às diversas conquistas empreendidas no âmbito do Império Romano, do Império Parta e do Reino do Ponto (Str., *Geo.*, I, II, 1).

Concordamos com Thollard (1987, p. 4), para quem a *Geografia* não pode ser qualificada como uma mera cópia dos autores que precederam Estrabão. Sendo um texto que se pretende científico, a *Geografia* alcança a originalidade na contraposição de ideias já consolidadas, pois a todo instante vemos seu autor se posicionar sobre a validade da tradição geográfica. Além disso, Estrabão precisou realizar uma seleção das melhores fontes disponíveis para que sua obra fosse aceita por seus pares, o que nos indica, mais uma vez, a originalidade do trabalho.

Ao revisar os temas ligados à Geografia, Estrabão menciona apenas as obras de geógrafos que tinham alcançado, à época, uma posição de prestígio na área, o que o levou a abandonar muitos outros geógrafos antigos, conforme ele próprio nos revela por meio do seguinte trecho:

[...] E se nos vemos obrigados a contradizer de alguma maneira aqueles a quem mais seguimos em outras coisas, é preciso que haja compreensão, pois não se trata de contradizer absolutamente a todos, mas deixar de lado a maioria, da qual não vale a pena seguir o caminho, e ocupar-se daqueles que,

sabemos, na maioria das vezes, acertaram. Porque não vale a pena refletir sobre todos absolutamente, mas fazê-lo sobre Eratóstenes, Posidônio, Hiparco, Políbio e outros pelo estilo [...] (Str., *Geo.*, I, II, 1).

Mediante a leitura dos prolegômenos, notamos a filiação de Estrabão a uma corrente filosófica defensora das obras de Homero, ou seja, havia autores antigos que confiavam nas informações contidas na *Iliada* e na *Odisseia* e delas se valiam para compor suas obras. Por outro lado, Estrabão deixa explícita a existência de uma série de geógrafos que não concordavam com Homero em diversos aspectos. Desse modo, empreende uma defesa de Homero como geógrafo competente, opondo-se a autores como Eratóstenes, a quem tece diversas críticas pelo fato de este se posicionar de forma contrária ao pensamento homérico. Estrabão não estava sozinho quando o assunto era a defesa de Homero, visto que outros autores antigos, como Hiparco, também consideravam o poeta o fundador do estudo empírico da Geografia (Str., *Geo.*, I, I, 2).⁶⁵ Acerca de Homero, afirma o nosso autor:

[...] não apenas está muito acima dos que lhe precederam e dos que lhe sucederam no tocante à excelência da sua criação poética, mas diríamos também da sua experiência relativa à vida política, a partir da qual ele trabalhou não só no estudo de grande ações - para conhecer quantas mais foi possível e transmiti-las aos que viveram depois -, mas também com relação aos lugares de cada região e aos da totalidade do orbe habitado, terra e mar. Pelo contrário, de fato, não haveria chegado até os últimos confins, abrangendo parte por parte em sua descrição (Str., *Geo.*, I, I, 2).

Dessa maneira, Homero conta-se entre os autores mais consultados por Estrabão para escrever sua *Geografia*. Isso fica claro, por exemplo, nos dados extraídos da *Iliada* e da *Odisseia* que aparecem por toda a *Geografia*, seja de forma direta ou indireta. Segundo Estrabão, Homero possuía conhecimento acerca do território e dos povos ocidentais, destacando, em seus poemas, a atmosfera do Ocidente e as riquezas da Ibéria, temas de nosso interesse. Estrabão ainda afirma que Homero localizava, na Ibéria, os sopros do Zéfiro e os Campos Elísios, local para onde Menelau teria sido enviado pelos deuses (Str., *Geo.*, I, I, 4).

⁶⁵ Era um costume entre os autores antigos considerar Homero o precursor de diversas artes e ciências, tal como Estrabão faz, ao afirmar que ele criou a ciência geográfica (DESERTO; MARQUES, 2016, p. 22).

Sendo assim, Estrabão cita diversas passagens das obras de Homero, sustentando a importância da *Iliada* e da *Odisseia* para o conhecimento geográfico.⁶⁶

Em outro trecho da *Geografia*, Estrabão afirma que “[...] da mesma maneira que o poeta conhece e descreve com clareza as regiões mais distantes e as que rodeiam o orbe habitado, também o faz com as regiões do Mar Interior [...]” (Str., *Geo.*, I, I, 10). Nesse sentido, fica evidente, mais uma vez, a vinculação do autor a uma corrente de pensamento defensora dos escritos homéricos, prática comum entre os filósofos estoicos, escola da qual Estrabão era adepto.⁶⁷

Estrabão também sai em defesa de Homero ao justificar as omissões do poeta acerca de algumas regiões da *oikoumene*, afirmando que até mesmo o mais autêntico geógrafo omite muitos detalhes em suas descrições.⁶⁸ Do mesmo modo, Estrabão se posiciona a favor de Homero quando se trata de combinar dados empíricos com elementos mitológicos. Nesse ponto, tece uma crítica direta a Eratóstenes, pois este autor acreditava que a poesia visava apenas ao entretenimento e não ao ensino. Para Estrabão, pelo contrário, a epopeia era a primeira manifestação da Filosofia, razão pela qual atribuía aos poetas uma posição de destaque (Str., *Geo.*, I, I, 10).⁶⁹

⁶⁶ Estrabão (*Geo.*, III, IV, 4) indica que sua obra servia como uma defesa dos escritos homéricos, diante das falsas acusações lançadas sobre o poeta.

⁶⁷ Apesar de Estrabão se apresentar enquanto filósofo estóico, sua formação e concepção filosófica é bastante eclética (CHURRUCÁ ARELLANO, 2008, p. 274).

⁶⁸ Em outro trecho da *Geografia*, Estrabão justifica a omissão de dados acerca de territórios muito distantes, como no caso da Bretanha e de outras ilhas do Norte. Ele afirma não ser útil para o governo a compilação de dados geográficos acerca dessas regiões, pois sua constituição física e etnográfica não causa danos nem proveitos ao Império (Str., *Geo.*, II, V, 8).

⁶⁹ Adiante, Estrabão defende, de forma detalhada, a poesia e a mitologia, tendo como base as obras de Homero (Str., *Geo.*, I, II, 3-18). Ademais, volta a defender a precisão da descrição de Homero sobre lugares distantes, contra o fato de Eratóstenes considerá-lo como um charlatão, afirmando que o poeta exagera na descrição da Grécia e deixa a desejar no conhecimento do restante do mundo habitado, por falta de conhecimento (Str., *Geo.*, I, II, 7).

Não é apenas com Homero que o autor dialoga em sua *Geografia*. Muitos outros autores antigos são citados na obra, de modo que se torna inviável fazermos um levantamento de todos que foram consultados por Estrabão, tarefa à qual não nos propomos no momento. No entanto, é necessário considerar mais de perto um deles: Eratóstenes.

O nome do filósofo grego se destaca na *Geografia*, pois Estrabão lhe dirige muitas críticas, fazendo um trabalho sistemático de correção de suas afirmações (Str., *Geo.*, I, II, 2), principalmente porque Eratóstenes, em seus estudos geográficos, concedeu às Ciências Exatas um papel preponderante, deixando de lado a tradição homérica (DESERTO; MARQUES, 2016, p. 25). Estrabão discorda, assim, de Eratóstenes no tocante ao reduzido papel que concedia à poesia e à mitologia no âmbito da Geografia. Enquanto para Eratóstenes a arte poética e a mitologia serviriam apenas ao entretenimento, Estrabão defende seu papel pedagógico e, ao mesmo tempo, prático, na medida em que ambas podem ser usadas tanto como fontes de entretenimento, quanto para informar e educar os cidadãos (Str., *Geo.*, I, II, 3). Isso fica mais claro quando o autor afirma que “[...] não há outra qualidade própria do poeta que a de imitar a vida mediante palavras [...]” (Str., *Geo.*, I, II, 5). Ou seja, a poesia, em especial a de Homero, teria como papel fundamental a formação do cidadão grego, sendo também uma fonte confiável para a Geografia, na medida em que traduziria em palavras a conformação física do mundo.

Recepção e transmissão da *Geografia*

Abordamos, nas seções anteriores, os objetivos de Estrabão ao escrever sua *Geografia*, bem como o público-alvo que procurou atingir com seus escritos. Neste tópico, retomamos algumas dessas questões ao tentar demonstrar, na medida do possível, como a obra de Estrabão repercutiu em seu tempo, se é que ela teve alguma notoriedade imediata. Após tratarmos da recepção da obra, discutiremos a maneira pela qual a *Geografia* foi preservada e transmitida à posteridade.

Na Antiguidade, contabiliza-se cerca de vinte e uma citações a Estrabão, sendo quase todas elas referentes à obra *Comentários Históricos*,⁷⁰ como nos casos de Flávio Josefo (séc. I) e Plutarco (sécs. I-II). À vista disso, as citações dos autores antigos à *Geografia* são escassas e de extensão reduzida, o que nos impressiona diante da proporção do trabalho realizado por Estrabão, além do fato de ser um texto publicado por um membro da elite que possuía vínculos diretos com o governo do Império, o que bem poderia ter tornado seu trabalho um dos mais consultados da época. Todavia, sequer os autores de tratados geográficos que sucederam a Estrabão, como Plínio, o Velho, Pompônio Mela e Cláudio Ptolomeu, referenciam a *Geografia* (SORENSEN, 2017, p. 355).

De modo geral, as obras de Estrabão não foram muito lidas na Antiguidade, tendo em vista que são poucas as citações anteriores ao século V. Dentre as citações feitas à *Geografia*, duas são de Ateneu (séc. II), duas de Valério Harpocracion (séc. II) e uma de Sócrates de Constantinopla (sécs. IV-V). Ateneu faz duas citações à *Geografia* na obra *O banquete dos sofistas*,⁷¹ ambas relacionadas ao tema da alimentação e, de maneira mais específica, ao molho de peixe e ao presunto provenientes da Ibéria. O segundo caso é o de Valério Harpocracion, autor proveniente de Alexandria, no Egito, que, em sua obra *Léxico dos dez oradores áticos*, refere-se a Estrabão ao citar passagens da *Geografia*, sendo uma do Livro VIII e a outra do Livro X. Todavia, como as informações indicadas por Valério não são encontradas nos manuscritos antigos da *Geografia*, é possível que este autor as tenha inserido por conta própria, visando a ornar seu texto. Por fim, Sócrates de Constantinopla, em sua *História Eclesiástica*, cita Estrabão, ao indicar a localização de Crisópolis, um antigo porto situado no Bósforo. Apesar de essa citação ser considerada como oriunda da *Geografia*, não podemos descartar a

⁷⁰ Sorensen (2017, p. 363-364) apresenta um quadro sistemático de todas as citações a Estrabão feitas na Antiguidade.

⁷¹ Uma outra citação de Ateneu pode ser incluída, mas ainda é motivo de controvérsia (SORENSEN, 2017, p. 361).

hipótese de que ela tenha sido obtida dos *Comentários Históricos*, o que, infelizmente, não podemos comprovar, uma vez que este texto se perdeu (SORENSEN, 2017, p. 360-362).

A *Geografia* também é citada no *Léxico* de Pânfilo de Alexandria (séc. I). Aujac e Lasserre (1959, p. xlix) indicam duas tradições distintas de nomenclatura para o tratado geográfico de Estrabão. No *Léxico* de Pânfilo, a obra de Estrabão institua-se *Γεωγραφικά*, e é esse nome que consta em toda a tradição proveniente do manuscrito bizantino Ω, datado do século IX, do qual trataremos adiante. Por outro lado, alguns autores se referem à obra de Estrabão por meio do título *Γεωγραφούμενα*, como consta nos escólios da obra *Argonautas*, de Apolônio de Rodes (séc. III).

Além dessas referências, Zuliani (1999, p. 8) também nos informa que Dionísio Periegeta, autor do século III, reproduz trechos da obra de Estrabão. Contudo, essa afirmação tem sido motivo de debate entre os pesquisadores. Enquanto uma parcela indica que, de fato, Dionísio recorreu à *Geografia*, outros autores preferem acreditar que, na verdade, ele se vale das mesmas fontes que outrora foram utilizadas por Estrabão, daí a semelhança entre o trabalho dos dois autores (SORENSEN, 2017, p. 360-362).

Na Antiguidade Tardia e na Idade Média, ao contrário do que ocorreu na Antiguidade Clássica, a *Geografia* ganhou certa visibilidade, sobretudo por meio de trabalhos realizados no Oriente, como o de Marciano de Heracleia (séc. IV); Sócrates Escolástico (séc. V); Prísicio da Lídia (séc. V); Estêvão de Bizâncio (séc. VI); Hesíquio de Mileto (séc. VI); e Eustácio de Tessalônica (séc. XII) (LOZAT, 2018, p. 7; SORENSEN, 2017, p. 355).

Segundo Nicolai (2017, p. 310), Estêvão de Bizâncio menciona Estrabão mais de duzentas vezes em sua obra *Ethnica*.⁷² Já Eustácio de Tessalônica, por volta de 1175, utilizou

⁷² García Blanco (1991, p. 181) afirma que são mais de trezentas citações.

algumas passagens da obra de um geógrafo do qual não cita o nome,⁷³ mas que, para Pritchard (1934, p. 63), trata-se de Estrabão.⁷⁴ Pritchard ainda afirma que alguns autores de edições modernas da *Geografia*, como Augustus Meineke e Horace Leonard Jones,⁷⁵ decidiram preencher umas lacunas do Livro II da *Geografia* recorrendo aos escritos de Eustácio, por suporem que este autor tenha de fato utilizado a obra de Estrabão.

O caminho percorrido pelo texto da *Geografia* até chegar a nós é bastante longo, tendo em vista que cerca de dois milênios nos separam da primeira versão da obra. Traçar o itinerário de *Geografia*, desde sua publicação até os dias atuais, não é uma tarefa fácil, sobretudo porque as informações constam em obras de difícil acesso, como aquela de Aubrey Diller, *The Textual Tradition of Strabo's Geography*, publicada em 1975. No entanto, nos foi possível elaborar um quadro bastante amplo acerca dos manuscritos da *Geografia* mediante a consulta aos trabalhos de Diller (1954), Aujac e Lasserre (1959), Lasserre (1959), Leroy (2013) e Cohen-Skalli (2017).

A versão original da *Geografia*, por óbvio, se perdeu. O que resta de mais antigo são trechos das cópias feitas pelos escribas, na Antiguidade.⁷⁶ De acordo com Sorensen (2017, p. 364), fragmentos de papiro contendo partes da *Geografia* foram encontrados no Egito, todos

⁷³ Estrabão não é referenciado pelo nome nos escritos de Eustácio, mas sim pelo epíteto *ὁ γεωγράφος*, ou seja, o geógrafo, como nos indica Pritchard (1934, p. 65).

⁷⁴ Em sua pesquisa, Pritchard comparou as citações de Eustácio a um determinado geógrafo com as passagens da *Geografia*, de Estrabão, para testar a hipótese de que o geógrafo citado por Eustácio é de fato Estrabão. Assim, Pritchard recolheu 409 referências ao indivíduo identificado apenas como “o geógrafo”, sendo 111 de comentários a Dionísio Periegeta e 298 referentes a Homero. Destas 409 referências, Pritchard localizou 392 na *Geografia*, de Estrabão, comprovando assim a sua hipótese de que o geógrafo citado por Eustácio é Estrabão. Das 17 passagens restantes, apenas 13 se referem a partes da *Geografia* que se perderam, o que impediu a Pritchard fazer a comparação. Segundo o autor, apenas 4 de todas as passagens não podem ser encontradas na *Geografia* (PRITCHARD, 1934, p. 64).

⁷⁵ Pritchard (1934, p. 63) afirma ter sido aluno de Horace Leonard Jones, quem o instigou a pesquisar sobre as passagens da *Geografia* presentes no texto de Eustácio. Após o término da pesquisa, segundo Pritchard, Jones utilizou os resultados na composição do volume III da edição da *Geografia* para a Loeb Classical Library.

⁷⁶ Nicolai (2017, p. 310) afirma que um dos motivos pelos quais a *Geografia* contou com poucas cópias na Antiguidade é devido à sua grande extensão, o que dava bastante trabalho àqueles que se propunham a copiá-la. Contudo, acreditamos que o motivo maior não seja o tamanho da obra, mas sim o fato de Estrabão não ter sido uma figura de grande destaque em sua época, apesar de seu texto demonstrar uma constante tentativa de se autopromover.

eles datados dos séculos II e III. Dentre esses fragmentos conta-se o *Papyrus Laurenzianus III 294A* e o *Papyrus Oxyrhynchus 4459*, que trazem partes do Livro II da *Geografia*. Há também o *Papyrus Kölner 8*, que versa sobre o Livro VII, e o *Papyrus Oxyrhynchus 3447*, no qual há uma breve passagem do Livro IX. Por fim, temos o *Papyrus Oxyrhynchus 4947*, publicado em 2009, que contém trechos do Livro V (NICOLAI, 2017, p. 310).

Tais papiros, todavia, nos fornecem apenas excertos de uma obra extensa. Mesmo com tantas limitações, as porções de papiro nos permitem, em alguns casos, identificar de qual obra se trata e a qual parte desta o fragmento se refere. Infelizmente, não dispomos de versões completas da *Geografia* mais próximas da data na qual a obra foi escrita, que seriam, talvez, mais confiáveis. Isso porque, cada vez que um escriba se dispunha a fazer uma cópia do texto, ele poderia modificá-lo, de modo intencional ou não. Diante disso, analisamos a recepção e a transmissão da *Geografia* com base na seguinte afirmação de Silva (2015, p. 134):

[...] os textos [...] são produtos de muitas vozes e influências; seguem regras de estruturação; sofrem interferências ao serem transmitidos, e, se por um lado, produzem sentidos, por outro, ganham novos significados, ao serem retomados em distintos contextos históricos [...].

De acordo com Churruca Arellano (2008, p. 284), é provável que, em algum momento, durante os quatro primeiros séculos da Era Cristã, tenha ocorrido a transposição do texto do antigo suporte material, o rolo de papiro ou *volumen*, para o formato de códice, geralmente confeccionado com pergaminho.⁷⁷ Nicolai (2017, p. 310) afirma que a produção de manuscritos

⁷⁷ O material nobre de escrita no Mundo Antigo foi, de início, o papiro. A união de várias folhas de papiro dava origem ao *volumen*, que era comercializado e utilizado em formato de rolo. O pergaminho, por sua vez, foi um material que serviu para substituir o papiro, pois era mais vantajoso que este em diversos aspectos. Primeiro, porque eliminava o monopólio de produção que antes estava nas mãos do Egito, tendo em vista que somente ali crescia o papiro. Feito com pele de animal, o pergaminho poderia ser produzido em larga escala e em diversas regiões do Império ao mesmo tempo. Apesar da sua fragilidade, o pergaminho também possuía outra vantagem em detrimento do papiro, a saber, o fato de poder ser reutilizado após ser lavado. Com isso, a escrita anterior era apagada para dar lugar a um novo texto, algo inviável no caso do papiro. Ademais, o pergaminho era um produto maleável, resistente e, portanto, durável. Com o advento do pergaminho, o formato de códice tornou-se praticável. Este era dividido em vários fólhos, tal como os livros de hoje em dia, sendo de fácil manipulação e transporte (LEITE, 2013, p. 90-91).

da *Geografia*, entre os séculos V e VI, foi de fundamental importância para a sobrevivência do texto, tendo em vista que, nos dois séculos posteriores, houve uma queda acentuada no interesse pela leitura, com uma conseqüente retração dos manuscritos. Essa fase teria sido superada somente a partir do século IX, quando a *Geografia* ganhou grande visibilidade, sobretudo devido à atuação de Fócio (séc. IX), patriarca de Constantinopla, e de seu aluno, Aretas (séc. IX-X), patriarca de Cesareia.

Na Antiguidade Tardia, emerge uma tradição manuscrita baseada num palimpsesto produzido em Constantinopla, o mais antigo manuscrito da *Geografia*. Este palimpsesto é representado pelo símbolo Π e remonta ao século V. O códice, que continha, na sua versão original, a *Geografia*, foi utilizado pelos monges copistas para a transcrição de outras obras. Após ter sido raspado e desmembrado uma primeira vez, no século VII, para dar lugar a uma cópia dos *Nomocânones*, um conjunto de regras de Direito canônico, partes do códice foram apagadas novamente, por volta do ano mil, para receber uma cópia do *Pentateuco* e uma coleção de homilias de Gregório de Nazianzo (CHURRUCÁ ARELLANO, 2008, p. 284).

Uma das partes desse códice foi encontrada por A. Mai, em 1844, contendo uma cópia do *Pentateuco* e 44 fôlios da *Geografia*, preservados pelo códice *Vat. gr. 2306*. Em seguida, Giuseppe Cozza-Luzzi encontrou outros três fôlios da mesma cópia, em Grottaferrata, que foram recolhidos no códice *Cryp. gr. A 23*, também chamado de *Cryp. Z α XLIII*. Por fim, P. Batiffol descobriu mais 22 fôlios da *Geografia* associados a alguns fragmentos das homilias de Gregório de Nazianzo. Esse manuscrito é denominado *Vat. gr. 2061 A* (GARCÍA BLANCO, 1991, p. 181-182).

Partes do palimpsesto Π foram publicadas por Cozza-Luzzi, entre 1875 e 1898, ao passo que, em 1956, foi lançada, por Wolfgang Aly, uma edição completa do palimpsesto, denominada *De Strabonis codice rescripto: cuius reliquiae in codicibus vaticanis Vat. Gr. 2306*

et 2061 a servatae sunt (AUJAC; LASSERRE, 1959, p. liii-liv). De acordo com Churruca Arellano (2008, p. 284), apesar de o palimpsesto não conter a *Geografia* na sua totalidade, por meio dele, os pesquisadores puderam preencher diversas lacunas da tradição manuscrita medieval da obra.

Na mesma época em que o palimpsesto II foi produzido, ocorreu a confecção de um outro manuscrito contendo a obra de Estrabão, o qual teria sido utilizado por Estêvão de Bizâncio para compor sua obra *Ethnica*, no século VI. Os manuscritos medievais, responsáveis pela transmissão integral da *Geografia*, são mais próximos do texto utilizado por Estêvão de Bizâncio do que aquele contido no palimpsesto II, tendo em vista que pertencem a uma tradição distinta (CHURRUCA ARELLANO, 2008, p. 284-285).

De acordo com Jones (1960, p. xxxii), todos os manuscritos medievais são provenientes de um único arquétipo da *Geografia*, uma vez que eles possuem as mesmas características. Esses manuscritos não se originam do palimpsesto II, nem do manuscrito utilizado por Estêvão de Bizâncio, mas, sim, de outro códice que remonta ao século V. Esse códice teria sido copiado por volta de 850, dando origem ao arquétipo de todos os manuscritos posteriores. Ele é identificado ora pelo símbolo Σ , ora pela letra Ω (AUJAC; LASSERRE, 1969, p. lvii; CHURRUCA ARELLANO, 2008, p. 285).

García Blanco (1991, p. 182-183) argumenta que a primeira cópia do arquétipo Ω foi efetuada no século IX, por Fócio, em Bizâncio. Logo em seguida, Aretas, discípulo de Fócio, produziu uma nova cópia. Sendo assim, o texto da *Geografia* chegou aos nossos dias graças aos códices bizantinos confeccionados no século IX.

Como mencionamos, o arquétipo Ω deu origem a duas cópias, uma de Fócio e outra de Aretas. Sendo assim, o manuscrito de Fócio representa uma das duas ramificações da cadeia de transmissão da obra, que remonta ao arquétipo Ω . Do manuscrito de Fócio, resultou uma

Crestomatia,⁷⁸ datada do século IX, intitulada *Χρηστομάθειαι ἐχ τῶν Στράβωνος Γεωγραφικῶν*, que conservou algumas partes da obra. Essa *Crestomatia* foi preservada mediante dois manuscritos, o primeiro identificado como *Pal. Heidelb. gr. 398*, ou simplesmente pela letra *A*, datado do ano 870, e o *Par. gr. 571*, identificado como *B*, datado do século XV. Há uma outra derivação da versão de Fócio, datada do século IX, sob a forma de uma coleção de extratos recolhidos no códice *Lond. add. 19391*, do século XIV. Também são provenientes do manuscrito de Fócio os excertos usados para compor a obra *De thematibus*, de Constantino Porfirogênito, escrita no século X. Ademais, Michel Psellos, no século XI, usou trechos do manuscrito de Fócio para a composição de dois tratados. Da mesma forma, Jean Tzetzés, no século XII, recorreu ao texto de Fócio para escrever sua *Chiliades*, preservando, assim, partes da *Geografia*. Por fim, há um epítome, designado *Vat. gr. 482* ou, simplesmente, pela letra ϵ , produzido entre os séculos XIII e XIV. Esse epítome está dividido em dois volumes: o primeiro cobre os livros I a IX e o segundo, os livros X a XVII da *Geografia*. No entanto, o último volume se perdeu. Tal epítome foi preservado por meio do códice *Scor. X-I-13* e pelo códice *Pal. Heidelb. gr. 129*, ambos do século XIV (AUJAC; LASSERRE, 1959, p. xlix-lxi; LEROY, 2013, p. 37-38).

É a partir da outra ramificação de Ω , mediante o apógrafo feito por Aretas, no século IX, que derivam os códices integrais da *Geografia*. Sabe-se que três cópias foram feitas diretamente do manuscrito de Aretas. Uma delas se trata do códice *Par. gr. 1397*, conhecido também como *A*, datado do século X, que continha, no início, todos os livros da *Geografia*, mas apenas os nove primeiros foram preservados. Além desse, há também o manuscrito ω , dividido em dois volumes, o ω I, que engloba os livros I a IX, e o ω II, que contém os livros X a XVII. Porém, como o volume ω II se perdeu, foi necessária uma nova cópia para completar a obra,

⁷⁸ Coleção de trechos da *Geografia*.

dando origem, assim, ao manuscrito conhecido como ω' (AUJAC; LASSERRE, 1959, p. lxi-lxiii).

O manuscrito *A* teve algumas partes destruídas pela ação do tempo e de roedores, recebendo uma versão complementar por volta de 1300. Essa versão é conhecida como *a*. A partir de então, o manuscrito foi reproduzido, dando origem a vários outros códices, dentre eles: 1) códice *c*, do século XIV; trata-se de uma cópia dos livros VIII e IX a partir do códice *C*; 2) códice *g* ou *Vat. gr. 174*, do século XV, copiado de *A* nos livros I a IX; 3) códice *h* ou *Mosq. gr. 506*, do século XV; 4) códice *i* ou *Scor. T-II-7*, do ano 1423; 5) códice *j* ou *Matr. 4675*, dos séculos XV e XVI, apógrafo de *g*; 6) códice *l* ou *Marc. gr. 377*, século V, apógrafo de *A* e *W*; 7) códice *m* ou *Marc. gr. 378*, de 1470, apógrafo de *l*, livros I a XII; 8) códice *n* ou *Eton. 141*, de 1440 a 1447, livros I a X; 9) códice *o* ou *Par. gr. 1394*, de 1485, apógrafo de *n*; 10) códice *p* ou *Vat. gr. 173*, de 1487, apógrafo de *n*, livros I a X; 11) códice *r* ou *Reg. gr. 83*, de 1500, apógrafo de *o* (AUJAC; LASSERRE, 1959, p. lxiv-lxv).

Por sua vez, ω' gerou diversas outras cópias, como os escritos de Eustácio, no século XII; o códice *Vat. gr. 482* ou *Epítome Vaticana*, do século XIV; o códice *Vat. gr. 175*, que comporta a obra *Synopsis (Syn.)*, escrita por Jean Catrarès, no século XIV; o códice *Vat. gr. 1329* ou *F*, do século XIII ou XIV, bem como um grupo de manuscritos identificados pela sigla δ (AUJAC; LASSERRE, 1959, lxv-lxxi).

Grande parte dos manuscritos da *Geografia* está depositada em instituições da França, da Itália e do Vaticano, com destaque para a Biblioteca Nacional da França e a Biblioteca Apostólica Vaticana, que contam com um número expressivo de cópias. No entanto, também encontramos manuscritos da *Geografia* na Inglaterra, na Espanha, na Alemanha, na Rússia e na Grécia.

No século XV, houve um crescimento da circulação da *Geografia* graças à publicação das primeiras edições impressas e das traduções do texto, inicialmente para o latim e, mais tarde, para um expressivo número de línguas modernas (DUECK, 2018, p. 3). Segundo Dalché (2017, p. 367), na Itália, em meados do século XV, cerca de metade dos manuscritos até então preservados foi copiada, o que contribuiu para o crescimento do número de referências a Estrabão nos anos posteriores. Nesse contexto, diversos humanistas, como Giovanni Aurispa, Francesco Filelfo, o cardeal Basílio Bessarion, o cardeal Ruthenus, bem como Ciríaco de Ancona, possuíam seu próprio códice. Também data do século XV um ensaio crítico à obra *Geografia*, escrito por Plethon, em 1439, ocasião na qual o autor participou de um concílio, em Florença, o que lhe permitiu trocar informações sobre Estrabão com Paolo Toscanelli, grande erudito que manteve contato com Cristóvão Colombo (LOZAT, 2018, p. 8).

A decisão de fazer a primeira tradução da *Geografia* para o latim partiu do papa Nicolau V, em 1453. Guarinus Veronensis ficou encarregado da tradução dos livros I a X, enquanto Gregorius Tiphernas se responsabilizou pela tradução dos demais livros. Contudo, Nicolau V morreu, em 1455, e o trabalho teve de ser adiado até que os autores encontrassem um novo patrocinador, o que ocorreu somente em 1458, quando Jacopo Antonio Marcello decidiu patrocinar a tradução (LOZAT, 2018, p. 8). Vredevelde (1998, p. 343) nos informa que a divisão da tarefa continuou a mesma, ou seja, os dez primeiros livros da *Geografia* foram traduzidos por Guarinus Veronensis, ao passo que os sete restantes foram traduzidos por Gregorius Tiphernas. Essa versão latina foi publicada em Roma, em 1469, e teve ao menos cinco edições impressas no século XV. Jones (1960, p. xl) considera que os manuscritos utilizados na empreitada, posteriormente perdidos, eram melhores do que aqueles utilizados na edição de Aldus, da qual trataremos adiante.

A tradução de Guarinus e Tiphernas foi revisada e publicada diversas vezes. Em 1480, foi revisada por J. Andreas e publicada em Veneza. Em seguida, em 1494, foi editada por A. Mancellinus e publicada também em Veneza. A tradução foi publicada novamente, em 1510. Já em 1523, C. Heresbach revisou a tradução e a publicou na cidade de Basileia, na Suíça. Anos mais tarde, em 1539, a tradução foi publicada mais uma vez, também em Basileia. Em 1559, M. Hopper publicou a tradução na cidade de Lyon, em dois volumes. Em 1571, G. Xylander revisou a tradução e publicou sua versão na cidade de Basileia. Da mesma forma, foi publicada em Amsterdã, em 1652, em dois volumes (JONES, 1960, p. xl-xli).

O século XV, portanto, foi um momento decisivo para a transmissão do texto empregado nesta pesquisa, devido à sua ampla circulação. Para avaliarmos a importância que a *Geografia* adquiriu nesse contexto, vários geógrafos, cosmógrafos e navegadores se referiam à teoria de Estrabão acerca da insularidade da terra para defenderem a possibilidade de contornar o Continente Africano pelo Atlântico. Foi o que fez o papa Pio II (1405-1464), ao contrariar a ideia de Ptolomeu da impossibilidade de navegação em torno da África, preferindo se posicionar a favor de Estrabão. Além disso, sabemos que a *Geografia* foi consultada por Cristóvão Colombo, pois seu filho, Fernando, ao escrever uma biografia acerca da trajetória do pai, afirma que Colombo foi persuadido por uma passagem da *Geografia* na qual Estrabão afirma haver terras inexploradas na extremidade da Índia (LOZAT, 2018, p. 9).

A *editio princeps* da *Geografia*, por sua vez, foi publicada em 1516, em Veneza, conforme aponta Koelsch (2004, p. 505). Jones (1960, p. xxxix) afirma que essa edição foi elaborada por Aldus Manutius, com base no manuscrito *Par. gr. 1395*. Novas edições foram publicadas logo em seguida, como a de Hopper e Heresbach, em 1549, e a de Xylander, em 1571. Esta última foi revisada por Casaubon, que adicionou comentários e a publicou, em 1587,

na cidade de Genebra. A primeira versão para o italiano foi realizada entre 1562 e 1565, por Alfonso Buonacciuoli, como nos indica Lozat (2018, p. 10-11).

Em 1620, Casaubon lançou uma edição própria, em Paris, acompanhada pela tradução do texto em latim, elaborada por Xylander, com notas de F. Morrellius. A edição de Casaubon é tão importante que se tornou um costume citar as passagens da *Geografia* conforme a paginação dessa obra. Desse modo, costumava-se grafar um (C) com a página correspondente à frente para indicar a localização do trecho na edição de Casaubon. Em 1707, foi lançada, em Amsterdã, uma versão da *Geografia* por T. J. van Almaloveen, em dois volumes. A edição de Almaloveen, assim como a de Casaubon, tinha suas páginas referenciadas nas citações de *Geografia*. Neste caso, escrevia-se um (A) com a página correspondente em seguida (JONES, 1960, p. xxxix).

Em 1763, foi a vez de Bréquigny publicar os três primeiros livros da *Geografia*, com base no manuscrito de Paris. A primeira tradução para o alemão foi realizada por Abraham J. Penzel, entre 1775 e 1777, e publicada em Lemgo. Em 1796, na cidade de Leipzig, foi elaborada uma nova edição da *Geografia*, contendo sete volumes. O volume I foi revisado por J. B. Siebenkees, os volumes II a VI por C. H. Tzschucke e, finalmente, o volume VII, por F. T. Friedmann. Os seis primeiros volumes contêm o texto grego e uma revisão da tradução que Xylander havia feito para o latim, em 1620 (JONES, 1960, p. xxxix; LOZAT, 2018, p. 11).

Entre 1805 e 1819, foi publicada uma tradução da *Geografia* do grego para o francês pela L'imprimerie Royale, em Paris, a pedido de Napoleão Bonaparte. Essa edição contou com a participação de François-Jean-Gabriel de La Porte du Theil, Adamantios Coray, Jean Antoine Letronne e Pascal-François-Joseph Gossellin. Este último ficou encarregado de elaborar a introdução e algumas notas dispersas por toda a coleção, que são indicadas pelo símbolo (G). O primeiro volume, lançado em 1805, conta com a tradução dos três primeiros livros da

Geografia, além de notas gramaticais e críticas elaboradas por La Porte du Theil e Coray. O segundo volume, lançado em 1809, oferece-nos a tradução do Livro IV, realizada por Coray, e dos Livros V e VI, feita por De la Porte du Theil. O terceiro volume, divulgado em 1812, contempla os Livros VII a IX. A tradução dos Livros VII e VIII foi feita por Coray e a do Livro IX, por La Porte du Theil. O quarto volume foi lançado, em 1814, com a tradução dos Livros X e XI, feita por La Porte du Theil, e dos Livros XII a XIV, por Coray. O quinto e último volume da coleção, publicado em 1819, engloba os Livros XV a XVII, sendo que a tradução do Livro XV foi feita por Coray e a dos Livros XVI e XVII executada por Letronne.

Em 1807, T. Falconer lançou sua edição inglesa, pela Oxford, em dois volumes, versão que tem recebido muitas críticas. Entre 1815 e 1819, foi a vez de Coray lançar uma edição da *Geografia*, em Paris. Tal edição possui quatro volumes, sendo que o último é composto por diversas notas em grego moderno. Dispomos ainda de uma tradução para o italiano, elaborada por Ambrosoli, publicada na cidade de Milão, em 1834 (JONES, 1960, p. xxxix-xli).

Gustav Kramer também organizou uma edição crítica da *Geografia*, publicada em Berlim. Essa edição apresenta todo o texto da *Geografia* em grego, portanto, não se trata de uma tradução. O volume I foi lançado em 1844, contendo os Livros I a VI. Em 1847, Kramer publicou o volume II da coleção, que contém os Livros VII a XII. Por fim, o autor lançou, em 1952, o volume III, com os Livros XIII a XVII da *Geografia*. No mesmo ano, Kramer publicou uma *editio minor* da *Geografia*, uma versão sintetizada, sem os comentários críticos, que foi dividida em dois volumes: o primeiro, com os Livros I a X, e o segundo, com os Livros XI a XVII. Segundo Jones (1960, p. xxxii), a edição de Kramer foi baseada no manuscrito *Par. 1397*, para os nove livros iniciais, enquanto os livros restantes foram elaborados com base nos manuscritos *Vat. 1329* e *Ven. 640*. O prefácio da primeira edição conta com um extenso ensaio acerca da tradição manuscrita da *Geografia*, de modo que os estudos posteriores não trouxeram

muitas novidades, conforme aponta Lasserre (1959, p. 32). De fato, a edição de Kramer é referência até hoje para aqueles que estudam a obra.

Entre 1852 e 1853, foi a vez de August Meineke lançar sua edição crítica da *Geografia*, em Leipzig, pela Teubner. O texto de Meineke diverge em alguns pontos da versão publicada por Kramer, como o próprio autor declara no início de cada volume, ao destacar os trechos em que há divergência. Tal como na edição de Kramer, a versão de Meineke traz o texto da *Geografia* apenas em língua grega. O primeiro volume desta coleção foi publicado em 1852, contendo os Livros I a VI. O segundo volume, publicado em 1853, traz os Livros VII a XII da *Geografia*. Já o terceiro volume, com os Livros XIII a XVII, foi lançado em 1853. Segundo Churruca Arellano (2008, p. 287), Meineke publicou um complemento crítico à edição em Berlim, no ano de 1852, cujo título é *Vindiciarum Strabonianarum liber*.

Carl Müller e Friedrich Dübner foram os responsáveis por uma edição crítica da *Geografia*, publicada entre 1853 e 1858, na cidade de Paris, pela Didot. Trata-se de uma versão bilíngue, que apresenta os textos grego e latino. Segundo Jones (1960, p. xli), a edição substituiu o texto em latim publicado por Guarinus e Tiphernas, em 1469, que foi a base para muitas outras versões, como mencionamos. Os primeiros seis livros foram organizados por Dübner, enquanto os nove restantes ficaram a cargo de Müller.

H. C. Hamilton e W. Falconer realizaram uma tradução para o inglês e a publicaram, entre 1854 e 1857, na cidade de Londres, pela Bohn's Classical Library. Enquanto Hamilton foi o responsável pela tradução e notas dos seis primeiros livros, Falconer se desincumbiu dos onze livros restantes. Tal edição traz apenas o texto em inglês, traduzido diretamente da versão em grego publicada anos antes por August Kramer. Em 1854, foi lançado o volume I da coleção, no qual estão incluídos os Livros I a VII da *Geografia*. Em 1856, o volume II veio a público,

contendo os Livros VIII a XIII. O último volume, disponibilizado em 1857, abarca os Livros XIV a XVII.

Quanto ao francês, temos notícia da edição publicada por Amédée Tardieu, entre 1867 e 1890, pela Hachette, em Paris. Mediante o primeiro volume, lançado em 1867, temos acesso à tradução dos Livros I a VI. O segundo volume, datado de 1873, conta com tradução dos Livros VIII a XII. Já o terceiro volume, datado do ano de 1880, fornece-nos a tradução dos Livros XIII a XVII. Por fim, Tardieu ainda publicou um quarto volume, em 1890, contendo um vasto glossário comentado de termos presentes na *Geografia*.

No século XX, várias edições críticas da *Geografia* foram publicadas, bem como houve um significativo crescimento do número de traduções para línguas modernas, como inglês, francês, espanhol, alemão e italiano. Contudo, infelizmente, ainda não dispomos de uma edição crítica e completa da *Geografia* em língua portuguesa.

Horace Leonard Jones publicou uma versão completa e bilíngue da *Geografia*, que apresenta o texto na língua original, o grego, e a tradução para o inglês. Tal edição, organizada em oito volumes e publicada pela Loeb Classical Library entre os anos de 1917 e 1932, tem sido uma das mais utilizadas pelos pesquisadores da obra, sobretudo porque nos permite consultá-la com facilidade.

De acordo com Nicolai (2017, p. 309), em 1956, Wolfgang Aly publicou o texto da *Geografia* contido no palimpsesto II. Aly também publicou sua edição crítica da *Geografia*, embora tenha morrido antes de completá-la, tendo realizado apenas a tradução dos Livros I a VI. Entre 1968 e 1972, foram publicados os demais livros dessa coleção.

Francesco Sbordone também contribuiu com os estudos sobre a vida e obra de Estrabão, publicando sua própria versão da *Geografia*, em italiano, a partir de 1963. Segundo Nicolai (2017, p. 309), Sbordone publicou apenas os seis primeiros livros da *Geografia*, falecendo antes

de lançar o volume contendo os Livros VII a IX, o que foi feito postumamente, em 2000, sob a supervisão de Silvio Medaglia.

Outra edição da *Geografia*, com tradução para a língua francesa, foi lançada pela *Belles Lettres* entre 1966 e 2016, em quinze volumes, nos quais estão distribuídos os dezessete livros. O primeiro volume, datado de 1969, divide-se em duas partes. Na primeira parte do primeiro volume, há uma introdução geral e a tradução do Livro I e, na segunda parte, a tradução do Livro II. Na introdução geral, escrita por Germaine Aujac e François Lasserre, obtivemos informações valiosas sobre a vida e a obra de Estrabão. A tradução dos Livros I e II ficou a cargo de Germaine Aujac. O segundo volume, que mais nos interessa, foi publicado em 1966,⁷⁹ contendo os livros III e IV da *Geografia*, cuja tradução foi efetuada por François Lasserre.⁸⁰

Viana Reboiro (1999, p. 81) também nos dá notícia de uma edição bilíngue da *Geografia*, que traz o texto em grego antigo e grego moderno, publicada em Atenas, em 1994, pela Cactus. Tal versão conta com introdução e tradução de todos os livros, executadas por Panos Theodoridis.

Em língua espanhola, dispomos de uma tradução completa da *Geografia*, publicada entre 1991 e 2015, pela Gredos.⁸¹ Os dezessete livros estão distribuídos em seis volumes. O primeiro volume contém uma introdução geral acerca da vida e obra de Estrabão, feita por J.

⁷⁹ Os volumes II e III foram publicados antes do volume I. Alguns dos outros volumes também não seguem uma ordem cronológica para a publicação.

⁸⁰ Os demais volumes estão sistematizados da seguinte forma: volume III, com tradução dos Livros V e VI, por François Lasserre (1967); volume IV, com tradução do Livro VII por Raoul Baladié (1989); volume V, com tradução do Livro VIII por Raoul Baladié (1978); volume VI, com tradução do Livro IX por Raoul Baladié (1996); volume VII, com tradução do Livro X por François Lasserre (1971); volume VIII, com tradução do Livro XI por François Lasserre (1975); volume IX, com tradução do Livro XII por François Lasserre (1981); volume XII, com tradução do Livro XV por Pierre-Olivier Leroy (2016); volume XIV, com tradução da primeira parte do Livro XVII por Benoît Laudenbach (2014); volume XV, com tradução do restante do Livro XVII por Benoît Laudenbach, além de conter um comentário de Jehan Desanges (2014). Há uma lacuna a ser preenchida pelos volumes X (Livro XIII), XI (Livro XIV) e XIII (Livro XVI), que ainda serão lançados.

⁸¹ Não se trata de uma versão bilíngue.

García Blanco, enquanto a tradução dos dois primeiros livros da *Geografia* e as notas ficaram sob a responsabilidade de J. L. García Ramón e J. García Blanco. O segundo volume da edição possui uma breve introdução, seguida dos Livros III e IV. A introdução, tradução e notas do segundo volume foram elaboradas por Maria José Meana e Félix Piñero.⁸²

Ademais, duas edições completas da *Geografia* já foram publicadas nos últimos vinte anos. A primeira delas foi lançada por Stefan L. Radt, entre 2002 e 2011, pela Vandenhoeck and Ruprecht, em Göttingen, na Alemanha. A mais recente foi publicada pela Cambridge University Press, em 2014, com introdução, tradução e notas de Duane W. Roller. Essa versão contém todos os livros da *Geografia* reunidos em apenas um volume.

Apesar de não dispormos de uma versão completa da *Geografia*, em língua portuguesa, contamos com duas traduções do Livro III, ambas publicadas em Portugal. A mais antiga, de 1994, foi elaborada por José Cardoso e publicada em Braga. Segundo Viana Reboiro (1999, p. 81), essa tradução conta com uma introdução que trata da vida e obra de Estrabão, além de trazer uma crítica textual à versão da *Geografia* publicada no século XIX, por Müller. Deserto e Marques (2016, p. 11), por sua vez, afirmam que tal versão do Livro III apresenta algumas incongruências, o que motivou os autores a realizar uma nova tradução desse livro, publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra, em 2016.

Outrossim, acreditamos que todos os autores, seja o da primeira ou os da segunda versão do Livro III, parecem estar mais preocupados em saber o que Estrabão tem a dizer sobre o território onde atualmente se encontra Portugal. Isso justifica a elaboração de uma versão

⁸² Assim como fizemos acima, para o caso da edição da Belles Lettres, sistematizamos a seguir os demais volumes da edição publicada pela Gredos: volume III, com tradução dos Livros V a VII e notas de José Vela Tejada e Jesús Gracia Artal (2001); volume IV, com tradução dos Livros VIII a X e notas de Juan José Torres Esbarranch (2008); volume V, com introdução, tradução dos Livros XI a XIV e notas de María Paz de Hoz García-Bellido (2003); volume VI, com introdução, tradução dos livros XV a XVII e notas de Juan Luis García Alonso, María Paz de Hoz García-Bellido e Sofia Torallas Tovar (2015).

apenas do Livro III, como ocorre em outros casos, por exemplo, o da Espanha, onde também foram publicadas versões específicas do Livro III da *Geografia*. De fato, Adolf Schulten publicou uma edição do Livro III, na cidade de Barcelona, em 1952, contendo o texto em grego e sua tradução, em língua espanhola.

Analisamos a *Geografia* tendo como base três edições diferentes. A que mais tem nos auxiliado é a edição da *Loeb Classical Library*, pois nos fornece o texto em grego e a tradução para o inglês. No entanto, também nos valem de uma edição mais recente, publicada pela Gredos, que, apesar de não ser bilíngue, é bastante conceituada nos meios acadêmicos. Por fim, consultamos também a tradução do Livro III para o português, publicada pela Universidade de Coimbra, em 2016.

O IMPERIALISMO ROMANO E A IBÉRIA

O sul e o leste da Península na fase pré-romana

Por meio deste tópico, pretendemos demonstrar como a Ibéria se encontrava no momento anterior à conquista romana, iniciada em 218 a.C., sobretudo no que se refere aos diferentes grupos populacionais que ocupavam o sul e o leste da Península. Nosso foco direciona-se à maneira pela qual os povos ibéricos se relacionavam com o espaço. De antemão, é preciso ressaltar o fato de não ser possível empreender uma descrição pormenorizada das características culturais de cada comunidade da Ibéria, razão pela qual voltamos nosso olhar apenas para os aspectos gerais de algumas realidades. Pretendemos, com isso, demonstrar o contraste existente entre as áreas sul e leste da Península, em relação ao Norte, no momento da chegada dos romanos, o que, de certa forma, influenciou a visão de Estrabão acerca dos diferentes espaços da região.

A priori, devemos estar cientes de que essa diferenciação entre as duas regiões é resultado da ocupação do território ibérico ao longo do primeiro milênio a.C., período no qual a região foi marcada por algumas influências externas. Todavia, concordamos com Santos (2013, p. 14), no sentido de que a diversidade de povoamento da Ibéria, no contexto pré-romano, não é fruto apenas de fatores externos, mas também das próprias condições internas, tais como a geografia e a cultura dos grupos étnicos que ali viviam.

Isto posto, ao nos debruçarmos sobre os aspectos do povoamento pré-romano da Ibéria, notamos algumas influências das civilizações mediterrânicas, principalmente nas regiões sul e leste da Península. Enquanto no sul da Ibéria houve uma duradoura presença fenícia e

cartaginesa, no Leste, os gregos foram os responsáveis pela fundação de assentamentos e pela exploração do território.⁸³

No que diz respeito ao sul da Ibéria, temos notícia de que os comerciantes de Tiro, cidade localizada no sul da Fenícia, foram o primeiro grupo ultramarino a explorar as paragens.⁸⁴ No século IX a.C., os tírios expandiram seu domínio para lugares longínquos, como Cartago, no norte da África, e a Península Ibérica.⁸⁵ Devido a questões geográficas e políticas, a civilização fenícia se desenvolveu, em grande medida, por meio da atuação na navegação e pelo comércio no Mediterrâneo.⁸⁶ Por onde passaram, os fenícios fundaram entrepostos comerciais e deixaram sua marca mediante seus aspectos culturais, em especial no tocante à urbanização.

Sendo assim, os fenícios avançaram de forma progressiva em direção ao Ocidente, até aportarem na Ibéria, no século VIII a.C., sendo atraídos pela grande riqueza mineral e agrícola que esse território proporcionava. Dados arqueológicos atestam que os fenícios se estabeleceram no sul da Ibéria, tanto em território atualmente pertencente à Espanha, quanto

⁸³ Apesar de as colonizações fenícia, grega e cartaginesa terem se mantido voltadas principalmente para o sul e leste da Península, não descartamos a possibilidade de um contato comercial com os povos do norte da Ibéria. Manuela Martins (2012, p. 59), por exemplo, salienta a importância que o noroeste da Ibéria exerceu na rota comercial pelo Atlântico, desde a Idade do Bronze. Ou seja, a rede de contatos culturais pode ser muito mais complexa do que pensamos, não se restringindo apenas ao sul e ao leste da Ibéria, locais onde a presença dos fenícios, gregos e cartagineses foi, sem dúvidas, mais profunda.

⁸⁴ O nome fenícios (*phoinikes*) foi atribuído pelos gregos, dentre eles Homero, para se referir ao povo que habitava a Fenícia (*Phoiniké*). Ambos os termos derivam da palavra grega *phoinix*, que significa vermelho-púrpura, sendo utilizados, portanto, para indicar o local e o povo que estavam ligados à indústria de tinturaria de tecidos. Os habitantes da Fenícia, por seu turno, denominavam-se como cananeus e sua terra como Canaã. É preciso ressaltar, no entanto, que a região conhecida como Canaã abarca uma série de grupos étnicos para além dos fenícios (KORMIKIARI, 2018, p. 175-176).

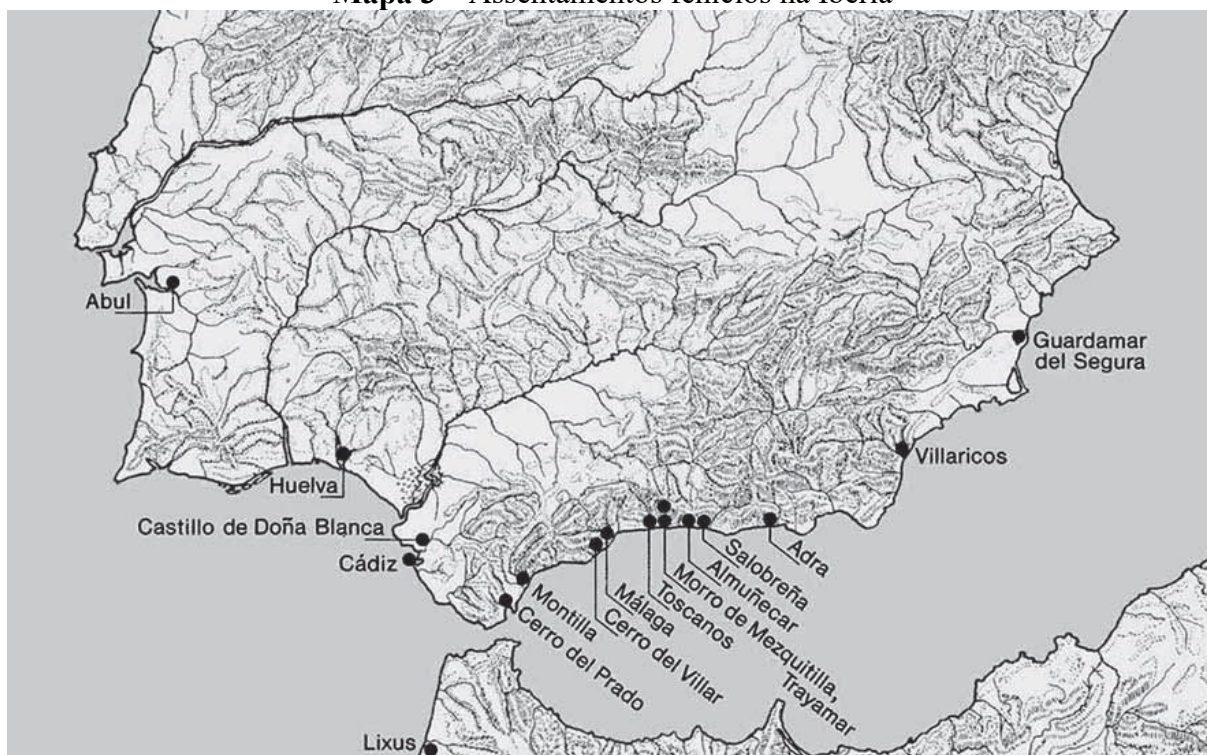
⁸⁵ Um pouco antes de os fenícios explorarem o sul da Ibéria, um importante entreposto comercial foi erguido por eles no norte da África: Cartago. Essa cidade posteriormente substituiu os fenícios na exploração do sul da Ibéria e das demais áreas do Mediterrâneo Ocidental, tornando-se um poderoso império.

⁸⁶ Vale destacar que a Fenícia despontou como civilização, no Oriente Próximo, por volta do século XII a.C. (KORMIKIARI, 2018, p. 176). Contudo, somente em alguns séculos mais tarde ocorreu o apogeu de Tiro, cidade-estado do sul da Fenícia que se lançou na exploração do Mediterrâneo Ocidental.

Portugal, onde estão situados assentamentos de diversos tipos, como entrepostos comerciais e povoamentos permanentes (AUBET, 2006, p. 36; FABIÃO, 1997, p. 80).

Nesse sentido, o contato entre os fenícios e os nativos da Ibéria ocorreu principalmente no âmbito da exploração comercial. Tal interação, com o tempo, introduziu na Ibéria uma arquitetura urbana de tipo oriental, que é possível verificar em assentamentos como Gadir (atual Cádiz),⁸⁷ Morro de Mezquitilla, Abdera (Adra), Toscanos, Cerro de Villar, entre outros sítios de origem fenícia (Mapa 3). No que tange à dinâmica comercial, verifica-se uma hierarquia entre os assentamentos, evidenciada por uma rede de portos espalhados pela costa, ao mesmo tempo em que Cádiz possuía, dentre todos, um *status* diferenciado, sendo responsável pelo comércio na região do vale do Bétis (atual Guadalquivir), incluindo o seu interior, território de onde provinha uma grande quantidade de metais e de produtos agrícolas (AUBET, 2006, p. 37, 43-44).

⁸⁷ De acordo com Estrabão (*Geo.*, III, I, 8), a cidade de Cádiz não estava localizada no Continente, mas numa ilha situada na costa da Turdetânia. De acordo com Santos (2013, p. 19), relatos lendários apontam que Cádiz teria sido fundada pelos fenícios por volta de 1100 a.C. Contudo, não há evidências arqueológicas que comprovem tal data. Ainda segundo Santos, os registros arqueológicos atestam a presença fenícia no sul da Ibéria somente a partir do século VIII a.C.

Mapa 3 – Assentamentos fenícios na Ibéria

Fonte: *Hispania Antiqua: Denkmäler der Frühzeit* (2001), mapa 24. In: Marzoli (2006, p. 244).

No Livro III da *Geografia*, Estrabão descreve da seguinte maneira a interação entre os fenícios e os povos autóctones que habitavam o sul da Ibéria, denominados pelo autor como turdetanos:

[...] a expedição de Hércules, que se estendeu até essas paragens, e a dos fenícios, inspiraram-lhe uma certa riqueza e indolência das suas gentes, pois essas se tornaram tão completamente submissas aos fenícios que a maior parte das cidades da Turdetânia e das regiões vizinhas são hoje habitadas por aqueles [...] (Str., *Geo.*, III, II, 13).

Por meio desse trecho, verificamos que Estrabão defende que a prosperidade do território turdetano foi proporcionada por fatores externos, ou seja, pelo contato com as sociedades fenícia, cartaginesa e grega. Apesar de o autor destacar que houve presença grega no Sul, cremos que se trata, na verdade, da inserção de dados míticos extraídos de obras como

as de Homero ao texto de Estrabão.⁸⁸ Isso porque o Sul esteve sob domínio fenício e cartaginês até a chegada dos romanos. Esse fato não impediu que produtos de origem grega fossem comercializados na região da Turdetânia, embora esta mantivesse relações diretas com os fenícios e cartagineses, e não com os gregos. Ainda de acordo com o trecho destacado, ocorreram profundas trocas culturais entre turdetanos e fenícios, o que certamente decorreu da fundação de assentamentos urbanos nos quais os povos locais coabitavam com os estrangeiros. Estrabão, que escreveu na transição do século I a.C. para o século I d.C., afirma que, na sua época, o território ainda guardava traços de origem fenícia, com destaque para as cidades, a exemplo de Málaga e Abdera (Str., *Geo.*, III, IV, 2-3).

Ao tratar da exploração Ibéria pelos fenícios, Estrabão descreve nos seguintes termos o território escolhido por estes para comercializar, bem como a duração da ocupação fenícia na região: “os fenícios, como digo, foram os informadores; e, de facto, eles ocuparam a melhor parte da Ibéria e da Líbia antes da época de Homero e continuaram a ser senhores desses lugares até os romanos terem destruído o seu domínio [...]” (Str., *Geo.*, III, II, 14).

Esse excerto evidencia que Estrabão considera os fenícios como a primeira sociedade a explorar a Ibéria, tendo eles ocupado a melhor parte da Península, que o autor julga ser o Sul, ou seja, a Turdetânia, devido às suas grandes potencialidades comerciais, já que fornecia recursos abundantes de diversos tipos. Estrabão também afirma, no trecho em destaque, que os fenícios ocuparam a melhor parte da Líbia, o que podemos considerar como sendo a região de Cartago. Ademais, o autor informa que os fenícios continuaram dominando o sul da Ibéria até a chegada dos romanos, o que ocorreu somente a partir de 218 a.C. Isso se explica pelo fato de

⁸⁸ Segundo Roldán Hervás (2004, p. 120), a Ibéria é uma região citada nos antigos relatos míticos gregos, que tratam das viagens de heróis como Hércules, Ulisses, Anfíloco e Teucro às terras mais ocidentais do mundo conhecido.

ele considerar os cartagineses como herdeiros diretos dos fenícios, uma vez que Cartago era uma fundação dos colonos tírios.

Em duas passagens do Livro III, Estrabão trata os fenícios como “aqueles que informaram”, ou seja, que chegaram primeiro à Ibéria, conheceram o território e transmitiram os dados acerca da rica região aos seus vizinhos, dentre eles os gregos. O excerto que acabamos de analisar é um desses dois testemunhos. Porém, noutra trecho do Livro III, Estrabão novamente cita os fenícios. Dessa vez, para afirmar que foram eles os responsáveis por fornecer a Homero muitas das informações que o poeta registra sobre a Península (Str., *Geo.*, III, II, 13).⁸⁹

No século VI a.C., bem depois do estabelecimento dos fenícios na Ibéria, ocorreu a expansão dos gregos em direção ao Ocidente. Sendo assim, os gregos também chegaram ao território ibérico e fundaram assentamentos com objetivos comerciais (Mapa 4). Acerca disso, Tarradell (1999, p. 110) afirma que as características da ocupação da Ibéria pelos fenícios e gregos possuíam muitas semelhanças do ponto de vista das necessidades de exploração do mundo ocidental, das condições de estabelecimento no território e do contato com os povos nativos para fins comerciais. Desse modo, concomitante à presença fenícia no sul da Ibéria, houve uma interação dos gregos com os grupos ibéricos localizados na parte leste da Península.

⁸⁹ Além de ser um vestígio da presença fenícia no sul da Ibéria, o trecho também é importante para Estrabão afirmar que as obras homéricas contêm informações fidedignas.

Mapa 4 – Assentamentos gregos na Ibéria



Fonte: autoria própria

Os foces, provenientes da cidade da Foceia, localizada na Ásia Menor, seguiram para o Ocidente e fundaram diversas *apoikiai*.⁹⁰ Dentre elas, a que mais se destacou no Mediterrâneo Ocidental foi Massália, localizada na costa da atual França. Essa *pólis*, erguida pelos foces por volta do século VI a.C., exerceu poder e influência sobre a região ao redor e estabeleceu relações comerciais com a costa leste da Ibéria, onde os gregos fundaram diversos entrepostos, como *Emporion* (Ampúrias) e Rodes (TACLA, 2011, p. 113-114, 118).

Mesmo que de maneira sucinta, Estrabão nos fornece dados a respeito da presença grega na Ibéria. O autor afirma que *Emporion* foi uma fundação dos massaliotas, ou seja, dos habitantes de Massália.⁹¹ Ele afirma que, no início, os emporitanos habitavam uma pequena

⁹⁰ Florenzano (2015, p. 9) define *apoikia* como uma “cidade fundada por grupo de imigrantes gregos, sobretudo a partir do século VIII a.C. As *apoikias* mantinham relação religiosa e moral com as cidades que as haviam fundado, mas eram completamente independentes do ponto de vista político e econômico [...]”.

⁹¹ Apesar de Estrabão afirmar que os massaliotas foram os responsáveis por colonizar a costa leste da Ibéria, Tarradell (1999, p. 120) indica que não é possível saber se as cidades gregas do leste da Ibéria são fundações estabelecidas diretamente pelos foces ou se derivam de uma atuação de Massália. Sem

ilha situada próximo à costa. No entanto, na época em que Estrabão escrevia, o sítio localizado na ilha era chamado de Cidade Velha (*Palaeopolis*), visto que uma nova aglomeração urbana foi erguida no continente, que passou a ser chamada de Cidade Nova (*Neopolis*). Segundo Estrabão, a princípio, a cidade de *Emporion* continental possuía uma muralha que separava a população local, os indietas, dos colonos gregos. Os indietas mantinham suas próprias regras políticas, mas, com o tempo, as instituições políticas locais e as gregas se mesclaram, formando uma estrutura política híbrida. No mesmo trecho em que cita *Emporion*, Estrabão também assinala a existência de Rodes que, na sua opinião, pertencia aos emporitanos. Ademais, também afirma que alguns autores antigos acreditavam que Rodes teria sido uma fundação dos ródios.⁹² Noutro ponto da *Geografia*, o autor menciona que, entre o rio Sucro e Nova Cartago, havia ainda três fundações dos massaliotas, dentre as quais cita apenas Hemeroscópio (Str., *Geo.*, III, IV, 6, 8).

A fundação grega mais ocidental da Península Ibérica, segundo Estrabão, seria Menace ou Mainake. Acerca desse povoamento grego, declara: “[...] Menace fica mais afastada de Calpe – está completamente destruída, mas os vestígios que ainda restam são os de uma cidade grega –, enquanto Málaga fica bastante mais perto e tem uma estrutura fenícia [...]” (Str., *Geo.*, III, IV, 2).

Dito isso, verificamos que, no século VI a.C., ao mesmo tempo em que, na costa leste, teve início o contato dos povos nativos com os gregos, fato que se perpetuou até o século III, com a chegada dos romanos, os fenícios começaram a abandonar suas fundações no

buscar entrar em detalhes nessas discussões, o mais importante para nós é identificarmos que houve uma presença grega na zona mediterrânica da Ibéria.

⁹² Estrabão não cita os nomes desses autores antigos. Quanto ao termo ródios, refere-se aos habitantes da cidade de Rodes, mesmo nome que recebe a ilha onde se situa, localizada no mar Egeu. Segundo Roldán Hervás (2004, p. 120), não há fundamentos suficientes para afirmar que os ródios tenham colonizado a região do atual golfo de Rosas.

Mediterrâneo Ocidental, incluindo aquelas localizadas no sul da Ibéria. De acordo com Gonzalo Bravo (2007, p. 68), a saída dos fenícios das suas fundações no Mediterrâneo Ocidental teve como principal motivo a dominação babilônica das cidades-Estado fenícias a partir de 575 a.C.

Após os fenícios abandonarem seus assentamentos no Ocidente, no século VI a.C., Cartago ascende como potência no Mediterrâneo, passando a ocupar as zonas que antes eram de influência fenícia (FABIÃO, 1997, p. 164; GARCÍA Y BELLIDO, 1945, p. 8). Contudo, no que diz respeito aos aspectos culturais, a saída dos fenícios e a chegada dos cartagineses de modo algum provocou um impacto cultural de grandes proporções, tendo em vista que fenícios e cartagineses possuíam uma cultura semelhante, em especial no que se referia aos tipos de assentamentos urbanos fundados por ambas as potências (MARTÍ-AGUILAR, 2012, p. 774). Dessa maneira, acreditamos que houve uma continuidade cultural entre as antigas cidades fenícias, como Cádiz, e as novas fundações dos cartagineses, cujo exemplo mais conhecido talvez seja Nova Cartago (FERRER ALBELDA; MARTÍ-AGUILAR, 2009, p. 206). À vista disso, Fabião (1997, p. 164) indica a hipótese de que alguns colonos tírios, mesmo após a queda da cidade-mãe, tenham perpetuado suas práticas comerciais no sul da Ibéria. O autor também afirma que Cádiz continuou sendo um dos principais centros urbanos ibéricos. O que não se pode definir, no entanto, é se Cádiz manteve uma rede comercial na condição de cidade independente ou sob a tutela de Cartago.

Com base no que acabamos de tratar, podemos supor que fenícios, cartagineses e gregos introduziram, no sul e no leste da Ibéria, um modo de vida mediterrânico, influenciando sobremaneira os povos indígenas locais, sejam aqueles situados na costa ou os que ocupavam as zonas do interior imediato, de onde provinham os recursos de exportação (minerais e agrícolas) e para onde seguiam os artefatos importados de diversas partes do mundo. Nesse sentido, no momento da chegada à Ibéria, os romanos encontraram, no Sul e no Leste, povos

que compartilhavam de uma cultura semelhante à sua, fortemente marcada pelas características culturais mediterrânicas, sobretudo porque havia ali cidades com uma estrutura urbana desenvolvida e povos familiarizados com o comércio, o que certamente facilitava o intercâmbio.

O norte da Península na fase pré-romana

Quando lemos as fontes gregas e latinas, em especial aquelas que tratam de questões etnográficas da Ibéria, como a *Geografia*, de Estrabão, parece, à primeira vista, que o elemento urbano se encontrava apenas na fachada mediterrânica e num trecho do litoral atlântico do sudoeste da Península. No entanto, devemos nos lembrar que a visão fornecida pela fonte não é neutra e, portanto, requer uma análise profunda, que visa a problematizar as informações nela contidas. Sendo assim, “[...] não podemos analisar o urbanismo – ou a falta dele – na Península Ibérica, a partir de noções greco-romanas [...]” (SANTOS, 2013, p. 26). Portanto, acreditamos que também haja uma estrutura urbana na região norte da Ibéria pré-romana, só que esta se diferencia do padrão mediterrânico de cidade verificado no sul e no leste da Ibéria.⁹³

A dicotomia entre as regiões da Ibéria, enfatizada pelas fontes clássicas, está ligada, em grande medida, a aspectos etnográficos, pois, no Norte, verificamos a presença de uma cultura com fortes traços indo-europeus ou celtas, formada por um conjunto de povos que eram considerados como os “outros” pelos gregos e romanos.⁹⁴ De acordo com Curchin (1991, p. 16), a área de interferência dos celtas na Ibéria está restrita ao Norte, ao Oeste e à região central,

⁹³ Quando falamos em norte da Ibéria, neste primeiro momento, estamos nos referindo a uma vasta região do centro, do oeste e do extremo norte da Península, áreas onde o contato com os povos mediterrânicos era pequeno ou inexistente. Neste espaço, como veremos, desenvolveu-se uma cultura diferente daquela presente no litoral do sul e leste da Península. Tal cultura foi marcada sobretudo por influências indo-europeias ou celtas.

⁹⁴ Conforme Almagro-Gorbea (2005, p. 20) nos indica, o termo celta é um conceito bastante complexo, que muda de acordo com o tempo e o espaço, sendo manipulado para se referir a diversos povos, da Proto-história à Idade Média. É utilizado para designar povos com uma cultura semelhante que habitavam numa vasta extensão territorial, desde a Ibéria até a Galácia, na Anatólia.

onde habitavam, dentre outros povos, ástures, celtíberos, cântabros, galaicos, lusitanos, váceos e vetões.

Isto posto, enquanto no sul e no leste da Ibéria há, no primeiro milênio a.C., uma interferência de povos mediterrânicos, como fenícios, gregos, cartagineses e romanos, no restante da Península, vagas de povos celtas atravessaram os Pirineus e se misturaram aos povos autóctones, marcando os aspectos culturais da região norte, como a religião, a língua, as atividades bélicas e as características urbanas dos povoados. No que tange às migrações do primeiro milênio a.C., Curchin (1991, p. 16) afirma que um primeiro grupo de celtas pode ter se estabelecido na Ibéria por volta dos séculos VIII e VII a.C. Fabião (1997, p. 165), por sua vez, nos indica que, entre os séculos V e IV a.C., uma nova vaga de celtas adentrou o território, espalhando-se pela região centro-norte da Península, onde havia povos de mesma origem e que, portanto, compartilhavam de uma cultura semelhante, em especial no que dizia respeito ao tipo de povoamento. Contudo, não é possível indicar quando e como os primeiros povos de tradição celta chegaram à Ibéria e de que forma ocorreu o contato com os povos autóctones. Sendo assim, tais migrações podem ser consideradas apenas como um dos diversos fatores do complexo processo de construção das culturas pré-romanas do norte da Ibéria (ALMAGRO-GORBEA, 2005, p. 20).⁹⁵

Com os avanços recentes na área da Arqueologia, é possível traçar com segurança as características culturais e de povoamento do Norte, demonstrando a diversidade existente no modo como os diferentes povos se relacionavam com o espaço. À vista disso, Helena Carvalho

⁹⁵ Como forma de exemplificação, Adolf Schulten (1962, p. 30, 147), ao descrever os cântabros, povos que habitavam o extremo norte da Ibéria, defende que sejam de origem celta, alegando que a maioria dos nomes dos aglomerados urbanos, das famílias e das pessoas é de matriz celta. No tocante à urbanização, Schulten salienta que, nas regiões montanhosas da Cordilheira Cantábrica, são encontrados vestígios de povoados fortificados de difícil acesso, numa clara referência aos castros, dos quais trataremos adiante.

(2008, p. 66) recomenda precaução quanto ao ponto de vista que tende a homogeneizar os tipos de assentamentos do Norte, o que nos obriga a fazer estudos contextualizados, ou seja, que especifiquem e apresentem a diversidade cultural do norte da Ibéria, uma vez que tais aspectos culturais mudam com o passar dos anos, dependendo das características físicas de cada região. Muito embora a perspectiva contextual se imponha como necessária, por outro lado, de acordo com Almagro-Gorbea (1994, p. 18), também é preciso compreender o povoamento pré-romano da Ibéria numa escala mais abrangente, apontando para as diferenças locais.

De todo modo, ambas as propostas acima são aceitáveis, pois o que muda é apenas a escala de observação, ou seja, é possível fazer estudos que priorizem o local, bem como aqueles que demonstrem o povoamento pré-romano de maneira geral, pensando a Ibéria como uma totalidade, apesar das suas diferenças internas. Dada a natureza da fonte e do objeto de pesquisa, optamos por não demonstrar os detalhes de cada tipo de povoamento pré-romano da Ibéria. Ademais, a grande quantidade de assentamentos descobertos e estudados, tanto em Portugal, quanto na Espanha, gerou um imenso volume de documentação arqueológica, impossível de ser analisada neste trabalho. Dessa forma, nosso objetivo é apresentar uma visão geral sobre os tipos de povoados que vigoravam no norte da Ibéria, no momento que antecede à conquista romana, pois isso nos auxilia a compreender a maneira pela qual Estrabão representa o Norte, em contraposição ao sul e ao leste da Península.

No tocante ao processo de urbanização da Ibéria, Almagro-Gorbea (1994, p. 13, 18) chama a nossa atenção para a diferença que há entre castros e *oppida*, dois termos utilizados para designar os povoados existentes nas regiões central, ocidental e setentrional da Ibéria, no contexto pré-romano. Em resumo, podemos considerar um castro como uma estrutura proto-urbana menos complexa que um *oppidum*, sendo que este último pode ser consequência do desenvolvimento urbano de um castro pré-existente. No primeiro milênio a.C., ocorreu um

longo processo de complexificação social dos povos que habitavam o norte da Ibéria, que resultou na construção de pequenos castros. Na medida em que tal processo se intensificou, surgiram os primeiros *oppida*. Vejamos, de início, a definição do que seria um castro:

[...] é um povoado situado em lugar de fácil defesa, reforçado com muralhas, muros externos fechados e/ou acidentes naturais, que defende no seu interior uma pluralidade de residências de tipo familiar e que controla uma unidade elementar de território, com uma organização social escassamente complexa e hierarquizada. [...] O castro só controla os recursos de um reduzido território, de seus meios produtivos e comunicações frente a elementos inimigos ou estranhos a ele (*hostis*). [...] Seu controle territorial não é “físico”, mas antes, flexível e concentrado, isto é, de fato e sempre que possível, visual [...] (ALMAGRO-GORBEA, 1994, p. 15).

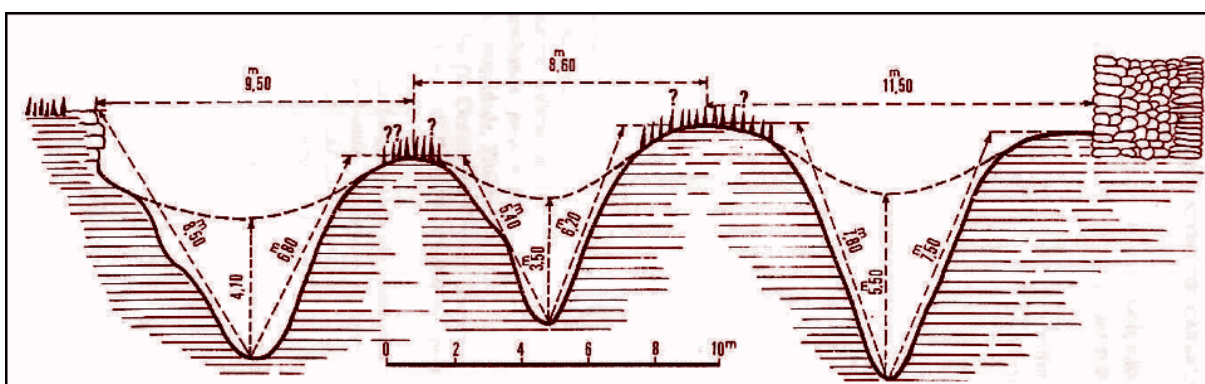
De acordo com a passagem acima, uma das características mais notáveis em relação ao espaço físico de um castro é a preocupação de seus habitantes com questões de ordem defensiva. Por isso, no processo de implantação de um novo castro, a população buscava locais de difícil acesso, cujas próprias características naturais pudessem dificultar as invasões de inimigos. Além da defesa natural que o sítio proporcionava, os castros eram dotados de uma ou mais muralhas que contornavam todo o recinto, bem como de um ou mais fossos na parte externa da muralha (FABIÃO, 1997, p. 84-85).

No tocante à estrutura defensiva dos castros, verificamos certa diversidade, pois há exemplos nos quais os habitantes aproveitavam a própria parede das casas como muro de proteção, representando assim uma modalidade de ocupação do espaço menos sofisticada, ao passo que existem castros com muralhas de 2 a 5 metros de espessura, o que teria demandado uma organização do trabalho mais complexa. Os fossos, por sua vez, estavam situados, em média, à distância de 5 a 10 metros da muralha e possuíam uma profundidade que também variava de 5 a 10 metros (ALMAGRO-GORBEA, 1994, p. 16).

Sabemos que, apesar das semelhanças físicas, a estrutura de cada castro poderia variar bastante. Reis da Silva (2010, p. 46-47) destaca os meios defensivos de que dispunha o Castro

de Carvalhelhos, em Portugal, representados na figura 1. Segundo o autor, esse castro contava com três linhas de muralhas e, para além delas, na parte externa, com três fossos, cuja profundidade variava entre 3 e 5 metros. Não bastassem as muralhas e os fossos, o Castro de Carvalhelhos também era dotado de um sistema de pedras fincadas, este último de caráter excepcional para a região, sendo utilizado de forma mais recorrente em outros locais da Península.

Figura 1 – Sistema defensivo do Castro de Carvalhelhos, Boticas, Portugal



Fonte: Reis da Silva (2010, p. 47).

Os castros fortificados eram implantados em locais elevados. Por estarem localizados em zonas altas, esses assentamentos proporcionavam uma ampla visão sobre o território no entorno, o que favorecia o controle do espaço. Vejamos, a seguir, uma imagem do castro de Sabrosa, de onde é possível enxergar um amplo território a partir do qual era factível aos habitantes ter controle visual sobre o território circundante.

Figura 2 – Castro de Sabrosa

Fonte: Câmara Municipal de Sabrosa, Portugal. Disponível em: https://www.sabrosa.pt/pages/505?image_gallery_id=65. Acesso em: 13 jul. 2020.

Outro aspecto marcante dos castros é sua planta circular ou ovalada. No interior deles, as habitações, cujo diâmetro varia entre 4 e 5 metros, também são circulares. As habitações, no interior dos castros, encontram-se distribuídas sem uma ordem exata. Eram feitas com matérias-primas diversas, compostas por uma fundação de pedra e, no restante, materiais perecíveis, como o barro e o saibro (ALMAGRO-GORBEA, 1994, p. 16; FABIÃO, 1997, p. 85). Alarcão (1988, p. 65) afirma que, nos castros pré-romanos do norte de Portugal, não é possível verificar nenhum tipo de arquitetura comparável ao padrão mediterrânico de cidade, pois estão ausentes elementos essenciais, como arruamentos e edifícios públicos.

Segundo Almagro-Gorbea (1994, p. 18), categorizar um povoamento como castro ou *oppidum* é um processo que deve ser feito levando em consideração fatores como o tamanho e a função que o povoado exercia em relação às suas adjacências. No tocante ao tamanho do povoamento, o autor informa que a maioria dos castros são pequenos, com menos de 0,2

hectares, podendo chegar à faixa de 7 a 10 hectares. Estes últimos modelos podem ser considerados como *oppida*, caso seja respeitado um fator imprescindível para tal, que é o exercício do controle de povoados menores do entorno.

Manuela Martins (2012, p. 64), ao descrever os *oppida* da região galaica, assinala que esses povoados foram fruto de sinecismo, ou seja, da concentração populacional dentro de um recinto que, apesar de proto-urbano, detinha características físicas mais avançadas que as de um castro. Desse modo, Martins nos indica que os *oppida* surgiram em decorrência de uma complexificação social que se apresentava na hierarquização entre povoados de diversos tamanhos e funções. Havia, portanto, grandes povoados localizados no cimo de montanhas, os *oppida* propriamente ditos, que controlavam povoados menores situados nas zonas mais baixas, estes últimos ligados às práticas agrícolas.

O processo de constituição dos castros, segundo Almagro-Gorbea (1994, p. 18), foi deflagrado no início do primeiro milênio a.C., na passagem da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, sendo característico de toda a zona compreendida entre o vale do Ebro⁹⁶ e o vale do Anas. Conforme Esparza Arroyo (2011, p. 12) assinala, devemos voltar nosso olhar para as distinções cronológicas, no tocante ao avanço dos castros pelo norte da Ibéria, tendo em vista que, enquanto algumas regiões apresentam esse tipo de povoamento no início do primeiro milênio, em outros locais os castros surgiram em épocas mais tardias. De certa forma, isso acarretou diferenças estruturais entre os povoados fortificados.

Uma vez tendo se complexificado, os castros deram origem aos primeiros *oppida*, que surgiram no vale do Anas (atual Guadiana), no século VII a.C.; Dali, este tipo de aglomerado proto-urbano se difundiu, chegando, no século V a.C., à região dos oretanos e, talvez, à região

⁹⁶ O rio Ebro, que corta o norte da Península, era conhecido na Antiguidade como rio Íbero.

dos vetões. No século III a.C., os primeiros *oppida* são atestados em parte da Meseta sul e na Meseta norte (ALMAGRO-GORBEA, 1994, p. 18). Segundo Manuela Martins (2012, p. 63), no caso específico do noroeste da Península Ibérica, os primeiros *oppida* surgiram no século II a.C., mas tiveram sua máxima expansão durante o século I a.C., ou seja, às vésperas da conquista romana.

De acordo com Alarcão (2003, p. 25), a Citânia de Briteiros, localizada em Guimarães (Figura 3), e a de Sanfins, situada em Paços de Ferreira, são os maiores exemplos conhecidos de aglomerados urbanos pré-romanos em território português. Alarcão afirma que, no caso da Citânia de Briteiros, a muralha interna envolvia cerca de 3,75 hectares, sendo que, entre as muralhas interna e média, também havia habitações. Já a Citânia de Sanfins, maior que a de Briteiros, possuía uma área de habitação de aproximadamente 7 hectares.

Figura 3 – Citânia de Briteiros



Fonte: Google Earth.

Devemos salientar que tanto os castros quanto os *oppida* são estruturas pré-romanas, ou seja, desenvolveram-se em contexto indígena e não foram constituídas a partir de influência romana, como esclarece Manuela Martins (2012, p. 63):

[...] Muito embora alguns autores [considerem] que este tipo de [povoado] representa já uma consequência da romanização, que alguns consideram fazer-se sentir a partir das campanhas de *D. Junius Brutus*, a verdade é que o seu desenvolvimento ocorre num contexto eminentemente indígena, precedendo claramente o controlo romano da região, que só se efetivará a partir de 19 a.C., uma vez terminadas as guerras cantábricas [...].

Desse modo, o território ibérico pré-romano apresentava uma grande variedade no tocante aos aspectos etnográficos. Enquanto no centro, no oeste e no norte da Ibéria verificamos a existência de povos marcados por uma cultura continental, os povos do Sul e do Leste, situados na costa, sofreram impactos culturais do ultramar, devido às colonizações fenícia, grega, cartaginesa e, por fim, romana. De certa forma, isso moldou os aspectos urbanos da Península, uma vez que, na costa sul e leste, havia uma grande quantidade de assentamentos de tipo mediterrânico, ao passo que nas demais áreas os povos habitavam em aglomerados fortificados, alguns rudimentares, outros de estrutura urbana mais desenvolvida. Portanto, a diferença cultural entre uma região marcada por padrões mediterrânicos e outra influenciada pelo *modus vivendi* indígena definiu a maneira pela qual Estrabão representou o território Ibérico.

A Ibéria no contexto das Guerras Púnicas

A conquista romana da Ibéria ocorreu, em grande medida, devido às disputas entre Roma e Cartago pela hegemonia no Mediterrâneo, por meio de um ciclo de conflitos armados conhecidos como Guerras Púnicas. No decurso da Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), a Ibéria foi um dos principais palcos de embate entre romanos e cartagineses. A vitória romana nessa guerra, como veremos, foi determinante para o futuro político e cultural da Península, bem como para a consolidação do Império Romano.

Durante o período que antecede às Guerras Púnicas, os romanos não haviam demonstrado interesse em explorar a Ibéria, apesar de a região constar em antigos tratados firmados entre romanos e cartagineses. Um desses tratados romano-cartagineses, datado de 508 a.C., define que os comerciantes de Massália (atual Marselha, na França) e das demais cidades aliadas dos romanos não poderiam ultrapassar o território a oeste do Cabo Bello, localizado nas proximidades de onde, alguns anos mais tarde, Asdrúbal fundaria a cidade de Nova Cartago (TOVAR, 1982, p. 11).

Blázquez Martínez (1974, p. 104-105) e Tovar (1982, p. 11) indicam que a Ibéria é mencionada noutro tratado estabelecido entre romanos e cartagineses, datado de 348 a.C., por meio do qual ficava estabelecido que os romanos não poderiam comercializar, fundar cidades, nem fazer prisioneiros na área situada para além das localidades de *Kalon Akroterion* e *Mastia Tarseion*.⁹⁷ Blázquez Martínez, por sua vez, indica que esse tratado, na verdade, visava à proteção das *apoikiai* localizadas na costa leste da Ibéria, que estavam sob influência de Massália.

Discussões recentes em torno da localização de *Mastia Tarseion*, no entanto, têm levado à revisão da interpretação acerca dos termos do tratado romano-cartaginês de 348 a.C. Com isso, podemos aceitar a existência de um interesse mais recente de Roma no território ibérico e não tão recuado no tempo, como outrora se pensava. À vista disso, Pierre Moret (2002, p. 269-271) propõe que o topônimo *Mastia Tarseion* identificava, na verdade, duas localidades distintas, uma situada na África, a oeste de Cartago, e a outra, na Sardenha. Tal proposta exclui

⁹⁷ De acordo com Pierre Moret (2002, p. 257-262), as discussões em torno da questão de *Mastia Tarseion* têm sido espinhosas, diante da variedade de posicionamentos. Segundo o autor, há uma corrente que defende que *Mastia* e *Tarseion* são duas localidades diferentes, ambas situadas no norte da África; outra corrente defende que *Mastia* estaria situada na Córsega e *Tarseion* na Ibéria; por fim, há aqueles que consideram *Mastia Tarseion* como uma única localidade, situada na Ibéria. Ademais, dentre os defensores da localização de *Mastia Tarseion* na Ibéria, há quem situa a cidade nas proximidades do Estreito de Gibraltar, embora outros afirmem que a cidade foi refundada por Asdrúbal com o nome de Nova Cartago.

a Ibéria do âmbito das relações diplomáticas entre Roma e Cartago, no século IV a.C., o que é mais plausível. De fato, se verificarmos a situação de Roma à época, vemos que seus interesses estavam voltados apenas para a região do mar Tirreno. A Ibéria, nesse caso, não poderia constituir uma zona de disputa entre Roma e Cartago nas datas em que foram firmados os dois tratados supracitados.

Sendo assim, defendemos que os romanos se voltaram para a conquista da Ibéria apenas no decorrer da Segunda Guerra Púnica, tendo sido essa guerra um elemento propulsor do avanço das tropas romanas sobre o território ibérico. Antes de abordarmos as disputas territoriais entre romanos e nativos e de tratarmos do processo de romanização, convém explicar os motivos que levaram os romanos a aportar no território ibérico, em 218 a.C., dando início, assim, à conquista da região.

Durante o século III a.C., os romanos se encontravam em plena expansão territorial, conquistando regiões no entorno do Lácio e expandindo o seu domínio sobre o restante da Península Itálica. Após finalizar a conquista da Península, Roma iniciou sua expansão pelo além-mar, mas, para tanto, foi obrigada a enfrentar um poderoso inimigo, a cidade de Cartago, que possuía áreas de exploração no oeste da Sicília, ilha situada nas proximidades do sul da Península Itálica.

O mapa a seguir tem por objetivo apresentar a divisão do Mediterrâneo no período anterior às Guerras Púnicas. Por meio dele, observamos que Roma se encontrava, no século III, em plena expansão, mas detinha o domínio apenas sobre a Península Itálica, ao passo que Cartago estendia seu poder e influência por um vasto território, no qual estavam incluídas a Ibéria, as ilhas Baleares, a Córsega, a Sardenha, a Sicília e grande parte do litoral mediterrâneo da África. No tocante ao território ibérico, observamos, mediante o mapa, que o domínio cartaginês, no século III a.C., estava restrito apenas ao Sul, área importante do ponto de vista

econômico, pelo fato de ser produtora de uma vasta quantidade de metais e de bens agrícolas. Além disso, é possível verificar que a maior parte da Ibéria se encontrava apartada da zona de interferência cartaginesa, desenvolvendo um modo de vida próprio, conforme tratamos de demonstrar no tópico anterior.

Mapa 5 – O domínio cartaginês e romano anterior à Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.)



Fonte: Monteiro (2015, p. 149).

Como dissemos, a expansão romana para o Ocidente ocorreu devido à disputa com Cartago. O primeiro conflito entre romanos e cartagineses ocorreu entre 264 e 241 a.C., tendo como foco de disputa a região do Mar Tirreno, sobretudo o território da Sicília. A Primeira Guerra Púnica decorreu de uma crise política na Sicília, que colocou em confronto gregos, romanos e cartagineses, todos ávidos pelo controle desse território insular estratégico, principalmente do ponto de vista comercial, já que era grande produtor de cereais. Os combates entre Roma e Cartago, tanto em terra quanto no mar, foram diversos, de modo que mencionaremos apenas as linhas gerais do conflito.

Em 256 a.C., o exército romano desembarcou na África e esteve muito próximo de invadir Cartago, não fosse a derrota sofrida, em 255 a.C., na batalha de Túnis. Em 241 a.C., após perder a batalha naval das ilhas Égates, Cartago se viu enfraquecida a ponto de propor um acordo de paz. Por força desse tratado, os cartagineses foram obrigados a abandonar a Sicília e pagar a Roma a importância de 3200 talentos, sendo 1000 deles de forma imediata. Ademais, ambas as potências tiveram de libertar os prisioneiros de guerra e firmar um acordo de não-agressão com os aliados da parte contrária. Apesar de perder seu domínio sobre a Sicília e arredores, Cartago ainda se manteve atuante nos territórios da África, da Ibéria, da Córsega e da Sardenha (MONTEIRO, 2015, p. 145-146, 157, 160-162).

Em 264 a.C., no início da Primeira Guerra Púnica, as ricas terras do sul da Ibéria se encontravam sob domínio cartaginês. Isso mudou em algum momento, por volta de 240 a.C., ou seja, no ano seguinte ao término da Primeira Guerra Púnica, pois naquele ano eclodiu uma revolta de mercenários em Cartago, o que pode nos indicar que a cidade havia perdido o controle das minas de prata da Ibéria, o que impossibilitava o pagamento do soldo ao seu exército de mercenários. Todavia, a saída dos cartagineses da Ibéria se estendeu por um curto período, tendo em vista que, após perderem o domínio sobre a Sicília, em 241 a.C., e em decorrência das duras sanções aplicadas por Roma, Cartago sofreu uma grave crise econômica. A alternativa encontrada pelos cartagineses para compensar as perdas sofridas na Primeira Guerra Púnica foi a retomada da exploração dos recursos da Ibéria, o que ficou a cargo de Amílcar Barca. Esse general desembarcou com seu exército em Cádiz, em 237 a.C., dando início a uma intensa exploração dos recursos naturais e humanos daquela região (BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 1974, p. 87-88, 90).

Os romanos viam com preocupação o avanço do domínio cartaginês sobre a Ibéria. Por esse motivo, enviaram uma embaixada à Península, em 231 a.C., a fim de ouvir Amílcar Barca

acerca da razão pela qual os cartagineses haviam se lançado sobre a Ibéria. Amílcar informou que a exploração do território ibérico estava sendo feita com o objetivo de pagar a dívida cartaginesa com os romanos, fruto da Primeira Guerra Púnica (TOVAR, 1982, p. 12). Dessa forma, segundo Blázquez Martínez (1974, p. 105), foi com a autorização de Roma que os cartagineses exploraram a Ibéria e avançaram em direção ao território de influência grega, até alcançar o rio Ebro.

Alguns anos após o término da Primeira Guerra Púnica, os cartagineses foram obrigados pelos romanos a abandonar também os territórios da Córsega e da Sardenha, e pagar uma indenização extra de 1200 talentos. Tal fato fez com que Cartago voltasse toda a sua atenção para o território da Ibéria, numa dura ofensiva contra os povos locais, incluindo os grupos que habitavam no interior. Numa revolta local contra a expansão dos domínios cartagineses, em 229 a.C., a tribo ibérica dos oretanos assassinou Amílcar Barca. Após esse episódio, o comando das tropas passou para as mãos de Asdrúbal, cunhado de Amílcar e vice-comandante do exército cartaginês que, por sua vez, buscou, a princípio, vingar a morte de Amílcar e, em seguida, iniciou um processo de alianças diplomáticas com os povos autóctones. Prova disso é o fato de ele ter se casado com uma princesa local. Asdrúbal também fundou a cidade de Nova Cartago, em 227 a.C., com o objetivo de nela centralizar a administração do território. Contudo, ele acabou tendo a mesma sorte que Amílcar, pois foi assassinado por um guerreiro local, em 221 a.C. Nesse momento da História, entra em cena uma das personagens mais conhecidas das Guerras Púnicas, Aníbal Barca, filho de Amílcar, que passou então a liderar as campanhas de exploração da Península (MONTEIRO, 2015, p. 160, 163; TOVAR, 1982, p. 13).

Mediante as campanhas militares lideradas por Amílcar, Asdrúbal e Aníbal, diversos povos da Ibéria foram submetidos, de modo que os cartagineses estenderam seu domínio sobre boa parte do território e obtiveram um grande fortalecimento militar e econômico. Como afirma

Tovar (1975, p. 11), na segunda metade do século III a.C., quase toda a região ibérica urbanizada aos moldes mediterrânicos, ou seja, as regiões sul e leste, encontrava-se sob domínio cartaginês. Apenas a região de influência grega, ao norte do rio Ebro, onde se situavam as cidades de *Emporion* e Rodes, não havia sido anexada pelos cartagineses, porém isso poderia acontecer a qualquer momento, a contragosto de Roma e de sua aliada, Massália (atual Marselha, França). Por outro lado, uma extensa zona interiorana ainda se mantinha inexplorada pelos cartagineses, pois era ocupada por uma pletera de grupos étnicos que impunham feroz resistência às investidas dos conquistadores.

Aníbal ansiava por uma revanche contra Roma e sabia que a guerra, em algum momento, poderia ocorrer. Por esse motivo, buscou fortalecer o exército cartaginês, obtendo recursos com a exploração da Ibéria, pois ali havia metal em grande quantidade, além de mercenários para enfrentar o inimigo (TOVAR, 1982, p. 14). Desse modo, entre os anos de 221 e 218 a.C., Aníbal estendeu o domínio cartaginês pela região do Algarve, onde fundou *Portus Hannibalis*, nas proximidades de Portimão. Mais tarde, em 210 a.C., no contexto da Segunda Guerra Púnica, os cartagineses já dispunham de um exército estacionado na foz do rio Tejo, o que demonstra seu avanço pelo interior da Ibéria (ALARCÃO, 1988, p. 14).

Além da expansão pelo oeste da Ibéria, os cartagineses também estenderam seu domínio em direção ao norte da costa mediterrânica, até alcançar as margens do rio Ebro. Como aponta Rodrigues da Silva (2010, p. 81), diante do avanço dos cartagineses em direção às suas terras, os governantes de Massália solicitaram a intervenção romana, a fim de impedir a anexação de suas possessões ao domínio cartaginês, o que já havia ocorrido com outras *apoikiai* gregas localizadas na costa levantina, como Hemeroscópio, Alonis e *Akra Leuké* (BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 1974, p. 106; TOVAR, 1982, p. 13).

Desse modo, em 226 a.C., foi estabelecido um tratado entre romanos e cartagineses, denominado como tratado do Ebro, nome proveniente do rio ibérico que serviu como divisa entre os territórios de influência cartaginesa e romana. Mediante este acordo, o território a sul do Ebro poderia ser livremente explorado pelos cartagineses, ao passo que as terras a norte do rio continuariam a ser controlados pelos gregos e, portanto, permaneceriam sob proteção romana (BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 1974, p. 105).

De acordo com Sancho Royo (1976, p. 75-76, 92), o tratado do Ebro é o primeiro acordo entre Roma e Cartago que teve como foco central o território da Península Ibérica. Houve, segundo o autor, pelo menos duas importantes motivações que levaram Roma a firmar este tratado com Cartago. A primeira delas teria sido o desejo de impedir uma aliança entre os cartagineses e os galos, habitantes do vale do Pó, o que seria muito perigoso para a segurança da *Urbs*. A segunda motivação seria a proteção das cidades aliadas. Havia, portanto, um interesse dos romanos em restringir o crescimento exponencial de Cartago, visto que ele já atingia o norte da Ibéria e que poderia levar à anexação das cidades de *Emporion*, Rodes e Massália, aliadas de Roma.

Autores antigos, como Estrabão (*Geo.* III, IV, 6), mencionam o conflito envolvendo a cidade de Sagunto como o estopim da Segunda Guerra Púnica. No entanto, não devemos esquecer que os motivos para o início da guerra entre Roma e Cartago não se resumiam à questão de Sagunto, sendo bem mais complexos. A nosso ver, tanto Roma quanto Cartago possuíam diversas justificativas para empreender uma nova guerra. Ambas aguardavam apenas um pretexto para deflagrar o novo confronto.

Richardson (1986, p. 21-22) afirma, com base no relato contido nas *Histórias*, de Políbio, que a cidade de Sagunto teria solicitado ajuda dos romanos para se proteger da exploração imposta pelos cartagineses, de modo que, entre 220 e 219 a.C., os romanos enviaram

uma embaixada para tratar diretamente com Aníbal acerca da aliança firmada entre romanos e moradores de Sagunto. Essa aliança seria anterior à época de Aníbal, no dizer de Políbio. Todavia, devido à parcialidade presente no relato deste, precisamos ser cautelosos ao analisar a informação. Seja como for, o mais importante é nos atermos ao contexto de tensão entre as duas potências, gerado pela demanda de Sagunto, sem buscar responsabilizar Roma ou Cartago pelo início da guerra.

Aníbal, contrariando os termos impostos pela embaixada romana, lançou-se contra Sagunto ainda em 219 a.C., fato tido como o estopim da Segunda Guerra Púnica. Acerca do episódio, Estrabão, no Livro III da *Geografia*, afirma que Aníbal, ao destruir Sagunto, opondo-se àquilo que havia sido estabelecido entre romanos e cartagineses, deu início à Segunda Guerra Púnica (Str., *Geo.*, III, IV, 6). No entanto, Estrabão toma, como base para sua narrativa, as informações contidas em Políbio, o que nos obriga a considerar as implicações ideológicas que induziram ambos os autores a culpar Cartago pelo início da guerra. Segundo Nicolet (1984, p. 485-486), a invasão cartaginesa à cidade de Sagunto teria irritado o Senado romano, que enviou uma missão a Cartago, mas, como não houve acordo entre as partes, o confronto bélico se tornou inevitável.

Os romanos, no início da guerra, enviaram para a Ibéria alguns destacamentos liderados pelo cônsul Públio Cornélio Cipião, com a incumbência de deter Aníbal. Outras legiões romanas partiram da Sicília rumo à África, sob o comando do cônsul Tibério Semprônio Longo. Em 218 a.C., os cartagineses marcharam em direção a Roma, atravessando os Pirineus, o território das Gálias e os Alpes até alcançarem a Península Itálica. Na ocasião, os gauleses se rebelaram contra os romanos, aumentando ainda mais o risco de uma invasão à cidade de Roma. Esse fato obrigou Públio Cornélio Cipião a retornar à Península Itálica, empregando parte do seu exército na contenção dos revoltosos e dos cartagineses, que haviam alcançado a Península. Cipião

deixou que seu irmão e representante, Cneu, fosse para a Ibéria em seu lugar, dispondo de alguns destacamentos militares (GARRAFFONI, 2008, p. 64-65).

Quando tratamos da conquista e romanização da Ibéria é impossível não citar a Segunda Guerra Púnica, tendo em vista que este acontecimento foi crucial para o ingresso dos romanos na Península Ibérica. O ano de 218 a.C. marca o início da presença romana no território ibérico, momento no qual as duas legiões lideradas por Cneu Cipião desembarcaram em *Emporion* (BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 1974, p. 112). Helena Carvalho (2008, p. 81) assinala a importância desse acontecimento, já que, pela primeira vez, ocorria uma campanha militar romana exterior à Península Itálica e à Sicília. A autora ainda chama a atenção para o fato de a chegada dos romanos à Ibéria, de início, fazer parte de um contexto de guerra, não se tratando, portanto, de uma incursão planejada de conquista e exploração da Península Ibérica. Nessa mesma linha de pensamento, Alonso Trancoso (1996, p. 54) afirma que os romanos provenientes do Lácio, ao chegarem à Ibéria pela primeira vez, não sabiam o que encontrariam, tampouco faziam ideia da enorme tarefa da qual teriam de se desincumbir com o passar dos anos.

Concordamos com Carvalho e Trancoso no sentido de que a entrada das tropas romanas na Ibéria, em 218 a.C., caracterizou-se como uma espécie de imperialismo defensivo, já que Roma não estava empenhada, naquele momento, em explorar o território, mas antes, em impedir o abastecimento do exército cartaginês, pois era da Ibéria que os cartagineses obtinham os meios necessários para a realização da guerra contra Roma, tais como soldados, recursos para pagar os mercenários, alimento para as tropas, enfim, todos os insumos utilizados na guerra. Contudo, ao longo do tempo, Roma buscou expulsar seus inimigos da Ibéria e, em seguida, tomou para si as possessões que outrora eram de Cartago, assim como havia feito anteriormente com a Sicília, a Córsega e a Sardenha. Logo, não é possível saber com precisão

até que ponto a entrada dos romanos na Ibéria se deu apenas como um ato defensivo e não como parte de um processo de expansão de longo prazo. Assim, defendemos que a derrota de Cartago foi planejada visando à proteção de Roma, mas, ao mesmo tempo, que os romanos buscaram seu próprio enriquecimento, fato comum em empreendimentos de natureza imperialista.

Logo que tomou conhecimento da expedição cartaginesa a Roma, o Senado reuniu os dois cônsules para enfrentar o exército de Aníbal no norte da Península, aonde os cartagineses chegaram, em novembro de 218 a.C., com um efetivo de 26 mil homens. Somente após perder aliados importantes na Ibéria, na Macedônia, na Sicília e no norte da África, Aníbal deixou a Península Itálica, em 203 a.C. Em seguida, quando os romanos conquistaram Túnis, cidade vizinha de Cartago, Aníbal se viu obrigado a negociar a paz com Roma. Todavia, essa paz durou pouco, visto que, em 202 a.C., a apreensão de cargueiros de cereais romanos por Cartago fez irromper a Batalha de Zama, na qual Roma obteve grande êxito, graças à atuação de Públio Cornélio Cipião, conhecido como “o Africano”. Essa batalha significou uma retumbante vitória dos romanos contra os cartagineses, bem como o término da Segunda Guerra Púnica (MONTEIRO, 2015, p. 165, 167, 181-186).⁹⁸

⁹⁸ A prosperidade de Cartago, que se manteve ativa mesmo após a Segunda Guerra Púnica, não tardou em despertar a cobiça dos romanos. Desse modo, um terceiro conflito entre Roma e Cartago ocorreu entre 149 a.C. e 146 a.C., tendo como resultado a anexação dos territórios cartagineses ao Império Romano, além da completa destruição da cidade norte-africana, numa tentativa de evitar que ela voltasse a ameaçar Roma novamente (BARCELÓ, 2000, p. 110). Após a Segunda Guerra Púnica, Cartago perdeu sua influência sobre o Mediterrâneo, mantendo-se restrita apenas ao norte da África. Todavia, por meio da agricultura e do comércio, a cidade prosperou e voltou a ser considerada uma ameaça para os romanos. Com certa frequência, foram enviadas delegações romanas a Cartago tendo como objetivo verificar a situação dos territórios conquistados. Numa dessas viagens, Catão, famoso orador e membro do Senado, após observar o crescimento da cidade, defendeu, em Roma, a destruição de Cartago. Então, aproveitando-se de um conflito entre cartagineses e númidas, fato que violava o tratado romano-cartaginês que impedia Cartago de guerrear sem a autorização dos romanos, teve início, em 149 a.C., a Terceira Guerra Púnica. Por três anos, os cartagineses conseguiram resistir às investidas romanas, mas estes últimos venceram mais uma vez, tendo Cartago sido saqueada e destruída na primavera de 146 a.C. (GARRAFFONI, 2008, p. 70-73).

No tocante ao território ibérico, de maneira específica, na fase inicial da Segunda Guerra Púnica, apenas a costa a norte do rio Ebro, território de influência massaliota, estava sob controle romano, enquanto todo o restante da Península era tido como área de controle cartaginês. Isso foi mudando aos poucos, na medida em que os romanos conseguiam derrotar os cartagineses em batalhas importantes, bem como firmar alianças com os povos nativos, que sofriam com a dura exploração imposta por Aníbal e, por isso, viam em Roma uma saída viável para se livrar do jugo cartaginês (BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 1974, p. 108, 112).

Antes do término das Guerras Púnicas, os romanos conseguiram expulsar praticamente todos os cartagineses da Ibéria. Entretanto, ao invés de também saírem do local, eles voltaram sua atenção para a conquista e exploração do território, algo decerto vantajoso. No momento seguinte à expulsão dos cartagineses, o maior desafio enfrentado pelos romanos foi submeter os povos locais, principalmente os que habitavam o Norte. Destarte, após a Batalha de Ilipa, ocorrida em 207 ou 206 a.C., a Ibéria passou a ser um território sob influência política e econômica de Roma. A partir de então, anualmente, eram enviados magistrados à Península para governar os povos locais, mantendo-os pacificados, e procurando-se evitar que os cartagineses recuperassem o território. Os primeiros a assumirem a missão de governar as terras conquistadas, em 206 a.C., foram Lúcio Cornélio Lêntulo e Lúcio Mânlio Acidino (BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 1974, p. 135).

Segundo Alarcão (1974, p. 25-26), em 202 a.C., quando findava a Segunda Guerra Púnica, os romanos haviam ocupado quase toda a costa mediterrânica da Ibéria, desde os Pirineus até a foz do rio Bétis. Entretanto, a conquista e ocupação territorial não devem se confundir com um domínio organizado do território, como aponta Carvalho (2008, p. 81). Sendo assim, acreditamos que, entre 218 a.C., data do primeiro contato entre romanos e autóctones, e 197 a.C., ano da criação de duas províncias romanas em solo ibérico, as

prioridades dos romanos eram expulsar os cartagineses, conquistar a confiança dos povos locais por meios pacíficos ou, então, submetê-los pela força, além de obter lucros com a exploração do território, mesmo que de maneira desordenada.

A conquista da Celtibéria e da Lusitânia (sécs. II-I a.C.)

De acordo com Curchin (1991, p. 7), a Ibéria foi uma zona de guerra contínua por quase dois séculos. Isso se levamos em consideração apenas o período no qual os romanos estiveram presentes na região. Sendo assim, da entrada das tropas romanas, em 218 a.C., até o domínio completo do território, em 19 a.C., transcorreram cerca de duzentos anos marcados por muitas guerras, como veremos a partir de agora.

Com a expulsão dos cartagineses da Ibéria, em 206 a.C., seu território se tornou uma área de exploração do Império Romano. A partir de então, houve a necessidade da criação de formas de administração para a região. A fim de evitar uma nova investida de Cartago sobre a Ibéria, Roma precisou se apoderar do espaço, no sentido de se fazer presente mediante toda uma estrutura militar, política e cultural, além de buscar substituir Cartago no controle das redes de comércio.

Outrossim, é preciso salientar que somente uma pequena parcela do território ibérico havia sido conquistada pelos romanos até o ano de 197 a.C., quando foram criadas as primeiras províncias, denominadas como Hispânia Citerior e Hispânia Ulterior. Nesse contexto, apenas as terras que antes estavam sob domínio cartaginês e grego foram anexadas ao Império. Ao mesmo tempo, se pensarmos em questões de ordem cultural, a presença romana não causou estranhamento nas populações da costa sul e leste, uma vez que tais povos estavam habituados a fazer contato com estrangeiros, sobretudo para fins comerciais. Além disso, os povos do sul

e do leste da Ibéria reconheciam nos romanos muitas de suas próprias características, uma vez que se tratava de culturas mediterrânicas.

Como dissemos, a partir de 197 a.C., os romanos buscaram estabelecer um controle efetivo e sistemático sobre o território ibérico, ao dividi-lo em duas províncias: a Hispânia Citerior, com capital em Tarraco, e a Hispânia Ulterior, com capital em Córdoba. Todos os anos, era enviado um pretor para cada uma das províncias, por escolha do Senado, que os designava como agentes do Estado, com poder para administrar o território recém-conquistado. Portanto, os pretores dispunham do aval do Senado para governar as províncias, mantendo o território sob constante vigilância. De acordo com Fabião (1997, p. 212), os administradores provinciais possuíam mandato anual. Para além de questões de ordem militar e política, com a criação das duas províncias, Roma buscou manter um fluxo contínuo de produtos e riquezas da Ibéria em direção à capital do Império.

Não demorou muito para que as regiões sul e leste da Ibéria fossem integradas ao Império Romano, ao contrário do que aconteceu com as regiões do ocidente, do centro e do norte da Península. A conquista romana desses territórios ocorreu de forma gradativa, tendo as legiões grande dificuldade no combate aos povos que viviam nessas regiões. Os povos do Norte eram notáveis guerreiros, além de conhecerem bastante o território, recurso imprescindível para aqueles que desejassem o controle da Península.

Nos primeiros anos após a criação da Hispânia Citerior e da Ulterior, ocorreram as incursões iniciais dos povos do Norte em direção às regiões meridionais, dominadas por Roma, assim como as campanhas romanas às terras do interior da Ibéria, para fins punitivos ou para o reconhecimento do território. Sendo assim, durante a República, a Ibéria foi palco de constantes embates entre romanos e povos interioranos, o que talvez explique o fato de estes últimos

receberem, em fontes como a *Geografia*, a alcunha de bárbaros.⁹⁹ Ou seja, por empreenderem uma oposição à dominação estrangeira, buscando defender seus territórios, alguns povos setentrionais são denominados como selvagens, bandidos e outros termos negativos.

À medida que os romanos derrotavam determinado grupo étnico da Ibéria, eles avançavam sobre uma parte da Península, colocando assim a região sob vigilância constante das tropas militares. A ocupação romana seguiu no sentido leste-oeste e sul-norte.

Um dos primeiros grupos contra os quais os romanos combateram foram os celtíberos, que habitavam a região central da Península, também conhecida como Meseta. Além dos celtíberos, os lusitanos, que ocupavam principalmente a zona entre os rios Tejo e Douro, no atual território de Portugal, tiveram escaramuças com os romanos nos primeiros anos de domínio romano sobre as terras ibéricas.

No tocante à guerra entre romanos e celtíberos, Estrabão (*Geo.*, III, IV, 13) afirma o seguinte:

Estando os celtíberos divididos em quatro partes, os mais poderosos estão situados principalmente a oriente e a sul, os [arévacos], que confinam com os carpetanos e com as nascentes do Tejo. A sua cidade de maior [renome] é Numância. Mostraram o seu valor na Guerra Celtibérica, contra os romanos, que durou vinte anos. De fato, muitos exércitos, com os seus comandantes, foram destruídos e, no final, os numantinos, cercados, resistiram até ao limite das suas forças, com exceção de uns poucos, que entregaram a muralha [...].

A passagem, apesar de curta, revela dados importantes acerca da guerra entre romanos e celtíberos. Em primeiro lugar, Estrabão indica a duração da guerra, que teria se estendido por cerca de duas décadas. O relato do autor se confirma, tendo em vista que o ciclo de guerras celtibéricas teve início no ano de 154 a.C., sendo concluído em 133 a.C., quando os romanos

⁹⁹ Concordamos com Almagor (2015, p. 53-54) no sentido de que o termo “bárbaro”, utilizado por Estrabão, visa a classificar os grupos humanos que possuíam características culturais diferentes daquelas presentes no mundo greco-romano.

conseguiram invadir Numância. Contudo, é preciso ressaltar que houve alguns momentos de trégua nessas duas décadas de conflito, como mostraremos a seguir.

A primeira fase das Guerras Celtibéricas teve início em 154 a.C. e se estendeu até 151 a.C., quando o general Marco Fúlvio Nobilior foi derrotado, sendo então substituído por Cláudio Marcelo. Em 151 a.C., uma embaixada celtibérica foi enviada a Roma visando a estabelecer um acordo de paz. Entretanto, o Senado não o aprovou. Após o retorno da embaixada à Ibéria, foram estabelecidas negociações entre Litennon, chefe do *oppidum* celtibérico de Numância, e Cláudio Marcelo. O acordo firmado por ambos estabeleceu que os celtíberos deveriam pagar uma indenização de 600 talentos a Roma, o que foi em seguida ratificado pelo Senado. Graças a esse acordo, entre 151 e 143 a.C., celebrou-se uma trégua na guerra entre romanos e celtíberos. Todavia, uma nova fase das Guerras Celtibéricas foi deflagrada entre 143 e 133 a.C., no decorrer da qual vários generais romanos sofreram duras derrotas, até que Públio Cornélio Cipião Emiliano, mesmo general que havia comandado a destruição de Cartago, em 146 a.C., foi eleito cônsul, mesmo não tendo idade suficiente conforme as regras do *cursus honorum*. Isso porque os romanos depositavam total confiança em Cipião Emiliano para dismantelar as forças celtibéricas. Em 134 a.C., Cipião seguiu com suas tropas em direção à Numância (Figura 4), impondo um rigoroso treinamento ao exército antes de enfrentar o inimigo (JIMENO MARTÍNEZ; CHAÍN GALÁN, 2017, p. 237-239).

Figura 4 – Vista aérea do *oppidum* de Numância



Fonte: Jimeno Martínez (2011, p. 237).

Os romanos encontraram grande dificuldade para enfrentar os celtíberos, que há muito viviam da guerra, inclusive compondo, em algumas ocasiões, as forças cartaginesas e romanas na qualidade de mercenários.¹⁰⁰ Além disso, os celtíberos conheciam muito bem o território, tendo assim certa vantagem militar sobre os romanos. De acordo com Blázquez Martínez (1974, p. 156), a tática de guerra mais empregada por eles era a emboscada. Ademais, na sua luta

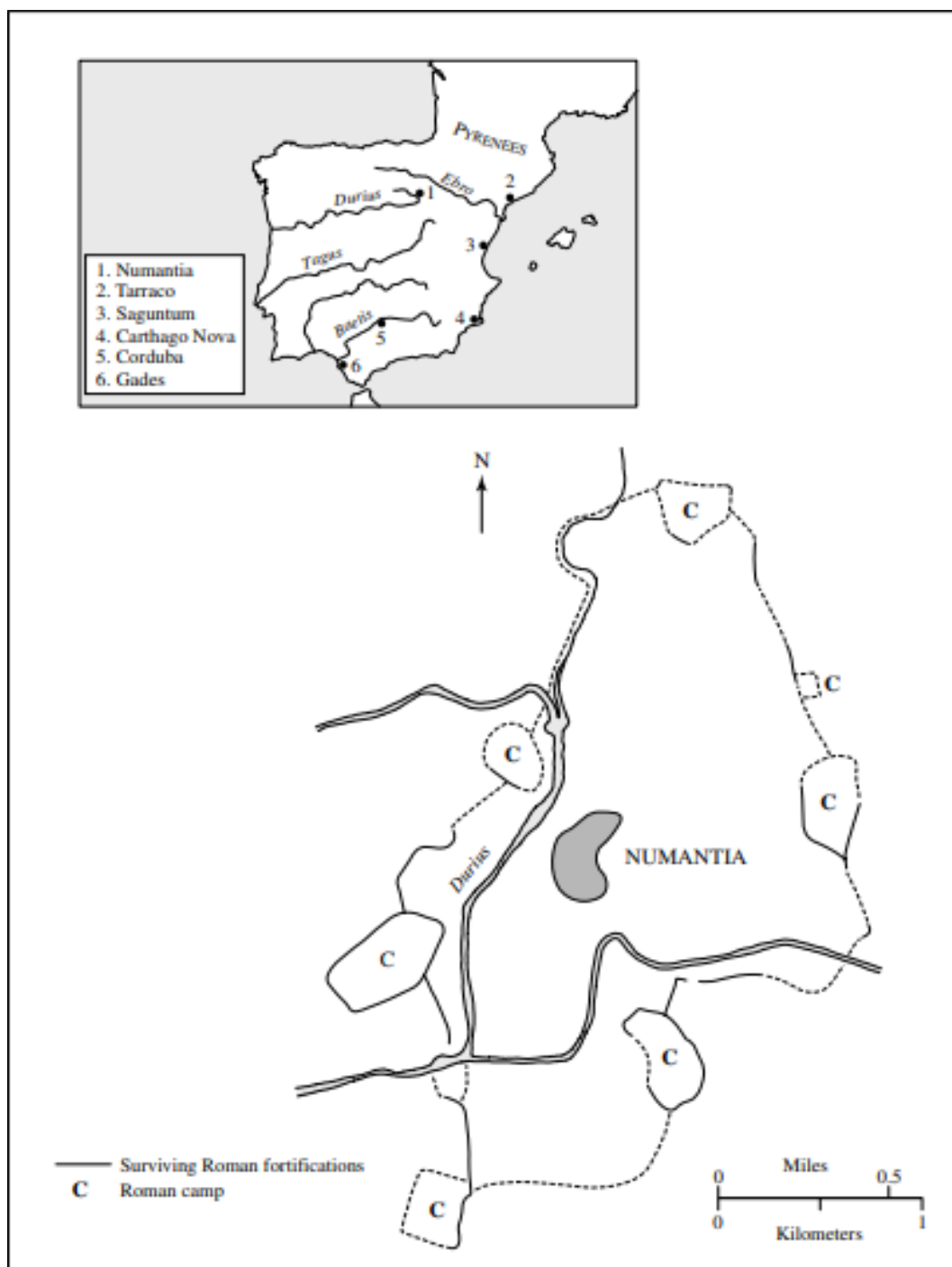
¹⁰⁰ Blázquez Martínez (1974, p. 86-87, 95-96, 99) indica que, desde o século VI a.C., os cartagineses utilizavam mercenários da Ibéria e das ilhas situadas no entorno desse território. Fizeram isso em diversos momentos, como na conquista da Sardenha, no século VI a.C., e da Sicília, nos séculos V e IV a.C. Blázquez afirma que os soldados da Ibéria eram ideais para as empresas militares, já que tinham forte inclinação para a guerra. Por isso, foram muito úteis durante as batalhas da Segunda Guerra Púnica, com destaque para os celtíberos. Sempre que precisavam de reforço militar, os bárcidas buscavam recrutar soldados ibéricos. Tão logo foram derrotados pelos romanos, os celtíberos e lusitanos passaram a fazer parte do exército romano, tamanha importância que tinham em campo de batalha. Sendo assim, toda uma memória acerca dos povos guerreiros da Ibéria foi moldada com o tempo, o que é revelado pelas fontes, como a *Geografia*, de Estrabão.

contra Roma, contaram com o apoio de outros povos aguerridos que viviam no entorno, como os váceos e os cântabros, que uniram forças com eles na defesa do território.

A tática mais eficaz utilizada pelos romanos para derrotar os celtíberos foi o cerco à Numância, cujo perímetro era de aproximadamente 4400 metros. Para capturar esse assentamento fortificado, Cipião fez um cerco em torno dos 9000 metros (Figura 5). Mediante a técnica de bloquear o acesso ao *oppidum*, os romanos impediram a entrada dos mantimentos necessários à sobrevivência da população, além de impossibilitar a saída dos habitantes, a não ser em caso de rendição. Foi dessa maneira que os romanos conseguiram conquistar Numância, em 133 a.C., anexando de uma vez por todas o território celtibérico ao Império Romano (JIMENO MARTÍNEZ; CHAÍN GALÁN, 2017, p. 242-244).¹⁰¹

¹⁰¹ Um dado interessante a respeito da campanha de Cipião é o fato de Políbio ter sido seu conselheiro e colaborador na guerra. Estar na Ibéria durante as Guerras Celtibéricas forneceu a Políbio muitas informações acerca dos acontecimentos políticos e militares, bem como do espaço físico e cultural do norte da Península (CHURRUCA ARELLANO, 2008, p. 319).

Figura 5 – O cerco de Cipião à Numância



Fonte: Hoyos (2017, p. 2).

Em relação à conquista da *Lusitania*, dispomos de dados abundantes acerca das diversas batalhas entre lusitanos e romanos. De acordo com Carlos Fabião (1997, p. 212), as campanhas dos lusitanos no Sul eram comuns, assim como as investidas romanas ao território da *Lusitania*.¹⁰²

Segundo Alarcão (1988, p. 17-22), o primeiro embate entre romanos e lusitanos ocorreu em 194 a.C., quando estes últimos retornavam de um saque à região da Turdetânia e foram surpreendidos por Públio Cornélio Cipião, que os derrotou em Ilipa. Depois disso, encontros entre romanos e lusitanos foram constantes. Fabião (1997, p. 212) aponta que o período mais crítico do embate entre romanos e lusitanos situa-se entre 155 e 138 a.C., quando ocorrem as chamadas Guerras Lusitanas. Nesse contexto, Viriato, um proeminente líder militar lusitano, reuniu um exército composto por lusitanos e povos vizinhos, empreendendo diversas batalhas contra os romanos. Mesmo com o emprego de grandes esforços, Roma se viu derrotada em várias ocasiões, encontrando grande dificuldade para conquistar a Lusitânia. Todavia, em 139 a.C., Viriato foi assassinado, numa conspiração arquitetada por Quinto Servílio Cipião, governador da Ulterior, que fez um acordo com Áudax, Ditalco e Minuro, três desertores do exército de Viriato (ALARCÃO, 1988, p. 22; ALONSO TRANCOSO, 1996, p. 56).

Muito embora a morte do líder lusitano tenha significado uma grande vitória para os romanos, ela não levou ao fim das incursões que alguns grupos lusitanos faziam no sul da Ibéria. Isso demonstra que a *Lusitania* não foi pacificada totalmente e de forma imediata logo após as Guerras Lusitanas. Todavia, de acordo com Tovar (1975, p. 68), com a derrota de Viriato, os

¹⁰² Jorge de Alarcão, em *Portugal Romano* (1974) nos fornece uma vasta compilação de informações acerca dos combates entre romanos e lusitanos.

romanos tiveram o acesso facilitado às regiões do noroeste peninsular, visto que os lusitanos se encontravam sem uma liderança capaz de agrupá-los com o objetivo de proteger o território.¹⁰³

Segundo Helena Carvalho (2008, p. 82-83), após as Guerras Lusitanas, houve quatro grandes expedições dos romanos ao território lusitano, para além de batalhas dispersas e de âmbito local. A primeira campanha ocorreu entre 138 e 136 a.C., tendo sido liderada pelo governador da Hispânia Ulterior, Décimo Júnio Bruto. Entre 96 e 94 a.C., ocorreu uma segunda campanha, desta vez liderada pelo então governador da Ulterior, Públio Licínio Crasso. Em 74 a.C., Perpena seguiu até *Cale* (atual Porto, em Portugal). A quarta expedição importante destacada por Carvalho foi a de Júlio César, então governador da Ulterior, que realizou uma campanha pelo Atlântico, entre 61 e 60 a.C., chegando ao território do norte da Ibéria, especificamente à cidade de *Brigantium* (atual La Coruña, na Espanha).

Dentre as quatro expedições à Lusitânia, talvez a mais importante tenha sido aquela comandada por Décimo Júnio Bruto, que buscou ocupar, pacificar e explorar o território situado entre os rios Douro e Minho, local onde habitavam os galaicos. Essa foi a primeira vez que os romanos entraram em contato com os galaicos da área ocidental, ou seja, aqueles que ocupavam as terras próximas ao Atlântico. Alonso Trancoso (1996, p. 57-58) explica que a expedição partiu, em 138 a.C., das imediações de Olisipo (Lisboa), às margens do rio Tejo, e seguiu até *Cale*, na desembocadura do rio Douro. Em 137 a.C., Bruto atravessou o Douro e a campanha seguiu rumo ao Norte, até atingir o rio Minho. Ademais, as operações dos romanos no território lusitano e galaico se concentraram nas zonas de planície, próximas ao Atlântico, mais fáceis de serem submetidas, uma vez que se tratava de um território desguarnecido. À vista disso, uma vasta região do interior, de topografia elevada, ainda permaneceu inexplorada.

¹⁰³ De acordo com Alonso Trancoso (1996, p. 56), tão logo derrotou Viriato, Quinto Servílio Cipião invadiu o território dos vetões e dos galaicos para fins punitivos.

Estrabão (*Geo.*, III, III, 1, 4) afirma que o limite geográfico da campanha de Bruto foi o rio Minho, o que nos leva a concluir que todo o território localizado ao norte desse rio, onde habitavam galaicos e ártabros, não sofreu interferência romana, ao menos naquele momento. Estrabão também nos informa que Bruto usou a cidade de Morón, situada às margens do rio Tejo, a aproximadamente quinhentos estádios do mar,¹⁰⁴ como base para suas operações militares. Devido à campanha em território galaico, Décimo Júnio Bruto recebeu o cognome de “o Galaico”. Como aponta Alonso Trancoso (1996, p. 62), devido à campanha, Décimo Júnio Bruto celebrou um triunfo em Roma e, em agradecimento aos deuses que lhe garantiram a vitória, mandou erigir um templo dedicado a Marte nas proximidades do Circo Flamínio. A campanha liderada por Bruto durou apenas dois anos (138 e 136 a.C.), mas foi capaz de interferir na conexão, sobretudo comercial, dos chamados galaicos bracarenses, ou seja, aqueles que habitavam a zona próxima do Atlântico, com a Hispânia Ulterior (ALONSO TRANCOSO, 1996, p. 61; MARTINS; LEMOS; LOSADA, 2003, p. 260).

No tocante à segunda campanha militar ao Norte, realizada entre os anos 96 e 94 a.C., Carvalho (2008, p. 82) defende que seu líder, Crasso, possuía objetivos comerciais. Alonso Trancoso (1996, p. 62) acrescenta que, para além de objetivos comerciais, Crasso também buscou punir os lusitanos por uma rebelião promovida, em 99 a.C. Na *Geografia*, de Estrabão, há um breve relato a respeito da expedição de Crasso ao Norte. De acordo com Estrabão (*Geo.*, III, V, 11), havia dez ilhas chamadas Cassitérides, localizadas no Atlântico, ao norte do porto dos ártabros. Essas ilhas eram habitadas por povos que obtinham seu sustento com a criação de gado e as práticas comerciais. O autor indica a existência de uma ligação comercial muito antiga entre os habitantes das Cassitérides e os fenícios. Enquanto aqueles forneciam minerais, como o estanho e o chumbo, além de peles de animais, recebiam dos mercadores fenícios cerâmica,

¹⁰⁴ De acordo com Deserto e Marques (2016, p. 36, n. 66), um estádio equivale a 185 metros.

sal e artigos de bronze. O caminho até as Cassitérides, que seguia pelo litoral atlântico (costa oeste e norte da Ibéria), foi, por muito tempo, monopólio dos fenícios e de mercadores ibéricos, que buscaram impedir o acesso de outros ao local, tamanha a riqueza por ele fornecida. Após muitas tentativas frustradas dos romanos para descobrir essa rota comercial, sob a liderança de Crasso, os soldados romanos conseguiram realizar uma expedição da Ibéria às Cassitérides, identificando, enfim, de onde provinham todos aqueles minerais.

A terceira campanha ao Norte mencionada por Helena Carvalho (2008, p. 82-83) foi realizada por Perpena, em 74 a.C. A autora destaca que os objetivos da operação foram punitivos, ao passo que Mantas (2015, p. 356) defende que Perpena seguiu até *Cale* (atual Porto), no território galaico, para recrutar combatentes. Carlos Fabião (1997, p. 222), por sua vez, prefere relativizar a questão, afirmando que as fontes não são unânimes ao tratar da expedição de Perpena e, por isso, é possível encontrar autores que contestam as informações sobre essa campanha militar. Ainda de acordo com Fabião, outra questão que deve ser levada em consideração é a possibilidade de outras localidades possuírem o nome *Cale*, ou seja, é possível que a campanha não tenha seguido até a região da atual Porto, mas para outro local que também adotava o topônimo *Cale*. Por fim, como as batalhas entre Sertório e os aliados de Sula, nesse contexto, estavam situadas no território da Hispânia Citerior, Fabião acredita que não haveria motivações para que Perpena se deslocasse até um território tão distante, localizado na Ulterior.

Embora as campanhas de Bruto, Crasso e Perpena tenham sido importantes para o conhecimento do território e para a intensificação dos contatos entre o norte e o sul da Ibéria, de acordo com Alarcão (1988, p. 26, 66), elas não deram ensejo a uma ocupação permanente, o que poderia ter ocorrido mediante a criação de bases militares e de centros urbanos ocupados pelos romanos, o que aconteceu apenas alguns anos mais tarde, a partir de 61 a.C., por meio da

atuação de Júlio César. Durante o governo de César, houve uma maior movimentação e permanência de tropas na área entre os rios Tejo e Douro, o que proporcionou uma integração efetiva desse território ao Império. Além disso, *Scallabis* foi elevada à condição de colônia,¹⁰⁵ ao mesmo tempo que *civitates* como *Pax Iulia*, *Ebora*, *Myrtilis* e *Olisipo* receberam uma atenção especial do governador no tocante à urbanização.

A Ibéria durante as Guerras Civis (séc. I a.C.)

Após as guerras contra os celtíberos e lusitanos, a República enfrentou um período turbulento do ponto de vista da política interna, pois vários generais se lançaram na disputa pelo poder. O governo republicano, ancorado no Senado, estava sendo duramente atacado pelos líderes militares, que buscavam fortalecer sua posição. O território ibérico, por sua vez, não ficou alheio aos acontecimentos que marcaram o ciclo de guerras civis do século I a.C. Muito pelo contrário, a Ibéria foi palco de importantes batalhas.

Os anos finais da República foram, portanto, marcados por uma grave crise na qual a Ibéria se encontrava inserida. Como consequência do acirramento do conflito entre “populares” e “optimates”, em Roma, Alonso Trancoso (1996, p. 54) aponta que, entre os anos 133 e 29 a.C., ou seja, da conquista de Numância até o início das campanhas romanas no extremo norte da Península, ocorreu uma desaceleração no avanço das tropas romanas sobre a porção ainda não conquistada do território ibérico, de modo que, por muito tempo, o perímetro correspondente à Hispânia Citerior e à Hispânia Ulterior continuou o mesmo. Sendo assim, as Guerras Civis podem ser consideradas um dos fatores que adiaram a conquista da Ibéria na sua

¹⁰⁵ O termo colônia se refere, neste caso, a uma mudança de estatuto jurídico da referida cidade. Para elevar-se à categoria de colônia, foi necessário que *Scallabis* desenvolvesse uma estrutura urbana com fórum, monumentos, termas, teatros, basílicas e anfiteatros. Dada a sua importância política e econômica em contexto regional, cidades como *Scallabis* recebiam uma atenção especial por parte da administração romana, que concedia a seus cidadãos a cidadania romana plena, bem como permitia que essas cidades estabelecessem uma organização institucional aos moldes da *Urbs* (LIMA NETO, 2015, p. 92, 97).

totalidade. De fato, em meio à instabilidade gerada pelas disputas internas à República, o território do norte da Ibéria se manteve isolado, sem incursões romanas.

Por outro lado, ainda que houvesse uma grave crise em Roma, as Guerras Civis não acarretaram o rompimento dos contatos entre romanos e ibéricos. Pelo contrário, nesse contexto, verificamos a utilização da própria força bélica local na disputa entre os generais, o que de certa maneira foi importante para a romanização do espaço. Isso porque, ao integrar as legiões, os autóctones absorviam o latim, bem como os usos e costumes romanos (BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 1975, p. 72).

O embate entre Sertório e Sula foi, sem dúvidas, um dos momentos mais dramáticos do ciclo de guerras civis, tendo a Ibéria sido o principal centro de disputa. Em 83 a.C., Sertório, partidário de Mário na guerra travada entre este e Sula, foi nomeado pretor da Hispânia Citerior. Ao tomar ciência da ocupação de Roma por Sula, em 82 a.C., Sertório organizou seus exércitos na Ibéria para lutar contra as forças de Sula e, assim, impedir a conquista da Ibéria. Desse modo, Lívio Salinator, legado de Sertório, assentou suas tropas nos Pirineus e aguardou a investida de Sula, o que ocorreu em 81 a.C., quando Caio Ânio derrotou os aliados de Sertório. Com o avanço das tropas de Sula sobre a Península Ibérica, Sertório saiu de Nova Cartago e se refugiou na Mauritânia, onde combateu na guerra civil gerada por uma disputa pelo trono da região.¹⁰⁶ Em 80 a.C., os lusitanos enviaram mensageiros a Sertório, propondo que este retornasse à Ibéria para liderá-los contra Sula, solicitação prontamente atendida (ALARCÃO, 1974, p. 38-39). De acordo com Fabião (1997, p. 219), apesar de ter se aliado aos lusitanos para combater os

¹⁰⁶ Plutarco (*Sertorius*, 9-10), afirma que Sertório seguiu para o norte da África, onde lutou contra aqueles que buscavam restaurar o poder de Ascális, filho de Iphtha, sobre a Maurusia. As forças de Sula, inimigo de Sertório, apoiavam Ascális. Na ocasião, Sertório conseguiu derrotar Ascális e os aliados deste, tomando para si o controle da cidade de Tingis (atual Tânger, no Marrocos). Em seguida, uma embaixada representando os lusitanos foi enviada ao norte da África para conseguir o apoio de Sertório contra os apoiadores de Sula.

romanos, Sertório não se via como inimigo de Roma, mas, sim, do ditador Sula e de seus aliados.

Em 77 a.C., Perpenna chegou à Península para se aliar às forças de Sertório, dispondo de 20.000 infantess e 1.500 cavaleiros. Aliado de Mário, ele havia fugido de Roma, após uma tentativa fracassada de tomar o poder, liderada por Lépido. Além de receber apoio de fugitivos, como Perpenna, Sertório foi um grande estrategista na luta contra Sula, tendo firmado acordos de hospitalidade e clientela com as populações indígenas. Além disso, fundou uma escola em Osca (Huesca, na Espanha) para educar os filhos dos aliados indígenas; organizou um senado local, composto por 300 membros; nomeou questores e pretores; reuniu um exército à maneira romana; estabeleceu um acordo com Mitrídates, rei do Ponto, visando a formar duas frentes de batalha contra Sula; e, por fim, negociou o apoio dos habitantes da Gália Narbonense, embora esta tenha sido rapidamente submetida por Pompeu, aliado de Sula (ALARCÃO, 1974, p. 41; FABIÃO, 1997, p. 219-220).

Apesar de todo esse aparato político e militar, além das vitórias em diversas batalhas, a partir de 75 a.C., Sertório e seus aliados passaram a ser derrotados pelos enviados de Sula na Ibéria, Metelo e Pompeu. Contudo, foi uma conspiração planejada pelos dois principais partidários de Sertório, Perpenna e Tarquício, que selou seu fim. Sertório foi assassinado com uma punhalada, durante um banquete, em 72 a.C., em Osca (ALARCÃO, 1974, p. 42-43; FABIÃO, 1997, p. 220-221). Estrabão relata as últimas operações de Sertório na Península, afirmando o seguinte:

Junto do Ibero fica a cidade chamada *Caesaraugusta* e uma colônia, *Celsa*, que tem uma ponte de pedra que atravessa o rio. A região é habitada ao mesmo tempo por numerosos povos, mas os mais conhecidos são os designados por iacetanos. Este povo, tendo a sua origem na zona próxima do sopé dos Pirenéus, espalha-se pela planície e chega às terras em volta de *Ilerda* e *Osca*, território dos ilergetas, não muito longe do Ibero. Nestas cidades travou Sertório os seus últimos combates - e também em *Calagurris*, cidade dos vascos, e na costa, em *Tarraco* e em *Hemeroscópio* -, depois da sua expulsão

da terra dos celtíberos. Veio depois a conhecer o seu fim em *Oscá* (Str., *Geo.*, III, IV, 10).

Após o assassinato de Sertório, Perpenna ainda tentou sustentar a luta contra Pompeu e Metelo, mas foi morto a mando de Pompeu, que, ao lado de Metelo, recuperou o domínio sobre a Ibéria. Como consequência, abriu-se um período de paz na Ibéria, finda a guerra entre os aliados de Sertório e os partidários de Sula. Entretanto, ao mesmo tempo, não se verificou qualquer expansão militar em direção ao Norte, de modo que as fronteiras da Hispânia Ulterior e da Hispânia Citerior permaneceram as mesmas. A região a norte do Tejo, onde habitavam os galaicos, e a zona da Cordilheira Cantábrica, ocupada pelos ástures e cântabros, continuaram praticamente isoladas (FABIÃO, 1997, p. 220, 223).

O período de estabilidade na Península durou pouco, diante do conflito que logo sobreveio entre César e Pompeu. De acordo com Brandão (2015, p. 402-404), em 56 a.C., o primeiro triunvirato havia sido reafirmado entre César, Pompeu e Crasso.¹⁰⁷ César teve seu proconsulado renovado por mais cinco anos e Pompeu obteve o consulado, em 55 a.C., juntamente com Crasso. Além disso, Pompeu recebeu o governo das duas Hispânias, enquanto Crasso passou a governar a Síria, sendo morto em 53 a.C., numa investida contra os partos. Uma vez desfeita a aliança, as disputas se mantiveram entre César e Pompeu. Após uma série de medidas tomadas a favor de Pompeu e à revelia de César, este resolveu atravessar o Rubicão, em 49 a.C., dando início a mais um período de guerra civil em Roma. Acerca do conflito entre César e Pompeu, Estrabão afirma o seguinte:

[...] Munda dista mil e quatrocentos estádios de Cartéia, para onde fugiu Gneu depois de ser derrotado; em seguida, tendo navegado dali e desembarcado numa região montanhosa sobranceira do mar, foi morto. O seu irmão Sexto, porém, que saiu com vida de Córdoba e combateu durante pouco tempo entre os íberos, mais tarde sublevou a Sicília; depois, banido dali para a Ásia, foi

¹⁰⁷ Segundo Brandão (2015, p. 391), chamamos de primeiro triunvirato a aliança (*societas*) estabelecida, em 60 a.C., por César, Pompeu e Crasso. Não se trata de uma instituição formal, pelo fato de não ter sido confirmada pelo Senado, ao contrário do que ocorreu em 43 a.C., quando Otávio, Antônio e Lépido firmaram um novo triunvirato, desta vez com a aprovação do Senado.

capturado pelos soldados de Antônio e perdeu a vida em Mileto [...] (Str., *Geo.*, III, II, 2).

Esse trecho trata dos acontecimentos finais da guerra civil, na qual César sagrou-se vencedor. Em 47 a.C., o território ibérico passou a servir como refúgio para alguns de seus opositores, dentre eles os filhos de Pompeu, Gneu e Sexto. Todavia, estes foram derrotados por César na batalha de Munda,¹⁰⁸ em 45 a.C. Após esse acontecimento, que assinala o término da guerra, César permanece na Ibéria visando a organizar o território. É nessa época que promove a elevação de uma série de cidades à categoria de colônias, como é o caso de Tarraco, Asta e Urso (BRANDÃO, 2015, p. 414-415; FABIÃO, 1997, p. 227; GARCÍA Y BELLIDO, 1959, p. 459-470).

De acordo com Alarcão (1988, p. 27), assim como ocorreu no conflito entre Sertório e Sula, a guerra civil entre César e Pompeu pode ser considerada de grande importância para a romanização da Ibéria, tendo em vista que a necessidade cada vez maior de mão de obra para compor as tropas levou ao recrutamento de lusitanos, celtíberos e demais povos nativos. Mediante a participação na guerra, o combatente estrangeiro poderia obter a cidadania romana a título individual, o que implicava uma valiosa elevação do seu *status*. Além disso, a formação de um exército híbrido favorecia as trocas culturais e, dessa maneira, a simbiose entre a cultura romana e a cultura local da Ibéria.

Como vimos, os acontecimentos na Ibéria de modo algum encontravam-se desconectados daquilo que ocorria na capital do Império. Após um longo período de crise, que levou a uma estagnação no avanço sobre o norte da Ibéria, a ascensão de Augusto, em 27 a.C., e a *Pax Romana*, que se seguiu, permitiram que os romanos voltassem seu olhar para a Ibéria,

¹⁰⁸ Não há certeza sobre a localização exata da cidade de Munda, mas sabemos que ela se encontrava em algum lugar da Turdetânia.

desta vez com o propósito de dominar os últimos povos que ainda se mantinham independentes, o que conduziu às assim denominadas Guerras Cantábricas do início do Principado.

As Guerras Cantábricas e a consolidação da conquista

As Guerras Cantábricas, que se estenderam entre os anos de 29 e 19 a.C., selaram a conquista romana do território ibérico. A região da Cordilheira Cantábrica,¹⁰⁹ foco dessas campanhas, manteve-se, durante muito tempo, isolada do contato com Roma. Porém, no início do Principado, Augusto procurou anexar esse território ao domínio romano. A guerra se estendeu por todo o norte da Ibéria, desde os Pirineus até o rio Minho, território onde habitavam cântabros, ástures e galaicos,¹¹⁰ povos sempre citados nas fontes antigas pela sua coragem e disposição para a guerra (SCHULTEN, 1962, p. 19-21).

Durante dez anos, os povos do extremo norte da Ibéria resistiram às forças romanas, visando a defender suas riquezas e autonomia contra uma autoridade externa que os ameaçava. Os romanos tinham a pacificação como justificativa principal para anexar o território setentrional, já que seus habitantes estariam perturbando a ordem. No entanto, acreditamos que, associados a essa questão política, havia também fatores de ordem econômica, uma vez que o Norte possuía grande potencial em riquezas minerais (CURCHIN, 1991, p. 52). Para além de fatores políticos e econômicos, Salinas de Frías (1998, p. 156), por sua vez, defende que a guerra contra os povos do Norte possuiu um viés propagandístico, pois, durante essa guerra, forjou-se uma imagem estigmatizada dos povos setentrionais, tidos como os mais difíceis de

¹⁰⁹ Desde os Pirineus até a Galiza se estende uma cadeia de montanhas conhecida como Cordilheira Cantábrica. Os cântabros, ástures e uma parte dos galaicos habitavam nessa zona montanhosa, bem como na região litorânea banhada pelo Oceano Atlântico (SCHULTEN, 1962, p. 38-39).

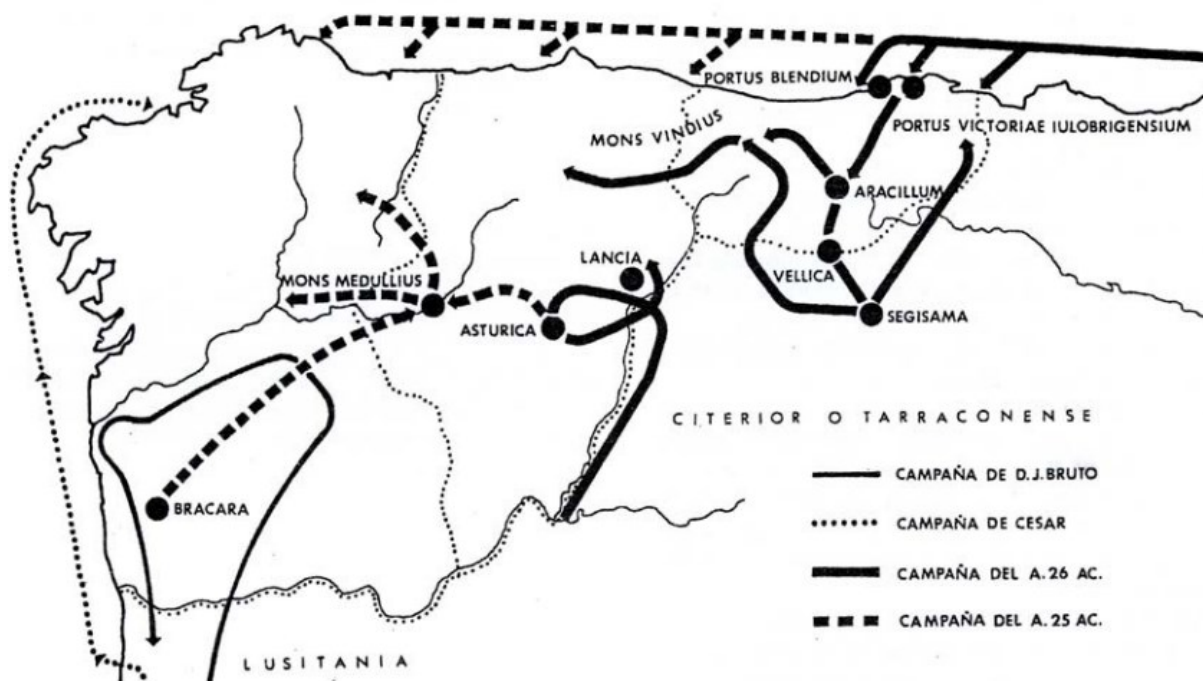
¹¹⁰ Segundo Schulten (1962, p. 20-21), apesar das incursões romanas no território noroeste da Península, não ocorreu uma integração efetiva dos galaicos ao Império e, por isso, eles também guerrearão contra os romanos no contexto das Guerras Cantábricas.

combater, ao mesmo tempo em que a imagem de Augusto era enaltecida, tendo em vista que fora ele o responsável por levar a cabo a vitória sobre povos rebeldes e aguerridos.

Desse modo, a guerra contra os cântabros, ástures e galaicos teria sido articulada com o objetivo de trazer paz e estabilidade ao Império e de aumentar os rendimentos do Erário, mas sem perder de vista o de Augusto, isto é, promover sua imagem de conquistador da Ibéria. Prova disso é o fato de que o próprio *princeps* abriu solenemente as portas do templo de Jano, na ocasião em que seguiu à Ibéria para lutar contra os povos do Norte. Segundo Hirt (2015, p. 201), após os romanos terem vencido importantes batalhas em solo ibérico, em 25 a.C., Augusto retornou a Roma e fechou as portas do templo de Jano, simbolizando assim que o Império estava pacificado graças à sua atuação.¹¹¹ Isto posto, destacamos o mapa a seguir, que visa a situar o leitor no território que foi palco das Guerras Cantábricas.

¹¹¹ Augusto (*Res Gestae Divi Augusti*, 13) nos revela que era uma tradição entre os romanos o fechamento das portas do templo de Jano, em Roma, toda vez que os romanos vencessem uma guerra, proporcionando paz em todo o Império. Augusto afirma, ainda, que, antes de seu nascimento, as portas do templo haviam sido fechadas apenas duas vezes, o que demonstra um estado de guerra constante. Porém, durante o seu Principado, o templo de Jano foi fechado três vezes, evidenciando que a atuação do *princeps* havia trazido a paz ao Império. De acordo com Brunt e Moore (1973, p. 54-55, n. 13), as portas do templo de Jano foram fechadas pela primeira vez, por Augusto, em 29 a.C., após o término das Guerras Civis. Em 25 a.C., foram fechadas novamente, com o fim da campanha de pacificação do norte da Ibéria. Finalmente, o templo foi fechado mais uma vez em 2 a.C.

Mapa 6 – Campanhas romanas no norte da Ibéria



Fonte: Gutiérrez Cuenca; Hierro Gárate (2001, p. 94).

As Guerras Cantábricas tiveram início em 29 a.C., quando Tito Tauro, emissário de Augusto, submeteu os cântabros, ástures e váceos. O objetivo principal da campanha seria punitivo, visando-se a pacificar o território. No ano seguinte, Caio Sabino foi encarregado de liderar uma nova investida contra os cântabros. Em 27 a.C., o próprio Augusto seguiu para a Península Ibérica, após passar pelas Gálias, e se estabeleceu em Tarraco. Naquele ano, Sexto Apuleio foi o responsável por conduzir a campanha. Contudo, nos três primeiros anos, os generais romanos não haviam logrado uma vitória decisiva sobre os povos do Norte. Assim, em 26 a.C., Augusto seguiu para a região e se encarregou, em pessoa, do combate. Todavia, foi vencido pelo cansaço, além de ter sido acometido por uma enfermidade, o que lhe obrigou a retornar a Tarraco. O *princeps* concedeu então o comando da guerra a Caio Veto, governador da *Tarraconensis*, enquanto a *Lusitania* era governada por Publio Carisio. Em 26 a.C., a estratégia utilizada pelos romanos foi atacar em três frentes de batalha: uma parte do exército

partiu de *Bracara Augusta*¹¹² para atacar os galaicos da região do *Mons Medullius*. Outra parte do exército, cuja base de operações era *Asturica Augusta*,¹¹³ atacou *Bergidum* e o *Mons Vindius*, região ocupada pelos ástures. Por fim, a terceira parte do exército, aquartelada em *Segisama*,¹¹⁴ atacou *Aracillum*, numa investida contra os cântabros (ALARCÃO, 1974, p. 48; SCHULTEN, 1962, p. 155-162).

Alarcão (1974, p. 48-49) assinala que, em 25 a.C., os ástures atacaram os romanos, mas foram vencidos por Publio Carisio na cidade de Lancia.¹¹⁵ Uma vez tendo estabelecido várias frentes de combate, os romanos puderam vencer os povos do Norte em definitivo, o que levou Augusto a declarar o fim da guerra, como dito anteriormente. O imperador ainda determinou que Carisio fundasse *Emerita Augusta*¹¹⁶ para abrigar os legionários reformados.

Apesar de os romanos terem simbolicamente declarado o fim das Guerras Cantábricas em 25 a.C., sabemos que, em 24, 22 e 19 a.C., ocorreram novos enfrentamentos entre ele e os povos do Norte. De fato, em 19 a.C., Marco Vipsânio Agripa foi encarregado do comando das tropas romanas na região. Esse ano é considerado o autêntico marco para o fim das Guerras Cantábricas, pois, a partir daí, a Ibéria já havia sido dominada completamente por Roma. Contudo, em 16 a.C., eclodiu uma última revolta local, sufocada facilmente pelos romanos, que mantiveram tropas estacionadas no norte da Ibéria, a fim de evitar que uma nova guerra de amplas proporções tivesse início novamente (ALARCÃO, 1988, p. 28; CARVALHO, 2008, p. 85).¹¹⁷ Isto posto, podemos afirmar que, a partir de 19 a.C., a Ibéria encontrava-se totalmente

¹¹² Atual Braga, em Portugal.

¹¹³ Atual Astorga, na Espanha.

¹¹⁴ Atual Sasamón, na Espanha.

¹¹⁵ Lancia foi um importante *oppidum* ásture. Suas ruínas se encontram em Villasabariego, na Espanha.

¹¹⁶ Atual Mérida, na Espanha.

¹¹⁷ No tocante à presença militar na Ibéria, sabemos que o governador da Hispânia Ulterior mantinha três legiões: a IV Macedonica, aquartelada em Segisamo, que foi transferida para a região da atual cidade de Aguilar de Campoo; a VI Victrix, estacionada em *Bracara Augusta* e, depois, transferida para León; e a X Gemina, estacionada na cidade de *Asturica Augusta*, atual Astorga. O governador da Hispânia Citerior, por sua vez, dispunha da II Augusta, da V Alaudae e da IX Hispana, todas elas transferidas

submetida pelos romanos em termos político-militares. Todavia, isso não significava que o território tivesse sido romanizado, ou seja, integrado à cultura romana. Esse processo, sobretudo no caso do Norte, ainda estava por acontecer.

A conquista do território ibérico e sua integração ao Império durante muito tempo mantiveram-se restritas à região ao Mediterrâneo. Aos poucos, no entanto, os romanos avançaram no sentido leste-oeste e sul-norte. É no mínimo curioso que tenham demorado tanto tempo para completar a conquista da Península. À vista disso, Curchin (1991, p. 7) e Alonso Trancoso (1996, p. 53), fazendo uma comparação entre a conquista das Gálias e da Ibéria, nos instigam a refletir sobre os motivos pelos quais o território das Gálias foi conquistado em menos de uma década por Júlio César (58 a 50 a.C.), ao passo que a conquista da Ibéria se estendeu por cerca de dois séculos, mesmo tendo exímios generais à frente das tropas, dentre eles o próprio César.

Com base nisso, podemos levantar algumas hipóteses, sem, contudo, pretender esgotar uma questão tão delicada como essa. Além do mais, certamente houve mais de um motivo para tanta demora, uma série de fatores, que unidos, impediram de certa forma a conquista da região setentrional da Ibéria mais cedo.

Conforme Blázquez Martínez (1974, p. 138) nos indica, as guerras de conquista da Ibéria coincidem com a Segunda e a Terceira Guerra Macedônica, a conquista da Grécia e a guerra contra os soberanos selêucidas. Por certo, havia uma grande preocupação de Roma com os conflitos no Oriente, o que deixou a Ibéria em segundo plano.

Ligada a essa hipótese, está a de que os romanos não tinham interesse em conquistar o norte da Ibéria, por se tratar de um território inviável do ponto de vista econômico. A parte mais

para lugares externos à Península Ibérica após as Guerras Cantábricas, visando à pacificação de outros territórios do Império (ALARCÃO, 1974, p. 49).

rica da Península já estava sob controle romano. Assim, o mais importante, naquele instante, era enfrentar os adversários do Oriente, região mais vantajosa em termos econômicos. O relato presente nas fontes, como na *Geografia*, de Estrabão, apontando o norte da Ibéria como um lugar inóspito, pobre em riquezas e habitado por bárbaros, decerto fez parte do senso comum da época, o que pode ter sido um fator para o adiamento das incursões romanas àquelas terras.

Não temos dúvida de que os romanos tinham forças militares suficientes para submeter os povos da região norte da Península, caso o desejassem. No entanto, a falta de conhecimento sobre o território e a dificuldade para se instalar num terreno tão difícil em termos topográficos e climáticos serviram como barreiras naturais no caminho entre os romanos e os povos do Norte.

Outro fator que levou à demora na conquista e integração da Ibéria ao *dominium mundi* romano foi, também, o caráter belicoso dos povos setentrionais. Acostumados com a guerra, esses povos opuseram feroz resistência às incursões romanas. O relato de Estrabão (*Geo.*, III, III, 5), apesar de eivado de parcialidade,¹¹⁸ explica a situação de guerra constante entre os habitantes do Norte. Embora o texto tenha um caráter etnocêntrico e vise ao enaltecimento das virtudes dos romanos, sabemos que os povos do Norte mantinham uma cultura bélica muito forte. Logo, acreditamos que a conquista romana da Ibéria tenha sido, de certa forma, dificultada pela resistência imposta por povos acostumados de longa data com a guerra.

¹¹⁸ Acerca disso, Adolf Schulten (1962, p. 19-20) chama nossa atenção para uma análise criteriosa dos relatos gregos e romanos acerca do imperialismo romano e da conquista da Ibéria. Segundo o autor, devemos enxergar o que movia romanos e autóctones ao entrarem em guerra. Os romanos, ao invadirem o território dos nativos, tinham como objetivo sujeitar os povos, recolher recursos materiais e humanos, além de se valerem da prerrogativa de estarem, ao seu ver, levando organização e civilização a um mundo desorganizado e movido pela barbárie. Isso é evidente no relato de Estrabão. Por outro lado, infelizmente, não restam vestígios escritos que tratam da visão que os nativos possuíam da presença romana. Podemos supor, contudo, que estes vissem os romanos como usurpadores estrangeiros e que, portanto, deveriam ser combatidos até se esgotarem as forças. Caso contrário, perderiam suas riquezas e sua liberdade. Foi assim que os povos ibéricos, sobretudo os do Norte, reagiram ao imperialismo romano durante muito tempo.

Não bastasse a resistência dos povos locais e o enfrentamento de poderosos inimigos externos, no século I a.C., o Império Romano se viu mergulhado em guerras civis. De fato, a crise gerada pelas disputas políticas entre generais romanos não se manteve restrita a Roma, difundindo-se também pelos territórios provinciais, tal como a Ibéria. Acreditamos que, num momento de crise como o das guerras civis, combater os povos do extremo norte da Ibéria seria inviável do ponto de vista militar, político e econômico. Portanto, somente com a diminuição dos conflitos externos e internos à República, e com o advento do Principado de Augusto, a conquista do norte da Ibéria pôde ser, enfim, concretizada.

Integração e romanização sob o Principado de Augusto

Como assinalamos, a conquista da Ibéria ocorreu de maneira lenta e gradual. Do mesmo modo, a integração e a romanização do território foram efetuadas na medida em que as tropas romanas avançavam. Cada grupo étnico reagiu de maneira diversa diante do contato com a cultura romana. Aqueles que estavam situados na costa sul e leste compartilhavam de uma cultura semelhante à romana, principalmente devido à presença de uma vida urbana e de práticas comerciais, o que possibilitou uma rápida assimilação do *modus vivendi* romano por esses povos. No entanto, o contato entre romanos e nativos nem sempre foi pacífico. Muito pelo contrário, vimos, nas páginas anteriores, que a conquista do Norte demandou grandes esforços militares por parte de Roma.

Nesse sentido, Blázquez Martínez (1974, p. 79) afirma que a romanização do sul da Ibéria pode ser caracterizada como rápida e profunda, enquanto a do Norte, não. Segundo o autor, algumas estruturas pré-romanas no Norte chegaram intactas ao Medievo, o que de certa forma indica que houve resistências e permanências no tocante à transição entre um mundo pré-romano e outro marcado pela presença de Roma. Destarte, visto que a integração e romanização da Ibéria acompanhou o curso das conquistas militares, não há como admitir uma

homogeneidade cultural no início do Principado, pois, enquanto no Sul e no Leste, regiões integradas ao Império desde o século II a.C., verificamos uma romanização mais evidente, nas zonas setentrionais, recém-conquistadas, as estruturas pré-romanas ainda se mantiveram por muito tempo, fazendo da Ibéria um território marcado pela diversidade cultural.

No início do Principado, os cântabros, os ástures e os galaicos mantinham ativa uma cultura pré-romana, diferente da do restante da Península, que havia entrado em contato com os romanos e compartilhava de uma cultura híbrida, formada pela união de elementos romanos e locais. Portanto, a região da Cordilheira Cantábrica, no extremo norte da Ibéria, possuía um forte componente indígena e uma reduzida influência romanizante, como nos indica Tolfo (2017, p. 3).

Concordamos com Tolfo (2017, p. 13), no sentido de que “o conceito de romanização, desde a sua origem, trata da influência romana em relação aos povos integrados em sua esfera de ocupação, seja ela territorial, cultural, econômica ou política [...]”. Nesses termos, é possível listar vários vetores de romanização, ou seja, meios pelos quais a população local entrou em contato com o *ethos* romano. Um dos mais importantes, sem dúvida, foi a criação de centros urbanos do tipo romano, onde indígenas e romanos conviviam, favorecendo-se, assim, as trocas culturais.

Ao pensarmos a História da Ibéria durante a República e no início do Principado, vemos que o passo seguinte à conquista de um território pelos romanos, seja por via diplomática ou mediante o uso da força, é sempre a transformação do espaço físico e cultural dos povos submetidos. Sendo assim, a construção de *civitates*, bem como a urbanização de assentamentos indígenas, com base no modelo romano, foi algo importante para a integração e romanização do espaço ibérico.

Blázquez Martínez (1975, p. 31) afirma que, somente após compartilharem de um espaço físico semelhante ao de Roma e absorverem os costumes mais característicos dos romanos, os nativos poderiam ser integrados ao Império Romano em termos jurídicos, ou seja, receber a cidadania romana. A fundação de *civitates* e a concessão de cidadania foi algo comum desde o século II a.C.¹¹⁹ No entanto, de acordo com Bravo Bosch (2008, p. 112), essa prática se intensificou durante os anos finais da República e no início do Principado, devido à política de integração inaugurada por César e perpetuada por Augusto. Nesse contexto, a administração se fez, em larga medida, por meio da construção de *civitates* e da concessão da cidadania romana.¹²⁰

Para além do campo jurídico-administrativo, o ato de construir *civitates* servia, em grande medida, à modificação da cultura dos povos locais, como afirma Blázquez Martínez (2006, p. 245). Logo, na visão dos gregos e romanos, não habitar no espaço citadino e não absorver a cultura greco-romana era o mesmo que ser bárbaro, incivilizado, perturbador da ordem e bandido. Por outro lado, ao habitar em cidades de tipo romano e compartilhar uma

¹¹⁹ Indicamos a leitura de García y Bellido (1959), que trata de diversas fundações romanas na Península e de seus respectivos estatutos jurídicos.

¹²⁰ Havia diversas formas de concessão da cidadania romana pelo poder central, podendo ser de caráter individual, a um grupo específico ou à população de uma determinada *civitas*. De acordo com Lima Neto (2015, p. 91-93), as *civitates* pertenciam basicamente a quatro categorias: *oppidum stipendiarium* (os habitantes não tinham direito à cidadania romana); *municipium Latinum* (apenas os magistrados possuíam a cidadania romana, mas com direitos limitados); *municipium civium Romanorum* (apenas os magistrados recebiam a cidadania romana plena); e, por fim, temos as colônias romanas, cuja população, na totalidade, recebia a cidadania romana. Portanto, o processo de concessão da cidadania romana referido no texto se deu de forma gradual, de acordo com o desejo da administração imperial. A cidadania romana só foi estendida a uma parcela mais ampla da população que habitava o Império Romano mediante a *Constitutio Antoniniana de Civitate* ou Edito de Caracala, datado de 212. Por meio da lei, foi concedida a cidadania romana a todos os homens livres do Império, com a finalidade de aumentar a arrecadação de impostos e o contingente militar romano. Somente os chamados “bárbaros vencidos”, que viviam no território romano, na condição de colonos agrícolas e escravos, não foram contemplados com o direito de cidadania (CAMPOS, 2012, p. 134; GONÇALVES, 2006, p. 184; SANTOS, 2018, p. 123). Para mais informações sobre o caso ibérico de concessão de cidadania romana, sugerimos a leitura de Fabião (1997, p. 278-279).

cultura semelhante à greco-romana, os indígenas tornavam-se “iguais”, podendo, assim, receber o direito de cidadania.

No início do Principado, embora o sul e o leste da Ibéria tivessem sido contemplados com uma rede urbana desenvolvida e seus povos compartilhassem da cultura romana, ainda havia, na Península, grupos que resistiam à presença romana e conservavam uma cultura pré-romana, sendo, por isso, considerados como os “outros”. Uma vez tendo conquistado a região norte da Ibéria, no contexto das Guerras Cantábricas (29-19 a.C.), Augusto realizou uma ampla reforma político-administrativa da Península e deu início a um programa urbanístico que atingiu todo o território ibérico, seja aquele há muito tempo romanizado ou o que havia sido anexado no decorrer do seu governo.

Como afirma Alarcão (1988, p. 28), entre as inovações implementadas por Augusto na administração da Ibéria, estão: a nova divisão provincial; a criação dos *conventus*; a construção de *civitates*; a elaboração de um projeto de urbanização; e, por fim, a integração do território por meio da abertura de estradas e do investimento na exploração econômica das áreas recém-conquistadas.

Sabemos que, antes das reformas de Augusto, a Ibéria estava dividida em duas províncias, a Hispânia Ulterior e a Hispânia Citerior. Tal divisão havia sido estabelecida em 197 a.C., mas foi alterada por determinação de Augusto, que repartiu o território ibérico em três províncias: *Baetica*, *Lusitania* e *Tarraconensis*. A *Baetica*, com capital em Córdoba, foi atribuída ao Senado, ao passo que a *Lusitania*, com capital em *Augusta Emerita*, e a *Tarraconensis*, com capital em Tarraco, passaram a ser administradas diretamente pela casa imperial.

Estrabão, no trecho a seguir, trata da criação das três províncias e da administração da *Baetica*, que foi atribuída ao Senado:

Atualmente, algumas das regiões foram declaradas como pertencentes ao povo e ao Senado, enquanto outras pertencem ao imperador dos romanos. Assim, a [*Baetica*] pertence ao povo e é enviado para lá um pretor, que traz consigo um questor e um legado. A sua fronteira, para Oriente, situa-se nas proximidades de Cástulo [...] (Str., *Geo.*, III, IV, 20).

No tocante à administração das outras duas províncias, a *Lusitania* e a *Tarraconensis*, Estrabão afirma que Augusto adotou medidas de administração diferentes entre as duas. Enquanto a *Lusitania* passou a ser administrada por um *legatus Augusti pro praetore*, a *Tarraconensis* era administrada por um *legatus Augusti pro console*.

[...] O território restante pertence a César. São enviados, em seu nome, dois legados, um com funções pretorianas, o outro com funções consulares. O pretoriano tem consigo um outro legado, para aplicar a justiça aos lusitanos, que fazem fronteira com a [*Baetica*] e se estendem até ao rio Douro e à sua foz (de facto, é assim que chamam, no momento presente, especificamente a este território; aí se encontra também *Augusta Emerita*) [...] (Str., *Geo.*, III, IV, 20).

Dito isso, a última região a ser descrita por Estrabão é a *Tarraconensis*, que é a maior província da Ibéria em termos de área, logo foi a que requereu um investimento maior do Estado romano. Estrabão afirma o seguinte acerca da *Tarraconensis*: [...] o que sobra, que é a maior parte da Ibéria, está sob o domínio do governador consular, que tem consigo um exército importante, com três legiões e três legados [...] (Str., *Geo.*, III, IV, 20).

Consideramos a presença militar romana no norte da *Tarraconensis* como um sinal de que os cântabros, os ástures e os galaicos, no período, não haviam sido completamente integrados à cultura romana e se mostravam como um perigo naquela região, pois, a qualquer momento, poderiam se rebelar contra a presença romana. Isso pode ser verificado pelo trecho abaixo, que trata, de maneira específica, da organização militar da *Tarraconensis* nos tempos de Augusto:

[Um dos *legati*], tendo consigo duas legiões, protege todo o território para lá do Douro, a norte, cujo povo alguns antigamente designavam como lusitanos, mas a que agora chamam galaicos. Confinam com esta as regiões setentrionais, com os ástures e os cântabros. Através das Astúrias corre o rio Melso. A pouca distância, fica a cidade de Noíga e, perto dali, um braço do Oceano que entra em terra estabelece a divisão entre Astúrias e Cantábria. Na região que vem a seguir, ao longo das montanhas até aos Pirenéus, está o segundo dos legados com a legião restante [...] (Str., *Geo.*, III, IV, 20).

Observamos, pelo excerto acima, que dois dos três *legati* responsáveis pela *Tarraconensis* foram encarregados da administração de uma área restrita da província, a região da Cordilheira Cantábrica. Além disso, todas as três legiões romanas designadas para a Península ficaram estacionadas neste território, sendo duas na região dos galaicos e a outra no território restante, até os Pirineus.

O terceiro *legatus* da *Tarraconensis*, por sua vez, assumiu a administração de um extenso território, que não necessitava de tropas romanas, pois a essa altura a região encontrava-se “pacificada”, como Estrabão relata na passagem abaixo:

[...] Quanto ao terceiro [*legatus*], toma conta da região do interior e dirige os assuntos dos chamados togados, que o mesmo é chamar-lhes ‘pacíficos’, eles que se transformaram em pessoas moderadas e civilizadas, à maneira itálica, vestidos com as suas togas. Estes são os celtíberos e aqueles que vivem perto do Íbero, numa e noutra margem, até chegar às regiões junto do mar [...] (Str., *Geo.*, III, IV, 20).

Por fim, Estrabão relata as funções do governador da *Tarraconensis* e de outros agentes da administração romana, os procuradores:

[...] O próprio governador passa o inverno nas regiões costeiras, principalmente em Nova Cartago e em Tarraco, tratando de administrar a justiça. No verão, pelo contrário, viaja, supervisionando de forma constante quaisquer dos assuntos que necessitem de correção. Existem também os procuradores de César, da classe dos cavaleiros, que distribuem aos soldados os bens necessários para estes manterem a sua vida (Str., *Geo.*, III, IV, 20).

Abaixo das províncias havia outra modalidade de circunscrição administrativa, denominada *conventus*. No tocante às funções de um *conventus*, Alarcão (1988, p. 58) afirma que:

[...] o *conventus* era, antes de mais, um distrito judicial: na capital do *conventus*, o governador da província, ou aquele [que] o governador delegasse, julgava as causas que, por sua natureza, ultrapassavam a jurisdição dos magistrados das *civitates*. Além disso, o *conventus* tinha uma assembleia, formada por representantes das cidades que o integravam; essa assembleia era um órgão consultivo do governador [...].

O território ibérico foi dividido em 14 *conventus*, cada um com sua capital conventual, conforme indicado no quadro a seguir:

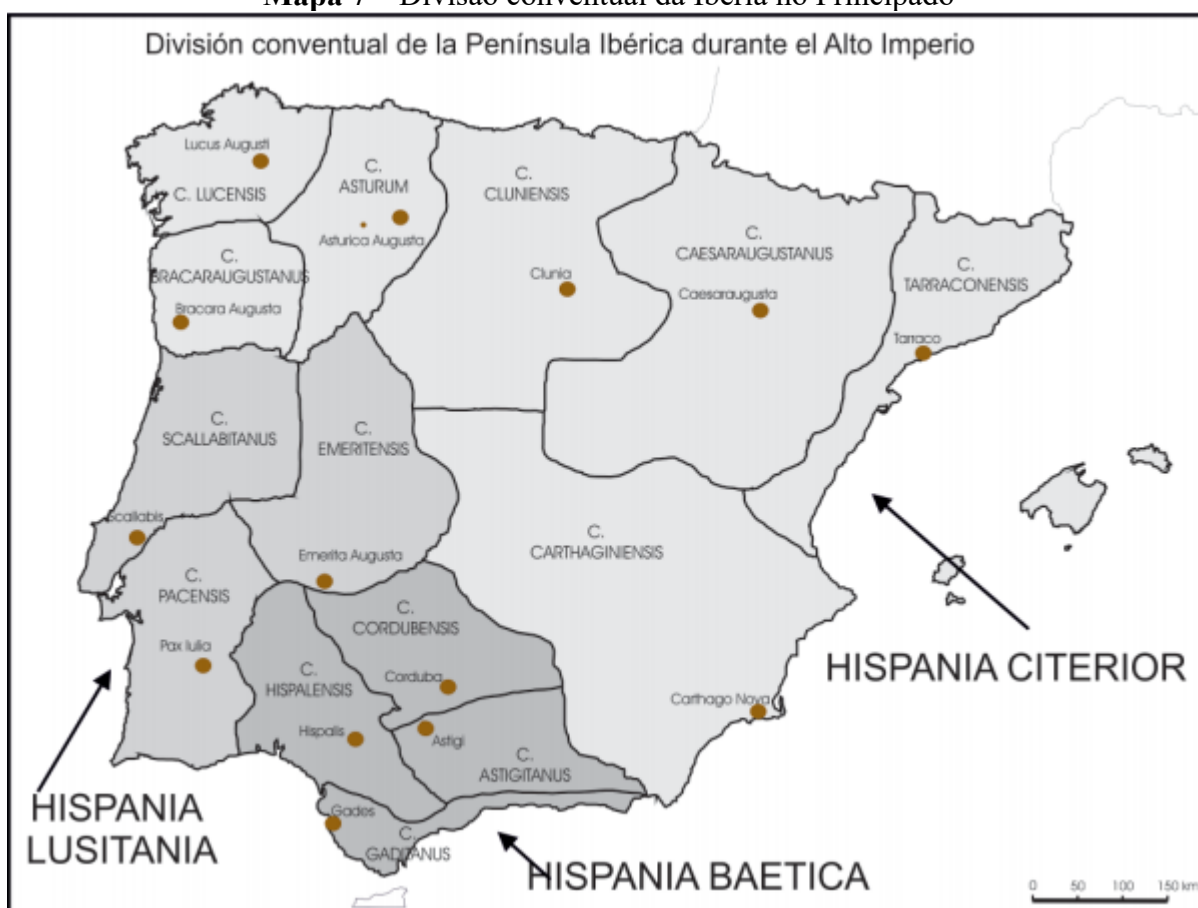
Quadro 4 – Divisões jurídico-administrativas da Ibéria no Principado

Província	Capital da província	<i>Conventus</i>	Capital do <i>conventus</i>
<i>Baetica</i>	<i>Corduba</i>	<i>Astigitanus</i>	<i>Astigi</i>
		<i>Cordubensis</i>	<i>Corduba</i>
		<i>Gaditanus</i>	<i>Gades</i>
		<i>Hispalensis</i>	<i>Hispalis</i>
<i>Lusitania</i>	<i>Emerita Augusta</i>	<i>Emeritensis</i>	<i>Emerita Augusta</i>
		<i>Pacensis</i>	<i>Pax Iulia</i>
		<i>Scallabitanus</i>	<i>Scallabis</i>
<i>Tarraconensis</i>	<i>Tarraco</i>	<i>Asturum</i>	<i>Asturica Augusta</i>
		<i>Bracaraugustanus</i>	<i>Bracara Augusta</i>
		<i>Caesaraugustanus</i>	<i>Caesaraugusta</i>
		<i>Carthaginensis</i>	<i>Carthago Nova</i>
		<i>Cluniensis</i>	<i>Clunia</i>
		<i>Lucensis</i>	<i>Lucus Augusti</i>
		<i>Tarraconensis</i>	<i>Tarraco</i>

Fonte: autoria própria

Por mais que nenhuma fonte literária ou arqueológica defina de maneira exata as fronteiras de cada *conventus* (ALARCÃO, 1988, p. 58), mediante o mapa a seguir podemos ter uma noção de como seriam essas divisões jurídico-administrativas em termos da área ocupada. Notamos que havia um número maior de *conventus* na *Tarraconensis*, sete ao todo, talvez pelo fato de esta ser a maior província da Ibéria. Observamos também que havia *conventus* que ocupavam uma área extensa, como é o caso do *Carthaginiensis*, ao passo que existiam *conventus* modestos, como o *Gaditanus*.

Mapa 7 – Divisão conventual da Ibéria no Principado



Fonte: Ozcáriz Gil, 2012, p. 566.

Além da reorganização das províncias e da criação dos *conventus*, verificamos, sob o Principado, um cuidado maior com a urbanização e a organização administrativa, voltada cada vez mais para o âmbito local. Desse modo, ocorreu a fundação de novos centros urbanos, o que chamamos de fundação *ex nihilo*, como é o caso da *civitas* de *Pax Iulia* (atual Beja), na

província da *Lusitania*. Além disso, houve uma urbanização aos moldes romanos dos assentamentos pré-romanos, ou seja, dos castros e dos *oppida*, respeitando-se critérios, sobretudo, estratégicos.¹²¹ Assim, efetuou-se a delimitação dos territórios das *civitates*, demarcando-se suas respectivas fronteiras, algumas das quais conhecemos por meio de vestígios arqueológicos (ALARCÃO, 1988, p. 35, 49).¹²² É preciso ressaltar que o território de uma *civitas* era composto pelo espaço urbano, a capital da *civitas* propriamente dita, e uma área rural (*ager*), onde havia povoados secundários.

Alarcão (1998, p. 177) aponta a existência de três níveis de aglomerados urbanos no período romano. Sendo assim, num primeiro nível estavam as *civitates*, que acabamos de descrever. Abaixo das *civitates* se encontravam povoados menores, chamados de *vici* e, por fim, num terceiro nível, estavam as aldeias, os castros ou *castella*.¹²³ Apesar da nomenclatura diferenciada para esses últimos assentamentos, noutro texto, Alarcão (1988, p. 76-77) afirma que não existem padrões rigorosos de definição dos três assentamentos, de modo que a classificação em uma ou outra categoria é bastante fluida.

Não podemos, no entanto, esquecer que, nas cidades antigas, para além do núcleo urbano, existia também uma zona rural habitada, com intensa atividade agrícola, pastoril e mineira. Porém, nessa zona rural, o povoamento era disperso, sendo classificado, por Alarcão (1998, p. 177), em outros três tipos de aglomerados, denominados *villae*, granjas e casais.

Como mostramos no Quadro 1, para cada *conventus* havia certo número de *civitates*, sendo uma dessas *civitates* promovida à categoria de capital conventual, local onde se

¹²¹ Um exemplo dessa urbanização dos *oppida* é apresentado por Alarcão (1988, p. 67-69). O autor discute a construção de um fórum, termas e um aqueduto em *Conimbriga* nos tempos de Augusto, demonstrando que havia um projeto de urbanização do norte da Ibéria.

¹²² Uma discussão pormenorizada acerca das *civitates* situadas em território lusitano pode ser consultada em Alarcão (1988, p. 35-58).

¹²³ O termo aldeias se refere a povoados abertos, ou seja, locais sem preocupação defensiva, localizados em áreas de planície, ligados a práticas agrícolas (ALARCÃO, 1998, p. 181).

instalavam os magistrados responsáveis pela administração de todas as *civitates* que compunham aquele *conventus*. Tais magistrados estavam subordinados diretamente ao governador de província, que permanecia a maior parte do tempo administrando a justiça na capital provincial, mas promovia visitas periódicas às capitais conventuais. Os governadores de província delegavam funções aos *legati iuridici*, funcionários situados logo abaixo deles na hierarquia. Esses funcionários seguiam para as capitais conventuais, onde passavam temporadas trabalhando na aplicação da justiça, na supervisão das finanças, no recenseamento, nas obras públicas, no alistamento dos soldados e noutras demandas da administração imperial (ALARCÃO, 1988, p. 58-59).

A fundação de novas cidades e a urbanização dos centros urbanos pré-romanos – no final da República e no início do Principado – tiveram como objetivo estabelecer uma organização do território, facilitando a extração de tributos, a administração da justiça e, em determinadas áreas, a contensão de grupos revoltosos. Além disso, Santos (2013, p. 14) indica que tais novidades, no âmbito do Império, podem ser consideradas como consequências das guerras anteriores, pois Augusto promoveu uma ampla distribuição das terras ibéricas aos veteranos e povoou as cidades de forma mista, ou seja, os autóctones e os romanos compartilhavam de um mesmo espaço, o que de certa maneira proporcionou as trocas culturais entre ambos os povos.

Dessa forma, Roma promoveu a integração de uma das regiões mais longínquas do seu território, executando uma ação pacificadora, impactando a cultura local e obtendo o poder e a riqueza que lhe interessavam. Mediante um grande número de *civitates* e de aglomerados urbanos menores, Roma conseguiu estruturar seu Império, num modelo que perdurou por séculos.

Na época em que Estrabão escreveu sua *Geografia*, no início do Principado, o sul e o leste da Ibéria já haviam sido integrados de forma profunda ao *modus vivendi* romano, sobretudo graças à criação de diversos centros urbanos de tipo romano. O norte da Península, pelo contrário, não havia sofrido grande interferência da cultura romana até então. Não podemos deixar de destacar, no entanto, a fundação, por Augusto, de três centros urbanos no Norte, após o fim das Guerras Cantábricas, entre 16 e 15 a.C. São eles: *Bracara Augusta* (atual Braga, em Portugal), *Lucus Augusti* (atual Lugo, na Espanha) e *Asturica Augusta* (atual Astorga, na Espanha). Enquanto *Bracara Augusta* possui uma origem civil, com grande protagonismo das elites indígenas locais, *Lucus Augusta* e *Asturica Augusta* surgiram a partir de acampamentos militares (MARTINS, 2017, p. 251).

É preciso acrescentar que as elites locais tiveram um papel fundamental no processo de integração do espaço ibérico ao *dominium mundi* romano, o que corrobora o pensamento de que a cultura romana não foi imposta aos nativos, mas, antes, se tratou de um processo de constantes trocas culturais. Os nativos, ademais, ressignificaram os aspectos culturais romanos e não abandonaram, de forma abrupta, sua própria cultura. Muito pelo contrário, aspectos culturais romanos e autóctones, como no caso das práticas religiosas, eram praticados ao mesmo tempo pelas elites locais. É o que demonstra Manuela Martins (2017, p. 252), ao tratar da religiosidade das elites indígenas que habitavam a cidade de *Bracara Augusta*, no início do Principado. Segundo a autora,

[...] as honras divinas prestadas ao imperador e à família imperial, comuns nas cidades do Ocidente do Império, parecem ter bastado, numa primeira fase, para garantir a ligação e a fidelidade da nova cidade e do seu corpo cívico a Roma e ao imperador, tendo certamente coexistido com a persistência de cultos aos deuses ancestrais das populações que se vão fixando no novo espaço urbano.

Além disso, devemos atentar para o fato de que a integração do espaço ibérico se deveu, em grande medida, aos interesses políticos e econômicos da própria elite local, conforme demonstrado no trecho abaixo:

[O] Estado romano à época do Principado se estruturava numa espécie de rede de alianças entre as elites cêntricas e as das diversas cidades anexadas e/ou criadas pelo poder central. A hegemonia de Roma se promovia por meio de relações de troca de poder e de riqueza entre as diversas elites que compunham o seu Império. De um lado, as aristocracias municipais viam as suas possibilidades de riqueza aumentar com o advento de um comércio extraprovincial e asseguravam o seu *status quo* local por intermédio de suas alianças políticas e militares com o governo central. De outro, as tradicionais famílias senatoriais garantiam para si a posse de terras, riquezas e escravos e se consagravam como os únicos senhores do mundo conhecido (LIMA NETO, 2011, p. 72).

Após termos tratado, neste capítulo, da conquista e romanização da Ibéria, durante a República e o início do Principado, cabe-nos, no capítulo seguinte, abordar a maneira como Estrabão representa o território ibérico na sua *Geografia*. Verificamos, dentre outras coisas, que a forma como o autor enxerga a Península está diretamente ligada ao fenômeno da romanização, tendo em vista que as regiões conquistadas e transformadas de acordo com o modelo romano são elevadas à categoria de isotopias, ao passo que o Norte, que havia sofrido pouca interferência romana, é incluído na categoria de heterotopia, ou seja, o espaço do “outro”, do incivilizado.

A IBÉRIA ENTRE ISOTOPIAS E HETEROTOPIAS

A configuração do território peninsular

Após tratar de diversas questões teóricas relacionadas ao conhecimento geográfico construído no Mundo Antigo, além de apresentar seu plano de trabalho nos dois primeiros livros da *Geografia*, Estrabão promove, a partir do Livro III, uma descrição específica de cada região do orbe habitado, começando pela caracterização do território ibérico.

Na visão de Estrabão, sua descrição deveria ter início pela Ibéria, devido ao fato de que essa região estaria situada no ponto mais ocidental da bacia do Mediterrâneo e de todo o orbe habitado,¹²⁴ local onde o Mar Interior (Mediterrâneo) se separava do Mar Exterior (Oceano Atlântico).¹²⁵

O autor toma o Mediterrâneo como referência para ordenar a exposição dos conteúdos tratados na obra, seguindo o contorno da costa do sul da Europa e do oeste da Ásia até chegar, enfim, ao norte da África. Além disso, teria começado sua descrição pela Europa, e não pela África ou Ásia, porque, na sua visão, aquela possuía características naturais e humanas superiores às demais (Str., *Geo.*, II, V, 26-27).

Na *Geografia*, não há mapas ou ilustrações que visem a facilitar a compreensão da forma física da Ibéria. Todavia, Estrabão indica que a região era semelhante a uma pele bovina estendida, com seu comprimento no sentido oeste-leste e largura no sentido norte-sul, sendo

¹²⁴ Estrabão indica que a Ibéria se situava no extremo ocidental da Europa. O Promontório Sagrado, localizado no sul da Península, é utilizado como marco para o *finis terrae*, ou seja, uma das extremidades do orbe habitado (Str., *Geo.*, III, I, 4).

¹²⁵ É exatamente na Ibéria, em específico na região das Colunas de Hércules, conhecida atualmente como Estreito de Gibraltar, que ocorre a confluência entre o Oceano Atlântico e o Mediterrâneo.

que seus membros dianteiros estariam voltados para a região da Célitica (Str., *Geo.*, II, V, 27; III, I, 3).¹²⁶

Na Antiguidade, segundo o autor, havia duas correntes de pensamento acerca da área correspondente ao território ibérico.¹²⁷ Uma corrente mais antiga determinava que toda a área situada a oeste do rio Ródano e do istmo formado pelos Golfos Galácticos pertencia à Ibéria.¹²⁸ Uma corrente mais próxima da época de Estrabão, contudo, situava a Ibéria a oeste dos Pirineus. Sabemos que o autor era defensor desta última, uma vez que indica, numa passagem do Livro III, que os Pirineus eram uma cadeia de montanhas que servia de fronteira entre a Ibéria e a Célitica (Str., *Geo.*, III, I, 3; IV, 19).

Em relação às dimensões do território, Estrabão afirma que a Ibéria possuía cerca de seis mil estádios de comprimento,¹²⁹ enquanto sua largura seria diversa, tendo aproximadamente cinco mil estádios nas áreas mais extensas e menos de três mil estádios nas áreas de menor extensão, como é o caso da região situada nas proximidades dos Pirineus (Str., *Geo.*, III, I, 3).

Estrabão divide o território ibérico em quatro lados (Mapa 8). O primeiro lado seria o Leste, formado pelos Pirineus, cadeia montanhosa que, de acordo com ele, se estenderia de sul para norte.¹³⁰ O segundo lado da Península, o Sul, começaria na parte meridional dos Pirineus

¹²⁶ A Célitica passou a ser denominada como Gália pelos latinos e corresponde, em grande medida, ao atual território da França. Estrabão descreve-a no Livro IV da sua *Geografia*.

¹²⁷ Apesar de nos informar acerca das duas correntes, Estrabão não cita o nome dos autores que pertenciam a cada uma delas.

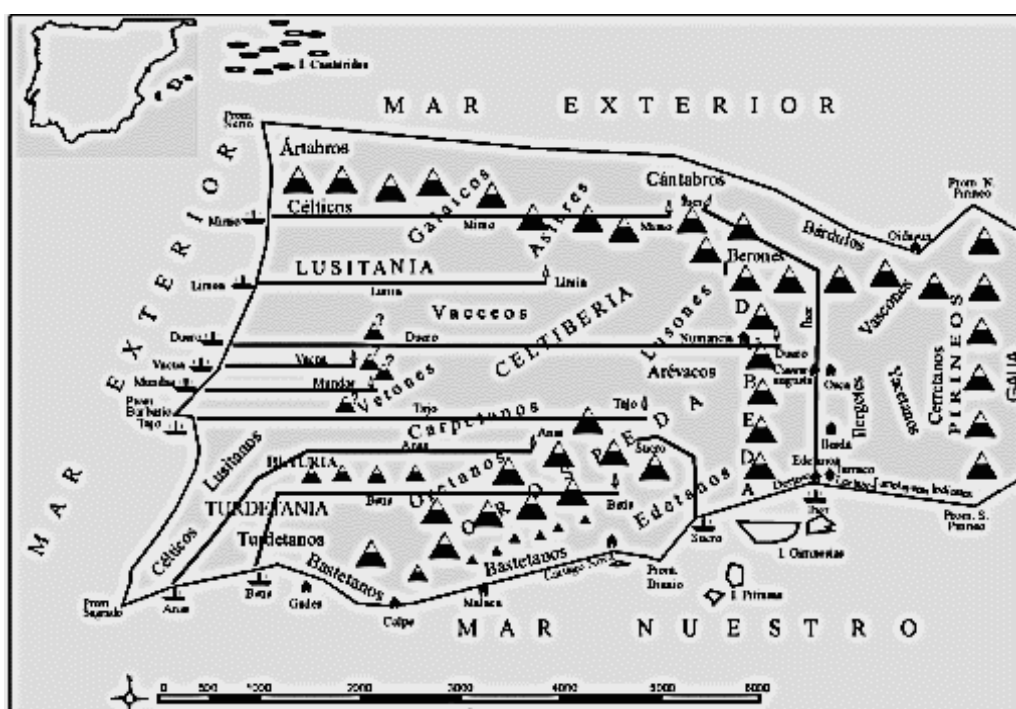
¹²⁸ Os Golfos Galácticos, também chamados de célticos, correspondem, atualmente, aos golfos de Biscaia, situado no Oceano Atlântico, e de Leão, localizado no Mediterrâneo.

¹²⁹ De acordo com Deserto e Marques (2016, p. 36, n. 66), há diversas possibilidades de equivalência entre o sistema métrico e a unidade de medida em estádios. Porém, a hipótese mais difundida é a de que um estádio equivaleria a 185 metros.

¹³⁰ Como sabemos atualmente, os Pirineus, na realidade, estão dispostos no sentido leste-oeste.

e seguiria até o Promontório Sagrado.¹³¹ Dos Pirineus até as Colunas de Hércules, a costa da Península seria banhada pelo Mediterrâneo, e, das Colunas ao Promontório Sagrado, pelo Oceano Atlântico. O terceiro lado seria o Oeste, que Estrabão considerava estar situado de forma paralela aos Pirineus. Esse lado teria seu início no Promontório Sagrado e terminaria no Cabo dos Ártabros, também conhecido como Nério. Por fim, o último lado começaria no Cabo dos Ártabros e continuaria até alcançar o norte dos Pirineus (Str., *Geo.*, III, I, 3).

Mapa 8 – Os quatro lados da Ibéria segundo Estrabão



Fonte: Andreotti (2007, p. 266).

Alguns marcos fronteiros naturais são destacados por Estrabão. Um dos mais importantes são os Pirineus, cadeia de montanhas que separava a Ibéria da Céltica (Str., *Geo.*, III, I, 3). Além dos Pirineus, outras formas de relevo são levadas em consideração para situar alguns locais, como é o caso das Colunas de Hércules, do Promontório Sagrado e do Cabo dos Nérios. As Colunas de Hércules, que formavam o Estreito das Colunas (hoje, Estreito de

¹³¹ O Promontório Sagrado (*Hieron Akroterion*) é conhecido atualmente como Cabo de São Vicente e está situado no extremo sudoeste de Portugal.

Gibraltar), separavam o Mediterrâneo do Oceano Atlântico, servindo de referência, sobretudo, aos navegadores. Enquanto uma das colunas estava localizada no sul da Ibéria, nas proximidades da cidade de Calpe, a outra se situava no norte da África, na região conhecida como Maurúsia. O Promontório Sagrado, por sua vez, era o ponto mais ocidental da Europa e de todo o mundo conhecido. Por fim, o Cabo dos Nérios era o local mais setentrional da Península, de onde partiam os navegadores em busca de minério nas Ilhas Cassitérides, localizadas em sua costa norte (Str., *Geo.*, III, I, 3-4, 7).

Os rios, por seu turno, foram utilizados por Estrabão para demarcar fronteiras administrativas, bem como para a localização dos territórios que pertenciam aos diferentes grupos étnicos que habitavam a Ibéria. Isso quer dizer que, para indicar o local onde determinado povo estaria estabelecido, o autor tomou como referência os rios ibéricos.

Estrabão assinala que, na região entre os rios Anas e Tejo, habitavam alguns lusitanos que haviam sido obrigados pelos romanos a se deslocar da margem setentrional para a meridional do Tejo. Além deles, vivia ali um grupo de célticos,¹³² que receberam esse nome por serem de origem celta;¹³³ e, por fim, havia também os cônios,¹³⁴ que viviam na região do Promontório Sagrado. Contíguos a esses grupos, em direção ao interior, estavam situados os carpetanos, os oretanos e os vetões (Str., *Geo.*, III, I, 4, 6).

¹³² Estrabão afirma que a cidade céltica mais conhecida era Conistorgis (Str., *Geo.*, III, II, 2), que, segundo Alarcão (1988, p. 14), era habitada de forma conjunta por cônios e célticos. Além disso, não se sabe até hoje a localização exata da cidade.

¹³³ De acordo com Alarcão (1988, p. 13), os celtas chegaram à região do Alentejo por volta do século V a.C. O autor afirma isso com base no cruzamento de informações presentes em duas fontes. A primeira delas é o poema *Ora Marítima*, de Avieno. Este texto é datado do século IV d.C., porém, seu conteúdo é proveniente de um périplo massaliota do século VI a.C. No poema, não há referências a povos celtas habitando o sul de Portugal. Por sua vez, Heródoto, autor do século V a.C., indica a presença de celtas na região. Nesse sentido, Alarcão acredita que os primeiros celtas teriam se estabelecido na região no início do século V a.C., tendo uma segunda leva chegado ali por volta do século III a.C.

¹³⁴ Estrabão (*Geo.*, III, I, 3) afirma que os cônios receberam esse nome porque a região onde habitavam tinha o formato de uma cunha.

Após indicar a composição étnica da região compreendida entre os rios Anas e Tejo, Estrabão delimita o território da Turdetânia, assim nomeado devido a um grupo que ali vivia: os turdetanos.¹³⁵ De acordo com Estrabão, existiam, na verdade, dois grupos na Turdetânia, chamados de turdetanos e túrdulos. No contexto do Principado, no entanto, esses dois grupos já haviam mesclado suas características culturais, a ponto de não existirem diferenças entre eles. Muito embora a região fosse ocupada, na maior parte, pelos turdetanos, outros povos também viviam nas áreas de fronteira e, por isso, acabaram sendo incluídos por Estrabão na região. É o caso dos bastetanos, que viviam a leste dos turdetanos, e de povos situados na margem esquerda do rio Anas, que não são identificados pelo nome (Str., *Geo.*, III, I, 6; II, 1).¹³⁶

Isso nos mostra que, apesar da tentativa do autor de demarcar o território dos grupos étnicos da Ibéria por meio dos rios, as fronteiras culturais eram bastante fluidas. Todavia, Estrabão nos indica que o rio Anas servia como fronteira da Turdetânia a norte e a oeste. Pelo leste, a Turdetânia fazia divisa com a Oretânia, região na qual habitavam os oretanos, e a Carpetânia, onde viviam os carpetanos. Pelo sul, a Turdetânia seguia desde a foz do rio Anas até as Colunas de Hércules, nas proximidades da cidade de Calpe (Str., *Geo.*, III, II, 1).

Na região do Estreito das Colunas, havia um monte chamado Calpe, onde vivia um grupo conhecido como bastetano ou bástulo. Por esse motivo, a região entre as cidades de Calpe

¹³⁵ Durante o Principado de Augusto, a região passou a ser denominada *Baetica*, por causa do rio que corta o território, cujo nome era Bétis.

¹³⁶ Apesar de Estrabão afirmar que os povos da margem esquerda do rio Anas também faziam parte da Turdetânia, pelo fato de o autor não nos informar quais seriam esses povos, preferimos não preencher essa lacuna com informações que encontramos em outros trechos da *Geografia*, nos quais vários grupos que habitavam nessa região são referenciados. Isso porque, nesse ponto, Estrabão está delimitando as fronteiras da Turdetânia com base em aspectos etnoculturais que ele acreditava serem os mais adequados. O autor classifica como pertencentes à Turdetânia todos os povos que haviam absorvido os aspectos culturais greco-romanos, sendo que os turdetanos são o modelo para essa classificação. Sabemos, por exemplo, que célticos e lusitanos estavam situados na margem esquerda do Anas, fazendo divisa, assim, com a Turdetânia. Porém, diante da ausência de dados exatos na fonte, não podemos afirmar se esses dois povos, ou uma parcela deles, também poderiam ser incluídos na Turdetânia em termos culturais.

e Gades era denominada Bastetânia. Os bastetanos pertenciam também à Turdetânia, segundo Estrabão, assim como ocorria no caso de outras populações que viviam nas zonas de fronteira da Turdetânia, posto que tais sociedades acabassem absorvendo os aspectos culturais greco-romanos (Str., *Geo.*, III, I, 7; II, 1).

Estrabão indica que os oretanos se situavam na costa do Mediterrâneo, na região a leste dos bastetanos. Esses dois povos, portanto, dividiam a costa entre as cidades de Calpe e Nova Cartago. No sentido sul-norte, a partir dos oretanos, estavam instalados, respectivamente, os carpetanos, os vetões, os váceos e, por fim, os galaicos, que viviam no extremo norte da Ibéria e faziam divisa, pelo leste, com os ástures e celtíberos (Str., *Geo.*, III, III, 2-3; IV, 1).

Tendo como referência, dessa vez, o curso do rio Tejo, Estrabão nos informa acerca dos grupos étnicos que se situavam às margens desse rio. Segundo o autor, o Tejo nasceria na região dos celtíberos, cortaria no sentido leste-oeste o território dos vetões e o dos váceos, até chegar à Lusitânia, onde desembocava no Oceano Atlântico (Str., *Geo.*, III, III, 1).

Para Estrabão, a Lusitânia teria sua fronteira meridional delimitada pelo rio Tejo, a oeste; ao norte desse território estaria o Oceano Atlântico, e, por fim, um conjunto de povos seria vizinho dos lusitanos pelo leste, entre eles os carpetanos, os vetões e os váceos. Na *Geografia*, o autor cita também os ártabros, grupo que vivia no extremo noroeste da Península e que também fazia parte da Lusitânia, da mesma forma como ocorria com os galaicos, que viviam numa região entre os lusitanos propriamente ditos e os ártabros (Str., *Geo.*, III, II, 9; III, 2).

Ao lado dos ártabros estava situado um grupo de célticos, que tinham parentesco com os outros célticos do sudoeste da Ibéria, conforme citamos anteriormente. Estrabão afirma que os célticos e os túrdulos, povos que habitavam o sul da Ibéria, realizaram uma expedição ao

noroeste da Península, mas, logo após a travessia do rio Lima, entraram em conflito entre si e acabaram fixando-se na região, embora dispersos. Isso explicaria, portanto, a presença de célticos no sudoeste e no noroeste da Ibéria (Str., *Geo.*, III, III, 5).

Partindo do noroeste da Península em direção ao Oriente, estavam localizados, na costa, respectivamente, os ástures, os cântabros,¹³⁷ os vascos e, na região dos Pirineus, um conjunto de pequenos povos. Para Estrabão, todos estes grupos do norte da Ibéria possuíam um *modus vivendi* semelhante. Pelo grande número de pequenos povos que habitavam as regiões setentrionais, como os pleutauros, os bardietas e os alotriges, o autor nos indica que não era sua pretensão descrevê-los detalhadamente. Faria isso apenas no caso de grupos étnicos que conseguiram uma visibilidade devido à sua atuação política, militar e econômica (Str., *Geo.*, III, III, 5, 7; III, IV, 10).¹³⁸

Estrabão também destaca a formação etnográfica da região banhada pelo Mar Mediterrâneo, ou seja, da área localizada entre as Colunas de Hércules e os Pirineus. Como vimos, na região entre Calpe e Nova Cartago, habitavam os bastetanos e os oretanos. De Nova Cartago até o rio Ebro, o território pertencia aos edetanos. Na região entre o Ebro e os Troféus de Pompeu, localizados nos Pirineus, habitavam os edetanos e, além desses, os indicetas, que estariam divididos em quatro grupos.¹³⁹ Estrabão também menciona os leetanos e os lartoletos, que viviam entre as cidades de Tarraco e Empório (Str., *Geo.*, III, IV, 1, 8).

¹³⁷ Schulten (1962, p. 36) aponta que os cântabros ocupavam o território localizado no meio da cordilheira, que se estende dos Pirineus à Galiza, seja no litoral ou nas montanhas que ali se encontram. Eram vizinhos, a ocidente, dos ástures, e, a oriente, dos autrigones, caristos e várdulos. Acerca das fronteiras da Cantábria, ver Schulten (1962, p. 37-38, 40).

¹³⁸ Nesse trecho, rememoramos a passagem do Livro I, na qual Estrabão afirma que se debruçaria apenas sobre as questões gerais, deixando de lado as coisas específicas de cada região. Portanto, o autor não vê importância em descrever povos pequenos, que não tinham tanta visibilidade quanto os demais (Str., *Geo.*, I, I, 23).

¹³⁹ Apesar de Estrabão não informar os nomes desses quatro grupos, Blázquez Martínez (1974, p. 57) nos indica que se chamariam cassetanos, layetanos, ausetanos e indiquetas.

A constituição etnográfica das regiões centrais da Ibéria também é citada no Livro III. Para localizar os povos dessa área, Estrabão indica a existência de duas cadeias de montanhas que se estenderiam pelo interior da Ibéria, denominadas Idúbeda e Oróspeda. Na visão do autor, a Idúbeda se estenderia da região dos cântabros, no Norte, até o Mediterrâneo, no Sul. A Oróspeda, por seu turno, teria início no centro da Ibéria, seguiria em direção ao Oeste e, por fim, desviaria para o Sul, na direção das Colunas de Hércules. Na região entre os Pirineus e a Idúbeda corria o rio Ebro, às margens do qual habitavam diversos povos, entre eles os ilergetas, os iacetanos e os cerretanos (Str., *Geo.*, III, IV, 10-11).

A Celtibéria, onde habitavam os celtíberos, também se localizava na região central da Ibéria. Segundo Estrabão, os celtíberos estariam divididos em quatro grupos, sendo que os mais poderosos entre eles seriam os arévacos, aos quais pertencia o assentamento pré-romano denominado Numância.¹⁴⁰ Outro grupo celtibérico eram os lusões, que se situavam a leste dos arévacos.¹⁴¹ A Celtibéria tinha a Idúbeda como fronteira pelo leste. Pelo norte, os celtíberos faziam divisa com os berões, grupo que, segundo Estrabão, era vizinho dos cantábricos coniscos. Os celtíberos também eram vizinhos dos bardietas ou bárdulos. Pelo oeste, a Celtibéria fazia divisa com os ástures, os galaicos, os váceos, os vetões e os carpetanos. Pelo sul, os celtíberos eram vizinhos, ainda, dos carpetanos, dos oretanos, dos bastetanos e dos edetanos (Str., *Geo.*, III, IV, 12-14).

Por meio deste tópico, tivemos como objetivo situar o leitor acerca dos aspectos gerais do espaço ibérico, de acordo com a visão de Estrabão. Tratamos da forma física da Ibéria, da

¹⁴⁰ No capítulo II desta dissertação, vimos que a tomada desse *oppidum* pelos romanos selou a conquista romana da Celtibéria.

¹⁴¹ Apesar de afirmar que a Celtibéria estaria dividida em quatro grupos, Estrabão cita apenas dois deles, os arévacos e os lusões. Blázquez Martínez (1974, p. 39) nos informa acerca de outros três grupos que habitavam a Celtibéria, a saber, os pelendões, os titios e os belos. Dessa forma, temos notícia de cinco grupos que viviam na região.

sua extensão, das fronteiras e, por fim, das diversas regiões da Península e dos grupos étnicos que as habitavam. Por óbvio, alguns aspectos físicos e culturais representados pelo autor podem ser contestados atualmente. Porém, não buscamos fazer um juízo de valor sobre os dados da fonte, mas apresentar como o território ibérico foi concebido naquele contexto por gregos e romanos. No tópico a seguir, analisaremos a representação de Estrabão acerca dos aspectos naturais da Ibéria, visando a demonstrar a construção de espaços isotópicos e heterotópicos pelo autor.

Estrabão e a dinâmica da polarização espacial

No Livro III da *Geografia*, Estrabão descreve a natureza da Ibéria com o intuito de mapear os recursos naturais que o território oferecia aos grupos humanos locais e aos conquistadores romanos. Entendemos que as características naturais são alvo da descrição de Estrabão em toda a *Geografia*, pois eram elas que davam suporte à vida nas *póleis* e influenciavam diretamente os aspectos sociais e culturais de determinada região. Ao descrever as características naturais, o autor acaba criando uma polarização entre as regiões da Ibéria, a qual será analisada, neste texto, com base nos conceitos de isotopia e heterotopia. Estrabão ilumina, nesse sentido, uma série de dados pertinentes à qualidade do solo, aos recursos hídricos, ao clima, ao relevo, aos minerais, à flora e à fauna locais.

Em primeiro lugar, para ser elevado à condição de espaço isotópico, um local precisava conter um solo de qualidade, que propiciasse a prática da agricultura. Por outro lado, havia locais onde o solo era infértil devido à falta de nutrientes imprescindíveis para o crescimento das plantas, os quais eram classificados como heterotópicos.

Com base no Livro III, verificamos que, enquanto na Turdetânia o solo era caracterizado como fértil, portanto, propício à agricultura, no norte da Ibéria, sobretudo nas áreas

montanhosas, o solo era considerado áspero e a terra, pobre, o que não favorecia a produção de alimentos em larga escala. A Lusitânia era um caso à parte, visto que, apesar de ter um solo de qualidade em determinados pontos, seus habitantes haviam sido obrigados a abandonar a agricultura para se dedicar à guerra, visando à defesa do seu território contra grupos chamados por Estrabão de montanheseiros (ὄρειοι), que habitavam o extremo norte da Península. Segundo o autor, uma vez que não dispunham de um solo de qualidade em sua região, os montanheseiros eram forçados, pela miséria, a atacar os grupos que habitavam as zonas mais férteis, situadas na faixa ocidental da Lusitânia.¹⁴² Essa situação de constantes guerras entre lusitanos e montanheseiros fez com que todos estes grupos abandonassem o cultivo do solo, que se tornou estéril com o tempo (Str., *Geo.*, III, I, 1; III, 5).

Desse modo, concluímos que a Turdetânia é considerada, por Estrabão, um espaço isotópico, pois seu solo, rico em nutrientes, fornecia alimentos suficientes para que seus habitantes pudessem sobreviver, e, como veremos, ainda propiciava a produção de excedentes, que eram comercializados e exportados para várias regiões da bacia do Mediterrâneo. Por outro lado, o norte da Ibéria era visto como heterotópico, pois seu solo era áspero, pobre, infértil e estéril, o que impossibilitava a agricultura.

Antes de discutirmos os demais aspectos que compõem a representação da Ibéria na *Geografia*, é preciso ressaltar que, embora Estrabão indique que os aspectos da natureza local, como a qualidade do solo, interferiam diretamente no comportamento da população, ora de forma negativa, ora de maneira positiva, o autor acreditava que determinada sociedade poderia se tornar civilizada mesmo habitando regiões onde a natureza não fornecesse os bens

¹⁴² De acordo com Alarcão (1988, p. 17), os lusitanos viviam da pastorícia e do saque, ou seja, não se dedicavam de forma ampla à agricultura, como faziam os turdetanos, o que talvez ocorresse devido à infertilidade e à improdutividade do solo em locais montanhosos. Sendo assim, de tempos em tempos, grupos de lusitanos desciam e atacavam os habitantes das regiões a sul do Tejo e do vale do Bétis, onde havia cultivo dos víveres essenciais à sobrevivência.

necessários à sobrevivência. É o caso, por exemplo, da Grécia, que, devido às suas características políticas, conseguiu driblar as dificuldades que um solo pobre e infértil trazia à população, tornando-se, mesmo assim, civilizada. Nesse sentido, por mais que o solo e o clima interferissem diretamente no *modus vivendi* dos habitantes de determinado local, Estrabão acreditava na possibilidade de estes romperem com as condições naturais difíceis mediante a instalação de um governo adequado (Str., *Geo.*, II, V, 26).

Com base nisso, Thollard (1987, p. 16) afirma que o determinismo geográfico que observamos no relato de Estrabão não é absoluto. Segundo o autor, existiria uma causa ainda mais fundamental, que se traduz num conjunto de características psicológicas que levariam o homem a romper as barreiras impostas pelo meio natural, tornando-o civilizado. Sem esse ímpeto, mesmo habitando em um lugar com boas características naturais, o homem tenderia à barbárie. Ao mesmo tempo, aquele que habitasse em um lugar de condições difíceis poderia se tornar civilizado. Dandrow (2017, p. 116), por seu turno, acrescenta que a inteligência coletiva do grupo o levaria a aproveitar ou não as condições do ambiente, bem como o conduziria ao rompimento com as dificuldades por ele impostas.

Segundo Estrabão, um grupo que estivesse na condição de incivilizado, em decorrência da natureza da região onde habitasse, poderia se tornar civilizado mediante interferências externas. Como exemplo, o autor cita a influência romana sobre povos considerados, até então, selvagens, mas que, graças à ação dos romanos, conseguiram civilizar-se (Str., *Geo.*, II, V, 26). Nesse sentido, na visão do autor, haveria duas maneiras de determinado povo se tornar civilizado, apesar das condições desfavoráveis do local onde habitava: por meio de uma mudança interna das estruturas políticas e culturais, algo que deveria partir da própria sociedade em questão, ou, ainda, por meio da influência externa de um poder que mudasse o rumo da situação de miséria e selvageria na qual o grupo se encontrava.

Dito isso, passemos agora a analisar o que Estrabão nos informa a respeito dos recursos hídricos do território ibérico. De antemão, podemos afirmar que a mesma lógica aplicada à questão do solo também é válida no tocante à disponibilidade de recursos hídricos. A água, como sabemos, é um elemento essencial para a sobrevivência humana, por diversos motivos, sendo o consumo próprio, a agricultura e a criação de animais os mais importantes.

Os mananciais proporcionavam a prática da agricultura em alguns locais da Ibéria, enquanto em outros espaços, onde não havia disponibilidade de água, por consequência, havia escassez de alimento. Além disso, os ambientes aquáticos forneciam vários produtos comercializáveis, a exemplo dos peixes. Por fim, os rios, os mares e os estuários são destacados por Estrabão como verdadeiras vias que permitiam a circulação de pessoas e de mercadorias com facilidade, dada a inexistência ou precariedade das vias terrestres nesse contexto. Navegando pelos rios, os comerciantes tinham acesso a locais remotos do interior da Península. Sendo assim, espaços com recursos hídricos abundantes são considerados pelo autor como isotópicos, ao mesmo tempo em que espaços com escassez de água são caracterizados como heterotópicos.

Segundo Estrabão, a Turdetânia era um lugar privilegiado por dispor de vasto acesso aos recursos hídricos. Dois rios importantes cortavam essa região, a saber, o Bétis e o Anas. O rio Bétis proporcionava uma navegação de mil e duzentos estádios pelo interior, ao passo que o Anas, de acordo com Estrabão, também era navegável, porém, por uma distância menor em comparação ao Bétis, bem como por barcos menores do que os que navegavam por este (Str., *Geo.*, III, II, 1, 3).

Os estuários e o mar, para além dos rios, são destacados por Estrabão como locais importantes para o desenvolvimento das cidades, sobretudo aquelas situadas na região da

Turdetânia. O autor afirma que as cidades mais conhecidas se ergueram nas margens do rio Bétis devido à localização vantajosa (Str., *Geo.*, III, II, 1).

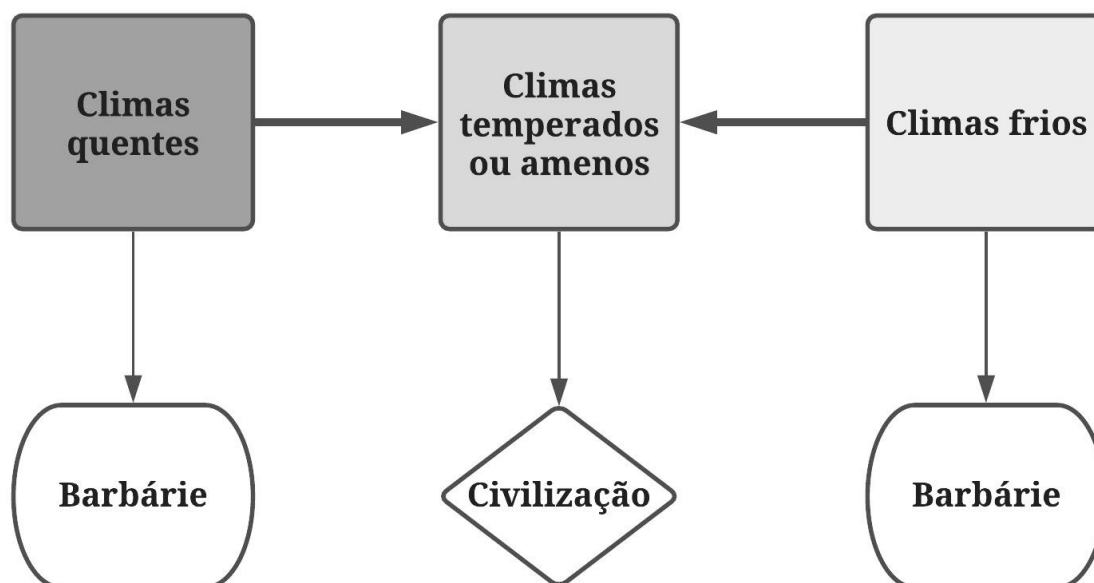
Apesar de a Turdetânia ser o local mais vantajoso em termos de disponibilidade de recursos hídricos, Estrabão também destaca a existência de muitos outros rios na Ibéria, enfatizando sempre a importância deles para a navegação. Entre os rios localizados na Lusitânia, Estrabão cita o Tejo. Com grande extensão e profundidade, esse rio possibilitava a navegação até o interior, favorecendo as trocas comerciais. Além do Tejo, o autor cita o Mondego; o Vouga; o Douro; o Letes, também chamado de Lima ou Belião; e, por fim, o Báinis ou Minho, que Estrabão considerava o maior rio da Lusitânia (Str., *Geo.*, III, III, 1, 4).

Acerca da Celtibéria, Estrabão afirma que se tratava de um território cortado por muitos rios, dos quais grande parte desaguava na porção ocidental da Península, como é o caso do Douro, do Tejo, do Anas e do Bétis. Além desses, temos também o rio Ebro, que nasce na região da Cordilheira Cantábrica, corta o território que pertencia aos celtíberos e deságua no Mar Mediterrâneo (Str., *Geo.*, III, IV, 12).

Embora todo o território ibérico seja cortado por grandes rios, é possível observar que Estrabão cria uma dicotomia entre o norte e o sul da Ibéria no que tange à disponibilidade de recursos hídricos. O autor concede mais espaço, em sua obra, para a descrição dos recursos hídricos presentes no território da Turdetânia, em detrimento das demais regiões. De acordo com ele, os cursos de água proporcionavam à Turdetânia muitos benefícios, como a facilidade no transporte de pessoas e mercadorias, o crescimento das cidades, além da farta irrigação do solo, bem como da água disponível para a criação de animais e consumo humano. Desse modo, o sul da Ibéria, sobretudo a Turdetânia, é caracterizado como um espaço isotópico. O norte da Península, pelo contrário, é descrito como um local pouco irrigado e áspero, sendo, portanto, de caráter heterotópico (Str., *Geo.*, III, I, 2, II, 1).

Em relação aos aspectos climáticos, Estrabão acreditava que o *orbis terrarum* estaria dividido em cinco zonas climáticas, caracterizadas por condições atmosféricas distintas. Tais condições ambientais influenciariam diretamente a vida de animais e plantas nas diversas regiões do Planeta, bem como o *modus vivendi* das populações. Havia, assim, duas zonas polares (ausência de calor), duas zonas temperadas (clima ameno) e uma zona tórrida ou equatorial (excesso de calor). As zonas polares e a zona tórrida são descritas como áreas inabitáveis devido às condições climáticas difíceis (calor ou frio extremo), ao passo que as zonas temperadas seriam habitáveis devido ao clima ameno (Str., *Geo.*, II, II, 2; III, 1). Além disso, na visão de Estrabão, o clima teria interferência direta nos usos e costumes de determinada sociedade, conforme ilustramos no esquema a seguir:

Figura 6 – A influência do clima sobre o modo de vida das sociedades, segundo Estrabão



Fonte: autoria própria

Verificamos, mediante o diagrama, que, para Estrabão, tanto climas quentes quanto climas frios faziam com que as sociedades tendessem à barbárie, ou seja, a manter um conjunto de práticas culturais consideradas incivilizadas. Ao mesmo tempo, locais com climas temperados ou amenos influenciavam as sociedades de forma positiva, levando-as a praticar

costumes civilizados. Como forma de exemplificação, temos o trecho a seguir, que trata dos etíopes, povo que habitava a região conhecida como Abissínia (ou Etiópia), considerada por Estrabão como quente em demasia:

Os etíopes, em sua maior parte, levam uma vida nômade e sem recursos, devido à pobreza da terra, à irregularidade do clima e à grande distância que os separa de nós, enquanto que, para os egípcios, ocorre o contrário, pois, desde o princípio, levam uma vida civilizada e [com riqueza] cultural, se estabeleceram em lugares conhecidos, de maneira que suas disposições políticas são dignas de recordar [...] (Str., *Geo.*, XVII, I, 3).

Apesar de o trecho destacado não tratar, de modo específico, do território ibérico, é evidente a visão de Estrabão acerca da influência que o clima exercia na vida das populações. Observamos que, para o autor, o clima, o solo pobre em nutrientes e a distância que separava os etíopes da bacia do Mediterrâneo, berço da civilização greco-romana, são fatores que os tornavam um grupo incivilizado. Por ser muito quente, o território onde viviam não proporcionava condições adequadas à sobrevivência e, por consequência, ao desenvolvimento de hábitos civilizados. O espaço dos etíopes era, portanto, de caráter heterotópico no que tange ao clima, tendo em vista que se diferenciava das áreas de clima ameno, próximas ao Mediterrâneo, como no caso do Egito.

Assim como o clima influenciava de forma negativa o *modus vivendi* dos etíopes, devido ao calor, também prejudicava alguns povos ibéricos. No entanto, em vez do calor, o território ibérico era afetado pelo frio extremo, sobretudo nas áreas montanhosas do norte da Península. Estrabão menciona que “[...] a região mais distante, junto ao Oceano, virada a norte, não beneficia de [alguns] produtos, por causa do frio [...]” (Str., *Geo.*, III, IV, 16). Nesse excerto, observamos que o clima frio impedia a produção de certos víveres no norte da Ibéria, afetando a subsistência da população local que, diante da falta de alimento, dedicava-se a expedições de saque, sobretudo de produtos agrícolas (Str., *Geo.*, III, III, 5).

Já o clima das regiões próximas ao Mediterrâneo, considerado ameno, é destacado por Estrabão como um dos fatores que levaram à constituição de sociedades civilizadas. No caso da Ibéria, a Turdetânia nos serve como exemplo de espaço que é tido como civilizado graças ao clima que possuía, conforme o trecho a seguir:

[...] O poeta, portanto, informado sobre tantas expedições até aos confins da Ibéria e conhecendo também a sua riqueza e as demais qualidades - pois os fenícios haviam-no revelado -, imaginou ali a morada dos piedosos e os Campos Elísios, onde Proteu diz que Menelau haveria de habitar: “para os Campos Elísios nos confins da terra/ os imortais te levarão, para lá onde vive o loiro Radamanto/ e a vida para os homens é da maior suavidade./ Não há neve, nem grandes tempestades nem sequer chuva,/ mas o Oceano faz soprar as brisas do Zéfiro guinchante/ para trazer aos homens o deleite da frescura”. E de fato, a pureza do ar e a doçura da brisa do Zéfiro são características desta região, por ser ocidental e quente e por se encontrar nos confins da terra, onde dizemos que o mito situa também o Hades [...] (Str., *Geo.*, III, II, 13).

Na passagem destacada, Estrabão apresenta o relato de Homero acerca do território ibérico. De acordo com o autor, Homero teria se baseado nas informações obtidas dos viajantes gregos e fenícios para criar uma imagem positiva do território ibérico. Devido ao clima e às riquezas presentes ali, Homero sugere, em sua narrativa, que os Campos Elísios, um verdadeiro paraíso para os gregos, estariam situados na Península. Sendo assim, Estrabão se vale da poesia homérica para louvar o clima e as riquezas naturais do sul da Ibéria. Na lógica de Estrabão, portanto, a proximidade com o Mediterrâneo levaria as sociedades a serem civilizadas, devido ao clima, ao passo que, quanto mais distantes desse mar, maiores também seriam as chances de se tornarem selvagens, seja por causa do frio, seja em razão do calor extremo.

Se todo o território ibérico estava situado numa zona temperada, como explicar a visão negativa de Estrabão sobre o clima do norte da Ibéria? A explicação reside na ligação direta existente entre o clima e o relevo, pois, como sabemos, quanto maior a altitude, a tendência é que a temperatura diminua. Nesse caso, a polarização ocorre entre os lugares montanhosos do Norte e as zonas de planície do Sul. Isso porque, apesar de estar situada numa zona temperada, devido à altitude, a região norte da Ibéria reproduzia o clima das zonas polares, ou seja, tal

região era marcada pelo frio extremo (THOLLARD, 1987, p. 15). Tamanho era o frio das áreas montanhosas da Ibéria que, de acordo com Estrabão, durante as Guerras Celtibéricas (de 181 a.C. a 133 a.C.), os romanos solicitaram aos nativos a confecção de *saios* (ou *saguns*),¹⁴³ uma vestimenta típica dos povos setentrionais da Península, para se protegerem do frio extremo (BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 1974, p. 142, 148). Tal espaço, pelo fato de impor muitos desafios à sobrevivência, é representado por Estrabão como uma heterotopia, sendo exatamente o contrário do que se observava nas áreas de planície próximas ao Mediterrâneo.

As planícies do sul da Ibéria são destacadas por Estrabão como espaços isotópicos por diversos motivos. Em primeiro lugar, pelo fato de proporcionarem a inundações, formando estuários que possibilitavam a navegação pelo interior e que, por essa razão, facilitavam as trocas comerciais. Além disso, as planícies da Turdetânia são representadas pelo autor como locais que possuíam belas paisagens, devido às plantações, o que só era possível graças ao clima ameno dessa região (Str., *Geo.*, III, II, 3-4).

Estrabão também nos indica que havia minerais em abundância por todo o território ibérico. Entretanto, algumas regiões são mais destacadas, em detrimento de outras, no tocante à quantidade e à qualidade dos minerais. Outro aspecto que também importava para Estrabão era o fato de a população local explorar ou não tais recursos minerais, tema que trataremos no próximo tópico, uma vez que se trata de um dado etnográfico. De todas as regiões da Ibéria, a que mais possuía riqueza mineral era a Turdetânia, conforme observamos por meio deste excerto:

[...] A norte, paralelas ao rio [Bétis] estendem-se algumas cadeias de montanhas, mais próximas ou mais afastadas, repletas de minério (o mais abundante, no entanto, é a prata, nas regiões de Ilipa e de Sisapão, quer da chamada Antiga, quer da Nova; e, perto das chamadas Cotinas, produz-se

¹⁴³ Na Figura 7, na página 206, é possível verificar que o guerreiro está vestido com um *saio*.

bronze e ouro em simultâneo. Assim, pois, estas montanhas encontram-se à esquerda para os que navegam rio acima [...] (Str., *Geo.*, III, II, 3).

Assim como, nas proximidades do Bétis, havia montanhas contendo minerais, estes também poderiam ser encontrados nas montanhas que se estendiam entre os rios Anas e Tejo (Str. *Geo.*, III, II, 3). No trecho a seguir, Estrabão dá prosseguimento à sua descrição da presença de minerais no território turdetano:

No entanto, embora a dita região seja dotada de tantos bens, não é desvantagem, mas pelo contrário, vantagem a aplaudir e a admirar a sua generosidade natural em minério. Na verdade, todo o território dos íberos está repleto deste recurso, ainda que nem todo seja tão fértil e próspero, sobretudo o que abunda em minério. É raro que uma região seja afortunada em ambos os recursos; e também é raro que a mesma região seja copiosa em todo o tipo de minério numa área reduzida. Em relação à Turdetânia, porém, e à região confinante, deixam sem qualquer palavra adequada quem pretende louvar a sua excelência nesta matéria. De fato, nem ouro, nem prata, nem cobre, nem ferro se encontraram até agora em alguma parte da terra que se produzam em tão grande quantidade ou com tamanha qualidade [...] (Str., *Geo.*, III, II, 8).

Constatamos, por meio do trecho acima, que a Turdetânia é considerada por Estrabão como um espaço que impressiona, tanto pela fertilidade do solo, quanto pela riqueza mineral, o que não era usual. Isso porque, segundo o autor, as regiões que possuíam grande riqueza mineral não eram férteis, logo, eram impróprias à prática da agricultura. A Turdetânia, no entanto, se dividia em duas partes: no Sul, havia planícies cultiváveis e, no Norte, poderiam ser encontradas montanhas ricas em minério. Assim, uma única região ibérica fornecia todos os tipos de bens considerados valiosos, destacando-se entre as demais.

Ainda em relação à abundância de minérios na Turdetânia, Estrabão cita o relato de Posidônio (séc. II-I a.C.), que, ao louvar a quantidade e a qualidade dos recursos minerais da região, valeu-se de hipérboles, ou seja, de uma descrição repleta de exageros: “[...] um dia, quando as florestas arderam, a terra, posto que composta de prata e de ouro, ferveu à superfície, por isso toda a montanha e toda a colina são matéria passível de cunhagem, amontoada por uma sorte pródiga [...]” (Str., *Geo.*, III, II, 9).

A região próxima a Castulo, cidade situada a leste de Córbova, também é destacada por Estrabão como produtora de minerais. Segundo o autor, havia ali uma montanha, pela qual corria o rio Bétis, cujo nome era Argêntea, pois continha uma grande quantidade de prata (Str., *Geo.*, III, II, 10).

As regiões da Bastetânia e da Oretânia, vizinhas da Turdetânia pelo leste, também eram ricas em minério. De acordo com Estrabão, no local, havia uma cadeia montanhosa que estabelecia a separação entre a costa e o interior da Península, na qual se situavam diversas minas de ouro e de outros minerais preciosos. Quanto ao leste da Ibéria, Estrabão atesta a presença de prata na região de Nova Cartago, e, nas proximidades de Hemeroscópio, jazidas de ferro (Str., *Geo.*, III, II, 10; IV, 2, 6).

Apesar de o autor indicar a disponibilidade de minerais por todo o território ibérico, na prática, podemos verificar uma dicotomia entre o Norte e as demais regiões (Str., *Geo.*, III, II, 8). Como veremos no tópico seguinte, a diferença entre o Norte e as demais regiões está ligada à prática da mineração, pois, enquanto no Sul e no Leste os habitantes se dedicavam à exploração e ao comércio de minerais em larga escala, no Norte, a exploração se dava em menor proporção.

Além disso, Estrabão nos revela dados escassos sobre a presença de minerais, no Norte, talvez por falta de informações disponíveis naquele contexto. Os únicos testemunhos acerca do tipo de mineral que havia no Norte se referem à região dos ártabros, cuja terra era abundante em prata, estanho e ouro branco (Str., *Geo.*, III, II, 9).

À vista disso, notamos que o sul e o leste da Ibéria são considerados espaços isotópicos pelo fato de haver ali uma grande quantidade de minerais valiosos, como a prata e o ouro. A Turdetânia, em especial, é louvada pela quantidade e pela qualidade dos minerais produzidos.

O Norte, por sua vez, pode ser considerado um espaço heterotópico, pois poucas são as informações reveladas na *Geografia* acerca da sua riqueza mineral.

Estrabão também contempla as características da flora de cada região da Ibéria, começando pela Turdetânia. Acerca das margens do rio Bétis, o autor afirma: “[...] acresce a isto o encanto da paisagem, graças às propriedades embelezadas com pequenos bosques e com outras variedades de plantas [...]” (Str., *Geo.*, III, II, 3). O autor afirma, ainda, que na margem direita do rio Bétis, estendia-se “[...] uma vasta planície, elevada, fértil, com grandes árvores e abundante em pastagens” (Str., *Geo.*, III, II, 3). Notamos, mediante as duas passagens extraídas da *Geografia*, que a Turdetânia é louvada pela riqueza de sua flora.

Estrabão aponta que, da Turdetânia, eram exportados produtos como o cereal, o vinho e o azeite. Isso nos indica que, nas planícies cultiváveis da região, havia plantações de trigo, de vinha e de oliveira. Além disso, o autor nos informa que os turdetanos aproveitavam a madeira das florestas para produzir navios (Str., *Geo.*, III, II, 6). Sendo assim, a Turdetânia é descrita como um espaço isotópico devido à presença de muitas espécies vegetais, todas valiosas do ponto de vista comercial, além de serem utilizadas no abastecimento alimentício das cidades localizadas na bacia do Mediterrâneo.

Nos arredores das cidades de Empório, Tarraco e Sagunto, na região nordeste da Ibéria, havia planícies onde cresciam várias espécies de junco, bem como esparto e funcho, plantas cuja fibra era utilizada na tecelagem. Segundo Estrabão, a população local produzia cordas de junco, que eram exportadas, sobretudo, para a Península Itálica (Str., *Geo.*, III, IV, 9). Além disso, afirma que “a vertente ibérica dos Pirineus [era] abundante em árvores de todas as espécies e de folha perene, enquanto a vertente céltica [era] despida [...]” (Str., *Geo.*, III, IV, 11). O autor continua sua descrição do leste da Península afirmando que:

Há também um grande número de raízes que são úteis para tingir. Além disso, no que respeita à oliveira, à vinha, à figueira ou a outras culturas semelhantes a costa ibérica do nosso mar é abundante em tudo, e também uma boa parte do interior. Pelo contrário, a região mais distante, junto ao Oceano, virada a norte, não beneficia de tais produtos, por causa do frio, mas acontece o mesmo na maior parte do restante território, por causa da falta de empenho dos habitantes e porque não têm uma vida ordenada, mas acima de tudo sujeita à necessidade e aos instintos animais, com costumes de natureza inferior [...]” (Str., *Geo.*, III, IV, 16).

O trecho acima reafirma a polarização que estamos apontando ao longo deste capítulo. Observamos que, enquanto a costa mediterrânica é descrita como próspera, no que tange à presença de várias espécies de plantas, o Norte é indicado como uma região onde não havia uma flora diversificada. Essa escassez de cultivares é consequência, de acordo com Estrabão, do frio extremo e da atitude da população, que não se dedicava ao trabalho agrícola. O único local do norte da Ibéria que é destacado por sua flora é uma ilha formada pelo rio Tejo que, segundo Estrabão, possuía belas vinhas (Str., *Geo.*, III, III, 1). Esse exemplo, no entanto, pode ser considerado apenas como uma exceção, se levarmos em conta a visão negativa do autor acerca da natureza do norte da Ibéria. Portanto, no que tange à flora, os espaços do Sul e do Leste são caracterizados como isotópicos, ao passo que o do Norte é visto como heterotópico.

Assim como ocorre em relação à flora, todas as vezes que Estrabão se reporta à fauna de uma região, o faz pensando na subsistência da população local e em questões de ordem econômica, no sentido de demonstrar se era ou não vantajoso aos romanos explorar determinado local.

Percebemos que os turdetanos se dedicavam à pecuária, pois, segundo Estrabão, a margem direita do rio Bétis era uma imensa planície coberta de pastagem, o que nos indica a criação de gado no local. Em seguida, o autor disserta sobre o perigo que as vacas corriam nos estuários, planícies alagadiças nas quais os rebanhos morriam afogados devido às cheias repentinas causadas pela maré alta. Para além da criação de bovinos, Estrabão nos indica também a criação de caprinos, cuja lã era utilizada na produção de tecidos, sendo a de cor preta

uma das que mais se destacavam. Por fim, ele também aponta a presença, na Turdetânia, de gado de todas as espécies, incluindo os de caça (Str., *Geo.*, III, II, 3-4, 6).

Ademais, Estrabão menciona alguns produtos derivados de animais criados na região. Por exemplo, o autor nos informa acerca da exportação de cera, mel e resina, ambos provenientes das abelhas. A partir daí, sabemos que os turdetanos se dedicavam à apicultura, ou seja, à criação de abelhas. Além disso, Estrabão cita uma vasta produção de quermes e de vermelhão, corantes naturais cuja qualidade, de acordo com o autor, não era inferior aos da terra de Sinope. Tais corantes eram obtidos de maneiras diferentes, sendo o primeiro de origem animal e o segundo de origem mineral. O quermes tem uma tonalidade de vermelho conhecida como carmesim e é obtido por meio de uma substância produzida por determinadas espécies de cochonilhas que parasitam árvores, como o carvalho. O vermelhão, como dissemos, é um pigmento de origem mineral, sendo obtido mediante a extração de um minério conhecido como cinábrio (sulfeto de mercúrio) (Str., *Geo.*, III, II, 6).

Dos bens produzidos na costa turdetana, Estrabão cita os peixes, que eram conservados por meio da técnica da salga. Era bastante comum a salga de peixe na região, sendo comparada, por Estrabão, à do Ponto (Str., *Geo.*, III, II, 6). O pescado, desse modo, era uma importante fonte de riqueza para os turdetanos e para os povos que dominaram a região. Além de peixes, Estrabão destaca outras espécies marinhas, no trecho a seguir, no qual podemos observar características como a quantidade e a qualidade desses animais:

Embora o interior seja tão rico na Turdetânia, também se encontrará na costa uma rival, graças aos bens do mar. Na verdade, todas as variedades de ostras e de outros animais revestidos de conchas se distinguem em geral, em quantidade e tamanho, em todo o Mar Exterior, mas ali particularmente, porquanto as marés cheias e baixas são maiores nessa zona, as quais, como é natural, devido ao exercício que proporcionam, são responsáveis tanto pelo seu número como pelo seu tamanho. O mesmo acontece também com todos os cetáceos, narvais, baleias e cachalotes, que, ao respirarem, tornam visível a quem observa de longe a imagem de uma coluna nebulosa. E os congros parecem monstros, ao excederem muito os nossos em tamanho, assim como as moreias e muitos

outros peixes do gênero (diz-se que em Carteia há búzios e búzios-fêmea de dez cótilos e que nos lugares mais exteriores a moreia e o congro pesam mais de oitenta minas, o polvo um talento e que as lulas-pequenas e espécies afins medem dois codos). E sobrevém também a esta zona muito atum da outra parte da costa exterior, gordo e volumoso (Str., *Geo.*, III, II, 7).

Na costa situada a leste da Turdetânia também havia processamento de pescados. Málaga, que é citada por Estrabão como um entreposto comercial núpida, destacava-se por suas grandes salgas de peixe. A cidade dos exitanos, conhecida como Exi ou Sexi (atual Almuñécar, na Espanha), assim como Málaga, tinha salgas de peixe. Aliás, o peixe produzido ali recebeu o nome da cidade, tamanha a fama que adquiriu. Nova Cartago era outra grande produtora de pescados. A ilha de Héracles, situada perto de Nova Cartago, era conhecida também como Escombroidaria, nome que recebeu devido à captura de um peixe chamado escombro. Com essa espécie de peixe, os nativos produziam o melhor garum comercializado, segundo Estrabão (Str., *Geo.*, III, IV, 2, 6). O garum era um tipo de molho feito à base de peixe, muito apreciado na Antiguidade. Segundo Blázquez Martínez (1974, p. 52, 86), esse molho era conhecido entre os autores gregos como um produto de exportação da Ibéria. Êupolis¹⁴⁴ (séc. V a.C.), Antífanos¹⁴⁵ (séc. IV a.C.) e Nicóstrato¹⁴⁶ (séc. IV a.C.) estão entre os autores que escreveram sobre o garum. Blázquez afirma, ainda, que esse produto se tornou conhecido no mundo grego graças ao comércio dos cartagineses, povo que, desde o século V a.C., exportava o peixe em conserva de Gades para várias partes do Mediterrâneo, como o norte da África e a Grécia.

¹⁴⁴ Êupolis é autor de cerca de dezessete comédias, sendo que sete delas foram premiadas nos concursos de comédias realizados em Atenas. É um dos principais representantes da comédia antiga (GRIMAL, 1986, p. 54-55).

¹⁴⁵ Segundo Pierre Grimal (1986, p. 66), Antífanos é um dos principais representantes da assim chamada comédia média. Suas peças teatrais, que chegaram aos dias atuais de maneira fragmentada, fazem alusão à vida política e contêm piadas sobre os homens de Estado.

¹⁴⁶ Nicóstrato, assim como Êupolis, é um autor da fase conhecida como comédia média (DOVER, 1996, p. 1044).

Estrabão nos informa que, na região leste da Ibéria, também havia a produção de presunto, um produto de origem suína. Os cerretanos, povo que habitava a vertente ibérica dos Pirineus, eram os responsáveis pela criação dos porcos, bem como pela fabricação e comércio do presunto. Sabemos que o presunto ibérico era muito apreciado e conhecido, uma vez que Estrabão nos informa que era grande o rendimento que os nativos obtinham com sua venda para diversas partes da bacia do Mediterrâneo (Str., *Geo.*, III, IV, 11).

Estrabão destaca também, de maneira geral, as espécies de animais selvagens que poderiam ser encontradas na Ibéria:

Crescem na Ibéria muitas corças e cavalos selvagens. Em vários lugares também os lagos são muito abundantes; há também aves, cisnes e outras semelhantes, mas também muitas abetardas. Nos rios encontram-se castores, mas este castóreo não tem as mesmas propriedades que o do Ponto: é próprio do do Ponto ser usado com fins medicinais, tal como acontece com muitas outras coisas. Por isso, Posidônio afirma que também o cobre do Chipre é o único que produz calamina, calcantite e óxido de cobre. Além disso, Posidônio afirma que é próprio da Ibéria, por um lado, os corvos serem negros e, por outro, os cavalos dos celtíberos, que são malhados, ao serem levados para a Ibéria exterior, mudarem de cor (são parecidos com os dos partos, pois são rápidos e melhores do que os outros na corrida) (Str., *Geo.*, III, IV, 15).

Ao contrário do que ocorre em relação ao sul e ao leste da Ibéria, Estrabão não nos fornece muitos detalhes sobre a fauna do Norte. O único trecho no qual o autor enaltece a fauna da região norte é relacionado à Lusitânia, e não ao extremo norte da Península. O autor tece um elogio ao rio Tejo, que detinha grande riqueza em peixes e bivalves (Str., *Geo.*, III, III, 1). Desse modo, apontamos, mais uma vez, a região do rio Tejo como uma exceção no Norte, uma vez que sua fauna e sua flora são exaltadas por Estrabão.

O autor destaca também os animais nocivos, os quais, apesar de raros, traziam prejuízos aos habitantes da Ibéria. Os coelhos causavam problemas aos agricultores da Turdetânia, já que destruíam suas plantações. Como forma de combatê-los, os turdetanos criaram furões trazidos da Líbia, que conseguiam entrar nos abrigos dos coelhos, expulsando-os. Assim, os caçadores

poderiam capturá-los com facilidade. Desse modo, apesar de os coelhos representarem uma praga, os turdetanos conseguiram contê-la (Str., *Geo.*, III, II, 6).

Outro problema, até mais preocupante que os coelhos, eram as ratazanas, uma vez que estas transmitiam doenças. O grande número de ratazanas presentes no território ibérico, por diversas vezes, gerou surtos epidêmicos; desses, Estrabão disserta apenas sobre o ocorrido na região da Cordilheira Cantábrica: “[...] aconteceu isso na Cantábria aos romanos e de um modo tal que, mesmo com os caçadores de ratazanas a receberem um pagamento publicamente anunciado numa tabela, foi a custo que ultrapassaram o problema em segurança” (Str., *Geo.*, III, IV, 18). Nesse sentido, a Cantábria é representada como um local perigoso devido à presença de animais transmissores de doenças. De forma curiosa, apenas quando se trata de animais nocivos, Estrabão cita o extremo norte da Península. A nosso ver, essa é mais uma estratégia do autor visando a apresentar o Norte como um espaço heterotópico, em contraposição ao Sul, que ele julga de caráter isotópico por fornecer bens naturais, seja os de origem vegetal ou animal.

Diante do que acabamos de expor, verificamos que várias questões de ordem natural são descritas por Estrabão no Livro III. Vimos que, para ser considerado isotópico, um espaço precisava ter diversas características, como um solo de qualidade, recursos hídricos em abundância, um clima ameno, um relevo não acentuado, além de riquezas minerais, vegetais e animais. Todos esses requisitos eram encontrados no sul e no leste da Península, portanto, é possível classificar esse espaço como isotópico. Pelo contrário, o solo pobre, a escassez de água, um clima demasiadamente frio, uma altitude elevada e a ausência de riquezas naturais são características de um espaço heterotópico, perfil no qual o norte da Ibéria se encaixava perfeitamente.

Após termos tratado da polarização envolvendo os elementos naturais da Ibéria, passaremos, no tópico seguinte, a discutir os dados presentes no nosso segundo quadro categorial, que trata das questões de ordem etnográfica. Temos por objetivo, mais uma vez, demonstrar a dicotomia entre as regiões da Ibéria, por meio da qual o Sul e o Leste são tidos como isotópicos e o Norte é representado como heterotópico.

Civilização e barbárie nas terras da Ibéria

No Livro III da *Geografia*, Estrabão promove uma clivagem entre as regiões da Ibéria, valendo-se de algumas características etnográficas, tais como: a agricultura; a mineração; o comércio; a navegação; a educação, a língua e a escrita; a religião; as atividades bélicas; a alimentação; a fisionomia; as roupas e os acessórios; além de usos e costumes diversos, como o banho, a maneira de dormir, o poder feminino e as atitudes corajosas. Após analisar a forma pela qual Estrabão representa tais aspectos, verificamos que, enquanto o Sul e o Leste são considerados espaços isotópicos, uma vez que haviam assimilado a cultura greco-romana, o Norte é descrito como um espaço heterotópico, onde habitavam bandidos (ληστής), bárbaros (βάρβαρος) e selvagens (άγριοι).

O primeiro aspecto sobre o qual nos debruçamos na pesquisa foi a prática da agricultura entre os povos ibéricos. Verificamos que a população da Turdetânia se dedicava bastante às práticas agrícolas, visto que, segundo Estrabão, as margens do rio Bétis e as pequenas ilhas localizadas no curso desse rio encontravam-se cultivadas. O autor representa a paisagem ao longo do rio como encantadora, devido à existência de bosques e plantações diversas (Str., *Geo.*, III, II, 3).

A população que habitava o norte da Ibéria, por seu turno, não se dedicava à agricultura, tal como os turdetanos. Estrabão nos informa que os habitantes do Norte deixaram de se dedicar

ao trabalho com a terra para se lançar à pirataria e ao banditismo. Em vez de cultivarem seu próprio alimento, roubavam o que era produzido nas comunidades vizinhas (Str., *Geo.*, III, III, V). De acordo com Blázquez Martínez (1974, p. 36), de fato, nas zonas montanhosas do norte da Ibéria havia um grande desnível social, com uma pequena parcela da população detentora das terras e do gado, e, por outro lado, uma maioria empobrecida, que não dispunha de grandes parcelas de terras cultiváveis, mas que, apesar disso, dedicava-se, em pequena escala, à agricultura, à coleta e ao pastoreio, visando apenas à subsistência. Porém, como os meios de sobrevivência eram escassos nessa região de clima tão severo, sucedeu-se um banditismo endêmico, que é relatado na *Geografia*.¹⁴⁷

Estrabão considerava que as sociedades estariam numa evolução que ia desde o nomadismo, prática tomada como bárbara, até as sociedades agrícolas produtivas, consideradas civilizadas (DANDROW, 2017, p. 114). Sendo assim, os habitantes do norte da Ibéria eram considerados incivilizados pelo fato de não se dedicarem à agricultura, mas, em vez disso, saírem de sua região para roubar o que era produzido pelos grupos vizinhos. Dessa maneira, explicamos também o fato de Estrabão considerar os povos da costa mediterrânea como civilizados, visto que estes produziam uma grande variedade de produtos derivados da agricultura, entre os quais o trigo, o vinho e o azeite (Str., *Geo.*, III, II, 6).

Um dos aspectos que definem um espaço como isotópico ou heterotópico são, portanto, as práticas agrícolas. Na lógica de Estrabão, um espaço era isotópico quando a população se dedicava ao trabalho com a terra, ou seja, ao cultivo de plantas importantes tanto para o abastecimento interno quanto para a exportação, como era o caso da Turdetânia. Já locais onde

¹⁴⁷ Lima Neto (2011) aborda o tema do banditismo exercido por determinados grupos, no contexto do Principado. Apesar de o autor tratar, de maneira específica, do norte da África, observamos, por meio do Livro III da *Geografia*, que o banditismo era uma prática comum em outros locais do Império Romano, como é o caso da Península Ibérica.

a população não voltava sua atenção para o trabalho agrícola eram, por sua vez, vistos como heterotópicos, tal como o norte da Ibéria.

Do mesmo modo que Estrabão pensa a agricultura como crucial para o desenvolvimento civilizacional de uma sociedade, também o faz em relação à mineração. Para o autor, não bastava que determinada região detivesse riqueza mineral para ser considerada próspera e civilizada. A disponibilidade de minerais, nesse sentido, deveria estar ligada à prática da mineração, ou seja, a população local deveria se dedicar à extração e ao aproveitamento dos recursos minerais.

Estrabão considera que as minas localizadas na Turdetânia ou no leste da Península eram mais desenvolvidas que as do Norte graças às técnicas de extração de minério empregadas pelos nativos, o que interferia diretamente na quantidade de material retirado do solo. Enquanto, no Sul, a população se valia de técnicas avançadas de mineração, o que gerava uma enorme produção, no Norte, a quantidade de minerais obtida era pequena devido às práticas rudimentares utilizadas (Str., *Geo.*, III, II, 9). Acerca das técnicas de mineração empregadas pelos turdetanos, Estrabão (*Geo.*, III, II, 8) afirma:

[...] E o ouro não se extrai só das minas, mas também se draga. Com efeito, os rios e as torrentes arrastam a areia aurífera que existe em muitos lugares, mesmo nos sítios desprovidos de água; nestes, porém, é invisível, enquanto nos locais alagados o pó do ouro reluz. Todavia, os turdetanos, ao inundarem também os lugares secos com água que transportam, tornam o pó brilhante; e escavando poços e concebendo outras técnicas, removem o ouro da areia por lavagem. E mais numerosas do que as minas são, na actualidade, as chamadas “lavandarias de ouro” (os gauleses consideram o minério próximo do seu, quer o do Monte Cemenos, quer o que se encontra no sopé dos próprios Pirineus, mas na verdade o minério daqui tem mais fama). E diz-se que na poeira do ouro se encontram também algumas vezes pepitas de meia libra, a que chamam *palae*, que apenas necessitam de um pequeno tratamento. Diz-se ainda que, quando as pedras se partem, encontram-se pepitas mais pequenas, semelhantes a mamilos; e que, do ouro fundido e tratado com uma terra de alúmen, se forma como composto o *electrum*; e que ao fundir este de novo, como contém uma mistura de prata e de ouro, a prata se consome, mas o ouro permanece, pois a liga é fácil de fundir e dura como uma pedra (por isso, também, o ouro funde-se melhor com fogo de palha, porque a chama, como é suave, é adequada a uma substância que cede e se funde com facilidade; o

carvão, pelo contrário, consome uma grande quantidade, fundindo-a em demasia devido à sua intensidade, e evaporando-a). Nas correntes, draga-se e lava-se ali perto, em tinas, ou escava-se um poço e lava-se a terra extraída. Os fornos de fundir a prata constroem-se elevados, de modo a que a fuligem das pepitas se escape para o ar, pois é pesada e nociva [...].

A passagem destacada é rica em detalhes acerca do trabalho nas minas da Turdetânia. Por meio dela, verificamos as principais técnicas que os habitantes da região encontraram para a extração do ouro e de outros minerais. Observamos que havia três formas de obtenção do ouro: a escavação do solo, a dragagem de material aurífero dos cursos de água e a separação do ouro por meio da lavagem do solo em tanques. Não bastassem as técnicas de extração, Estrabão também relata como os nativos desenvolveram procedimentos de fundição do ouro, separando-o de outros materiais, de modo que o ouro proveniente da Turdetânia era de elevada qualidade.

Como demonstramos no tópico anterior, o solo da Turdetânia se distinguia por sua riqueza mineral. Mas, para Estrabão, o mais importante era o trabalho de mineração desenvolvido pelos turdetanos, o que fazia com que toda a riqueza fosse aproveitada, ao contrário do que ocorria no Norte. Nesta passagem do Livro III, Estrabão indica que os turdetanos não apenas extraíam o minério, como também sabiam trabalhá-lo, produzindo objetos de luxo: “[...] os cartagineses, ao fazerem uma expedição militar com o Barca, apanharam as gentes da Turdetânia, segundo dizem os historiadores, a utilizar manjedouras de prata e jarros [...]” (Str., *Geo.*, III, II, 14).

Ao assinalar o grande potencial mineral da Turdetânia, Estrabão estava preocupado com os interesses de Roma, que obtinha elevados lucros com a extração de minério do sul e do leste da Ibéria, como observamos mediante o seguinte excerto, no qual o autor afirma que toda a produção de ouro da Península pertencia ao Estado romano:

[...] As minas de prata existem ainda na atualidade, embora não pertençam ao Estado – na realidade, nem ali, nem noutros lugares –, mas passaram para mãos privadas. A maior parte das minas de ouro, ao contrário, é patrimônio do Estado [...] (Str., *Geo.*, III, II, 10).

Além de tratar da mineração na Turdetânia, Estrabão também se refere às minas de prata presentes no leste da Península, nos arredores de Nova Cartago. Baseando-se nos relatos de Políbio (séc. II a.C.), o autor afirma que, em tais minas, trabalhavam cerca de quarenta mil indivíduos e que estas proporcionavam vinte e cinco mil dracmas diariamente a Roma (Str., *Geo.*, III, II, 10; IV, 6).

Estrabão é bastante sucinto ao tratar da mineração no norte da Ibéria. Em uma passagem do Livro III, baseando-se nos escritos de Posidônio (séc. II-I a.C.), indica a presença de uma pouco sofisticada mineração na região:

[...] entre os ártabros, [...] que são os povos do extremo da Lusitânia, a norte e a ocidente, a terra floresce com prata, estanho e ouro branco (pois é misturado com prata); e a essa terra, os rios arrastam-na; as mulheres, depois de a removerem com as pás, lavam-na em peneiras entrelaçadas [...] (Str., *Geo.*, III, II, 9).

Verificamos, pelo trecho, que a mineração, entre os ártabros, era um ofício feminino. As mulheres recolhiam os sedimentos nos rios, lavavam e separavam o que era de valor daquilo que não servia. Tal empreendimento era menos lucrativo que a exploração das minas, onde uma quantidade maior de material poderia ser obtida. No entanto, Estrabão não cita a presença de minas no norte da Península. Pelo contrário, afirma que os cerca de trinta povos que habitavam a região situada entre o rio Tejo e o território dos ártabros haviam abandonado a exploração da terra para se lançar à guerra e à pirataria. Sendo assim, na visão do autor, uma região que possuía grandes reservas de ouro e de prata não estava sendo aproveitada como deveria (Str., *Geo.*, III, III, 5).

O fato de não haver um trabalho de exploração dos recursos minerais no Norte era, para Estrabão, sinal de que a população local não havia avançado em termos civilizacionais. Assim, o espaço do Norte, onde não havia mineração em larga escala, pode ser considerado uma heterotopia, ao passo que o do Sul, onde a população se dedicava à extração de recursos

minerais, pode ser visto como uma isotopia, já que era esse o ambiente com o qual Estrabão estava habituado. O autor via como inadmissível que um espaço rico em minerais fosse ignorado pela população.

Outro aspecto levado em conta por Estrabão, na sua representação do território ibérico, são as práticas comerciais. Para ele, o comércio era importante, não apenas por gerar riquezas, mas também, sobretudo, porque levava à interação entre os grupos humanos, o que promovia trocas culturais. No caso específico da Ibéria, o autor destaca que as alianças comerciais feitas entre os turdetanos e os romanos suscitaram o desenvolvimento econômico e cultural da região. Os nativos que se lançavam nas práticas comerciais eram considerados por Estrabão como pacíficos (εἰρηνικός) e civilizados (πολιτικός). No trecho abaixo, ele descreve o potencial comercial da Turdetânia, região ibérica que mais se destacava no comércio com Roma:

Quanto à abundância das exportações da Turdetânia, evidencia-a o tamanho e a quantidade dos seus barcos: de fato, os seus enormes navios de comércio viajam por mar para Dicearquia e para a Óstia (porto de Roma) e, pelo seu número, equivalem-se mais ou menos aos dos líbios (Str., *Geo.*, III, II, 7).

Notamos que o comércio turdetano era bastante desenvolvido, sendo comparado ao da Líbia. Segundo Estrabão, as cidades de Gades e Córdoba eram os maiores entrepostos comerciais da Turdetânia. Além disso, verificamos que o fluxo de mercadorias seguia, na sua totalidade, em direção à Península Itálica, tendo em vista que os produtos saíam da Turdetânia e desembarcavam em dois importantes portos itálicos, o de Dicearquia e o de Óstia (Str., *Geo.*, III, IV, 9). Ainda no tocante às práticas comerciais dos turdetanos, Estrabão afirma:

Mas a própria Turdetânia é admiravelmente afortunada: como produz de tudo e em grande quantidade, duplica estas potencialidades com a exportação. De fato, o excedente dos seus produtos é facilmente vendido, graças à dimensão da sua frota comercial. Proporcionam-no os rios e os estuários que, como disse, são comparáveis aos rios e igualmente navegáveis desde o mar até às cidades no interior, não só para barcos pequenos, mas também para grandes (Str., *Geo.*, III, II, 4).

Embora a Turdetânia seja reconhecida como a região mais importante da Ibéria em termos comerciais, Estrabão também concede um lugar de destaque à cidade de Nova Cartago, situada na costa leste, ao afirmar que “[...] este é também o maior entreposto comercial, tanto do que vem do mar para as terras do interior, como do que vem daí para todo o exterior” (Str., *Geo.*, III, IV, 6). Com isso, podemos afirmar que o sul e o leste da Ibéria estavam conectados ao comércio mediterrânico em larga escala.

Os habitantes da costa sul e leste da Ibéria não foram hostis ao comércio com os romanos, uma vez que, como mostramos no segundo capítulo, já estavam inseridos há muito tempo nas rotas comerciais mediterrânicas por influência de fenícios, gregos e cartagineses. Os grupos do Norte, por sua vez, encontravam-se completamente alheios aos contatos comerciais e, por isso, são caracterizados por Estrabão como isolados, o que seria sinônimo de bárbaros, pois, uma vez que os nativos não interagiam com os romanos, também não absorviam o *ethos* cultural desses, tido por Estrabão como vetor de civilização.

Numa breve passagem, o autor faz referência às trocas comerciais empreendidas pelos habitantes do Norte. Porém, como podemos notar, essas tinham um caráter bastante rudimentar: “[...] em vez de moeda, os que estão bem no interior utilizam a troca de produtos ou, cortando uma lasca de prata, dão-na como pagamento [...]” (Str., *Geo.*, III, III, 7). Acerca desse tema, Helena Carvalho (2010, p. 22) indica que, de fato, no noroeste da Ibéria, no período pré-romano, não era comum a utilização de moeda nas trocas comerciais. As moedas tinham um valor simbólico, de modo que os habitantes optavam por guardá-las em vez de as utilizarem como meio de troca. Elas só se tornaram objeto de troca no contexto das campanhas de Augusto à região, no século I a.C., fenômeno impulsionado pela necessidade de pagamento dos legionários. Sendo assim, o emprego da moeda, na região, ocorreu por influência romana, pois, até então, essa prática não se fazia presente na cultura local.

Os espaços do sul e do leste da Ibéria são, nesse sentido, isotópicos, tendo em vista que os romanos, neles, poderiam circular livremente, comprando e vendendo suas mercadorias. O Norte, por sua vez, tinha um caráter heterotópico para Estrabão, visto que ali não havia práticas comerciais desenvolvidas, seja com os romanos, seja entre grupos vizinhos.

Outro fator que também faz parte da polarização, criada por Estrabão, entre as regiões ibéricas, é a navegação. Para o autor, navegar era sinônimo de progresso e de civilização, uma vez que propiciava trocas comerciais e culturais. Numa época em que os caminhos terrestres eram raros e perigosos, o mar e os rios se tornaram importantes vias de acesso às regiões mais remotas do Império, servindo, sobretudo, para o escoamento de mercadorias. Segundo Estrabão, a maioria das grandes cidades ibéricas estavam localizadas às margens dos rios, dos estuários e do mar, ou seja, tinham uma localização vantajosa, que permitia à população dessas cidades tinha uma ligação muito forte com a navegação. Podemos destacar, para além da facilidade de escoamento da produção local por meios aquáticos, o aumento do fluxo de pessoas em busca de melhores condições de vida. Isso explica porque muitas cidades da Turdetânia cresceram ao redor do rio Bétis, o que, por consequência, fez com que a população que habitava as margens desse rio fosse maior em comparação às demais regiões da Península (Str., *Geo.*, III, II, 1, 3).

Na fonte, também consta a informação de que a navegação no Sul era bastante desenvolvida, sobretudo entre os habitantes de Gades (Str., *Geo.*, III, I, 8; II, 1). Contudo, toda a região do interior da Turdetânia, banhada pelo rio Bétis, é destacada por Estrabão como propícia à navegação, desde a foz do rio até a cidade de Córdoba:

[...] até Híspalis, pois, a navegação faz-se em embarcações de tamanho considerável, por um número de estádios que não fica muito aquém dos quinhentos; em contrapartida, para as cidades mais para o interior, até Ilipa, em embarcações mais pequenas; e até Córdoba, em barcos fluviais (hoje de construção mais complexa, mas outrora canoas feitas de um só tronco). Para cima, na direção de Castulo, o rio não é, porém, navegável [...] (Str., *Geo.*, III, II, 3).

Ao contrário do que ocorria no sul da Ibéria, que, à época, possuía uma população dedicada à navegação, no Norte, não havia grande desenvolvimento nessa área, fazendo com que a região fosse descrita como isolada, uma vez que a navegação era difícil e os caminhos por terra, muito longos (Str., *Geo.*, III, III, 8). Quando Estrabão aborda a navegação na região norte, destaca apenas pontos negativos. Segundo o autor, “[...] até ao tempo de Bruto, usavam embarcações de couro para atravessar as enchentes da maré e as zonas pantanosas, mas, agora, mesmo as canoas feitas de um só tronco são raras [...]” (Str., *Geo.*, III, III, 7). A passagem demonstra que, em vez de um avanço, houve, na verdade, um retrocesso nas técnicas de navegação empregadas pelos povos da região norte, em especial os que habitavam a região da Cordilheira Cantábrica. Isto posto, compreendemos que a forma como Estrabão descreve as atividades ligadas à navegação na Ibéria cria, mais uma vez, uma dicotomia entre o Norte e as demais regiões da Península.

Os turdetanos, segundo Estrabão, eram superiores aos demais povos por sua tradição educacional pautada nos costumes antigos, bem como por possuírem uma língua e um sistema de escrita, conforme destacado neste trecho:

[...] não só utilizam escrita, como têm registos da história antiga, poemas e leis em verso com seis mil anos, como afirmam (também os outros íberos utilizam a escrita, mas não de um único tipo, nem, de fato, de uma única língua) [...] (Str., *Geo.*, III, I, 6).

Desse modo, a Turdetânia é representada como um espaço isotópico, porque os nativos estavam unificados sob uma mesma língua e um único sistema de escrita. Além disso, os turdetanos se preocupavam com o registro de suas leis e com a preservação de seu passado mediante a conservação dos registros históricos, fato que, na visão de Estrabão, os tornava superiores aos demais povos da Península. Esses últimos, apesar de também possuírem língua e sistema de escrita, não se encontravam unificados, o que é visto como algo negativo por Estrabão. Portanto, a diversidade linguística do Norte fez com que esse local fosse considerado

heterotópico. Esse espaço diverso, com múltiplas formas de comunicação, era exatamente o contrário do que Estrabão considerava normal e civilizado, a saber, um império unificado culturalmente por duas línguas oficiais, o grego e o latim.¹⁴⁸ Logo, locais onde o grego ou o latim ainda não haviam se disseminado, e onde a educação baseada nos preceitos greco-romanos ainda não havia sido institucionalizada eram automaticamente considerados heterotópicos.

A religião, para Estrabão, é outro aspecto de diferenciação entre espaços isotópicos e heterotópicos na Ibéria. O autor não aprofunda sua análise das questões religiosas, mas, mediante o pouco que nos foi legado, observamos que, enquanto no Sul e no Leste verificamos a presença de templos e altares dedicados às divindades do panteão fenício e greco-romano, o Norte se caracterizava ora pelo culto às divindades locais, ora pela ausência de práticas religiosas. Começando pela região do Promontório Sagrado, Estrabão afirma que:

[...] nesse local, não está à vista um templo nem um altar de Hércules - nisso, Éforo enganou-se -, nem de qualquer outro dos deuses, mas antes pedras colocadas em grupos de três ou quatro por toda a parte, que são rodadas pelos que chegam, segundo um costume antigo, e repostas depois de se terem realizado libações. E não é lícito fazer sacrifícios nem penetrar de noite no lugar - já que se diz que os deuses o ocupam durante esse tempo -, mas aqueles que vêm para o contemplar, passam a noite numa povoação vizinha; depois, entram durante o dia, levando água consigo, uma vez que ela ali escasseia (Str., *Geo.*, III, I, 4).

De acordo com Blázquez Martínez (2006, p. 240), o fato de não haver nenhum templo no local é uma característica comum dos espaços sagrados dedicados ao deus fenício Baal Hammon, o que demonstra que a população dessa região mantivera um costume muito antigo, ligado aos tempos das colonizações fenícia e cartaginesa.

¹⁴⁸ Na parte ocidental do Império Romano, falava-se o latim, enquanto na parte oriental, o grego era a língua predominante (LIMA NETO, 2015, p. 24, n. 11).

Da mesma forma, Estrabão menciona a existência de cultos às divindades do panteão greco-romano, conforme verificamos por meio do trecho a seguir, no qual o autor demonstra que a cultura grega havia se disseminado pelo Ocidente, inclusive pelo território ibérico:

[...] Na verdade, não só as regiões da Itália, da Sicília e algumas outras registam sinais disso, como também na Ibéria pode ver-se uma cidade chamada Odisseia, um templo de Atená e ainda mil vestígios daquelas errâncias de Ulisses e de outros acontecimentos a partir da guerra de Tróia [...] (Str., *Geo.*, III, II, 13).

Além de Atená, citada no trecho acima, outros deuses do panteão greco-latino eram cultuados no sul da Ibéria. Segundo Estrabão, nas proximidades de Ebury, cidade da Turdetânia, havia um santuário dedicado à deusa Fósforo, também chamada de *Lux Dubia*. Em Gades, outra cidade localizada na Turdetânia, ergueu-se o Heracleu, santuário no qual aqueles que viajavam pelo mar costumavam fazer sacrifícios a Hércules. Também em Gades, havia um templo dedicado a Cronos. Já nas proximidades das Colunas de Hércules, havia duas ilhas, das quais uma era chamada de Ilha de Hera, onde havia um santuário em honra a essa divindade. Em alguns assentamentos fundados pelos habitantes de Massália, na costa leste da Ibéria, como é o caso de Empório e Rodes, cultuava-se a deusa Ártemis Efésia (Diana para os latinos). Estrabão afirma, inclusive, que havia um templo dedicado a essa divindade na cidade de Hemeroscópio (Str., *Geo.*, III, I, 9; IV, 6, 8; V, 3, 5).¹⁴⁹

¹⁴⁹ O culto a Ártemis Efésia, na costa leste da Ibéria, se explica pela tradição das *pólis* gregas de manterem vínculo com a “*pólis*-mãe”, de onde partiram seus fundadores. Segundo Estrabão, os foces, provenientes da Focea, uma cidade localizada na Ásia Menor, ao saírem em busca de novas terras, consultaram o oráculo, como era de praxe entre os gregos. O oráculo ordenou que a viagem fosse guiada por alguém sob as ordens da deusa Ártemis. Os foces seguiram, então, para a cidade de Éfeso e lá encontraram uma mulher chamada Aristarca, a quem a deusa havia se apresentado em sonho para ordenar que guiasse a expedição dos foces, levando consigo uma reprodução do santuário que havia naquela *pólis*. Dessa maneira, foi conduzida a fundação de Massália e a construção de um santuário dedicado a Ártemis (Str., *Geo.*, IV, I, 4). Em seguida, os habitantes de Massália, ao fundarem várias *apoikiai* no leste da Ibéria, levaram consigo a tradição de cultuar a deusa Ártemis Efésia. Indicamos a leitura do verbete Ártemis, em Grimal (2005, p. 47-48), no qual encontramos diversas informações adicionais sobre o tema, como, por exemplo, o fato de que o santuário de Ártemis, em Éfeso, era o mais célebre do mundo grego dedicado a essa divindade.

Os lusitanos, de acordo com Estrabão, tinham o costume de sacrificar seus inimigos, consagrando suas mãos direitas aos deuses, cujos nomes, no entanto, não são revelados pelo autor. Já os galaicos, que habitavam o noroeste da Ibéria, não cultuavam nenhum deus, segundo Estrabão. Enquanto isso, os celtíberos e seus vizinhos a norte, entre os quais se encontravam os cântabros, faziam sacrifícios a uma divindade sem nome, em dias de lua cheia, à noite, diante das portas, momento no qual todos os membros da família dançavam e faziam vigília (Str., *Geo.*, III, III, 6; IV, 16).¹⁵⁰

Ainda sobre as religiões da Ibéria, Estrabão afirma que os povos do Norte comiam carne de bode e sacrificavam esse animal a um deus local identificado como Ares (Str., *Geo.*, III, III, 7). Essa é uma tentativa de Estrabão de demonstrar o quanto os povos que habitavam a região setentrional da Península estavam vinculados à guerra, já que Ares é uma divindade associada às atividades bélicas (DESERTO; MARQUES, 2016, p. 64, n. 237). Segundo Grimal (2005, p. 40), esse deus “[...] representa o espírito do combate, que se compraz com a carnificina e o sangue [...]”. O autor prossegue com a definição, afirmando que “Ares habita na Trácia, região semisselvagem, de clima rude, rica em cavalos e invadida por povos guerreiros [...]”. Desse modo, Estrabão associa a imagem de Ares às populações setentrionais, uma vez que estas se dedicavam à guerra.

A dicotomia entre as regiões norte e sul da Ibéria fica ainda mais evidente se levarmos em conta que Ares estava ligado ao Norte, enquanto Hércules e Atená eram divindades cultuadas no sul da Ibéria, como demonstramos acima. Acreditamos que essa relação entre os deuses tenha sido mais uma estratégia utilizada por Estrabão, na *Geografia*, para demonstrar a

¹⁵⁰ Não há informações que nos indiquem ao certo se Estrabão está se referindo às portas das casas ou dos vilarejos. Deserto e Marques (2016, p. 78, n. 299), no entanto, afirmam que a hipótese mais viável é a de que sejam as portas das residências, uma vez que o autor está descrevendo, neste trecho, um culto de âmbito familiar.

superioridade dos povos meridionais em detrimento das *nationes* do Norte. Isso fica mais claro, ao lermos o trecho a seguir, de Pierre Grimal, que trata justamente da rivalidade entre os deuses e da derrota de Ares por Hércules e Atená. Seria essa uma maneira que Estrabão encontrou para se referir ao destino dos povos setentrionais, seguidores de Ares, que estariam fadados à derrota? Eis o trecho:

A maior parte dos mitos em que intervém Ares são, naturalmente, mitos guerreiros e relatos de combates. Mas o deus está longe de ser sempre um vencedor. Pelo contrário, parece que os gregos, desde os tempos homéricos, tiveram prazer em mostrar a força brutal de Ares contida ou ludibriada pela força mais inteligente de Hércules ou pela sabedoria viril de Atená. Num dia em que, no campo de batalha, diante de Tróia, ele combatia ao lado de Heitor, encontrou-se perante Diomedes. Imediatamente o atacou, mas Atená, ocultada pelo capacete mágico de Hades, intervém de forma a desviar o golpe da lança do deus e fere-o por intermédio de Diomedes. Aquele solta um grito horrível, que foi escutado por todo o exército, e foge para o Olimpo, onde Zeus ordena que o tratem. Numa outra altura, ainda, na disputa dos deuses que teve lugar durante a Guerra de Tróia, Atená lutou com Ares e, também aqui, a deusa levou a melhor, aturdindo-o com uma pedrada. Mas não é só no ciclo troiano que se manifesta esta oposição entre Ares e Atená. Quando Hércules combateu Cicno, o filho de Ares quis defender o seu filho. Atená, em nome da razão, convidou Ares, que não era senão violência e cólera, a obedecer ao destino, que ditava que Cicno fosse morto por Hércules, sem que ninguém pudesse matar o herói. Mas as suas palavras foram inúteis e Atená teve de interferir diretamente para desviar a lança do deus. Hércules, aproveitando uma falha na proteção do deus, feriu-o na coca. Ares fugiu vergonhosamente para o Olimpo. Era, aliás, a segunda vez que Hércules havia ferido Ares. A primeira fora em Pilo, e o herói tinha-lhe mesmo tirado as armas (GRIMAL, 2005, p. 40).

Nesse sentido, verificamos que as práticas religiosas dos povos do sul e do leste da Ibéria eram de origem fenícia ou greco-romana, o que tornava isotópicos tais espaços. Em relação ao Norte, pelo contrário, Estrabão busca enfatizar a alteridade das práticas religiosas dos povos que ali viviam, tendo em vista que alguns nativos não cultuavam nenhum deus, outros cultuavam deuses sem nome, ou, ainda, adoravam um deus ligado à guerra e faziam sacrifícios humanos. Tudo isso faz com que o Norte se enquadre na categoria de espaço heterotópico.

A propensão à guerra é uma das características etnográficas das *nationes* ibéricas que Estrabão mais enfatiza. Enquanto os habitantes da Turdetânia e do leste da Península eram

considerados pelo autor como pacíficos, os diversos grupos étnicos do Norte foram descritos como violentos, selvagens e belicosos.

Como abordamos no segundo capítulo, o caráter belicoso dos povos do Norte é evidenciado pela construção dos castros e *oppida*. Os nativos se valiam de vários meios de proteção contra os inimigos, que, vez ou outra, invadiam o território em busca de provisões. Várias linhas de muralhas, fossos, estacas fincadas e a própria instalação dos assentamentos em lugares de difícil acesso demonstram que o espaço era propenso ao conflito entre grupos rivais. Além disso, registros arqueológicos provam que havia grupos, especializados na guerra, ocupando o interior dos sítios fortificados, como demonstram as diversas estátuas de guerreiros encontradas na Lusitânia, como a descoberta no castro de São Julião (Vila Verde, Portugal), apresentada na imagem a seguir:

Figura 7 – Estátua do guerreiro de São Julião



Fonte: fotografia de Manuel Santos; Arquivo do Museu D. Diogo de Sousa, Braga. *In:* Redentor (2008, p. 207).

A estátua do guerreiro de São Julião foi descoberta em 1981, durante uma prospeção realizada pela equipe de Arqueologia da Universidade do Minho. A escultura, confeccionada a partir de um único bloco de granito, tem cerca de 1,5 metro de altura. Na mão direita, o guerreiro traz consigo um punhal triangular embainhado e, na esquerda, um escudo redondo côncavo, denominado *caetra*. Observa-se que o guerreiro está vestido com uma túnica curta, conhecida como *saio*, que se encontra cingida por um cinturão (MARTINS; SILVA, 1984, p. 33-35). Ainda de acordo com Martins e Silva (1984, p. 33, n. 11), esse tipo de estatuária é encontrado no interior dos castros e nas suas imediações, o que demonstra que estava inserido no contexto sociocultural desses assentamentos. A passagem a seguir é uma descrição que versa sobre as atividades bélicas dos lusitanos. Podemos notar grande semelhança entre o guerreiro representado na imagem e aquele que é descrito por Estrabão:

Diz-se que os lusitanos são dados a emboscadas, à espionagem, que são vivos, ligeiros, bons em manobras. Têm um escudo pequeno de dois pés de diâmetro, côncavo na frente, preso [ao corpo] por correias, pois não tem manilhas nem outro tipo de pegas. Têm também um punhal ou um cutelo. A maior parte usa couraças de linho; alguns, porém, usam-nas de malha e elmos de três penachos, mas os restantes, elmos feitos de tendões. E os de infantaria têm também cnêmides e vários dardos cada um; uns quantos usam ainda uma lança (as pontas são de bronze) [...] (Str., *Geo.*, III, III, 6).

A descrição do guerreiro lusitano por Estrabão se assemelha, em muitos aspectos, ao indivíduo retratado na Figura 7. Em ambos os casos, o guerreiro porta um escudo e uma arma, bem como vestes típicas de guerra. Outras características tratadas pelo autor, como os elmos, as cnêmides, os dardos e as lanças não estão visíveis na estátua, talvez pelo fato de algumas de suas partes estarem danificadas, como as pernas e a cabeça. Porém, mediante os dados das duas fontes, a textual e a arqueológica, observamos que os lusitanos se preocupavam com questões de natureza militar.

Acreditamos que, tanto a escultura, quanto o trecho destacado acima se referem aos galaicos de maneira específica, apesar de Estrabão não fazer distinção entre lusitanos e galaicos,

pois, para ele, estes últimos eram um dos povos que habitavam a região conhecida como Lusitânia. Portanto, os galaicos também poderiam ser chamados de lusitanos. Isso fica mais claro no seguinte trecho, no qual o autor afirma que:

[...] os galaicos [...] ocupam uma grande parte da zona montanhosa (por isso, ao serem também os mais difíceis de combater, eles próprios deram o sobrenome ao que submeteu os lusitanos e fizeram com que a maior parte dos lusitanos se chame ainda hoje galaicos [...]) (Str., *Geo.*, III, III, 2).

Em outro trecho, Estrabão menciona que os lusitanos foram o povo ibérico que os romanos levaram mais tempo para derrotar (Str., *Geo.*, III, III, 3). Isso deixa claro o caráter bélico dos lusitanos, grupo étnico que Estrabão considerava ser o mais difícil de combater, uma vez que estavam habituados a constantes batalhas, contavam com um treinamento de qualidade e dispunham de instrumentos de guerra sofisticados. Além disso, a fama que os lusitanos obtiveram pela resistência contra as investidas romanas foi tanta, que Décimo Júnio Bruto, chefe da primeira expedição romana ao território lusitano, realizada entre 138 e 136 a.C., recebeu como cognome “o Galaico” (Str., *Geo.*, III, III, 1).

Segundo Estrabão, entre o rio Tejo e o território dos ártabros, no extremo norte da Ibéria, viviam cerca de trinta povos. No local, instalou-se uma situação de desordem oriunda da escassez de terras férteis e de alimentos, conforme demonstra o autor no trecho a seguir:

[...] apesar de a região ser próspera em frutos, gado e abundância de ouro, prata e metais semelhantes, a maior parte deles, contudo, abandonou a exploração da terra: passavam o tempo em piratarias e em guerras contínuas, quer entre si, quer (atravessando o Tejo) contra os seus vizinhos, até que os romanos os impediram, humilhando-os e reduzindo a maior parte das suas cidades a aldeias, e associando também colonos a algumas delas, para melhor resultado. Deram início a esta anarquia os habitantes das montanhas, como é natural, pois como ocupavam uma terra pobre e possuíam territórios reduzidos, cobiçavam o alheio. E os outros, ao defenderem-se deles, tornaram-se necessariamente impotentes em relação às atividades próprias, de modo que também eles guerreavam em vez de cultivarem as terras [...] (Str., *Geo.*, III, III, 5).

Nessa passagem, verificamos que o território lusitano vivia em uma situação de conflito devido à disputa pelos territórios mais férteis. Os povos que habitavam as montanhas, como sofriam com a escassez de alimento, costumavam invadir as zonas de planície, onde a agricultura era mais desenvolvida. Isso explica a existência de uma arquitetura defensiva nos castros, já que a população buscava proteger seus mantimentos contra ataques de invasores. O trecho mostra que os lusitanos, tanto os das áreas montanhosas, quanto os que habitavam as planícies férteis, haviam entrado em conflito entre si, de modo que deixaram de cuidar da terra para se dedicar às atividades bélicas.

Na *Geografia*, Estrabão também destaca um costume lusitano associado à guerra: o sacrifício de prisioneiros de grupos vencidos. Vejamos:

[...] os lusitanos são dados a sacrifícios e examinam as entranhas das vítimas sem as extrair; inspecionam também as veias do flanco e é pelo tato que se pronunciam. E fazem ainda predições através de entranhas de homens, prisioneiros de guerra, que cobrem com saios; em seguida, quando a vítima é golpeada pelo arúspice nas entranhas, adivinham em primeiro lugar a partir do seu modo de cair (depois, cortando as mãos dos prisioneiros, consagram as direitas como oferenda aos deuses) (Str., *Geo.*, III, III, 6).

Segundo Estrabão, a situação de conflito entre os povos ibéricos terminava por enfraquecê-los diante das forças externas:

Poderia pensar-se que as viagens dos gregos até junto dos povos bárbaros teriam como causa o fato de estes se dividirem em pequenos grupos e centros de poder, não tendo, por orgulho, relações uns com os outros – de tal modo que, por isso, seriam fracos diante dos que viessem de fora. Este orgulho autossuficiente atingiu o seu ponto mais alto entre os íberos, aos quais se acrescentou, além disso, uma natureza enganadora e nada simples. Por isso tornaram-se, quanto ao seu modo de vida, agressivos e bandoleiros, atrelando-se a feitos de pouca monta, não se lançando a coisas maiores porque não estavam preparados para essa grandeza em termos de poder e de união. De fato, se eles tivessem querido lutar em conjunto, uns ao lado dos outros, não teria sido possível aos cartagineses, quando os atacaram, submeter a maior parte deles com facilidade - tal como ainda antes, os tírios e depois os celtas, aos quais agora chamam celtíberos e berões -, nem tal teria sido possível ao bandido Viriato, nem a Sertório, mais tarde, nem a quaisquer outros que quisessem um maior poder. Também os romanos, por isso mesmo, ao combaterem contra os íberos separadamente, demoraram muito tempo a estender o seu poder sobre cada um dos povos, submetendo ora uns ora outros,

até que lançaram o seu domínio sobre todos, passados cerca de duzentos anos ou mais [...] (Str., *Geo.*, III, IV, 5).

Nesse excerto, Estrabão assinala que os povos ibéricos viviam em unidades políticas independentes e que não colaboravam uns com os outros, mas antes, estavam em constante disputa entre si. Na visão do autor, caso os povos ibéricos tivessem se unido em torno de um poder centralizado, dificilmente seriam conquistados por outros povos.

Assim como fez no caso dos lusitanos, Estrabão também descreve o aparato bélico de um grupo de povos que habitavam o nordeste da Ibéria, nas regiões montanhosas dos Pirineus. Estes eram conhecidos como íberos e tinham instrumentos de guerra semelhantes aos dos lusitanos:

Os íberos representam, todos eles, por assim dizer, uma força leve de combate e andam com armamento ligeiro, por causa da atividade como salteadores – o mesmo já dissemos quanto aos lusitanos – usando, para atacar, a lança, a funda e o punhal. Às forças de infantaria mistura-se também a cavalaria, já que os cavalos são ensinados a percorrer as montanhas e a deitar-se imediatamente ao som de uma ordem, quando isso é necessário (Str., *Geo.*, III, IV, 15).

Acerca dos vetões, que também habitavam o Norte, Estrabão afirma que:

[...] quando pela primeira vez chegaram a um acampamento romano, ao verem alguns dos comandantes a andarem para cá e para lá nos caminhos, simplesmente em passeio, tomaram-nos por loucos e conduziram-nos para as tendas, como se não houvesse outra hipótese senão permanecerem imóveis, em repouso, ou então combaterem (Str., *Geo.*, III, IV, 16).

Como podemos observar, para Estrabão, era comum aos homens do exército romano caminhar, como forma de socialização. No contexto em que a informação foi colhida pelo autor, os vetões já haviam entrado em contato com os romanos, mas ainda se observava um estranhamento entre ambos os grupos devido ao fato de possuírem costumes diferentes. Os vetões são considerados, por Estrabão, como os “outros” em relação aos romanos, sendo representados como preguiçosos e violentos.

As regiões sul e leste da Ibéria, por sua vez, eram tidas como pacíficas, seguras e prósperas, ao contrário do que se via no caso do norte da Península, cujo caráter belicoso foi evidenciado por Estrabão. Desse modo, o Sul e o Leste eram espaços isotópicos, na medida em que os romanos poderiam circular, comercializar, construir cidades e coabitar com a população local, sem que isso causasse conflitos. Absolutamente nada foi escrito por Estrabão acerca da belicosidade dos povos meridionais da Ibéria, o que nos indica que estes eram pacíficos. O Norte, por sua vez, possuía uma natureza que o autor classificava como heterotópica, já que era habitado por povos que viviam em constante disputa entre si, que se dedicavam ao banditismo e que impunham uma forte resistência às investidas romanas.

Estrabão também classificava uma sociedade como civilizada ou não pela maneira como esta se alimentava. Mediante sua descrição, sabemos que a Turdetânia era uma grande exportadora de cereal e vinho, além do azeite, que o autor considera de qualidade excepcional. Desse modo, ficamos informados de que o trigo, o vinho e o azeite, que compunham a assim denominada tríade mediterrânica, eram a base da alimentação dos povos que viviam no sul da Ibéria. De acordo com Fabião (1997, p. 162), pode-se considerar que:

Vinha e oliveira, produção e consumo de vinho e azeite, devem considerar-se indicadores relevantes da assimilação dos elementos culturais mediterrânicos por parte das populações situadas na sua periferia. Como os autores greco-romanos frequentemente sublinham, a extensão da produção vínica e do azeite marca a fronteira entre barbárie e civilização, para lá da qual se situam os povos de forte componente pastoril, da cerveja ou outras bebidas fermentadas não vínicas, e da utilização da gordura animal, quer na alimentação, quer como combustível.

Para ser vista como civilizada, portanto, uma sociedade deveria consumir os três produtos supracitados, como é o caso da Turdetânia e do leste da Ibéria. Em contrapartida, Estrabão afirma que os povos do norte da Ibéria, que viviam em regiões montanhosas, tinham os seguintes hábitos alimentares, considerados bárbaros:

Todos os habitantes das montanhas são frugais [e] bebem água [...]. Comem sobretudo carne de bode e é um bode que sacrificam a Ares, e também cativos de guerra e cavalos; e fazem ainda hecatombes de cada espécie, à maneira grega (como diz Píndaro: “de tudo se sacrifica à centena”). [...]. Os habitantes das montanhas, durante duas partes do ano, utilizam bolotas, depois de as terem secado e triturado; logo as moem e as transformam em pão, de modo que se conservem por algum tempo. E utilizam também cerveja, mas têm falta de vinho: o que arranjam, todavia, depressa o consomem, banquetecendo-se com os parentes. Em vez de azeite, usam manteiga. Tomam a refeição sentados, em bancos construídos em torno das paredes, e acomodam-se de acordo com a idade e a honra (a refeição circula) e, enquanto bebem, dançam em círculo ao som da flauta e da trombeta, mas também saltam e põem-se de cócoras. Na Bastetânia, dançam inclusive as mulheres em conjunto com os homens, de mão dada [...] (Str., *Geo.*, III, III, 7).

Conforme o trecho, os habitantes das montanhas possuíam práticas alimentares ligadas à questão bélica: comiam carne de bode em reverência a Ares, o deus da guerra, bem como mantinham rituais antropofágicos, ou seja, ingeriam a carne dos cativos de guerra. Essas são características consideradas selvagens pelo autor, próprias dos povos que viviam no norte da Ibéria. Ainda de acordo com a passagem destacada, os montanhese se valiam da bolota para produzir pão, uma vez que faltava trigo e outros alimentos na região da Cordilheira Cantábrica. Apenas uma quantidade pequena de trigo, proveniente da Aquitânia, chegava à região, mas esta era insuficiente para suprir as necessidades de toda a população (Str., *Geo.*, III, IV, 18). De acordo com Schulten (1962, p. 47), o trigo era escasso no norte da Ibéria devido às péssimas condições do solo e do clima. Apenas uma pequena quantidade de trigo era cultivada nas áreas de planície. Então, em substituição ao trigo, os nativos tiveram que se valer da bolota, o fruto de uma espécie de carvalho, que poderia ser consumida de diversas formas: pilada, em papas ou como pães, após ser torrada e triturada (FABIÃO, 1997, p. 85). Portanto, devido ao fato de consumirem um pão feito à base de bolota, e não de trigo, os povos do Norte eram considerados por Estrabão como incivilizados.

Na passagem destacada, o autor também afirma que os habitantes do Norte, por não disporem de vinho, utilizavam a cerveja. Devido à raridade do vinho no Norte, quando os nativos conseguiam uma pequena quantidade dessa bebida, promoviam cerimônias e

consumiam-na de forma rápida. Essa é uma tentativa do autor de demonstrar a superioridade do vinho em relação à cerveja, pois verificamos que a postura dos nativos no momento em que conseguiam um pouco de vinho era a celebração, indicando assim algo muito valioso que não estava sempre à disposição. Estrabão, nesse sentido, considerava a cerveja uma bebida menos sofisticada que o vinho, sendo aquela mais um sinal da barbárie dos povos setentrionais da Ibéria.

Por fim, os habitantes do Norte, para preparar seus alimentos, substituíram o azeite, produto de origem vegetal, pela manteiga, feita à base de gordura animal. Desse modo, Estrabão buscou demonstrar que, no norte da Ibéria, todos aqueles produtos alimentares que definiam a identidade greco-romana foram substituídos por outros. Por não utilizarem o trigo, o vinho e o azeite, os habitantes do Norte eram, portanto, a alteridade em relação aos romanos. O Norte era caracterizado, dessa forma, como heterotópico, ao passo que o Sul e o Leste eram isotópicos no que tangia às práticas alimentares.

Os aspectos fisionômicos dos habitantes do Norte são descritos por Estrabão como verdadeiros sinais da barbárie desses indivíduos. Entre as características mais marcantes está o fato de os homens deixarem o cabelo cair pelas costas, tal como as mulheres, cingindo a testa com uma fita quando combatiam (Str., *Geo.*, III, III, 7). É evidente que, para Estrabão, o normal deveria ser os homens utilizarem o cabelo curto e as mulheres o cabelo longo.

Além da fisionomia, Estrabão menciona também as vestimentas e adornos dos povos ibéricos que habitavam a região norte, com o objetivo de apontar a alteridade deles. De acordo com o autor, os homens vestiam-se com tecido preto, a maior parte com *saios*. Já as mulheres usavam capas e vestidos floridos (Str., *Geo.*, III, III, 7). Acerca dos *saios*, vestimenta típica dos grupos setentrionais, Blázquez Martínez (1974, p. 142, 148) informa que, entre os tributos de guerra exigidos da população local pelos romanos, no contexto das campanhas de conquista do

território do Norte, estava o *saio*, muito importante para a proteção do exército contra o frio extremo que acometia a região, principalmente nas zonas montanhosas. Como vimos, as zonas centrais e setentrionais da Ibéria possuíam um clima muito frio, por isso a necessidade de utilizar uma vestimenta impermeável, que cobrisse todo o corpo, protegendo-o do frio, da chuva e da neve. Blázquez também afirma que os romanos copiaram o *saio*, que passou a fazer parte da indumentária militar romana na Península Ibérica. Todavia, apesar de os romanos terem feito uso do *saio* durante as campanhas no norte da Ibéria, essa era uma indumentária considerada, por Estrabão, como característica de povos bárbaros, ao passo que a toga romana, por seu turno, era um item que sinalizava uma identidade civilizada. Isso fica claro na passagem que segue, na qual o autor indica a mudança ocorrida na indumentária após a romanização do território celtibérico, com a substituição do uso do *saio* pela toga:

[...] Quanto ao terceiro [legado], toma conta da região do interior e dirige os assuntos dos chamados togados, que o mesmo é chamar-lhes ‘pacíficos’, eles que se transformaram em pessoas moderadas e civilizadas, à maneira itálica, vestidos com as suas togas. Estes são os celtíberos e aqueles que vivem perto do Íbero, numa e noutra margem, até chegar às regiões junto do mar [...] (Str., *Geo.*, III, IV, 20).

Observamos que há uma diferença entre as duas formas de se vestir. Antes de entrar em contato com os romanos, os povos do Norte se cobriam com o *saio*, uma roupa típica da região. A partir do momento em que a região foi conquistada por Roma, alguns costumes romanos foram absorvidos pelos nativos, entre eles o uso da toga. Sendo assim, a utilização do *saio* era vista, por Estrabão, como um elemento característico dos povos bárbaros. Ao adotar a toga, esses povos passaram a ser considerados moderados e civilizados.¹⁵¹

Estrabão não representa apenas os trajes masculinos, mas também descreve a aparência física das mulheres e a maneira como se vestiam, sempre destacando os sinais de barbárie:

¹⁵¹ Acerca do significado do uso da toga pelos romanos e de como essa vestimenta marcava as relações de poder na sociedade romana, sugerimos a leitura de Mendes (2003).

Poder-se-iam também considerar como imagem de comportamento bárbaro os enfeites de algumas mulheres tal como os apresentou Artemidoro. De fato, ele afirma que, em alguns lugares, elas costumam usar, em volta do pescoço, colares de ferro que têm ganchos dobrados em forma de bico de corvo sobre o alto da cabeça e caindo bastante para diante da cara. Assim, quando querem, penduram o véu a estes ganchos de bico de corvo, de tal modo que, depois de estendido, oferece sombra ao rosto – e chamam a isto um adorno. Noutros lugares as mulheres colocam à volta da cabeça um enfeite em forma de disco pequeno, que rodeia a nuca e cinge a cabeça até junto das orelhas, e, na parte de cima, inclinado para trás, diminuindo pouco a pouco de largura. Outras, ainda, depilam de tal maneira a parte da frente da cabeça que esta brilha mais do que o rosto. Há também aquelas que colocam sobre a cabeça uma pequena coluna, mais ou menos de um pé de altura, entrançam o cabelo à volta dela e, em seguida, cobrem-na com um véu negro (Str., *Geo.*, III, IV, 17).

Alguns costumes diversos dos povos setentrionais também são indicados por Estrabão, sempre com o intuito de evidenciar o *modus vivendi* bárbaro desses grupos, em contraposição à cultura greco-romana presente nas regiões sul e leste. O autor assinala que os nativos do Norte tomavam banho e limpavam seus dentes com urina envelhecida em cisternas. Além disso, tinham o costume de dormir no chão ou, então, deitar-se sobre leitos de folhagem (Str., *Geo.*, III, III, 7; IV, 16).

O espírito corajoso (ἀνδρεία) dos habitantes do norte da Ibéria também era um sinal de barbárie na visão de Estrabão, conforme este trecho:

A juntar a coisas estranhas como estas, muitas outras foram vistas e contadas a respeito de todos os povos ibéricos em geral, mas, acima de tudo, em relação aos povos do Norte, não só aquilo que diz respeito à sua coragem, mas também o que diz respeito à sua selvajaria e à sua ausência de senso próxima do comportamento animal. De fato, mães mataram os filhos antes de serem capturadas, na guerra da Cantábria; um miúdo, estando os pais e os irmãos amarrados com cadeias, matou-os a todos, depois de se ter apoderado de uma arma, em obediência às ordens do pai, tal como uma mulher fez o mesmo àqueles que tinham sido aprisionados juntamente com ela. Também um outro, tendo sido chamado para junto de uns [soldados] completamente bêbedos, lançou-se ele próprio a uma fogueira. Todos estes comportamentos são comuns aos povos célticos e também aos trácios e aos citas, como também as histórias a propósito de coragem, tanto a dos homens como a das mulheres (Str., *Geo.*, III, IV, 17).

Um dos grupos mais enfatizados pelo autor, no que diz respeito à coragem, são os cântabros, pois foram os últimos que os romanos venceram na Península. No trecho a seguir, Estrabão indica o comportamento desse povo no momento da captura e morte: “[...] sobre a

ausência de senso dos cântabros conta-se também o seguinte, que alguns deles, ao serem capturados, entoavam cantos de vitória enquanto eram crucificados” (Str., *Geo.*, III, IV, 18). Pelo visto, era costume entre os cântabros preferir a morte a se submeterem a outro povo, pois morrer defendendo seu território era sinal de bravura. Tal atitude de valentia, diante da captura e da morte, causava certo estranhamento aos romanos e, por óbvio, ao autor da *Geografia*. Além disso, em certas ocasiões de perigo, como mostra a passagem abaixo, os cântabros cometiam suicídio:

[...] Também faz parte dos costumes ibéricos trazerem consigo um veneno, que obtêm de uma planta semelhante ao aipo e que não causa sofrimento, para o terem à disposição quando se vêem diante de circunstâncias indesejadas, e igualmente o fato de se devotarem de tal modo àqueles aos quais se ligaram que são capazes de morrer por causa deles (Str. *Geo.*, III, IV, 18).

As mulheres do norte da Ibéria também são destacadas como figuras corajosas, conforme observamos mediante esta passagem:

As mulheres, elas próprias, trabalham a terra e, tendo dado à luz, logo tratam de servir os seus homens, e põem-nos a repousar no leito, em vez delas. Enquanto estão a trabalhar muitas vezes [...] elas próprias, lavam e envolvem a criança em faixas, debruçadas junto de um riacho qualquer. Na Ligústica, diz Posidônio, um seu hóspede, Carmoleão, um homem massaliota, contou-lhe que tinha contratado um grupo de homens e mulheres para abrir uma fossa. Ora uma das mulheres, tendo sentido as dores do parto, afastou-se do trabalho, para um lugar próximo, e, depois de ter dado à luz, regressou imediatamente ao trabalho, de modo a não perder o salário. Ele próprio, vendo que ela estava a trabalhar em grande sofrimento, no início não sabia a causa. Quando a soube, bastante tempo depois, mandou-a embora e deu-lhe o salário. Então ela levou a criança até junto de uma fonte e, depois de a ter lavado e envolvido com aquilo que tinha consigo, transportou-a em segurança até casa (Str., *Geo.*, III, IV, 17).

Com base no trecho acima, observamos que a agricultura era uma atividade feminina, tanto no norte da Ibéria, quanto na Ligústica, região localizada no sul da Gália. De acordo com Almagro-Gorbea (2005, p. 28), era costume, nas sociedades do norte da Ibéria, que as mulheres se ocupassem da casa e das atividades agrícolas, enquanto os homens eram responsáveis por guerras e razias. O que mais chama a nossa atenção, no entanto, é o fato de que, mesmo sofrendo

após dar à luz, a mulher tenha continuado a trabalhar no campo. Sendo assim, Estrabão busca ressaltar a força e a coragem das mulheres do norte da Ibéria.

Do mesmo modo, a forma pela qual a sociedade cantábrica se organizava era diferente daquela que os gregos e romanos estavam habituados. Estrabão via com estranhamento o poder exercido pelas mulheres cântabras, que mantinham uma espécie de ginecocracia (γυναικοκρατία), ao passo que, na sociedade greco-romana, o exercício do poder era uma prerrogativa masculina:

Coisas como estas certamente poderiam ser exemplo de uma certa selvajaria de costumes. Outras, no entanto, ainda que igualmente menos civilizadas, não são exemplos de um comportamento próprio de um animal selvagem. É o caso de, entre os cântabros, os homens darem um dote às mulheres, as filhas ficarem com o estatuto de herdeiras, os irmãos serem entregues por elas às noivas em casamento. Existe, de fato, uma certa forma de poder feminino. E isso não é propriamente civilizado (Str., *Geo.*, III, IV, 18).

Vimos, até aqui, que Estrabão constrói uma dicotomia entre as regiões da Península Ibérica, a saber: o Sul e o Leste, considerados espaços isotópicos, uma vez que haviam absorvido os aspectos culturais romanos, e o Norte, visto como heterotópico, devido ao fato de, naquela ocasião, ainda não ter se integrado ao Império Romano. Tais espaços, portanto, são classificados tendo como referência um modelo, que é a cidade greco-romana, tanto em termos físicos, quanto em termos culturais. O Norte é heterotópico na medida em que suas condições físicas não proporcionavam o desenvolvimento de uma vida civilizada, bem como pelo fato de que, nesse local, habitavam povos com aspectos culturais completamente distintos dos costumes romanos. Era, portanto, o espaço do “outro”, da alteridade. O Sul e o Leste, como demonstramos, eram espaços isotópicos, na medida em que reproduziam as características físicas e culturais consideradas ideais para o desenvolvimento civilizacional.

De todos os aspectos identificados nessa contraposição entre espaços isotópicos e heterotópicos, ao que tudo indica, o fator urbano é o mais enfatizado por Estrabão. As cidades

greco-romanas, para ele, eram um elemento essencial para o desenvolvimento de uma vida civilizada, como trataremos no tópico seguinte. Por conseguinte, na visão do autor, apenas a intervenção romana poderia modificar a situação em que se encontravam os povos do Norte. Estrabão acreditava que a conquista romana traria benefícios aos nativos, pois estes deixariam de observar costumes bárbaros e passariam a praticar os costumes romanos, ou seja, sairiam de uma condição de selvageria para uma vida civilizada. Ao mesmo tempo, a conquista traria paz à região norte da Ibéria, tendo em vista que os nativos guerreavam entre si e contra as forças romanas, tal como vemos expresso no excerto a seguir:

Todavia, o carácter incivilizado e selvagem não resulta apenas da tendência para a guerra, mas deve-se também ao isolamento: de fato, a navegação e os caminhos até eles são longos, e como as comunicações se revelam difíceis, eles perderam o sentido de comunidade e de solidariedade. Atualmente, porém, experimentam estas circunstâncias em menor escala, graças à paz e à permanência dos romanos; mas aqueles que menos beneficiaram dessas condições são mais intratáveis e selvagens. E como para alguns povos existe miséria em função dos lugares e das montanhas em que habitam, é natural que um carácter tão singular se intensifique. No entanto, agora, como disse, todos os que guerreavam cessaram, pois mesmo aos que ainda hoje conservavam os seus hábitos de salteadores, sobretudo aos cântabros e aos seus vizinhos, César Augusto desmantelou-os - e em vez de saquearem os aliados dos romanos, combatem agora a favor dos romanos os coníacos e os que vivem junto às fontes do Íbero [...]. E Tibério, que sucedeu àquele, tendo estabelecido um corpo de três legiões nesses lugares (conforme havia sido indicado por César Augusto), tornou alguns desses povos não apenas pacíficos, mas também civilizados [...] (Str., *Geo.*, III, III, 8).

Esse trecho se refere ao momento posterior às campanhas de Augusto no norte da Ibéria, tendo em vista que Estrabão menciona as ações levadas a cabo por Tibério, imperador romano que sucedeu a Augusto. As investidas romanas e a ocupação do território do Norte teriam modificado o *modus vivendi* de alguns nativos, apesar de que, nem todos, à época, houvessem sido pacificados, já que o autor indica que alguns grupos ainda continuavam intratáveis e selvagens, mesmo após a conquista romana. Desse modo, Estrabão justifica a conquista da região norte da Península, que deveria ser seguida por um projeto de urbanização, de modo que

romanos e autóctones coabitassem em cidades e, assim, pudessem ingressar numa vida civilizada.

A importância do fator urbano na *Geografia*

Apesar de Estrabão se valer de diversas características para forjar uma polarização entre as regiões da Ibéria, o aspecto que possui maior relevância em sua narrativa, a nosso ver, é a distinção entre o espaço poliade e o não-poliade. Desse modo, a *pólis* era um elemento essencial para que determinada região fosse considerada isotópica pelo autor. As cidades greco-romanas eram vistas como espaços civilizados por excelência. Nesse sentido, determinado sítio, para ser considerado isotópico, deveria comportar uma série de aspectos que obedeciam ao modelo greco-romano de cidade. Aglomerações urbanas que, pelo contrário, não detivessem os aspectos físicos de uma *pólis* eram incluídas na categoria de espaços heterotópicos.

Um dos elementos mais importantes associados ao fator urbano é a densidade demográfica, ou seja, a quantidade de pessoas que habitavam determinado perímetro. Locais muito populosos foram elevados, por Estrabão, à categoria de isotopias, pois se assemelhavam à capital do Império, uma cidade onde havia uma enorme interação cultural. Já as regiões que comportavam uma baixa densidade populacional, foram consideradas heterotópicas, uma vez que representavam o contrário do que se verificava na *Urbs*. Em vez da interação, as regiões pouco povoadas eram caracterizadas pelo isolamento e, por consequência, marcadas por uma tendência à aversão às trocas comerciais e culturais.

Estrabão afirma que: “[...] a maior parte [da Ibéria] é escassamente habitada, pois numa grande extensão habitam-se, sobretudo, montanhas, florestas e planícies de solo pobre e nem

sequer irrigado de modo uniforme [...]” (Str., *Geo.*, III, I, 2).¹⁵² Por meio desse excerto, observamos que, na visão do autor, somente uma faixa do território ibérico era habitada, tendo em vista que as condições naturais permitiam o povoamento em alguns locais, ao passo que em outros, não. Estrabão indica que a distribuição desigual da população pelo território era consequência do espaço físico,¹⁵³ que não proporcionava meios suficientes para a sobrevivência de um grande número de indivíduos. Enquanto a Turdetânia e a costa leste possuíam condições naturais que permitiam o estabelecimento de um grande número de *póleis*, a região norte, devido à sua natureza, não comportava grande população, o que impedia a construção de centros urbanos. Nesse sentido, o autor afirma:

[...] E a região norte, além da sua aspereza, é extremamente fria e vizinha do Oceano, tendo atraído a si o isolamento e a falta de relação com as demais, de forma que se distingue pelas más condições de habitação. Estas partes, portanto, são assim; o Sul, porém, é quase todo fértil, particularmente a região para lá das Colunas [...] (Str., *Geo.*, III, I, 2).

Por meio dessa passagem, verificamos uma clara distinção entre os espaços do norte e do sul da Ibéria. Ao primeiro, são associados atributos como a aspereza, o clima frio, o isolamento social e a dificuldade de habitação, sobretudo devido à escassez de alimento. O espaço do Sul, por seu turno, é indicado como fértil, sendo, portanto, o oposto do Norte. Na descrição do norte da Ibéria, uma série de elementos negativos é utilizada, e a natureza local, de modo específico, é considerada um fator crucial para o caráter selvagem dos povos que ali habitavam. Vemos que a qualidade ruim do solo, aliada ao clima frio, impactavam a vida dos grupos setentrionais, certamente porque a agricultura, essencial para a subsistência, era impossibilitada nessas condições. Além disso, a população que habitava o Norte acabou se

¹⁵² Há estudos que visam a calcular a densidade populacional das regiões da Ibéria na época romana, seja com base nos relatos das fontes antigas ou nos dados arqueológicos. Entretanto, são dados aproximativos, uma vez que não havia um sistema de censo demográfico que, naquele contexto, abarcasse todas as regiões. Sendo assim, acerca da demografia ibérica na época romana, sugerimos a leitura de Blázquez Martínez (1975, p. 23-25).

¹⁵³ O espaço físico é formado por diversos elementos, como o clima, o solo e os recursos hídricos, conforme demonstramos mediante o nosso complexo categorial.

isolando cada vez mais, dando origem a um *modus vivendi* próprio, que Estrabão representa como bárbaro. De acordo com o autor, pelo fato de não terem contato com os gregos e romanos, os nativos desenvolveram costumes selvagens (Str., *Geo.*, III, III, 8).

Sendo assim, quanto à distribuição populacional, o norte da Península é caracterizado pelo isolamento, pois poucas pessoas resistiam às barreiras impostas pelos fatores naturais. Na ótica de Estrabão, tais elementos influenciavam diretamente na quantidade de habitantes de uma determinada área, no sentido de que, quanto maior o volume de recursos naturais, maior seria também a população. Ao contrário do Norte, o Sul era muito habitado, sobretudo às margens do rio Bétis, mantendo um grande número de cidades e a conexão destas com outras regiões. Isso porque o solo e o clima do Sul propiciavam condições adequadas para o cultivo de alimentos, permitindo a subsistência da população local e o desenvolvimento comercial, que gerava, por sua vez, o crescimento das cidades (Str., *Geo.*, III, I, 2; II, 3).

Estrabão destaca a presença de aglomerações urbanas de tipo greco-romano no território ibérico, as assim denominadas *póleis* (πόλεις). Estas se diferenciavam dos aglomerados urbanos pré-romanos, que o autor denomina como *kómai* (κώμαι).¹⁵⁴ Esse termo se refere a um conjunto de construções que expressam, na *Geografia*, a alteridade ibérica frente aos padrões mediterrânicos, sendo empregado todas as vezes em que Estrabão se reporta aos assentamentos dos grupos que ainda não haviam adotado a cultura greco-romana.

No trecho abaixo, verificamos a oposição entre os dois modelos: de um lado, temos a *pólis*, considerada um espaço isotópico e, do outro, as estruturas denominadas como *kómai*, que tinham um caráter heterotópico:

[...] Políbio, quando se demora na descrição dos povos e das regiões dos váceos e dos celtíberos, junta ainda às outras as cidades de Segesama e Intercracia. Pelo seu lado, Posidônio afirma que Marco Marcelo recolheu na

¹⁵⁴ Singular *kóme* (κώμη).

Celtibéria um tributo de seiscentos talentos, o que leva a concluir que os celtíberos eram muitos e bem fornecidos de riquezas, embora habitassem uma região bastante pobre. Mas quando Políbio diz que Tibério Graco destruiu trezentas das cidades deles, Posidônio, brincando com isso, afirma que o homem queria era cair nas boas graças de Graco, ao chamar cidades às torres de defesa, tal como acontecia nos cortejos triunfais. E talvez isto que ele diz não seja assim tão incrível: de fato, tanto os generais como os historiadores se deixam levar facilmente por este tipo de mentira, embelezando as ações, e, também por isso, aqueles que afirmam que as cidades dos íberos são mais de mil parecem-me chegar a um tal número porque chamam cidades às aldeias grandes (μεγάλας κώμας). Ora, nem a natureza da região tem capacidade para muitas cidades, por causa da pobreza, ou então por causa do isolamento e da rudeza do terreno, nem a vida ou as ações dos seus habitantes (fora os que moram junto da costa do Nosso Mar) apontam para algo deste gênero: os que vivem nas aldeias (κώμας) são selvagens, e esses constituem a maioria dos íberos; por outro lado, nem sequer as próprias cidades os tornam facilmente civilizados, quando o que predomina é viverem em florestas, causando danos aos que vivem perto (Str., *Geo.*, III, IV, 13).

Essa passagem diz respeito à região central da Ibéria, onde viviam, entre outros povos, os celtíberos. Segundo Estrabão, a região não dispunha de meios naturais, nem sua população possuía usos e costumes adequados para justificar o desenvolvimento de um grande número de *póleis*. O que havia no Norte, de acordo com o autor, eram pequenas aglomerações denominadas *kómai*, que nada mais eram do que aldeias ou pequenos vilarejos. Estrabão, no entanto, exclui dessa área não desenvolvida os habitantes da costa sul e leste, posto que ali se verificava a presença de diversas *póleis*.

Em outro trecho do Livro III, Estrabão realiza uma distinção entre o território da Turdetânia e o que pertencia a um grupo céltico do sudoeste da Ibéria. Pelo simples fato de viverem em aldeias, e não em *póleis*, Estrabão considerava esses célticos menos civilizados que os turdetanos:

A prosperidade da região veio acompanhada para os turdetanos do progresso civilizacional e político, e também para os célticos, devido à sua vizinhança - segundo diz Políbio, por causa do parentesco -, mas para estes em menor escala (pois a maior parte deles continua a viver em aldeias).¹⁵⁵ Contudo, os turdetanos, e sobretudo os que vivem ao redor do Bétis, adotaram por inteiro o estilo de vida dos romanos, nem sequer se recordando já da sua própria língua. Na sua maioria, tornaram-se latinos e receberam romanos como colonos, de

¹⁵⁵ τὰ πολλὰ γὰρ κωμηδόν ζῶσιν.

modo que pouco falta para serem todos romanos. E as cidades agora povoadas de forma mista, *Pax Augusta* entre os célticos, *Augusta Emerita* entre os túrdulos, *Caesaraugusta* na região dos celtíberos e algumas outras colônias evidenciam a transformação das mencionadas formas de vida cívica. E todos os íberos que adotaram este modelo são denominados *togati* (entre eles estão também os celtíberos, que outrora eram considerados como os mais selvagens de todos) [...] (Str., *Geo.*, III, II, 15).

Podemos afirmar que a *pólis* era, de fato, o fator mais importante de diferenciação entre espaços isotópicos e heterotópicos. Vimos que, muito embora os célticos, vizinhos dos turdetanos, tivessem se beneficiado das riquezas naturais da região na qual habitavam, ainda eram considerados um grupo menos desenvolvido em termos civilizacionais, pelo simples fato de não terem assimilado o modelo de cidade greco-romano. Os turdetanos, assim como outros grupos da Ibéria, pelo contrário, teriam chegado a um patamar ideal de civilização porque absorveram os usos e costumes romanos, mas, em especial, por habitarem um espaço poliáde. Em alguns casos, como vimos, os nativos, até mesmo, dividiam o espaço citadino com indivíduos romanos que migraram para a Península, o que, de certa maneira, facilitava a interação cultural, algo visto por Estrabão como benéfico.

Com base nisso, Dandrow (2017, p. 116) afirma que, para Estrabão, a *pólis* era a expressão do mais alto nível de civilização a que uma sociedade poderia chegar. A *pólis* a que Estrabão faz referência, em seu texto, não era concebida apenas no sentido de um perímetro urbano – a *ásty* (ἄστυ) –, com suas ruas e muros, mas também era formada por um espaço rural – a *khóra* (χώρα) –, de onde provinham os bens naturais para a subsistência da população e para o comércio. Além disso, na condição de cidadãos de uma *pólis*, os habitantes deveriam obedecer a um conjunto de regras sociais:

Essa comunidade ideal é uma expressão de “previsão” ou “razão”, que garante sua fundação, crescimento e sobrevivência. Possui terras produtivas, acesso ao mar ou rotas de água, posições defensáveis, terreno habitável, clima moderado e recursos acessíveis e abundantes. O espaço urbano é murado e organizado esteticamente e racionalmente. Possui uma ordem sociopolítica (σύστημα) baseada no governo constitucional (idealmente consistindo em instituições monárquicas,

aristocráticas e democráticas), leis escritas e líderes eficazes. Seus cidadãos mantêm a disciplina social, o respeito à lei e, com todos os interesses satisfeitos, trabalham juntos para o bem comum (caracterizado como εὐνομία, πολιτικὴ ἀρετὴ e ἁρμονία) [...] (DANDROW, 2017, p. 116-117).

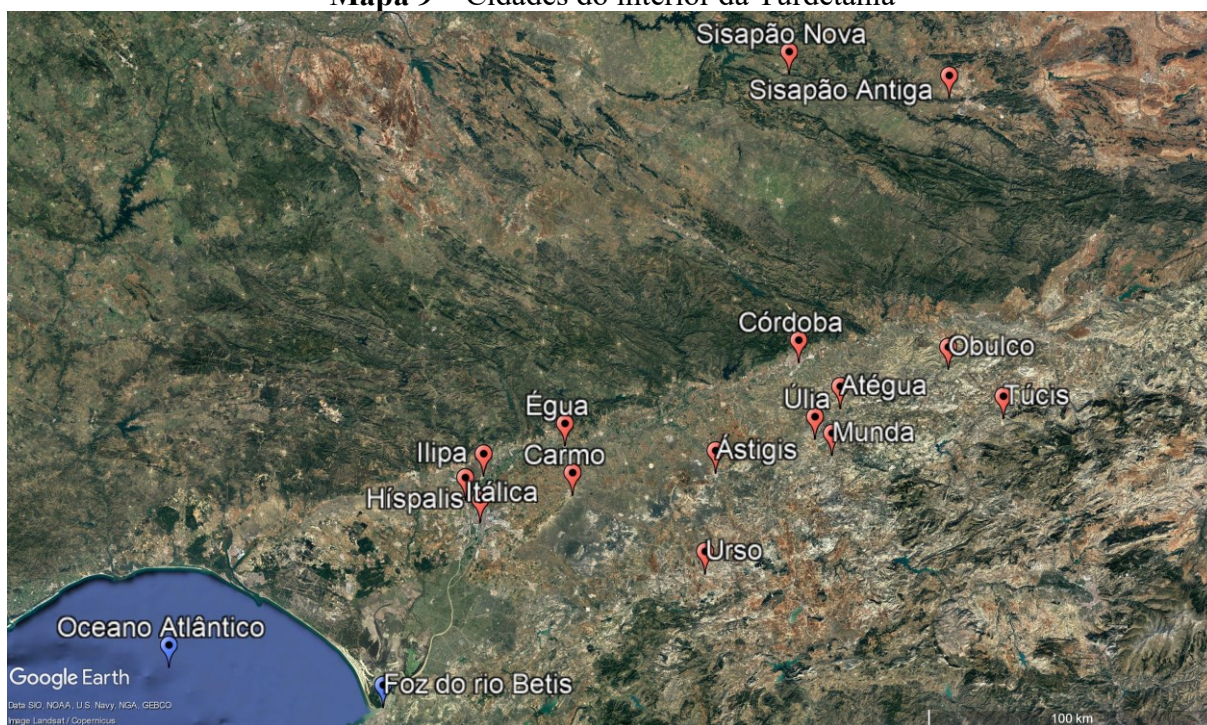
A *pólis* era, portanto, considerada o espaço da ordem e da prosperidade, sem as quais uma sociedade não poderia ser caracterizada como civilizada. Para Estrabão, o ato de construir cidades era um fator imprescindível para que determinado grupo fosse considerado semelhante aos gregos e romanos. Desse modo, podemos afirmar que o espaço do sul e do leste da Ibéria é representado como isotópico, porque nele se encontravam muitas *póleis*, conforme este trecho: “[...] a dimensão deste território, em comprimento e largura, não é superior a dois mil estádios, mas as cidades são, em proporção, em grande número (de fato, há quem diga que são duzentas [...])” (Str., *Geo.*, III, II, 1).

Como vimos no segundo capítulo, o sul e o leste da Ibéria haviam passado por um longo processo de urbanização, desde a época da expansão dos domínios fenícios, iniciada no século VIII a.C. Além dos fenícios, os gregos e os cartagineses também foram responsáveis pela fundação de diversas cidades ao longo da costa mediterrânica da Ibéria. Por fim, os romanos ergueram várias cidades na Península, já nos dois primeiros séculos de domínio sobre aquele território. Porém, destacamos que, no contexto no qual Estrabão escreveu sua *Geografia*, a urbanização de tipo mediterrânica havia se estendido apenas pelas regiões sul e leste. Isso quer dizer que o Norte, região que foi conquistada apenas durante o Principado de Augusto (de 27 a.C. a 23 d.C.), ainda não havia adotado os mesmos padrões de construção conhecidos no Sul e no Leste, bem como não havia assimilado os aspectos culturais romanos.

Mediante a leitura do Livro III, observamos que a Turdetânia possuía, no início do Principado, uma extensa malha urbana e um território integrado por vias marítimas, fluviais e terrestres, que ligavam os centros urbanos ao interior e a diversas partes do mundo conhecido. Estrabão cita várias cidades situadas nessa região, das quais algumas puderam ser localizadas,

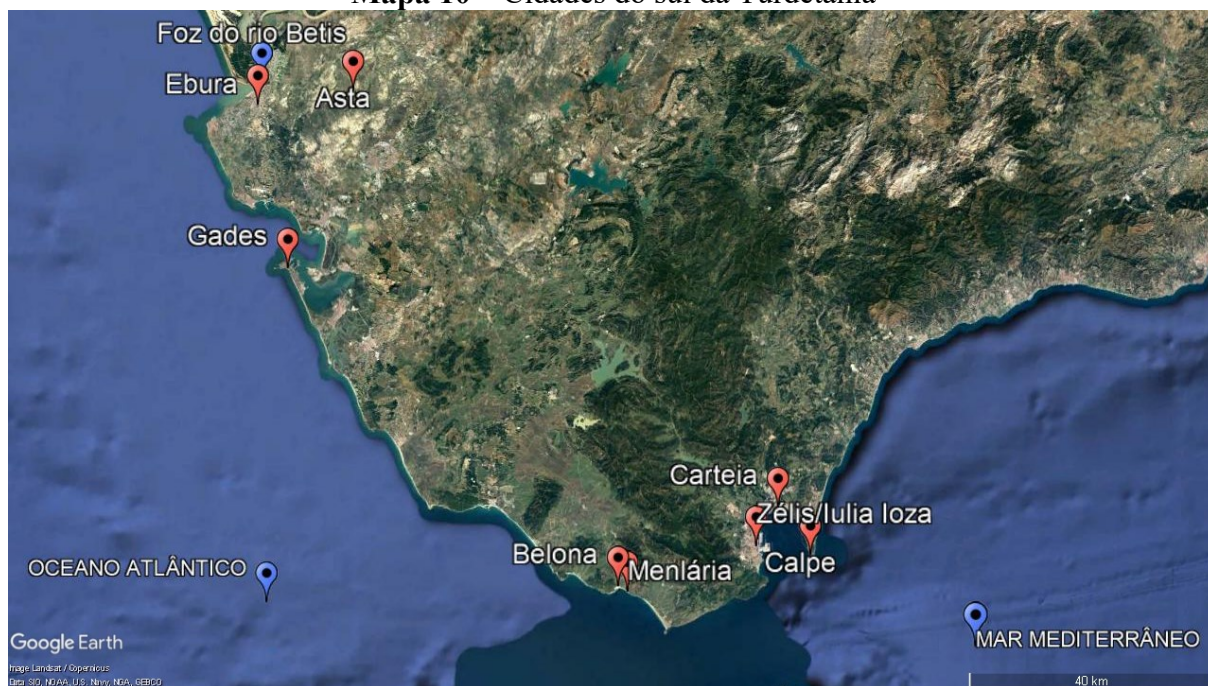
enquanto outros sítios, infelizmente, permanecem desconhecidos. O autor também indica apenas o nome das principais cidades, de um total que ele acreditava superar duas centenas. Com base no que Estrabão nos legou, construímos três mapas, que visam a localizar as cidades do sul da Ibéria. Por meio do Mapa 9, observamos a posição das cidades situadas no interior, muitas delas às margens do rio Bétis. Mediante o Mapa 10, identificamos algumas cidades localizadas na costa. E, por fim, no Mapa 11, indicamos a localização das cidades fixadas nas proximidades dos estuários.

Mapa 9 – Cidades do interior da Turdetânia



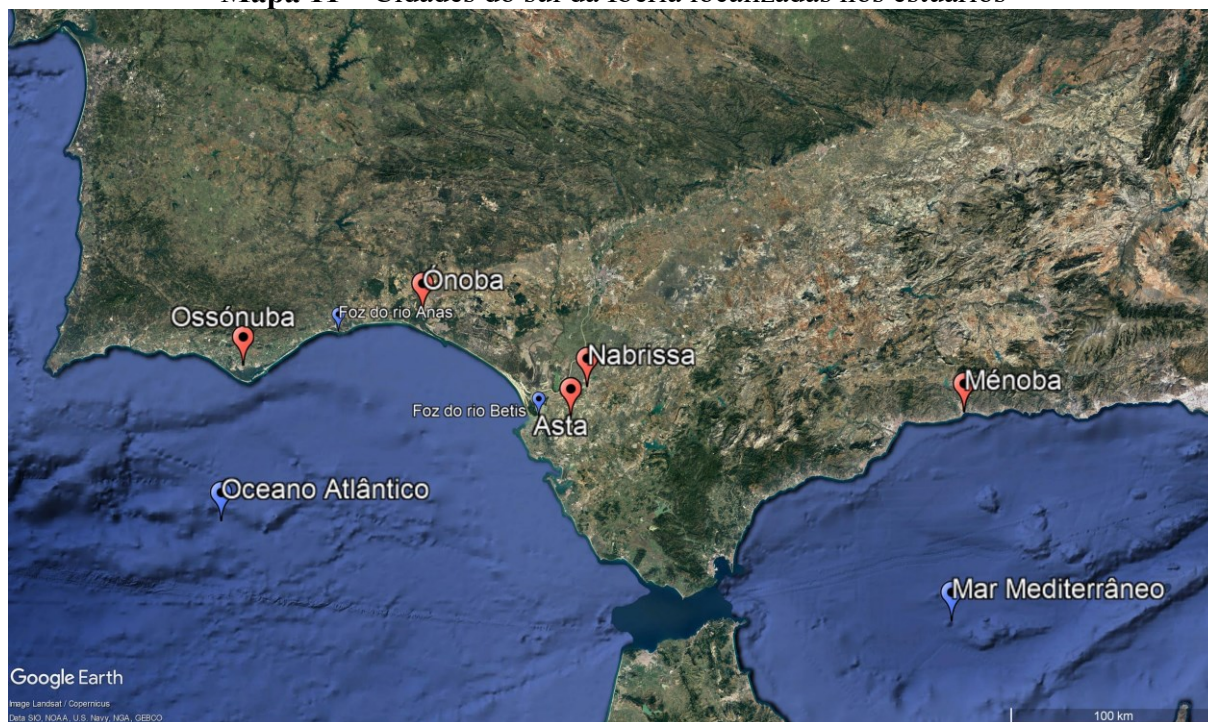
Fonte: autoria própria

Mapa 10 – Cidades do sul da Turdetânia



Fonte: autoria própria

Mapa 11 – Cidades do sul da Ibéria localizadas nos estuários



Fonte: autoria própria

Acerca da Turdetânia, Estrabão afirma que: “[...] ao longo das suas margens, o [rio] Bétis é habitado por uma população numerosa [...]” (Str., *Geo.*, III, II, 3). Desse modo, o autor representa a Turdetânia como um local marcado pela presença de muitas *póleis* e por um alto contingente populacional, o que tornava essa região um espaço isotópico.

Verificamos, além disso, que Estrabão associa a prosperidade de determinada *pólis* a três fatores: a extensão e a qualidade do espaço natural, ou seja, se este fornecia os bens naturais necessários à manutenção da *pólis*; o *modus vivendi* da população; e, por fim, se a *pólis* mantinha alguma relação com Roma, por meio de alianças políticas e econômicas. Isso fica mais claro ao analisarmos o seguinte trecho:

[...] As [cidades] que mais cresceram pelo seu prestígio e poder foram Córdoba (fundação de Marcelo) e também a cidade dos gaditanos¹⁵⁶: esta, graças às suas navegações e por se ter associado aos romanos através de uma aliança; aquela, pela excelência e extensão do seu território e, em grande parte, por confinar com o rio Bétis [...]” (Str., *Geo.*, III, II, 1).

Do mesmo modo que na Turdetânia, região sobre a qual acabamos de tratar, no leste da Ibéria, desenvolveram-se muitas *póleis* importantes, das quais algumas estão identificadas no Mapa 12.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Gades (Γάδειρα).

¹⁵⁷ Algumas cidades do leste da Ibéria citadas por Estrabão ainda não tiveram seus vestígios identificados, o que justifica sua ausência no mapa. É o caso de Cartália, Egelasta e Oleastro (Str., *Geo.*, III, IV, 6, 9).

Mapa 12 – Cidades do sul e do leste da Ibéria



Fonte: autoria própria

Notamos, mediante o relato de Estrabão, a permanência, em época romana, de algumas cidades muito antigas. Como exemplo, temos Málaga (Μάλακαν), cidade fundada pelos fenícios, cuja estrutura, segundo Estrabão, ainda continuava sendo fenícia no contexto do Principado. Estrabão também indica que essa cidade era um entreposto comercial para os númidas, grupo que habitava a costa africana setentrional. Seguindo para o leste, encontrava-se outra cidade de fundação fenícia, denominada Abdera (Αβδηρά). Em seguida, Nova Cartago (Καρχηδόνα Νέα),¹⁵⁸ fundada por Asdrúbal Barca, general cartaginês. De acordo com o autor, esta era a cidade mais poderosa da costa leste, uma vez que estava bem localizada, em uma área que fornecia proteção natural, além de ser amuralhada. Por fim, Estrabão destaca que Nova Cartago possuía bons portos (Str., *Geo.*, III, IV, 2, 3, 6).

¹⁵⁸ Atual Cartagena, na Espanha.

O autor também menciona algumas *póleis* gregas situadas na costa leste da Ibéria. É o caso de Menace ou Mainake (Μαινάκη), que seria, segundo a tradição, a *pólis* mais ocidental, situada entre Málaga e Nova Cartago,¹⁵⁹ e que, segundo ele, estaria completamente destruída em sua época. Estrabão também nos informa acerca de outras fundações gregas, como Hemeroscópio ou Hemeroscopeion (Ἡμεροσκόπειον), que teria sido erguida pelos massaliotas.¹⁶⁰ Sagunto (Σάγουντον), por seu turno, era uma *pólis* muito conhecida por ter servido como palco do início da Segunda Guerra Púnica. De acordo com Estrabão, essa *pólis* era uma fundação dos zacíntios, habitantes da ilha grega de Zacinto. Mais a norte, encontravam-se as mais antigas fundações gregas na Ibéria: Empório (Ἐμπορίον) e Rode (Ῥόδος). É provável que ambas tenham sido fundadas pelos massaliotas, apesar de Estrabão afirmar que havia a possibilidade de esta última ter sido erguida pelos ródios (Str., *Geo.*, III, IV, 2, 6, 8).¹⁶¹

A única cidade fundada pelos romanos, na costa leste da Ibéria, que Estrabão descreve de modo mais detalhado é Tarraco (Ταρράκων),¹⁶² talvez pelo fato de ela ter sido capital provincial, como o próprio autor nos indica, ao afirmar que servia de residência aos que governavam a província. Estrabão nos informa que a cidade não era dotada de portos, mas estava situada em uma baía. O autor afirma também que esse sítio detinha todas as condições para ser reconhecido como uma *pólis*, isto é, possuía muralha, arruamentos, prédios públicos, entre outros atributos que o caracterizavam como uma verdadeira cidade.¹⁶³ Outra característica

¹⁵⁹ Discussões recentes acerca da localização de Mainake podem ser encontradas em Aubet (2005).

¹⁶⁰ “Massaliotas” é a maneira pela qual são chamados os habitantes de Massalha (Μασσαλία), *pólis* localizada no sul da França, fundada por colonos focueus, que, por sua vez, eram provenientes de uma “*pólis*-mãe” denominada Foceia (Φώκαια), situada na Ásia Menor.

¹⁶¹ “Ródios” é a maneira pela qual denominamos os gregos provenientes de Rodes, termo que serve tanto para se referir à ilha localizada no mar Egeu, quanto à cidade situada nessa ilha.

¹⁶² Atual Tarragona, na Espanha.

¹⁶³ Apesar de ser uma *civitas* romana, fazemos referência a Tarraco como *pólis*, visto que é este o termo empregado por Estrabão. *Pólis*, neste caso, é sinônimo de cidade, podendo ser utilizado para se referir a assentamentos fundados pelos fenícios, gregos ou romanos. Também optamos pelo emprego de apenas um termo, por questões de padronização.

de Tarraco destacada por Estrabão era sua grande população, equivalente à de Nova Cartago. Por fim, o autor reconhece Tarraco como uma metrópole regional (μητρόπολις), pois estendia sua influência para além do rio Ebro (Str., *Geo.*, III, IV, 7).

Do mesmo modo como Estrabão não sistematiza todas as características de uma *pólis*, algumas das quais conseguimos captar nas entrelinhas do texto, também não o faz em relação às aglomerações denominadas *kómai*. Porém, verificamos que tais assentamentos eram de pequena dimensão e, por consequência, comportavam um número reduzido de pessoas em seu interior. Além disso, encontravam-se dispersos, sem muitas ligações entre si e com as sociedades do além-mar (Str., *Geo.*, III, I, 2; II, 15; III, 5, 8; IV, 13).

Em um trecho do Livro III, Estrabão afirma que os romanos haviam destruído as cidades dos povos que viviam na região da Lusitânia, reduzindo-as a simples *kómai*. Desse modo, verificamos a existência de uma dicotomia entre o espaço da *pólis*, habitado por povos civilizados (πολιτικοί), e o da aldeia, considerado um lugar menos avançado em termos civilizacionais, onde habitavam povos bárbaros (βάρβαροι) e selvagens (άγριοι) (Str., *Geo.*, III, III, 5; IV, 13).

Nesse sentido, concluímos que havia uma espécie de modelo ideal de cidade, a *pólis*, que poderia ser encontrada por todo o Império Romano. Os espaços onde havia o desenvolvimento desse tipo de assentamento são considerados isotópicos por Estrabão, como é o caso do sul e do leste da Ibéria. Por outro lado, nos espaços heterotópicos, tal como o norte da Ibéria, os nativos não seguiam os padrões determinados para a construção e manutenção de uma *pólis*. Sendo assim, pelo fato de não corresponderem à estrutura física e cultural de uma cidade greco-romana, alguns espaços são representados, na *Geografia*, com uma série de adjetivos que visavam a caracterizá-los como inferiores em relação ao mundo *políade*.

Apesar do desenvolvimento de uma estrutura urbana na Ibéria, é possível concluir que nem todas as regiões, no contexto do Principado, haviam sido modificadas pela presença de estruturas urbanas greco-romanas. No norte da Ibéria, povos como os galaicos, os ástures e os cântabros ainda mantinham vivas culturas locais, habitando em castros e em *oppida*. Isso justifica, portanto, o fato de Estrabão classificar a região norte como heterotópica e, além disso, enaltecer as ações militares romanas que visavam à sua conquista e modificação de acordo com os padrões greco-romanos.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação, buscamos analisar uma obra que muito tem a nos revelar acerca do pensamento geográfico na Antiguidade e de como a *oikoumene* era concebida pelos gregos e romanos, no contexto do Principado. Uma vasta quantidade de informações de cunho político, social e econômico referentes à região da bacia do Mediterrâneo e de suas adjacências foi catalogada por Estrabão e, por isso, encontra-se disponível aos pesquisadores atualmente.

Como vimos, Estrabão era proveniente da parte oriental do Império Romano, onde se falava o grego. No período em que viveu (de 63/50 a.C. a 23 d.C.), os romanos dominavam boa parte do mundo conhecido, incluindo a região do Ponto, onde nasceu o autor. Portanto, Estrabão não era um indivíduo estrangeiro, mas, sim, membro daquele vasto império. Ele não via os romanos como os “outros”, mas sim como iguais. E, na condição de cidadão romano, buscou, por meio de sua obra, contribuir para o desempenho apropriado das práticas imperialistas romanas.

Desse modo, entender a identidade de Estrabão foi nosso primeiro desafio, pois, como sabemos, sua representação é fruto da conexão de uma série de fatores, como origem social, carreira acadêmica, leituras, a escola teórica de pensamento geográfico à qual pertenceu, as viagens que empreendeu e os diversos contatos que manteve, não só com os membros da elite política, militar e intelectual da época, mas também com indivíduos ligados ao comércio de longa distância, que lhe forneciam informações. Ademais, a *Geografia* foi concebida por um indivíduo que estava vinculado a um contexto histórico mais amplo: o do imperialismo romano, que influenciou diretamente seu pensamento.

Vimos que Estrabão era originário de uma família do Reino do Ponto, de elevado *status* social, o que permitiu a seus membros alcançarem os mais altos cargos militares e religiosos, fazendo parte da corte do rei Mitrídates. Com as incursões romanas no Ponto, no século I a.C., a família de Estrabão se dividiu, ao ter de se posicionar na guerra: alguns membros continuaram

fiéis a Mitrídates, com a esperança de que este vencesse as tropas romanas; outros, no entanto, prevendo a derrota do soberano, fizeram acordos com Lúculo, o general que, então, comandava o exército romano. Quis o destino que ambas as escolhas trouxessem prejuízos à família de Estrabão, pois, com a vitória de Pompeu, um opositor de Lúculo no Senado, as promessas deste último à família de Estrabão, no contexto das Guerras Mitridáticas, se tornaram inválidas. Assim, toda a glória conquistada pela família durante o reinado de Mitrídates, aos poucos, se esvaiu.

Por maiores que tivessem sido os prejuízos políticos para a família de Estrabão, em decorrência da anexação do Ponto ao domínio de Roma, seus membros continuaram a dispor de grande riqueza. Isso fez com que o autor pudesse se dedicar exclusivamente à sua formação educacional, frequentando, desde tenra idade, as melhores escolas do mundo greco-romano. À época, os membros das elites frequentavam as mesmas escolas, situadas nos grandes centros estudantis da bacia do Mediterrâneo, como Alexandria, Atenas e Roma. Com Estrabão não foi diferente, tendo em vista que, por dispor de uma vasta herança deixada por seus familiares, pôde trilhar todos os passos de uma educação de qualidade, até se tornar um autor atuante nos campos da História e da Geografia. Aliás, um filósofo como Estrabão deveria se dedicar exclusivamente à contemplação do mundo. Para tanto, deveria dispor de meios para a sobrevivência, o que, no seu caso, veio por intermédio da herança deixada por sua família, como vimos.

Desde a fase inicial de sua formação, Estrabão entrou em contato com um vasto conjunto de textos escritos por autores gregos, como Homero, Heródoto, Políbio e Posidônio, o que influenciou profundamente sua visão de mundo. O filósofo era adepto de uma concepção da Geografia que defendia a validade dos escritos homéricos, com seus relatos mitológicos, em detrimento de outra, que dava ênfase apenas ao conhecimento proveniente da observação direta.

Para um geógrafo, era importante, de todo modo, a contemplação *in loco* das regiões a serem descritas. Por isso, Estrabão realizou diversas viagens pela bacia do Mediterrâneo. Pôde, então, conhecer muitos lugares, o bastante para que se considerasse mais capacitado do que qualquer outro geógrafo a descrever o mundo, uma vez que visitou um número maior de lugares em comparação aos seus pares. Todavia, é preciso ressaltar que Estrabão não percorreu todas as regiões da *oikoumene*, sendo a Ibéria uma das localidades que não conheceu pessoalmente. Apesar disso, lançou seu olhar sobre a Península por intermédio de fontes variadas.

Para escrever sobre o território ibérico, Estrabão se valeu de relatos dos autores que lhe antecederam. É preciso enfatizar que essas fontes traziam dados de um passado remoto, mas que o autor decerto aproveitou, por dois motivos principais: em primeiro lugar, porque era preciso citar figuras reconhecidas nos círculos literários para que sua obra alcançasse visibilidade; em segundo lugar, porque cada informação acerca de um local tão distante como a Ibéria era valiosa. Já os dados recentes sobre a Península, no contexto do Principado, foram obtidos por intermédio de comerciantes e membros do exército. Muitos desses informantes estiveram na Ibéria durante as Guerras Cantábricas (de 29 a 19 a.C.), quando o próprio *princeps* se deslocou para a Península com o intuito de anexar ao domínio romano o território que ainda restava independente. Na condição de romanos guerreando pelo controle da parcela setentrional da Ibéria, esses homens trouxeram à capital do Império uma visão eivada de preconceitos e estereótipos acerca da alteridade dos povos ibéricos. Já os ibéricos, posicionaram-se contra a presença romana na Península, com o intuito de defender seus territórios e de se manterem livres do controle de uma potência estrangeira. Entre os povos que ainda permaneciam avessos ao domínio romano, contavam-se os galaicos, os cântabros e os ástures.

Sendo assim, o que foi registrado por Estrabão em sua *Geografia* não é apenas o pensamento individual de um autor, mas a narrativa do grupo vencedor, os romanos. Assinalamos, desse modo, que a representação da Ibéria não se constitui apenas pelo olhar de

Estrabão, pois um conjunto de fatores influenciou seu pensamento, como o contexto político, o lugar social ao qual pertencia, a disponibilidade de fontes e, até mesmo, o público-alvo da obra.

Na *Geografia*, notamos uma preocupação de Estrabão em registrar dados relevantes para a elite política e militar de Roma. Na tessitura da obra, o autor descartou o aprofundamento de questões teóricas ligadas às Ciências da Natureza, pois buscava fornecer informações que realmente tivessem validade para os governantes romanos. Logo, *Geografia* é um autêntico manual para a orientação dos conquistadores romanos, pois descreve grupos humanos e lugares que estavam ou que poderiam se tornar submissos à autoridade imperial. Com isso, podemos afirmar que o autor viu, no seu trabalho intelectual, uma oportunidade de se manter atuante no âmbito da elite imperial, fornecendo instrumentos para que esta pudesse governar com mais facilidade.

Voltando nosso olhar para a representação de Estrabão acerca do território ibérico, verificamos uma polarização entre duas regiões: o Sul e o Leste, de um lado, e, em oposição a essas duas, o Norte. Nosso objetivo principal foi justamente analisar a maneira pela qual Estrabão diferenciou regiões dentro de uma totalidade territorial, a Ibéria, no sentido de conferir ao Sul e ao Leste um caráter isotópico e, ao Norte, uma natureza heterotópica. Para evidenciar os aspectos utilizados pelo autor na construção dessa dicotomia, elaboramos dois complexos categoriais, sendo um deles voltado para os dados naturais da Ibéria (APÊNDICE A) e o outro, para as questões etnográficas (APÊNDICE B).

Mediante a análise do primeiro complexo categorial, verificamos que Estrabão descreve uma série de elementos físicos da Ibéria, como o solo, os recursos hídricos, o clima, o relevo, a presença de minerais, a flora e a fauna. Todos esses elementos contribuem de alguma forma para a construção da visão polarizada presente na fonte.

O Sul e o Leste são indicados por Estrabão como espaços isotópicos, pois continham características físicas positivas, que permitiam a emergência de uma vida tida como civilizada,

tal como em Roma e em outras regiões prósperas da bacia do Mediterrâneo. O solo da região era rico e fértil, impactando a produção de alimentos; havia muitos mananciais, que favoreciam as práticas agrícolas e a navegação; o clima era ameno, o que também possibilitava a prática da agricultura; o relevo não era acidentado, sendo constituído por planícies que admitiam a agricultura, o pastoreio e a navegação em locais alagadiços. Além disso, havia uma grande riqueza mineral, que Estrabão enaltece por sua quantidade e qualidade. Da mesma forma, a fauna e a flora do Sul e do Leste eram consideradas excepcionais.

Desse modo, podemos afirmar que o sul e o leste da Península são representados por Estrabão como espaços agradáveis, que proporcionavam à população tudo aquilo de que necessitava para bem viver. No entanto, a nosso ver, o que mais interessava ao autor era indicar os benefícios que a exploração desse território poderia trazer ao Império Romano. Sendo assim, no que tange às características físicas da região, Estrabão prioriza fatores que guardavam conexão direta com a economia imperial.

Os dados que obtivemos acerca das características físicas do norte da Ibéria demonstram que, para Estrabão, tratava-se de um espaço heterotópico, ou seja, o contrário do que se via no Sul e no Leste. O solo da região era infértil na sua maior parte, logo, impróprio para a prática da agricultura. Estrabão afirma que o território não era irrigado de modo uniforme, o que nos indica que os recursos hídricos eram escassos, prejudicando a agricultura. O clima era extremamente frio, em alguns locais, e o relevo, bastante acidentado, fatores que também prejudicavam e, em certos casos, impediam o cultivo de algumas espécies consideradas como essenciais na cultura greco-romana, a exemplo do trigo, da vinha e da oliveira. O clima severo e o relevo também eram empecilhos à própria sobrevivência da população e aos contatos entre as *nationes* ibéricas e os romanos. Apesar de Estrabão destacar que havia minerais em abundância na Ibéria, poucos dados são revelados acerca da região setentrional. Quanto à fauna e à flora do Norte, poucos dados são registrados. Apenas a região do rio Tejo pode ser

considerada exceção, uma vez que sua natureza é enaltecida. Porém, ao tratar do extremo norte da Península, a região da Cordilheira Cantábrica, Estrabão enfatiza a presença ali de animais nocivos, como as ratazanas, que causavam epidemias. Logo, este era considerado um espaço perigoso.

No que tange às questões de ordem etnográfica, também constatamos uma polarização entre o Sul e o Leste, considerados isotópicos, e o Norte, tido como heterotópico. Vários fatores são mencionados por Estrabão com o objetivo de estabelecer essa polarização, tais como: a agricultura; a mineração; as práticas comerciais; a navegação; as técnicas militares; a educação, a língua e a escrita; a religião; a alimentação; a fisionomia; as roupas e os acessórios; além de usos e costumes diversos.

Com base nos dados coletados, observamos que o autor dividia o espaço ibérico entre populações bárbaras e civilizadas. Os nativos do Sul e do Leste entraram em contato com os romanos e absorveram muitos costumes desses últimos, formando culturas híbridas, nas quais aspectos culturais romanos e locais se interpenetravam. Por isso, as populações do Sul e do Leste foram consideradas, por Estrabão, civilizadas. Os habitantes do Norte, por sua vez, devido ao fato de se manterem avessos à troca cultural com os romanos, foram classificados como bárbaros. Desse modo, comprovamos nossa primeira hipótese, tendo em vista que o discurso de Estrabão visava a demonstrar aos membros da elite greco-romana que suas características identitárias eram civilizadas, portanto, superiores àquelas das populações do norte da Ibéria. No contexto de guerras entre os romanos e os povos setentrionais da Ibéria, tal representação visava sobretudo à submissão da Ibéria a Roma. Ademais, o autor justifica as modificações operadas no espaço material e nas práticas culturais ibéricas, tendo como referência a cultura greco-romana.

Outras duas características etnogeográficas tratadas por Estrabão são a distribuição da população pelo território e a urbanização. O sul e o leste da Ibéria são descritos como espaços

isotópicos, porque ali vivia um grande contingente populacional, bem como pela existência de uma malha urbana desenvolvida. Essas duas regiões haviam passado por um longo processo de urbanização, tendo como modelo as cidades greco-romanas e fenícias. Portanto, para o autor, tais modelos constituíam espaços essenciais para o surgimento da vida civilizada. O Norte, por seu turno, é definido como um espaço heterotópico, pois não era habitado por uma população expressiva, tampouco contava com um número elevado de cidades. Desse modo, nossa segunda hipótese se confirma, tendo em vista que a realidade urbana é o principal aspecto empregado, no Livro III, para distinguir espaços isotópicos.

Os romanos, na visão de Estrabão, estariam encarregados de interferir na vida política e cultural dos povos do Norte, levando-os a abandonar um *modus vivendi* selvagem por meio da adoção de uma vida civilizada, cujo modelo era a cidade greco-romana. Segundo o autor, os nativos estavam mergulhados em uma condição de desordem e de caos, sobretudo devido às guerras entre si e contra os romanos. Essa situação não seria alterada sem que houvesse uma interferência militar direta por parte de Roma. Além disso, após a conquista, ainda deveria ocorrer a transformação da cultura local, por meio da adoção do *modus vivendi* greco-romano, que tinha como principal característica a vida na *pólis*.

O discurso de Estrabão, nesse sentido, encontra-se alinhado ao contexto das guerras de conquista da Ibéria, promovidas por Augusto, no início do Principado, quando o *princeps* reuniu as legiões romanas e seguiu para a Ibéria, com vistas a “pacificar” o território. Além da conquista, Augusto promoveu a formulação de centros urbanos de tipo romano, no Norte, como *Bracara Augusta*, *Asturica Augusta* e *Lucus Augusti*. Portanto, Estrabão escreve sobre a Ibéria com o objetivo de promover e justificar a conquista e a modificação dos espaços considerados heterotópicos. Isso explica a presença de modelos binários na obra (o “eu” frente ao “outro”), deixando claro que se trata de uma representação do dominador diante do dominado.

Por fim, mediante o texto de Estrabão, notamos uma forte resistência às investidas romanas, imposta pelos povos ibéricos da zona setentrional. Em primeiro lugar, temos a luta armada, ou seja, o confronto direto contra a presença estrangeira. Em segundo lugar, temos uma resistência que é tão importante quanto o embate direto: vimos que, mesmo após a conquista romana, alguns povos de origem celta que viviam na Ibéria continuavam a viver em *kómai*, ou seja, em aglomerados que se opunham à *pólis*. Essa foi uma resistência cultural à romanização, o que nos indica que esse fenômeno não teve a mesma abrangência e profundidade em todas as áreas da Península. Sendo assim, a fonte, ao mesmo tempo em que exalta a superioridade da cultura romana frente à local, aponta para a coexistência de estruturas romanas e autóctones na Ibéria, no momento posterior à conquista romana.

REFERÊNCIAS

Documentação primária impressa

AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augustus*: the achievements of the divine *Augustus*. With an introduction and commentary by P. A. Brunt and J. M. Moore. London: Oxford University Press, 1973.

ESTRABÃO. *Geografia*: Livro III. Introdução, tradução e notas de Jorge Deserto e Susana da Hora Marques. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

ESTRABÓN. *Geografía*: Libros I y II. Introducción general de J. García Blanco, traducción y notas de J. L. García Ramón y J. García Blanco. Madrid: Gredos, 1991.

ESTRABÓN. *Geografía*: Libros III y IV. Traducciones, introducciones y notas de Maria José Meana Cubero y Félix Piñero. Madrid: Gredos, 1992.

ESTRABÓN. *Geografía*: Libros VIII-X. Traducción y notas de Juan José Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 2008.

ESTRABÓN. *Geografía*: Libros XI-XIV. Introducción, traducción y notas de María Paz de Hoz García-Bellido. Madrid: Gredos, 2003.

ESTRABÓN. *Geografía*: Libros XV-XVII. Introducción, traducción y notas de Juan Luís García Alonso, María Paz de Hoz García-Bellido y Sofía Torallas Tovar. Madrid: Gredos, 2015.

PLUTARCH. *Plutarch's Lives*: Sertorius and Eumenes. Phocion and Cato the Younger. With an english translation by Bernadotte Perrin. London: Loeb Classical Library, 1959.

PLUTARCH. *Plutarch's Lives*: Themistocles and Camillus. Aristides and Cato Major. Cimon and Lucullus. Translated by Bernadotte Perrin. London: Loeb Classical Library, 1914.

STRABO. *The Geography of Strabo: Books 1-2*. Translated by Horace Leonard Jones. London: Loeb Classical Library, 1960.

STRABO. *The Geography of Strabo: Books 3-5*. Translated by Horace Leonard Jones. London: Loeb Classical Library, 1960.

STRABO. *The Geography of Strabo: Books 10-12*. Translated by Horace Leonard Jones. London: Loeb Classical Library, 1954.

STRABO. *The Geography of Strabo: Books 13-14*. Translated by Horace Leonard Jones. London: Loeb Classical Library, 1950.

STRABO. *The Geography of Strabo: Books 15-16*. Translated by Horace Leonard Jones. London: Loeb Classical Library, 1954.

STRABO. *The Geography of Strabo: Book 17*. Translated by Horace Leonard Jones. London: Loeb Classical Library, 1949.

Obras de referência

DOVER, K. J. Nicostratus. In: HORNBLLOWER, S.; SPAWFORTH, A. (Ed.). *The Oxford Classical Dictionary: the ultimate reference work on the Classical World*. Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 1044.

FLORENZANO, M. B. B. *A cidade grega antiga em imagens: um glossário ilustrado*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2015.

GRIMAL, P. Ares. In: GRIMAL, P. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Tradução de Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 40-41.

GRIMAL, P. Ártemis. In: GRIMAL, P. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Tradução de Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 47-48.

HOYOS, D. The Numantine War, 154-133 BC. In: WHITBY, M.; SIDEBOTTOM, H. (eds.). *The Encyclopedia of Ancient Battles*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2017, p. 1-4.

PREUS, A. *Historical dictionary of ancient Greek philosophy*. Toronto: The Scarecrow Press, 2007.

Bibliografia instrumental

ABREU E SOUZA, R. Romanização: via de mão dupla? *Boletim do CPA*, n. 17, p. 197-220, 2004.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, J. D. *História, espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis: Vozes, 2017.

CARTIER, M. Impérios. In: ROMANO, R. (dir.). *Enciclopédia Einaudi: Estado-Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p. 318-329.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, R. S. A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização. *Heródoto*, v. 3, n. 2, p. 246-255, 2018.

FUNARI, P. P. A.; GRILLO, J. G. C. Os conceitos de “helenização” e de “romanização” e a constituição de uma Antiguidade Clássica. In: NEMI, A.; ALMEIDA, N. B.; PINHEIRO, R.

A. B. (orgs.). *A construção da narrativa histórica: séculos XIX e XX*. Campinas: Unicamp, 2014, p. 205-214.

GARRAFFONI, R. S. Império Romano: História Antiga e política moderna. In: DORÉ, A.; LIMA, L. F. S.; SILVA, L. G. (orgs.). *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008, p. 137-146.

GIARDINA, A. O mito fascista da romanidade. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 62, p. 55-76, 2008.

GUARINELLO, N. L. Ensaio sobre História Antiga. Tese (Livre-docência em História Antiga) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GUARINELLO, N. L. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1987.

GUARINELLO, N. L. Império e imperialismo, realidades antigas e conceitos contemporâneos. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V.; NADER, M. B.; FRANCO, S. P.; FELDMAN, S. A. (org.). *Os impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória: Flor e Cultura, 2008, p. 9-18.

HINGLEY, R. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.

HINGLEY, R. *Globalizing roman culture: unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEPELLEY, C. Os romanos na África ou a África romanizada? Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte. *Heródoto*, v. 1, n. 1, p. 418-437, 2016.

LE ROUX, P. La romanisation en question. *Annales*, v. 59, n. 2, p. 287-311, 2004.

LIMA NETO, B. M. L. *Bandidos e elites cidadinas na África romana: um estudo sobre a formação de estigmas com base nas Metamorphoses de Apuleio de Madaura (século II)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

LÖW, M. O *spatial turn*: para uma sociologia do espaço. *Tempo Social*, v. 25, n. 2, 2013

MANTAS, V. G. Império, cultura e romanidade. In: CORRÊA-CARDOSO, J.; FIALHO, M. C. (coords.). *Romanística - UM*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013, p. 9-38.

MATTINGLY, D. Imperialism, power, and identity: experiencing the Roman Empire. Princeton: Princeton University Press, 2010.

MENDES, N. M. Romanização: a historicidade de um conceito. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V.; NADER, M. B.; FRANCO, S. P.; FELDMAN, S. A. (org.). *Os impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória: Flor e Cultura, 2008, p. 37-52.

MENDES, N. M. Prefácio. In: HINGLEY, R. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 7-8.

MENDES, N. M. Romanização: cultura imperial. *Phoênix*, v. 5, p. 307-324, 1999.

MENDES, N. M. Romanização e as questões de identidade e alteridade. *Boletim do CPA*, n. 11, p. 25-42, 2001.

NAVARRO, A. G. Sobre el concepto de espacio. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 17, p. 3-21, 2007.

SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, E. W. *O orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Roma Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVA, A. C. L. F. Uma proposta de leitura histórica das fontes textuais em pesquisas qualitativas. *Signum*, v. 16, n. 1, p. 131-153, 2015.

SILVA, G. V. Representação social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. In: FRANCO, S. P.; SILVA, G. V.; LARANJA, A. L. (orgs.). *Exclusão social, violência e identidade*. Vitória: Flor e Cultura, 2004, p. 13-30.

SORIA, V. O conceito de “romanização” e o panorama académico português. In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (eds.). *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: DPI Cromotipo, 2013, p. 711-716.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 7-72.

WOOLF, G. *Becoming Roman: the origins of provincial civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Obras de apoio

ALARCÃO, J. A organização social dos povos do noroeste e norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana. *Conimbriga*, v. 42, p. 5-115, 2003.

ALARCÃO, J. *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1988.

ALARCÃO, J. *Portugal Romano*. São Paulo: Verbo, 1974.

ALARCÃO, J. Três níveis de aglomerados populacionais romanos. *O Arqueólogo Português*, v. 16, p. 175-186, 1998.

ALMAGOR, E. Who is a barbarian? The barbarians in the ethnological and cultural taxonomies of Strabo. In: DUECK, D.; LINDSAY, H.; POTHECARY, S. (eds.). *Strabo's cultural geography: the making of a kolossourgia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 42-55.

ALMAGRO-GORBEA, M. *Los pueblos célticos peninsulares*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2005.

ALMAGRO-GORBEA, M. Urbanismo de la Hispania "celtica": castros y "oppida" del centro y occidente de la Península Ibérica. *Complutum*, v. 4, p. 13-75, 1994.

ALONSO TRANCOSO, V. Primeras etapas en la conquista romana de 'Gallaecia'. *Militaria*, n. 8, p. 53-66, 1996.

ANDREOTTI, G. C.; LE ROUX, P.; MORET, P. (eds.). La invención de una geografía de la Península Ibérica: la época imperial. Madrid: Casa de Velázquez, 2007.

AUBET, M. E. El sistema colonial fenicio y sus pautas de organización. *Mainake*, v. 28, p. 35-47, 2006.

AUBET, M. E. Mainake: the legend and the new archaeological evidence. In: OSBORNE, R.; CUNLIFFE, B. (eds.). *Mediterranean urbanization (800-600 BC)*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 187-202.

AUJAC, G.; LASSERRE, F. Introduction générale. In: STRABON. *Géographie: introduction générale et Livre I*. Paris: Belles Lettres, 1969, p. vii-xcvii.

BARCELÓ, P. *Aníbal de Cartago: un proyecto alternativo a la formación del Imperio Romano*. Madrid: Alianza, 2000.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. *Ciclos y temas de la Historia de España: la Romanización*. Madrid: Istmo, 1974. v. 1.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. *Ciclos y temas de la Historia de España: la Romanización*. La Sociedad y la Economía en la Hispania Romana. Madrid: Istmo, 1975. v. 2.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. La Hispania en época de Augusto vista por escritores contemporáneos: Estrabón y Trogo Pompeyo. *Gerión*, v. 24, n. 1, p. 237-249, 2006.

BRANDÃO, J. L. A primazia de César: do “1º triunvirato aos idos de março”. In: BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (coords.). *História de Roma Antiga: das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 389-427. v. 1.

BRAVO BOSCH, M. J. La reorganización administrativa de *Hispania* con César y Augusto. *Revue internationale des droits de l'antiquité*, n. 55, p. 107-137, 2008.

BRAVO, G. *Hispania: la epopeya de los romanos en la Península*. Madrid: La esfera de los libros, 2007.

BRUNT, P. A.; MOORE, J. M. Notes. In: AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augustus: the achievements of the divine Augustus*. With an introduction and commentary by P. A. Brunt and J. M. Moore. London: Oxford University Press, 1973, p. 38-82.

CAMPOS, L. C. O cristianismo e o Império Romano: tópicos sobre mobilidade espacial, identidade étnica e hibridismo cultural. *Ágora*, n. 15, p. 132-145, 2012.

CARVALHO, H. P. A. A construção do espaço ibérico em época romana: conceitos. *Revista de história das ideias*, v. 31, p. 7-23, 2010.

CARVALHO, H. P. A. *O povoamento romano na fachada ocidental do “Conventus Bracarensis”*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2008.

CHURRUCA ARELLANO, J. Fuentes de la “Geografía” de Estrabón. *Iura vasconiae*, n. 5, p. 269-340, 2008.

CLARKE, K. *Between Geography and History: hellenistic constructions of the Roman World*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

CLARKE, K. In search of the author of Strabo’s Geography. *The Journal of Roman Studies*, v. 87, p. 92-110, 1997.

COHEN-SKALLI, A. Sur le *Mosquensis Sinod. Gr. 204* e sa place dans la tradition de Strabon. *Revue des Études Byzantines*, v. 75, p. 41-64, 2017.

CORTIJO CEREZO, M. L. Reflexiones de las ciudades de la Bética recogidas en la “Geografía” de Estrabón. *Espacio, Tiempo y Forma*, v. 15, p. 119-138, 2002.

CURCHIN, L. A. *Roman Spain: conquest and assimilation*. New York: Routledge, 1991.

DALCHÉ, P. G. Strabo’s reception in the West (Fifteenth-Sixteenth Centuries). In: DUECK, D. (ed.). *The routledge companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017, p. 367-383.

DANDROW, E. Ethnography and identity in Strabo’s Geography. In: DUECK, D. (ed.). *The routledge companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017, p. 113-124.

DESERTO, J.; MARQUES, S. H. Nota prévia e introdução. In: Estrabão. *Geografia: Livro III*. Introdução, tradução do grego e notas de Jorge Deserto e Susana da Hora Marques. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 11-31.

DILLER, A. The scholia on Strabo. *Traditio*, v. 10, p. 29-50, 1954.

- DILLER, A. *The textual tradition of Strabo's 'Geography': with appendix: the manuscripts of Eustathius' commentary on Dionysius Periegetes*. Amsterdam: Hakkert, 1975.
- DUECK, D.; LINDSAY, H.; POTHECARY, S. (eds.). *Strabo's Cultural Geography: the making of a kolossourgia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- DUECK, D. *Geography in Classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- DUECK, D. *Strabo of Amasia: a greek man of letters in Augustan Rome*. London: Routledge, 2000.
- DUECK, D. (ed.). *The routledge companion to Strabo*. London: Routledge, 2017.
- DUECK, D. Tradition, trends and topics in strabonian studies. In: CASTRO-PÁEZ, E. (ed.). *De nuevo sobre Estrabón: Geografía, cartografía, historiografía y tradición*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2018, p. 3-18.
- ESPARZA ARROYO, A. Los castros del oeste de la Meseta. *Complutum*, v. 22, n. 2, p. 11-47, 2011.
- FABIÃO, C. O passado proto-histórico e romano. In: MATTOSO, J. (dir.). *História de Portugal: antes de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 77-299. v. 1.
- FERRER ALBELDA, E.; ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M. Comunidad cívica e identidad en la Iberia púnica. In: WULFF ALONSO, F.; ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M. (eds.). *Identidades, culturas y territorios en la Andalucía prerromana*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009, p. 205-235.
- FLEISCHER, R. The rock-tombs of the pontic kings in Amaseia (Amasya). In: HØJTE, J. M. (ed.). *Mithridates VI and the Pontic Kingdom*. Aarhus: Aarhus University Press, p. 109-119, 2009.

GARCÍA BLANCO, J. Introducción general. In: Estrabón. *Geografía*: Libros I-II. Introducción general de J. García Blanco, traducción y notas de J. L. García Ramón y J. García Blanco. Madrid: Gredos, 1991, p. 7-187.

GARCÍA RAMÓN, J. L. Introducción a los libros I y II. In: ESTRABÓN. *Geografía*: Libros I y II. Introducción general de J. García Blanco, traducción y notas de J. L. García Ramón y J. García Blanco. Madrid: Gredos, 1991, p. 191-201.

GARCÍA Y BELLIDO, A. *España y los españoles hace dos mil años según la "Geografía" de Strábon*. Madrid: Espasa-Calpe, 1945.

GARCÍA Y BELLIDO, A. Las colonias romanas de Hispania. *Anuario de Historia del Derecho español*, v. 29, p. 447-515, 1959.

GARRAFFONI, R. S. Guerras Púnicas. In: MAGNOLI, D. (org.). *Histórias das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 47-75.

GONÇALVES, A. T. M. Os severos e a Anarquia Militar. In: VENTURA DA SILVA, G.; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômicas, política e cultural*. Vitória: EDUFES, 2006, p. 175-191.

GONZÁLEZ PONCE, F. J. Estrabón y su manejo de la periplografía griega. In: GONZÁLEZ PONCE, F. J.; GÓMEZ ESPELOSÍN, F., J.; CHÁVEZ REINO, A., L. (eds.). *La letra y la carta: descripción verbal y representación gráfica en los diseños terrestres grecolatinos*. Estudios en honor de Pietro Janni. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2016, p. 139-165.

GRIMAL, P. O teatro antigo. Lisboa: Edições 70, 1986.

GUTIÉRREZ CUENCA, E.; HIERRO GÁRATE, J. A. La Guerra Cantábrica: de ficción historiográfica a realidad arqueológica. *Nivel Cero*, n. 9, p. 71-96, 2001.

HATZIMICHALI, M. Strabo's philosophy and stoicism. In: DUECK, D. (ed.). *The routledge companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017, p. 9-21.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Algunas reflexiones sobre los límites del *oikoumene* en el Imperio Romano. *Gerión*, v. 23, n. 1, p. 271-285, 2005.

HIRT, A. M. Mines and economic integration of provincial 'frontiers' in the Roman Principate. In: ROSELAAR, S. T. (ed.). *Processes of cultural change and integration in the Roman World*. Leiden: Brill, 2015, p. 201-221.

JIMENO MARTÍNEZ, A.; CHAÍN GALÁN, A. La Guerra Numantina: cerco y conquista de Numancia. In: JIMENO MARTÍNEZ, A. (ed.). *Numancia Eterna: 2150 aniversario, la memoria de un símbolo*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 2017, p. 235-250.

JIMENO MARTÍNEZ, A. Las ciudades celtibéricas de la Meseta Oriental. *Complutum*, v. 22, n. 2, p. 223-276, 2011.

JONES, H. L. Introduction. In: STRABO. *The Geography of Strabo: Books 1-2*. Translated by Horace Leonard Jones. London: Loeb Classical Library, 1960, p. xi-xxviii.

KOELSCH, W. A. Squinting back at Strabo. *Geographical Review*, v. 94, n. 4, p. 502-518, 2004.

KORMIKIARI, M. C. N. Fenícios pelo Mediterrâneo: formas de contato diversificadas. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 15, n. 29, p. 173-185, 2018.

LASSERRE, F. Étude sur les extraits médiévaux de Strabon: suivie d'un traité inédit de Michel Psellus. *L'antiquité classique*, v. 28, n. 1, p. 32-79, 1959.

LEITE, L. R. Difusão e recepção das obras literárias em Roma. In: SILVA, G. V.; LEITE, L. R. (orgs.). *As múltiplas faces do discurso em Roma: textos, inscrições, imagens*. Vitória: Edufes, 2013, p. 82-98.

LEROY, P. O. Deux manuscrits vaticans de la *Géographie* de Strabon et leur place dans le ‘stemma codicum’. *Revue d’histoire des texts*, v. 8, p. 37-60, 2013.

LIMA NETO, B. M. *Bandidos e elites cidadinas na África romana: um estudo sobre a formação de estigmas com base nas Metamorphoses de Apuleio de Madaura (século II)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

LIMA NETO, B. M. *Conflito familiar, vida urbana e estigmatização na ‘Africa Proconsularis’: o caso de Apuleio de Madaura (século II d.C.)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

LOZAT, M. *Une lecture de Strabon dans la perspective de l’histoire des religions*. Thèse (Doctorat ès Lettres) – Faculté de Lettres, Université de Genève, Genève, 2018.

MANTAS, V. G. Conflitos civis em Roma: dos Gracos a Sula. In: BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (coords.). *História de Roma Antiga: das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 313-361. v. 1.

MARCONDES, D. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARQUES, S. H. Representações de alteridade em Estrabão: a dicotomia bárbaro/civilizado no Livro III da *Geografia*. *Phoînix*, v. 24, n. 1, p. 94-121, 2018.

MARTÍ-AGUILAR, M. A. Los fenicios de la Península Ibérica frente a Cartago y a Roma: cuestiones de identidad. In: SANTOS YANGUAS, J.; CRUZ ANDREOTTI, G. (eds.). *Romanización, fronteras y etnias en la Roma Antigua: el caso hispano*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2012, p. 771-805.

MARTINS, M. M. R.; SILVA, A. C. A estátua do guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde). *Cadernos de Arqueologia (série II)*, v. 1, p. 29-47, 1984.

MARTINS, M. M. R.; LEMOS, F. S.; LOSADA, F. P. O povoamento romano no território dos galaicos bracarenses. In: GARCÍA DÍAZ, P.; FERNÁNDEZ OCHOA, C. (coords.). *Unidad y diversidad en el arco Atlántico en época romana*. Oxford: Archaeopress, 2005, p. 259-276.

MARTINS, M. M. R. Territórios, identidades e poderes em mudança: uma leitura do processo de romanização do NO peninsular. In: CAMPOS, A. P.; GIL, A. C. A.; VENTURA DA SILVA, G.; BENTIVOGLIO, J.; NADER, M. B. (orgs.). *Territórios, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura*. Vitória: GM, 2012, p. 57-89.

MARZOLI, D. La investigación sobre los fenicios en la costa de Vélez-Málaga: pasado y presente. *Mainake*, n. 28, p. 243-255, 2006.

MENDES, N. M. Estrabão e a enunciação de uma “estrutura de atitudes e referência da cultura imperial”. *Phoînix*, v. 9, p. 305-313, 2003.

MONTEIRO, J. G. Expansão no Mediterrâneo: as Guerras Púnicas. In: BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (coords.). *História de Roma Antiga: das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 145-200 . v. 1.

MORET, P. ‘Mastia Tarseion’ y el problema geográfico del segundo tratado entre Cartago y Roma. *Mainake*, n. 24, p. 257-276, 2002.

NICOLAI, R. Textual tradition and textual problems. In: DUECK, D. (ed.). *The routledge companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017, p. 309-322.

NICOLET, C. *Roma y la conquista del mundo mediterráneo (264-27 a. de J.C.): la génesis de un imperio*. Barcelona: Labor, 1984. v. 2.

NIESE, B. Beiträge zur biographie Strabos. *Hermes*, v. 12, n. 1, p. 33-45, 1878.

NIESE, B. Straboniana. *Rheinisches Museum für Philologie*, v. 38, p. 567-602, 1883.

OZCÁRIZ GIL, P. Divisiones administrativas conventuales y realidades etno-territoriales. In: SANTOS YANGUAS, J.; CRUZ ANDREOTTI, G. (eds.). *Romanización, fronteras y etnias en la Roma Antigua: el caso hispano*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2012, p. 557-579.

POTHECARY, S. The european provinces: Strabo as evidence. In: DUECK, D.; LINDSAY, H.; POTHECARY, S. (eds.). *Strabo's Cultural Geography: the making of a kolossourgia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 161-179.

POTHECARY, S. The expression "our times" in Strabo's 'Geography'. *Classical Philology*, v. 92, p. 235-246, 1997.

PRITCHARD, J. P. Fragments of the 'Geography' of Strabo in the 'Commentaries' of Eustathius. *Classical Philology*, v. 29, n. 1, p. 63-65, 1934.

PRONTERA, F. Strabo's 'Geography'. In: BIANCHETTI, S.; CATAUDELLA, M. R.; GEHRKE, H-J. (eds.). *Brill's companion to Ancient Geography: the inhabited world in greek and roman tradition*. Boston: Brill, 2015, p. 239-258.

REDENTOR, A. Inscrições sobre guerreiros lusitano-galaicos: leituras e interpretações. *Revista portuguesa de Arqueologia*, v. 11, n. 2, p. 195-214, 2008.

REIS DA SILVA, P. M. Povoamento proto-histórico do alto Tâmega: as mudanças do I milênio a.C. e a resistência do substrato indígena. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2010.

RICHARDSON, J. S. *Hispaniae: Spain and the development of Roman imperialism (218-82 BC)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

RODRIGUES DA SILVA, J. G. *Roma e a representação de domínio do mundo no contexto das Guerras Púnicas: uma leitura das ‘Histórias’, de Políbio*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ROLDÁN HERVÁS, J. M. *Historia Antigua de España: Iberia prerromana, Hispania republicana y alto imperial*. Madrid: UNED, 2004. v. 1.

SALINAS DE FRÍAS, M. La guerra de los cántabros y astures, la etnografía de España y la propaganda de Augusto. In: HIDALGO DE LA VEGA, M. J.; PÉREZ SÁNCHEZ, D.; RODRÍGUEZ GERVÁS, M. J. (eds.). *“Romanización y “Reconquista” en la Península Ibérica: nuevas perspectivas*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1998, p. 155-170.

SANCHO ROYO, A. En torno al tratado del Ebro entre Roma y Asdrúbal. *Habis*, v. 7, p. 75-110, 1976.

SANTOS, I. D. *A ‘Lusitania’ e a ‘Iberia’: um estudo da mudança na urbanização pré e pós-romanização (da pré-conquista romana ao Baixo Império - sécs. II a.C. a V d.C.)*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, M. C. P. Roma e o Mediterrâneo. *Nearco*, v. 10, n. 1, p. 117-129, 2018.

SCHULTEN, A. *Hispania: Geografía, Etnología, Historia*. Traducción del alemán por los doctores Pedro Bosch Gimpera y Miguel Artigas Ferrando. Barcelona: La académica, 1920.

SCHULTEN, A. *Los cántabros y astures y su guerra con Roma*. Madrid: Espasa-Calpe, 1962.

SILVA, B. S. *Estrabão e províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre a Geografia e o Império Romano*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, B. S. Nas margens do mundo antigo: a questão da romanização e os estudos sobre Antiguidade. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, 2011.

SILVA, G. V. A condição social dos professores na Antiguidade Tardia: um estudo com base no 'Didaskaleion' de Libânio. In: OLIVEIRA, T. (org.). *Os clássicos da Antiguidade sob o olhar dos intelectuais contemporâneos*. Maringá: Eduem, 2015, p. 52-68.

SØRENSEN, S. L. “So says Strabo”: the reception of Strabo’s work in Antiquity. In: DUECK, D. (ed.). *The routledge companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017, p. 355-366.

TACLA, A. B. “Massália, cidade foceia: mito ou realidade?” Observações a partir da relação porto-cidade. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 12, p. 111-123, 2011.

TARRADELL, M. Primeras culturas. In: TUÑÓN DE LARA, M. (dir.). *Historia de España: introducción, primeras culturas e Hispania romana*. Madrid: Labor, 1999, p. 47-195. v. 1.

THOLLARD, P. *Barbarie et civilisation chez Strabon: étude critique des livres III et IV de la ‘Géographie’*. Paris: Les Belles Lettres, 1987.

TOLFO, T. A urbanização romana do noroeste da Hispânia: fontes e especificidades. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2017.

TOVAR, A. La conquista romana. In: TOVAR, A.; BLÁZQUEZ, J. M. *Historia de la Hispania Romana: la Península Ibérica desde 218 a.C. hasta el siglo V*. Madrid: Alianza, 1982, p. 9-121.

TOZER, H. F. *Selections from Strabo: with an introduction on Strabo's life and work*. Oxford: Clarendon, 1893.

VIANA REBOIRO, J. Estrabón (1978-1999). *Estudios Clásicos*, v. 41, n. 116, p. 79-111, 1999.

VREDEVELD, H. Anthologia Latina 873e: Renaissance Latin from Strabo (Geography 14.5.9). *Classical Philology*, v. 93, n. 4, p. 343-344, 1998.

ZULIANI, F. M. Passado e presente em Estrabão: as estruturas espaço-temporais da *Geografia* e suas relações com o Império Romano. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Complexo categorial acerca dos aspectos naturais da Ibéria

ESTRABÃO. <i>Geografia</i> . Livro III.			
Referências	Aspectos naturais	Espaço	
		Sul e Leste	Norte
<i>Geo.</i> , III, I, 2, 6; III, II, 3, 8; III, III, 4-5; III, IV, 12.	Solo	Fértil, principalmente na Turdetânia.	O Norte é áspero. A terra é pobre, principalmente nas regiões montanhosas. No caso da Lusitânia, apesar de conter terras consideradas férteis, os habitantes descuidaram do solo devido a questões políticas, que acabou se tornando estéril. O solo da Celtibéria é rochoso.
<i>Geo.</i> , III, I, 2, 9; III, II, 1, 3-5; III, III, 1; III, IV, 12.	Recursos hídricos	Os rios, os estuários e o mar proporcionam o crescimento das cidades da Turdetânia, muitas delas fundadas às suas margens. Os rios e estuários permitem a navegação pelo interior, o que favorece as trocas comerciais e o crescimento das cidades.	Entre o Promontório Sagrado e o rio Tejo há estuários, ao longo do qual se erguem “povoações”. O rio Tejo e os estuários permitem a navegação. A Lusitânia é atravessada por rios grandes e pequenos, que proporcionam a navegação pelo interior. A Celtibéria possui muitos rios. Em algumas regiões, o solo não é irrigado de modo uniforme.
<i>Geo.</i> , III, I, 2; III, IV, 16.	Clima	Estrabão qualifica o clima da Turdetânia como agradável. É quente e não é atingido pela neve, nem por grandes tempestades. A pureza do ar e a brisa do Zéfiro são características dessa região.	Frio. Algumas cultivares essenciais não podem ser cultivadas na região norte, próxima ao Oceano, por causa do frio.

<p><i>Geo.</i>, III, II, 3-4; III, III, 2; III, IV, 12, 18.</p>	<p>Relevo</p>	<p>A Turdetânia possui uma região montanhosa, na margem setentrional do rio Bétis, e, do lado oposto, dispõe de uma vasta planície.</p>	<p>Os galaicos ocupam a maior parte da zona montanhosa. O lado oriental da Lusitânia é alto e escarpado, enquanto o lado ocidental é plano, com algumas pequenas elevações. O relevo da Celtibéria é irregular. O terreno da região norte é acidentado, o que dificultava o trânsito.</p>
<p><i>Geo.</i>, III, II, 3, 8-9, 14; III, II, 4; III, III, 5; III, IV, 2, 6.</p>	<p>Minerais</p>	<p>Paralelas ao rio Bétis, há cadeias de montanhas repletas de minério, entre eles a prata, o bronze e o ouro. Na região entre os rios Anas e Tejo também há montanhas com minério. A Turdetânia possui uma generosidade natural em minério, pois, numa área reduzida, dispõe de todo o tipo de minério, em grande quantidade e de muita qualidade. O minério da Turdetânia tem mais fama que o da Gália. A produção de cobre e prata era grande. Há exploração de chumbo na região de Cástulo. Há minas de prata na montanha chamada Argêntea. Os turdetanos utilizavam manjedouras e jarros de prata. Na cadeia montanhosa da região dos bastetanos e dos oretanos há minas de ouro e outros metais. Há grandes minas de prata na região de Nova Cartago e minas de ferro na região de Hemeroscópio.</p>	<p>O estanho é produzido entre os “bárbaros” para lá dos lusitanos. Na região dos ártabros, a terra floresce com prata, estanho e ouro branco. A maioria dos rios da Lusitânia possui pepitas de ouro. A região entre o Tejo e os ártabros é abundante em ouro, prata e metais semelhantes.</p>
<p><i>Geo.</i>, III, II, 3, 6-7; III, III, 5; III, IV,</p>	<p>Flora</p>	<p>A Turdetânia possui grandes árvores e abundantes pastagens. A madeira autóctone é usada</p>	<p>A região entre o rio Tejo e local onde habitavam os ártabros é próspera em frutos. No Norte, em específico na</p>

2, 9, 11, 16, 18.		<p>na construção naval.</p> <p>A Turdetânia também produz uma espécie de bolota de carvalho, que é a base da alimentação dos atuns, na costa.</p> <p>Na cadeia montanhosa da região dos bastetanos e oretanos há uma floresta densa, com árvores de grande porte.</p> <p>Há produção de esparto, junco e funcho no leste da Ibéria.</p> <p>A vertente ibérica dos Pirineus é abundante em árvores de todas as espécies e de folha perene.</p> <p>Há um grande número de raízes que são úteis para tingir.</p> <p>A costa do Mediterrâneo e boa parte do seu interior é abundante em oliveiras, vinhas, figueiras e outras culturas semelhantes.</p>	Cantábria, há falta de trigo e de outros alimentos.
<i>Geo.</i> , III, I, 8; III, II, 4, 6-7; III, III, 1, 5, 7; III, IV, 2, 6, 15, 18.	Fauna	<p>Há produção de peixe na costa da Turdetânia.</p> <p>Entre os produtos naturais exportados, encontram-se a cera, o mel, a resina e o quermes, os quais estão associados à criação de abelhas e cochonilhas.</p> <p>De modo semelhante, a produção de tecido indica a presença de caprinos.</p> <p>Há também criação de gado na Turdetânia, com destaque para a região entre o Promontório Sagrado e as Colunas de Hércules.</p> <p>Na Turdetânia, há gado de todas as espécies, bem como abundância de animais de caça.</p> <p>Não há animais nocivos, exceto os coelhos, que já estavam sendo controlados</p>	<p>O rio Tejo é abundante em peixes e está repleto de bivalves.</p> <p>A região entre o Tejo e os ártabros é próspera em gado. Nas montanhas há criação de caprinos.</p> <p>Crescem na Ibéria corças e cavalos selvagens.</p> <p>Os lagos são abundantes em peixes.</p> <p>Há aves, cisnes e outras espécies semelhantes, mas também muitas abetardas.</p> <p>Nos rios há castores.</p> <p>Os corvos da Ibéria são negros.</p> <p>Os cavalos dos celtíberos, que são malhados, mudam de cor ao serem levados para a costa. Esses cavalos são rápidos e melhores do que os outros na corrida.</p>

		<p>por meio da caça, realizada com o auxílio de furões trazidos da Líbia.</p> <p>A fauna marinha é rica, apresentando todas as variedades de ostras e de outros animais revestidos de conchas, os quais se destacam pela quantidade e pelo tamanho. Há também cetáceos, narvais, baleias e cachalotes. Os congros e moréias, além de outros peixes do gêneros, parecem monstros por causa do tamanho. Os búzios, búzios-fêmea, polvos, lulas e atuns também são grandes.</p> <p>Há salgas de peixe em Málaga, Sexi e Nova Cartago, o que demonstra a riqueza em peixes na costa.</p>	<p>Há animais nocivos, como os ratos, que causaram epidemias, como aquela ocorrida na Cantábria.</p>
--	--	--	--

APÊNDICE B – Complexo categorial acerca dos aspectos etnográficos da Ibéria

ESTRABÃO. <i>Geografia</i> . Livro III.			
Referências	Aspectos etnográficos	Espaço	
		Sul e Leste	Norte
<i>Geo.</i> , III, I, 2; III, II, 3; III, III, 1, 3, 8.	Distribuição da população	<p>A população é numerosa, principalmente às margens do rio Bétis.</p> <p>A população mantém contato entre si e com o exterior.</p>	<p>Pouco povoado, o que gera isolamento social, visto que os habitantes vivem de forma dispersa.</p> <p>O isolamento é responsável pelo caráter incivilizado e selvagem dos montanheses.</p>
<i>Geo.</i> , III, II, 1, 5-6, 15; III, III, 1, 2, 5; III, IV, 2-3, 5-8, 13.	Urbanização	<p>Na Turdetânia, há um elevado número de cidades, que Estrabão afirma chegar a duzentas.</p>	<p>Apesar de serem vizinhos dos turdetanos, os célticos são menos prósperos porque ainda vivem em aldeias.</p> <p>Entre o Promontório Sagrado e o Tejo há estuários às</p>

		<p>A prosperidade dos turdetanos está associada à presença de cidades. Os turdetanos receberam os romanos como colonos e suas cidades são povoadas de forma mista.</p> <p>Há cidades importantes também na costa oriental, como Málaga, Abdera, Nova Cartago, Sagunto, Tarraco e Empório.</p>	<p>margens dos quais se erguem “povoações”.</p> <p>Os romanos reduziram a aldeias as cidades dos povos que viviam entre o Tejo e o território dos ártabros, enviando colonos até elas, visando à “pacificação”.</p> <p>Os povos “bárbaros” da Ibéria se dividem em pequenos grupos e centros de poder, e não mantêm relações entre si.</p> <p>A natureza local e a ação dos habitantes não permitem a construção de cidades, de modo que estes vivem em aldeias.</p> <p>Habitam em florestas e causam danos aos que vivem perto.</p>
<p><i>Geo.</i>, III, I, 8; III, II, 3, 5, 6; III, III, 5</p>	<p>Agricultura</p>	<p>As margens do rio Bétis e as ilhotas estão cuidadosamente cultivadas. A paisagem às margens do Bétis é encantadora, graças às propriedades embelezadas com pequenos bosques e com outras variedades de plantas. Há, na Turdetânia, produção de cereais, vinho e azeite, ambos associados à agricultura.</p>	<p>A população que ocupa a região entre o Tejo e os ártabros abandonou a exploração da terra devido à situação de guerra contínua.</p>
<p><i>Geo.</i>, III, II, 8-10; III, III, 5.</p>	<p>Mineração</p>	<p>Os turdetanos desenvolveram técnicas para a extração do ouro das minas, para a dragagem em cursos d’água e para a exploração por “lavagem” do solo, nos locais onde não há água.</p> <p>Na Turdetânia, foram desenvolvidas técnicas de fundição para a produção de <i>electrum</i>, bem como para a separação da prata e do ouro. A exploração de minério na região de Nova Cartago é</p>	<p>Há exploração artesanal de minério entre os ártabros, sendo que as mulheres atuam na mineração.</p> <p>Apesar de dispor de recursos minerais, a população da região entre o Tejo e os ártabros abandonou a exploração desses bens por questões militares.</p>

		grande e as técnicas de exploração, avançadas.	
<i>Geo.</i> , III, I, 8; III, II, 4-6; III, III, 7; III, IV, 2, 6, 9, 11.	Práticas comerciais	<p>A Turdetânia produz de tudo e em grande quantidade, duplicando suas potencialidades com a exportação.</p> <p>O excedente dos produtos é facilmente vendido graças ao tamanho da frota comercial. Na Turdetânia, há comércio que vem de muitos lugares e que vai para muitos lugares, quer a nível interno, quer a nível externo.</p> <p>Todo o comércio marítimo se dirige para a Itália e para Roma.</p> <p>Há uma grande diversidade de produtos exportados: cereal, vinho, azeite, cera, mel, resina, quermes, vermelhão, navios produzidos com madeira autóctone, peixes e tecidos. Estes produtos se destacam pela quantidade e pela qualidade.</p> <p>O tamanho e a quantidade dos barcos comerciais da Turdetânia, que viajam em direção aos portos de Óstia e Dicearquia, equivalem-se ao dos líbios.</p> <p>Málaga é considerada um mercado para os númidas. Nova Cartago é o maior entreposto comercial, tanto do que vem do mar para as terras do interior, como do que vem daí para todo o exterior.</p> <p>Os emporitanos produzem linho. As cordas de junco trabalhadas são exportadas para a Itália e outros lugares. Córdoba e Gades são os</p>	Em vez de moeda, os que estão bem no interior utilizam a troca de produtos ou cortam uma lasca de prata como forma de pagamento.

		<p>maiores entrepostos comerciais.</p> <p>Os cerretanos produzem um excelente presunto que proporciona grande rendimento a este povo.</p>	
<p><i>Geo.</i>, III, I, 8; III, II, 1, 5; III, III, 7; III, IV, 7-8.</p>	<p>Navegação</p>	<p>A região de Gades se destaca pela navegação. Sua prosperidade é proveniente dessa prática.</p> <p>Tarraco não possui porto, o que dificulta a ancoragem de navios, fato que ocorre com todo o território da costa oriental, entre Tarraco e as Colunas de Héacles.</p> <p>Contudo, a região entre os Pirineus e Empório é dotada de bons portos.</p>	<p>Até o tempo de Bruto, os montanhese usavam embarcações de couro para atravessar as enchentes da maré e as zonas pantanosas, mas, agora, mesmo as canoas de um só tronco são raras.</p>
<p><i>Geo.</i>, III, III, 2-3, 5-8; III, IV, 13, 15-16, 18.</p>	<p>Técnicas e práticas militares</p>	<p>-</p>	<p>Os galaicos, povo do norte da Ibéria, são os mais difíceis de combater.</p> <p>Os lusitanos são o povo combatido durante mais tempo pelos romanos.</p> <p>Os povos que viviam entre o rio Tejo e o território dos ártabros se dedicavam à pirataria e a guerras contínuas, quer entre si, quer contra seus vizinhos.</p> <p>Os lusitanos são dados a emboscadas, à espionagem, são vivos, ligeiros e bons em manobras. Dispõem de um escudo que é preso ao corpo, além de um punhal ou cutelo.</p> <p>A maioria usa couraças de linho, outros de malha. Usam elmos de três penachos ou elmos de tendões. Os de infantaria têm cnêmides e vários dardos. Alguns usam uma lança com as pontas de bronze.</p>

			<p>Os habitantes das montanhas lutam cingindo a testa com uma fita.</p> <p>O caráter incivilizado e selvagem dos habitantes das montanhas resulta, dentre outras coisas, da sua tendência para a guerra. Os cântabros e seus vizinhos conservavam o hábito de saltar, até que Augusto os desmantelou</p> <p>Os celtíberos são guerreiros, tendo resistido contra Roma durante vinte anos.</p> <p>Os íberos representam uma força leve de combate e andam com armamento ligeiro por causa da atividade como salteadores, usando para atacar uma lança, uma funda e um punhal. As forças de infantaria misturam-se a cavalaria. Os cavalos são adestrados, pois deitam ao som de uma ordem e são ensinados a percorrer as montanhas.</p> <p>Os vetões estão acostumados a permanecerem imóveis, em repouso, quando não estão combatendo, como se só houvesse estas duas opções. Os íberos montam a cavalo em duplas, mas, durante a batalha, um deles luta no chão e o outro montado.</p>
<p><i>Geo.</i>, III, I, 6; III, II, 15.</p>	<p>Educação, língua e escrita</p>	<p>Os turdetanos são os mais cultos entre os íberos. Possuem uma única língua e escrita. Além disso, dispõem de registros de história antiga, poemas e leis em verso com seis mil anos. Os turdetanos adotaram o estilo de vida romano e já não recordam mais a sua própria língua.</p>	<p>Diversos grupos linguísticos e múltiplos tipos de escrita.</p>

<p><i>Geo.</i>, III, I, 4-5, 9; III, III, 6-7; III, IV, 3, 6, 8, 16.</p>	<p>Religião</p>	<p>Há um oráculo de Menesteu localizado na embocadura do rio Bétis.</p> <p>Há um santuário da deusa Fósforo (<i>Lux Dubia</i>), na Turdetânia.</p> <p>Na região montanhosa, próxima à cidade de Abdera, há um santuário de Atená.</p> <p>Em Hemeroscópio, um povoado na costa oriental da Ibéria, há um templo muito venerado, dedicado à Ártemis Efésia.</p> <p>Nas cidades de Empório e Rode presta-se culto a Ártemis Efésia.</p>	<p>Os lusitanos são dados aos sacrifícios e examinam as entranhas das vítimas sem as extrair. Inspecionam as veias do flanco mediante o toque. Além disso, fazem predições através das entranhas dos prisioneiros de guerra, que cobrem com <i>saios</i>.</p> <p>Adivinham por meio da maneira como as entranhas caem, após o prisioneiro ser golpeado pelo arúspice. Depois, cortam as mãos dos prisioneiros e consagram as direitas aos deuses.</p> <p>Os galaicos não têm deuses e os ástures sacrificam a um deus sem nome.</p> <p>Os habitantes das montanhas sacrificam a Ares. Entre as oferendas estão bodes e cavalos, além de prisioneiros de guerra. Ademais, fazem hecatombes de cada espécie, à maneira grega.</p>
<p><i>Geo.</i>, III, III, 6-7.</p>	<p>Alimentação</p>	<p>-</p>	<p>Os habitantes das margens do Douro fazem uma única refeição diária, com limpeza e simplicidade.</p> <p>Todos os habitantes das montanhas são frugais e bebem água. Alimentam-se com pães feitos de bolotas de carvalho. Utilizam cerveja no lugar do vinho. Em vez de azeite, usam manteiga.</p>
<p><i>Geo.</i>, III, III, 7; III, IV, 17.</p>	<p>Fisionomia</p>	<p>-</p>	<p>Os homens que habitam as montanhas deixam o cabelo cair pelas costas à maneira das mulheres. As mulheres depilam a frente da cabeça.</p>
<p><i>Geo.</i>, III, III, 7; III, IV, 17, 20.</p>	<p>Roupas e acessórios</p>	<p>São chamados de togados, porque usam a toga, uma vestimenta típica romana.</p>	<p>Os montanhese se vestem de negro, a maior parte com <i>saios</i>. As mulheres apresentam-se com capas e</p>

			vestidos floridos. As mulheres bárbaras utilizam vários enfeites típicos.
<i>Geo.</i> , III, IV, 16-18; III, III, 6-7; III, IV, 16-18.	Usos e costumes diversos: o banho, a maneira de dormir, o casamento e a coragem.	-	<p>Os cântabros e seus vizinhos tomam banho e limpam os dentes com urina envelhecida em cisternas, tanto os homens, quanto as mulheres. Os habitantes das montanhas dormem no chão. Alguns dormem em camas de folhagem.</p> <p>Na Cantábria, os homens dão um dote às mulheres, as filhas são consideradas como herdeiras, os homens são entregues por suas irmãs em casamento. Existe ali um poder feminino e isso não é civilizado.</p> <p>As mulheres trabalham a terra e, após o parto, colocam seus maridos em repouso ao invés delas. Trabalham no campo imediatamente após o parto.</p> <p>Os povos do Norte são corajosos: as mães mataram seus filhos durante a guerra da Cantábria, uma criança matou seus pais e irmãos ao vê-los presos e, por fim, uma mulher matou todos os prisioneiros que estavam com ela.</p> <p>O suicídio também é uma prática comum no momento de guerra, pois preferem a morte a se tornarem prisioneiros. Cometem suicídio toda vez que se encontravam em situações indesejáveis.</p> <p>Os cântabros cantavam enquanto eram capturados e crucificados.</p>

APÊNDICE C – Autores citados por Estrabão no Livro III¹⁶⁴

Referência	Autor	Assunto
<i>Geo.</i> , III, II, 14.	Anacreonte de Teos (séc. VI-V a.C.)	Esse autor descreve as riquezas da Turdetânia.
<i>Geo.</i> , III, III, 3.	Aristóteles (séc. IV a.C.)	Aristóteles é criticado por Posidônio no tocante a sua afirmação sobre o regime das marés. Estrabão concorda com Posidônio.
<i>Geo.</i> , III, I, 4-5; III, II, 11; III, IV, 3, 7, 17.	Artemidoro de Éfeso (séc. II-I a.C.)	Artemidoro visitou a região habitada pelos <i>conii</i> , no sul da Ibéria, onde se localiza o Promontório Sagrado. Estrabão contesta a tese de Artemidoro de que o sol é maior e emite som quando se põe nas regiões vizinhas do Oceano. Além disso, Estrabão discorda de Artemidoro quando este afirma que a noite chega imediatamente após o pôr do sol. Esse pensamento, segundo Estrabão, é baseado na opinião geral e no senso comum. Além disso, Artemidoro contradiz Eratóstenes no tocante à localização da região conhecida como Tartésside, bem como da ilha Eriteia (Gades). Artemidoro, juntamente com Posidônio e Asclepiades, localiza na Ibéria a cidade de Odisseia, onde está o santuário da deusa Atená. Com base nos escritos de Artemidoro, Estrabão descreve os latófagos, povo que habita além da Maurúsia, que se alimentava de lótus e não ingeria líquido, por causa da sua escassez. Artemidoro contrapõe Eratóstenes, afirmando que Tarraco não é adequada para a ancoragem de navios. Por fim, os enfeites das mulheres das tribos bárbaras são descritos por Artemidoro.
<i>Geo.</i> , III, IV, 3, 19.	Asclepiades de Mírlea (séc. II-I a.C.)	Asclepiades localiza na Ibéria a cidade de Odisseia, onde está o santuário da deusa Atená. Além disso, Estrabão afirma que ele foi professor na Turdetânia e publicou uma descrição dos povos desta região. Por fim, Asclepiades fornece dados acerca da presença grega na Ibéria e cita os igletas, um grupo étnico ibérico.
<i>Geo.</i> , III, IV, 4.	Crates de Malos (séc. II a.C.)	Este autor é citado por Estrabão como um defensor da poesia de Homero enquanto fonte de informação confiável.
<i>Geo.</i> , III, II, 9.	Demétrio de Faleros (séc.	Estrabão teve acesso a à obra de Demétrio por meio dos escritos de Posidônio. Este se vale de um trecho do relato de

¹⁶⁴ Como analisamos apenas os capítulos 1 a 4, neste quadro somente constam os autores citados nestes capítulos.

	IV-III)	Demétrio sobre as minas de prata da Ática visando tecer uma comparação com a mineração presente na Turdetânia.
<i>Geo.</i> , III, I, 4.	Éforo (séc. IV a.C.)	Estrabão contesta a tese de Éforo de que havia, no Promontório Sagrado, um templo ou altar dedicado à Hércules.
<i>Geo.</i> , III, II, 11; III, IV, 7.	Eratóstenes (séc. III-II a.C.)	Eratóstenes propõe a localização da região chamada Tartésside e da ilha Eriteia (Gades), da qual Estrabão discorda. Estrabão critica Eratóstenes por este confiar no trabalho de Píteas. Além disso, Eratóstenes afirma que Tarraco possui um porto, fato que Estrabão discorda, baseando-se na descrição de Artemidoro.
<i>Geo.</i> , III, II, 11.	Estesícoro de Himera (séc. VII-VI a.C.)	Estesícoro escreveu sobre o mito de Hércules, que foi à Ibéria em busca das vacas de Gerião.
<i>Geo.</i> , III, II, 14.	Heródoto de Halicarnasso (séc. V a.C.)	Heródoto informa que havia um rei em Tartesso chamado Argantonio.
<i>Geo.</i> , III, II, 12-14; III, IV, 4.	Homero (séc. VIII a.C.)	Estrabão defende Homero como uma fonte confiável sobre o território ibérico, utilizando suas obras em diversos pontos. Segundo Estrabão, Homero insere a maior parte da viagem de Ulisses na região banhada pelo Oceano, localizada após as Colunas de Hércules. Estrabão afirma também que os fenícios informaram Homero acerca da Ibéria, tendo em vista que eles colonizaram aquele território no período anterior à época de Homero e continuaram ali até a conquista romana.
<i>Geo.</i> , III, III, 7.	Píndaro (séc. VI-V a.C.)	Estrabão utiliza a explicação de Píndaro para o termo hecatombe, que é o sacrifício em massa de animais, prática dos povos do norte da Ibéria.
<i>Geo.</i> , III, II, 11; III, IV, 4.	Píteas de Marselha (séc. IV a.C.)	Estrabão vê o trabalho de Píteas como uma fonte de informação não segura. Estrabão afirma que Píteas enganou aqueles que nele acreditaram, tendo em vista que este autor desconhecia as regiões ocidentais e setentrionais do Oceano.
<i>Geo.</i> , III, I, 6; III, II, 7, 10, 11, 15; III, IV, 13.	Políbio (séc. II-I a.C.)	Políbio defende que os túrdulos e os turdetanos são dois povos distintos. Além disso, fala sobre os frutos de um carvalho proveniente da Ibéria os quais chegam à costa latina, a não ser que a Sardenha ou regiões vizinhas também os produzam. Ele descreve a produção de prata nas proximidades de Nova Cartago e afirma que os rios Anas e Bétis nascem na Celtibéria. Ademais, Políbio indica que os turdetanos e os

		<p>célticos possuíam relações próximas de parentesco. Políbio inclui Segesama e Intercracia entre as cidades pertencentes aos váceos e celtíberos. Por fim, Políbio afirma que Tibério Graco destruiu trezentas cidades dos celtíberos, informação que Posidônio ironiza e Estrabão afirma ser inviável.</p>
<p><i>Geo.</i>, III, I, 5; III, II, 5, 9; III, III, 3-4; III, IV, 3, 13, 15, 17.</p>	<p>Posidônio de Apaméia (séc. II-I a.C.)</p>	<p>Estrabão utiliza Posidônio, autor que esteve na ilha de Gades, como fonte para contestar a tese de Artemidoro de que o sol é maior e emite um som quando se põe nas regiões vizinhas do Oceano, bem como a noite chega imediatamente após o pôr do sol. Estrabão se vale das informações de Posidônio sobre a navegação no Mediterrâneo, já que este autor foi à Ibéria e testemunhou o regime de ventos do Mediterrâneo, que influencia a navegação entre a Ibéria e a Itália. Segundo Estrabão, Posidônio utiliza hipérboles ao descrever a quantidade e excelência de minério da Ibéria, mas Estrabão é crítico quanto ao discurso exagerado de Posidônio sobre os recursos minerais daquela região. Estrabão concorda com a crítica de Posidônio a Aristóteles acerca do regime de marés. Posidônio afirma que o rio Minho nasce no território dos cântabros. Além disso, Possidônio é um dos autores que localiza na Ibéria a cidade de Odisseia, onde está o santuário da deusa Atená. Posidônio escreve acerca do recolhimento de tributos na Celtibéria, por Marco Marcelo. Este autor ironiza a informação dada por Políbio de que Tibério Graco destruiu trezentas cidades dos celtíberos. Ademais, Estrabão utiliza os escritos de Posidônio para afirmar que as propriedades de alguns minerais e animais se diferenciam dependendo da região. Desse modo, é com base neste autor que Estrabão afirma que os corvos da Ibéria são negros e os cavalos dos celtíberos mudam de cor ao saírem da região. Por fim, Posidônio teria relatado o caso de uma mulher na Ligústica, no sul da Gália, que deu à luz e continuou trabalhando. Estrabão traça uma relação desta mulher com aquelas do norte da Ibéria.</p>
<p><i>Geo.</i>, III, I, 7.</p>	<p>Timóstenes de Rodes (séc. III a.C.)</p>	<p>Timóstenes indica que a cidade de Calpe foi fundada por Hércules e se chamava, no início, Heracleia.</p>